



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Juliana Torres Y Plá Trevas

Mulheres, afetos e estratégias de sobrevivência em prisões de Pernambuco

Recife, 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Juliana Torres Y Plá Trevas

Mulheres, afetos e estratégias de sobrevivência em prisões de Pernambuco

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em sociologia. Área de concentração: Família e Gênero.

Orientador: Gustavo Gomes da Costa Santos

Recife

2023

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Trevas, Juliana Torres y Plá.

Mulheres, afetos e estratégias de sobrevivência em prisões de Pernambuco / Juliana Torres y Plá Trevas. - Recife, 2023.
286 f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2023.

Orientação: Gustavo Gomes da Costa Santos.

1. Mulheres; 2. Prisões; 3. Estratégias; 4. Sobrevivência; 5. Afetos; 6. Gênero. I. Santos, Gustavo Gomes da Costa. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CDD 301

JULIANA TORRES Y PLA TREVAS

Mulheres, afetos e estratégias de sobrevivência em prisões de Pernambuco

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em: 30/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. José Luiz de Amorim Rattón Júnior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Francisco Jatobá de Andrade (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Natália Corazza Padovani (Examinadora Externa)
Universidade Estadual de Campinas

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Fernando de Jesus Rodrigues (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho às mulheres que abriram os caminhos para mim e que me acompanharam nessa caminhada: Terezinha, Tereza Emília, Clarissa, Fernanda, Clara, July, Eleonora, Euzébia, Júlia, Carmem, Nora, Tereza das Graças, Teté, Haydée, Antônia, Maria Emília, Lúcia Helena, Catarina, Giovana, Angela, Aurora, Sandra, Tandra, Heloísa, Karla, Angélica e Melissa

E a todas as maloqueiras.

AGRADECIMENTOS

Ouvi várias vezes que o doutorado era um processo solitário. Felizmente, descobri na prática que não é. É uma caminhada difícil que requer que você mesma se reveja e que repense seus mundos e ilusões. Para ir até o fim, é preciso ter redes de afetos, de suporte e apoio. Nunca estive só. Esta caminhada de pesquisa foi acompanhada por muitas pessoas e a todas elas agradeço muito.

Agradeço a painho, José Y Plá Trevas, por ter sempre me incentivado e apoiado em tudo que inventei de fazer nesse mundo de meu Deus e por ter me passado o legado de coragem, do trabalho e da persistência dos Trevas. Agradeço pelo cuidado, pelo carinho, pelas preciosas e diárias análises de conjuntura política e econômica do Brasil e até mesmo pelas reclamações. A mainha, Tereza Emília Torres, pela sabedoria, pela alegria, pelo senso de dignidade, pela coragem, por ter me passado o apreço à boêmia e o amor pelas plantas e pela leitura. Por ter me encorajado a ser quem eu sou.

A Clarissa, minha irmã de sangue e de luta, companheira nessa jornada espinhosa que é a busca pela liberdade. A gente tira onda, Clari!! Estar ao seu lado é o que me fortalece e me faz continuar. Sem você nunca teria conseguido chegar até fim do doutorado que é apenas um recomeço. Agradeço pela paciência revolucionária, pela escuta ativa, pelos diálogos tão instigantes e pelos momentos de diversão. Gracias por tudo!

A Fernanda, minha irmã querida, por estar junto nessa caminhada. Sua presença foi fundamental durante esse processo. Agradeço o carinho, o cuidado, o interesse, as leituras dos capítulos e o incentivo.

A Clara, minha sobrinha amada, que enche nossos corações de esperança, alegrias e força para continuar na luta.

A Mingau, a Malala e a Cassandro pelo carinho, companhia e afetos. Amo muito vocês.

A Liberta Elas e a todas que formaram, entraram, passaram e as que constroem até hoje a coletiva. Há um pouco de todas vocês nessa caminhada. Agradeço a todas e todes que fazem parte dessa rede de apoio e suporte por todo aprendizado e companheirismo. Recebam minha gratidão e meu afeto.

A Nido Farias, meu amigo, das terras abençoadas das Alagoas. A jornada do doutorado nos colocou na mesma turma e foi irado! Agradeço as conversas sociológicas, as trocas, os debates, o partilhar de cada lente que descobríamos nesse percurso e a cada portal atravessado. Obrigada pela companhia nas aulas, pelas descobertas, pelo apoio nos momentos de desespero, pelos parmegianas e docinhos que comíamos na UFPE.

A Jarde Lopes pelo apoio, carinho, risadas, taças de vinho e o suporte fundamental com as longas transcrições.

A Bernado por existir e fazer a gente mais feliz.

A todas as interlocutoras e a todos os interlocutores com que conversei dentro e fora das prisões. Agradeço a confiança e a partilha generosa. Seguimos juntas na luta por um mundo sem prisões. Um dia, Lili cantará para todas, todos e todes.

A Juliellen Fujimaki pelo carinho, pelo cuidado, pelas risadas, pelas viagens, pela torcida, pelos livros enviados de longe e pelos sonhos compartilhados. Sua amizade é importante para mim.

A Vítor pela amizade e pela torcida.

A Diogo por deixar o mundo mais bonito e a gente mais feliz.

A Ada pela parceria potente e generosa na luta diária para fazer pesquisa nesse país. Pela tua prática colaborativa, generosa, paciente, encorajadora e pelas indicações de leituras.

A Débora Vasconcellos pelas conversas animadoras, fecundas, potentes sobre Judith Butler e assuntos variados nos cafés e bares de Recife.

A Maria Joana pelo acolhimento, por me acalmar em momentos de pânico total, por libertar minha mente e criar tantas possibilidades.

A Arthemisia Santiago, minha amiga querida, pelo carinho, apoio, livros emprestados, conversas profundas e honestas, pelos abraços e por estar sempre por perto.

A todas, todos e todes do Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economias das Simbolizações da UFAL pelo acolhimento, pela generosidade, pelos diálogos férteis e pela construção coletiva do conhecimento. Valeu demais Nido, Ada, Alana, Cris, Rangel e Adson.

Ao meu orientador Gustavo Gomes da Costa Santos pelo apoio, carinho, paciência, acolhimento, diálogos e afetos durante toda a caminhada.

Ao professor Fernando Rodrigues pelos diálogos e aprendizados nesse processo.

A professora Vera Telles pelo curso online sobre Foucault no meio da pandemia. Agradeço a sabedoria e por nos guiar a cada encontro.

A Facepe pelo apoio financeiro nos primeiros quatro anos.

A André Cavalcanti por ter me entregue de forma tão generosa uma caixa com inúmeros documentos sobre o Bom Pastor.

A todas as pessoas que lutam pela liberdade e por um mundo sem prisões. Salve!

RESUMO

Esta tese busca compreender como as mulheres aprisionadas constroem estratégias de sobrevivência nas prisões femininas de Pernambuco. Considera-se que as estratégias utilizadas são tecidas a partir das experiências de violência vividas por elas durante seus processos de encarceramento e da precariedade das unidades prisionais. As estratégias assumem diversas formas, podendo ser individuais ou coletivas, pontuais ou com duração mais longa. Podem, inclusive, ser compostas por feminilidades baseadas em padrões hegemônicos de gênero. Nesta pesquisa, as unidades prisionais são compreendidas como espaços porosos (PADOVANI, 2015; GODOI, 2015) por reproduzir relações entre pessoas que estão cumprindo suas penas, trabalham na unidade, visitam seus familiares ou cruzam as fronteiras entre a cadeia e o *mundão*. Dessa forma, forjam-se solidariedade e afetos entre as pessoas que têm suas vidas mediadas pela prisão, abrindo espaço para que a vida resista no cotidiano prisional. A análise desse trabalho foi costurada dentro de uma abordagem etnográfica em pesquisa multimétodos. As conclusões sinalizam que para sobreviver nas unidades prisionais femininas é necessário fazer alianças, amizades, acordos, participar de redes dentro e/ou fora da unidade, se movimentar entre as regras, normas e leis que estabelecem a ordem e o cotidiano da prisão, negociar e reconstruir feminilidades.

Palavras-chave: mulheres; prisões; estratégias; sobrevivência; afetos; gênero.

ABSTRACT

This thesis seeks to understand how imprisoned women build survival strategies in women's prisons in Pernambuco. It is considered that the strategies used are shaped by the violence they experience and witness during their confinement, and the precariousness of prison facilities. The strategies can vary in form, being either individual or collective, short-term or long-lasting. They may even be composed of femininities based on hegemonic gender patterns. In this research, prison units are understood as porous spaces (PADOVANI, 2015; GODOI, 2015) because they reproduce relationships between people who are serving their sentences, work in the unit, visit their families or cross the borders between the prison and the outside world. In this way, solidarity and affection are forged between people who have their lives mediated by prison, allowing life to resist the prison's routine. The study adopts an ethnographic approach with a multimethod research design. The conclusions indicate that to survive in Pernambuco's female prison units, it is necessary to make alliances, friendships, agreements, participate in networks inside and/or outside the unit, move between the rules, norms and laws that establish the order and the daily life of the prison, negotiate and rebuild femininities.

Keywords: women; prisons; strategies; survival; affections; gender

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Liberta Elas em 2018 no Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 2 – Liberta Elas em 2018 no Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 3 – Entrada do complexo do Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 4 – Capela do Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 5 – Capela do Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 6 – Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 7 – Convento do Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 8 – Convento do Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 9 – Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 10 – Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 11 – Galpão do Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 12 – Galpão do Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 13 – Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 14 – Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 15 – Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 16 – Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima - Cotela. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 17 – Cotela. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 18 – Colônia Penal Feminina de Buíque -2022. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 19 – Colônia Penal Feminina de Buíque - 2022. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 20 – Oficina de Maquiagem na Cotela - março de 2019. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 22 – Oficina de Introdução ao Processo Penal - 2019. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 23 – Clube do Livro na Cotela - 2019. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 24 – Clube do Livro - 2019. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 25 – Roda de Escuta no berçário do Bom Pastor - 2019. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 26 – Cineclube Alumia e Liberta Elas no Bom Pastor - 2022. Fonte: Arquivo Pessoal de Juliana Gleymir
- Figura 27 - Oficina de trança no refeitório do Bom Pastor - 2019. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 28 - Oficina de trança no refeitório do Bom Pastor -2019. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 29 - Oficina de Turbante - 2019. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 30 – Capela do Bom Pastor.
- Figura 31 – Capela do Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.
- Figura 32 – Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 33 – Capela do Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 34 – Estátua de Santa Maria Eufrásia Pelletier - 2023. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 35 - Aviso sobre uniforme exposto no galpão de visitas do Bom Pastor -2023. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 36 - Aviso sobre uniforme exposto no galpão de visitas no Bom Pastor -2023. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 37 - Baldes esperando para serem enchidos no banheiro de uma cela no Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 38- Placa de inauguração do berçário no Bom Pastor. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 39 - Bom Pastor em 1958. Fonte: Instagram. @pernambuco_arcaico

Figura 40 - Casa de Detenção de Recife. Fonte: Arquivo Público

Figura 41 - Casa de Detenção de Recife. Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 42 - Casa de Detenção de Recife. Fonte: Arquivo Pessoal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento da população prisional feminina no Brasil (Fonte: World Female Imprisonment List - 5ª Edição. 2022)

Tabela 2 - População prisional por gênero no Brasil em unidades estaduais (Fonte: SISDEPEN - 2022)

Tabela 3 - População prisional por gênero em Pernambuco (Fonte: SISDEPEN - 2022)

Tabela 4 - Tipos penais que mais aprisionam mulheres em Pernambuco e no Brasil (Fonte: SISDEPEN - 2022)

Tabela 5 - Número de pessoas nos estabelecimentos prisionais femininos em Pernambuco e regimes da execução da pena

Tabela 6 – Faixa etária de pessoas na Colônia Penal Feminina de Recife - Pernambuco

Tabela 7 – Faixa etária de pessoas na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima - Pernambuco

Tabela 8 – Faixa etária de pessoas na Colônia Penal Feminina de Buíque - Pernambuco

Tabela 9 – Faixa etária de pessoas na Cadeia Pública de Verdejante - Pernambuco

Tabela 10 - Quantitativo de pessoas privadas de liberdade nas unidades prisionais femininas de Pernambuco com pelo menos uma filha ou um filho

Tabela 11 - Total de filhos e/ou filhas de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos prisionais femininos em Pernambuco e no Brasil

Tabela 12 - Número de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos prisionais femininos em Pernambuco em atividades laborais, educacionais ou em ambas

LISTA DE ANEXO

Anexo A – Muriçoca Fugiu da Colônia Penal (Diário de Pernambuco. 07 de abril de 1968)

Anexo B – Detentas driblam a guarda (Jornal do Comércio. 26 de fevereiro de 1994)

Anexo C – Detentas entram em greve de fome no Bom Pastor (Jornal do Comércio. 10 de novembro de 2000)

Anexo D – Detentas denunciam espancamento (Jornal do Comércio - 13 de novembro de 2000)

Anexo E – Governo quer transformar um presídio em pólo de confecções (Diário Oficial de Pernambuco. 29 de abril de 2004)

Anexo F – Brasil é o 3o país com mais mulheres presas no mundo (Folha de São Paulo. 26 de outubro de 2022)

Anexo G – Mulheres encarceradas do Bom Pastor recebem projeto da DPU e da Liberta Elas (Site DPPU. 29 de abril de 2019)

Anexo H – Carta de Madre Breves (9 de novembro de 1946)

Anexo I – Bebês convivem com mães detentas no Bom Pastor (Diário Oficial de Pernambuco. 23 de novembro de 1993.)

Anexo J – Encontros maternos minimizam sofrimento (Jornal do Comércio. 23 de julho de 2000)

Anexo L – Na prisão (Jornal do Comércio. Janeiro de 2004)

Anexo M – Humanização é tema de Encontro na Colônia Penal Feminina de Recife (SERES. 22 de agosto de 2007)

Anexo N – Colônia Penal Feminina do Recife contará com berçário (SERES. 8 de novembro 2007)

Anexo O – Novas togas (Diário Oficial de Pernambuco. 08 e fevereiro de 2002)

Anexo P – Detentas confeccionam fantasias para escola de samba do Recife (Diário Oficial de Pernambuco. 08 de fevereiro de 2002)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEMAS – Associação Pernambucana de Mães Solteiras

ASPEN – Agente de Segurança Penitenciária

CPFAL - Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

COTEL - Centro de Observação e Triage Professor Everardo Luna

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

GATI – Grupo de Apoio Tático Itinerante

HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

LGBTQIAPN+- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-Binária

IMIP – Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira

NECCEP - Núcleo Especializado em Cidadania Criminal e Execução Penal

SERES - Secretaria Executiva de Ressocialização

SISDEPEN - Sistema Nacional de Informações Penais

STF - Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 O COMEÇO QUE É O FIM.....	17
1.2 ALGUNS EXEMPLOS DE ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA VIDA E NOS JORNAIS DE PERNAMBUCO	20
1.3 O QUE ESPERAR DOS CAPÍTULOS QUE SE SEGUEM	25
2. PARA SOBREVIVER “NA CADEIA TEM QUE TER CONHECIMENTO”	28
2.1 ENTRADAS E SAÍDAS DA PRISÃO: ENCRUZILHADAS, ESTRATÉGIAS E SOBREVIVÊNCIAS	28
2.1.1 Bom Pastor	33
2.1.2 Cotela	48
2.1.3 Buíque	51
2.2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA, PERGUNTA DE PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO, OU: TODA VEZ QUE EU DOU UM PASSO O MUNDO SAI DO LUGAR	54
2.2.1 Afinal, quem são as mulheres aprisionadas?	61
2.2.2 Oficinas como espaços-encruzilhadas	62
2.2.3 Oficina de introdução de processo penal	70
2.2.4 Mais dados do SISDEPEN e outros caminhos feitos, ou: a caminhada se faz ao caminhar	73
2.2.5 Outras mulheres e os <i>meninhos</i> nas unidades	85
2.3 PARA SOBREVIVER “NA CADEIA TEM QUE TER CONHECIMENTOS”	91
3. REGRAS, NORMAS, LEIS E CONVIVÊNCIAS DE FORA DA CELA PARA DENTRO E DE DENTRO DA CELA PARA FORA	94
3.1 PERCURSOS DA CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA CARIDADE DO BOM PASTOR: DE ANGERS A RECIFE	94
3.2 PEQUENA GÊNESE DE CONTROLE NAS UNIDADES PRISIONAIS FEMININAS DE PERNAMBUCO: A CARTA DE MADRE BREVES (1946) E O CÓDIGO PENITENCIÁRIO DE PERNAMBUCO (2016)	106
3.3 AS CELAS DO PAVILHÃO E SUAS REGRAS DE CONVIVÊNCIA	129
3.4 CHAVEIRAS: O COGOVERNO DAS PESSOAS APRISIONADAS NAS UNIDADES FEMININAS DE PERNAMBUCO.....	136
3.5 “SE NÃO SEGUIR AS REGRAS, MUDA DE CELA”	140
4 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	143
4.1 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	143
4.2 A CELA DE ESPERA: ENTRADA NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO DE PERNAMBUCO.....	151

4.3 ESTRATÉGIAS DE CATARINA: NÃO CABUETAR AS COMPANHEIRAS DE CELA	153
4.4 ESTRATÉGIA DE GIOVANA: GRAVIDEZ GERA SOLIDARIEDADE	156
4.5 ESTRATÉGIA DE ANGELA: AMIZADES FACILITAM REDES DE TROCA E REBELDIAS	162
4.6 ESTRATÉGIAS DE AURORA: DIVERTIR-SE COLETIVAMENTE E SER QUERIDA ENTRE AS MULHERES PARA EVITAR CONFLITOS	166
4.7 ESTRATÉGIAS DE SANDRA NO BERÇÁRIO DO BOM PASTOR: ENTRE “FICAR NA SUA”, SE POSICIONAR E TROCAR CARTAS COM SUA MÃE	172
4.8 ESTRATÉGIAS DE TANDRA: LER E CONFIAR NAS PALAVRAS DE DEUS ..	179
4.9 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: UMA CATEGORIA ANALÍTICA	185
5. FEMINILIDADES ESTRATÉGICAS	188
5.1 FEMINILIDADES COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NA PRISÃO ..	188
5.2 FEMINILIDADES APRECIADAS OU ODE ÀS MÃES	195
5.2.1 Estratégias de Heloísa: ser boa mãe e faxinar	200
5.2.2 A presença de bebês e crianças no Bom Pastor e a construção do berçário	211
5.2.3 Roda de Escuta no berçário do Bom Pastor	216
5.3 PARA PRISIONEIRAS, FREIRAS, ADMINISTRADORAS E/OU EMPRESÁRIAS, UMA COISA É CERTA: O TRABALHO DIGNIFICA A MULHER	218
5.3.1 Estratégia de Angélica: trabalhar para não ficar na cela	224
5.3.2 Trabalhadoras da fé e da lei	227
5.3.3 Estratégia de Melissa: empreender com a bênção de Deus	234
5.4 NÃO SE NASCE MALOQUEIRA, TORNA-SE.	239
5.5 MULHERES NAS PRISÕES	245
6. ENFIM, AS CONCLUSÕES	247
6.1 LIBERDADE CANTOU, E AGORA?	251
REFERÊNCIAS	255
ANEXOS	264

1 INTRODUÇÃO

1.1 O COMEÇO QUE É O FIM

Escrever essa introdução significa que estou na reta final de um processo de pesquisa que venho realizando desde 2017 e que atravessou um período de pandemia¹ doloroso, fazendo-me duvidar da nossa sobrevivência. No Brasil, acrescenta-se a essa caminhada de pesquisa o governo federal de ultradireita que pilhou o país e contribuiu com a morte e o adoecimento de centenas de milhares de pessoas. O cenário é de terra arrasada e de luto individual e coletivo. E os afetos que se entrelaçaram/entrelaçam a todos esses acontecimentos que vivemos nos últimos anos são variados, indo e voltando, do terror à solidariedade, muito rapidamente. É uma complexidade de afetos, comuns aos cenários de guerra, quando se é possível desenterrar e potencializar ações violentas ordinárias e extraordinárias e, ao mesmo tempo, dar vazão às angústias e às dores dos corpos.

Foi dentro deste contexto que essa pesquisa, “Mulheres, afetos e estratégias de sobrevivências em prisões de Pernambuco”, foi realizada. Não foi fácil, mas ao compreender como as mulheres aprisionadas e homens trans sobrevivem ou sobreviveram a situações de grande precariedade diariamente imposta no sistema prisional foi possível, também, me manter firme para finalizá-la. Ouso dizer que não tem como entrar em uma prisão e não se machucar. Obviamente que não quero comparar as feridas causadas por entradas aos quais as possibilidades de saída estavam garantidas com aquelas entradas aos quais as saídas demoravam por anos para acontecer em um processo de sofrimento e de morte longo e vagaroso. Para mim, mulher branca, de classe média e com alto grau de educação formal, sair da prisão era garantido. Além de todos esses marcadores sociais do meu corpo que me asseguravam a saída, eu tinha redes de apoio e suporte. Eu não entrei no cárcere sozinha, estive acompanhada por uma coletiva de mulheres feministas, nordestinas, abolicionistas, chamada Liberta Elas, que se colocou para

¹Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, a Covid-19 foi declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 11 de março de 2020. É reconhecida como a maior crise sanitária do último século. Em 5 de maio de 2023, foi anunciado pela OMS o fim simbólico da pandemia de coronavírus que deixou pelo menos sete milhões de pessoas mortas em todo o mundo. <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> e <https://www.politize.com.br/fim-da-pandemia/> Acessados em 17/07/2023.

entrar na cadeia, interagir e dialogar com as outras mulheres e homens trans que lá estavam. Dessa maneira, quero acreditar que não havia grandes riscos de ficarmos por lá. Mas, mesmo assim, eu sentia muito medo ao cruzar essas fronteiras. E à medida que entrava e saía das três unidades prisionais femininas de Pernambuco que tive acesso, fui me tornando testemunha das violências que ocorrem nas unidades e sendo tragada pelos efeitos do sistema prisional.

Ver, escutar, dialogar e constatar como as mulheres aprisionadas e homens trans aprisionados sobrevivem ou sobreviveram a tantas violências cotidianas me impactava e impacta fortemente, causando espanto e indignação. Por outro lado, compreender como havia resistências em um local que condensa e potencializa tanta precariedade e violência como as prisões mexia com minhas concepções de mundo. Visibilizar, nem que seja um pouco, como a condição de ser privada de liberdade pelo Estado é desumana assim como as condições de vida na prisão é o que me faz não ser cúmplice do que acontece nas unidades prisionais femininas de Pernambuco. Assim, organizada como uma coletiva feminista de mulheres, entrando e saindo com uma certa frequência nos tornamos vasos comunicantes (GODOI, 2015). E, desta forma, fui criando uma *consciência das fronteiras* (ANZALDÚA, 2019) a cada vez que eu cruzava os limites entre o Bom Pastor/Cotela/Buíque e o *mundão*.

Para mim, as prisões nunca deixaram de ser e retratar cenários de guerra. As pessoas que se encontram nas unidades prisionais evidenciam as guerras que acontecem nos territórios às margens do poder político central onde suas habitantes são aprisionadas violentamente, julgadas informal e instantaneamente, sentenciadas e depois, na maioria das vezes, esquecidas. Não é à toa, que nos territórios em que as prisões são realizadas, majoritariamente, pela polícia militar, a maioria da população se identifica como negras e pardas. Aqui em Recife e região metropolitana, são bairros como o Ibura, Sancho, Joana Bezerra, Jardim São Paulo, Areias, Mangueira, Santo Amaro e Ouro Preto em Olinda que as trajetórias de vida das interlocutoras com quem conversei acontecem. E é por lá que a polícia militar prende. Dessa forma, se olharmos as pessoas que são aprisionadas desses territórios não teremos dificuldade de conectá-las com os dados do SISDEPEN (2022) que demonstram que 85,2% das mulheres aprisionadas em Pernambuco são negras e pardas. Sem dúvidas, há uma guerra declarada às pessoas negras e pardas desses territórios (GOÉS, 2017).

Nesse sentido, encontrei em Veena Das (2011; 2020) acolhimento. Ela traz exemplos de trajetórias de mulheres que atravessaram uma guerra onde as violências contra seus corpos eram utilizadas como armas bélicas. Todavia, elas continuavam a viver após terem

experimentados tanta violência e sofrimento. Das explica que suas interlocutoras retomam suas vidas a partir do cotidiano, costurando o presente e o passado na tentativa de habitar o mundo novamente. Dessa forma, “[a] recuperação não estava em empreender uma vingança contra o mundo, mas em habitá-lo num gesto de luto por ele” (2011, p. 38). Luto comum que muitas mulheres experimentaram ao passar por situações semelhantes durante e após a guerra. Ao mesmo tempo que, eram elas os corpos que passaram pelas várias formas de violência, foram elas também testemunhas de situações violentas que tantas outras mulheres passaram. Veena Das costura, portanto, a retomada da vida dessas mulheres, evidenciando suas redes de solidariedade forjada por elas e para elas. As memórias e os afetos das tragédias que foram vividas e o desejo do que ainda se pode ou não viver transitam entre elas cotidianamente. Ao experimentar a dor também coletivamente, possibilidades de ressignificação acabam sendo forjadas entre as mulheres e caminhos de retomada de suas vidas se abrem a partir de onde cada uma consegue seguir.

Dessa maneira, foi como uma guerra que a prisão fez sentido para mim e, assim, pude compreender o cotidiano prisional. De forma semelhante às interlocutoras de Veena Das (2020) que se refazem a partir do luto de um mundo que já não existe mais, as mulheres aprisionadas e homens trans aprisionados nas unidades femininas de Pernambuco também lidam com a morte simbólica de seus mundos de forma, na maioria das vezes, violenta. E, durante seus processos de encarceramento, faz-se necessário para sobreviver transitar pela prisão e (re)construir condições dentro da rotina prisional. É, por conseguinte, do cotidiano prisional e das relações interpessoais que dele se desdobram que estratégias de sobrevivência em prisões de Pernambuco surgem.

Acrescento a isto, o grande aprendizado de perceber que a cadeia não é um local isolado nem estático. Pelo contrário, a prisão é porosa e dinâmica, suas regras cotidianas e formas de sobrevivência são (re)produzidas rotineiramente. As prisões produzem relações (DAVIS, 1996; 2003; PADOVANI, 2015, 2017a; FOUCAULT, 2015; GODOI, 2015; LAGO e ZAMBONI, 2017; FELTRAN, 2018; LAGO, 2019; RODRIGUES, SILVA e SANTOS, 2020) entre as pessoas que se encontram nelas e/ou entre as pessoas que estão fora dos muros, mas que se conectam por meio de seus afetos. As prisões, dessa forma, devoram as pessoas e mexem com suas vidas de forma profunda. Mas, elas reagem. Dessa maneira, as relações, que têm como pano de fundo as prisões, são tecidas por meio de redes de apoio e suporte geradas a partir das interações cotidianas entre pessoas que estão aprisionadas e tantas outras que não se encontram

lá fisicamente, mas que acabam se envolvendo nas costuras sociais das unidades prisionais por meio também de suas redes de afetos. Há, portanto, o (re)inventar do cotidiano e das relações que acontecem durante o aprisionamento das pessoas.

Lago e Zamboni chamam atenção para a política afetiva da prisão enfatizando que “[o]s afetos produzidos e mantidos através das prisões são uma dimensão possível de resistência e negociação dos sujeitos com a instituição prisional e são reveladoras das suas porosidades” (2017, p. 80). Porosidades essas que não estão restritas às relações entre sujeitos e instituição prisional, mas que perpassam as relações entre as pessoas que compõem a população prisional, suas famílias, as que trabalham nas unidades e tantas outras que estão no *mundão*, mas que por diversas razões cruzam essas fronteiras. Esses cruzamentos de divisas e marcas como Vera Telles (2010; 2017) nos explica, são também constituídos por meio de *ilegalismos* (FOUCAULT, 2007) e das relações de poder geradas por eles que circunscrevem as unidades prisionais e suas práticas.

Dessa forma, nas porosidades que os cotidianos ajudam a criar e manter é possível escutar o “rumor das batalhas” nas prisões femininas de Pernambuco. Esses rumores de ordem e “desordens que vêm de baixo” (TELLES, 2017), podem ser ouvidos, percebidos e sentidos nas situações trazidas por e nas trajetórias de vida de Catarina, Giovana, Angela, Aurora, Sandra, Tandra, Heloísa, Angélica, Melissa e de outras interlocutoras que teceram estratégias de sobrevivência por meio de afetos, de solidariedade forjada, de seus corpos e das violências entre mulheres e homens trans que se encontravam na Colônia Penal Feminina de Recife e na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima. Na prisão, para sobreviver a sua sentença *é preciso ter conhecimento* sobre como se deve proceder lá dentro. E as estratégias de sobrevivência que surgem são rotas de fuga para tentar se chegar com vida ao final do processo de encarceramento.

1.2 ALGUNS EXEMPLOS DE ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA VIDA E NOS JORNAIS DE PERNAMBUCO

Em 19 de julho de 2023, conversando sobre assuntos variados de nossas vidas com Diana e Clarissa, integrantes da Liberta Elas, no bairro do Arruda², em uma noite ventilada do

² Bairro do Arruda fica na zona norte da cidade. Segundo o site da prefeitura de Recife, a população do Arruda é de 14.530 habitantes, sendo que 58,32% se autodeclararam como negros ou pardos. A proporção de mulheres responsáveis pelos domicílios do bairro é de 53,54% e o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios é de R\$ 2.234,83. <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/arruda>

inverno recifense, acabamos entrando em alguns episódios vividos por Diana³ na Colônia Penal Feminina de Recife. Diana tem 38 anos, um filho, é bissexual, parda e foi aprisionada por furto. Ficou na prisão por quase dez anos, já que, no decorrer de seu processo de encarceramento, foi pega vendendo crack dentro da unidade prisional. Dessa forma, sua pena aumentou enquanto cumpria pena. Diana não recebia visitas e, talvez por isso, sempre partilhava produtos de higiene pessoal com as mulheres que chegavam lá. Rindo, Diana lembra de uma vez em que conseguiu *botar pra dentro* uma garrafa de cachaça que uma de suas companheiras do pavilhão encomendou. Diana *se virou* para sobreviver na prisão e, em muitos momentos, trabalhou no comércio informal de produtos e de serviços que a prisão demandava. Conta que quando conseguiu que a cachaça entrasse no pavilhão, as companheiras celebraram animadas.

Diana também contou sobre as relações que uma chefe de segurança desenvolveu com as mulheres e homens trans dos pavilhões. Neste tempo, Dra. Ana Moura era gestora da unidade prisional, sendo a última civil a ocupar o posto. A chefe de segurança era conhecida como Vera Pipoco e, contando um pouco sobre as relações interpessoais que aconteciam na prisão, Diana relembra dela com um certo carinho. Ela nos relata sobre o dia do aniversário de Vera Pipoco. A comemoração aconteceu no pátio da unidade prisional que estava cheio de gente. Havia um bolo de aniversário decorado com celulares de enfeite que fazia alusão aos aparelhos telefônicos que ela costumava apreender quando as celas eram revistadas. Diana conta rindo que quando Vera Pipoco entrou no pátio, todas cantavam juntas:

Piriri Piriri Piriri Vera ligou pra mim!
 Piriri Piriri Piriri Vera ligou pra mim!
 Alô, sou Vera Pipoco, tô chegando para autuar
 Pode guardando umas pedrinhas e também o celular
 Vai me enterrar na areia? Não, não, vou autuar!
 Vai me enterrar na areia? Não, não, vou autuar!
 Então vai pegar 30 dias
 Vai pegar 60 dias
 Vai pegar 90 dias
 Calma, calma Dona Verinha!!

Acessado em 20/07/2023.

³ Todos os nomes das interlocutoras foram trocados de forma a resguardar sua identidade, privacidade e segurança.

Diana cantou para nós a paródia da música Bola de Fogo – Funk da Atoladinha⁴ que foi feita para homenagear Vera. No dia do seu aniversário, as pessoas aprisionadas na unidade cantaram a versão prisional recifense do funk carioca criado especialmente para ela. Diana lembra de Vera rindo e dançando no pátio ao som do coro de mulheres e homens trans. Vera dançava com os braços para cima no ritmo do funk. Na letra da música, observamos muitos elementos que vamos tratar no decorrer dos capítulos como as relações entre a população prisional e a polícia penal, atos de indisciplina e as celas de isolamento. Encontramos também referência aos mercados informais e ilegais de crack e de celular que aconteciam na unidade. E que, para combatê-los, como demonstrado na música, Vera Pipoco chegava para autuar e confiscar essas mercadorias. Diana explica que não se admitia celulares nem substâncias ilegais na unidade no período de gestão de Dra. Ana Moura, mas elas estavam presentes no cotidiano prisional. E Vera Pipoco chegava para combater e coibir esses mercados tão comuns. Ao final da música, também se menciona o número de dias que a pessoa, *pega* com crack e/ou celular, poderia receber como punição por esses atos de indisciplina, ficando em isolamento na *cela do castigo* por 30, 60 ou 90 dias. Às vezes, até por mais tempo. A versão recifense finaliza a música com “Calma, calma dona Verinha!”, demonstrando a reação e a tentativa de negociação feita pelas pessoas que fossem pegadas com essas mercadorias. A música cantada para Vera retrata com humor como as decisões sobre as faltas consideradas graves cometidas na prisão eram solucionadas, demonstrando, assim, uma versão informal das decisões que, por lei, deveriam ser tomadas seguindo uma série de procedimentos formais como a formação dos conselhos disciplinares de cada unidade.

Esse relato de Diana traz exemplos variados de estratégias de sobrevivência que podemos considerar mais amplos e coletivos. A presença de celulares que possibilitam comunicação com o mundão, a existência de mercados informais e ilegais dentro da unidade que geram renda e poder para as pessoas que dele participam, o uso de substâncias ilícitas como o crack que pode trazer momentos de alívio e desconexão com as condições de vida da unidade, o deboche da paródia feita para Vera Pipoco e a organização de sua festa de aniversário que proporcionam momentos de diversão são estratégias de sobrevivência construídas pelas pessoas aprisionadas na unidade. E que para essas estratégias acontecerem se faz necessário a existência

⁴ A música parodiada é Bola de Fogo – Funk da Atoladinha. Em uma rápida procura no site do Youtube, acessamos a música que tinha 27 mil likes, 3,2 milhões de visualizações e estava no ar há 17 anos. https://www.youtube.com/watch?v=wvy-SBSTTSM&list=RDEMt1EqyulluVAK4p1CXms3iQ&start_radio=1 Acessado em 20/07/2023.

de redes que proporcionem sua operacionalização. Redes que são, muitas vezes, construídas por afetos, forjando solidariedade. Desta forma, estratégias de sobrevivência são (re)produzidas nas prisões femininas como veremos nos capítulos que se seguem. Por ora, vamos observar a sua existência nos exemplos trazidos por Diana assim como nas reportagens de jornais obtidas nos arquivos da Fundação Joaquim Nabuco e no arquivo pessoal de André Cavalcanti⁵.

Em 07 de abril de 1968, o Diário de Pernambuco publicou a reportagem, intitulada “Muriçoca fugiu da Colônia Penal” (Anexo A). No decorrer do texto nos é dito que Maria Angelita da Silva, vulgo “Muriçoca”, fugiu durante a madrugada da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor. Condenada por dois anos e dois meses por furto, Muriçoca forçou a porta de sua cela, arrombou uma janela e, em seguida, ganhou liberdade. O então secretário após visitar a Colônia prometeu melhorar e ampliar a cela.

Em 26 de fevereiro de 1994, o Jornal do Comércio noticia a fuga de duas mulheres que estavam na Colônia Penal Feminina de Recife. Elas aguardavam julgamento por furto. A fuga se deu de forma pacífica por meio do telhado da cela que elas estavam e que não tinha laje no teto. Na parte de Cidades, a matéria dizia: “Fuga no Bom Pastor: Detentas driblam a guarda” (Anexo B).

Encontramos também uma foto e uma nota resumindo a matéria do Jornal do Comércio do dia 10 de novembro de 2000 sobre reivindicações que mulheres faziam no pátio da unidade prisional feminina de Recife. O título é: “Detentas entram em greve de fome no Bom Pastor” (Anexo C) e o texto segue dizendo:

As detentas do Bom Pastor entraram em greve de fome, ontem, reivindicando revisão de suas penas. Elas protestam contra as condições precárias da unidade e reclama da lentidão da Justiça. Muitas acreditam que já passaram do tempo para receber liberdade condicional e alvará de soltura definitiva.

Em 13 de novembro de 2000, três dias depois da publicação da reportagem acima, o Jornal do Comércio traz matéria sobre as consequências da greve de fome decretada por mulheres aprisionadas na Colônia Penal Feminina de Recife. O título é: “Penitenciária: Advogada da OAB colheu depoimentos durante visita ao Hospital de Custódia, para onde as 27 presas foram levadas após protesto. Detentas denunciam espancamento” (Anexo D).

⁵ Mais adiante, explico como cheguei a André Cavalcanti, assistente social que trabalhou alguns anos, no início dos anos 2000, na Colônia Penal Feminina de Recife.

Além de denunciar o espancamento e o tratamento dado às pessoas que realizaram greve de fome, o jornal também relata a atuação das advogadas da Comissão Seccional da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil. Após escuta realizada pelas advogadas, elas denunciaram as violências físicas direcionadas às grevistas e o fato delas terem sido dopadas com doses de Amplictil e Diazepan e de terem sido levadas para o Hospital de Custódia e Tratamento Penitenciário - HCTP.

No diário oficial de Pernambuco do dia 29 de abril de 2004, lê-se: “Governo quer transformar um presídio em polo de confecções” (Anexo E). A matéria afirma que uma das metas da Secretaria de Defesa Social é transformar a Colônia Penal Feminina de Recife em um grande pólo de confecções. O então secretário “salientou a importância da utilização da mão-de-obra carcerária, sobretudo das mulheres no trabalho de costura”. A matéria também menciona convênios com empresas pernambucanas como a GG Fardamentos, Trade Center Comercial Ltda e a Literal Mercantil Ltda para a utilização do trabalho prisional na unidade feminina de Recife. Além dessas empresas, o Tribunal de Justiça de Pernambuco encomendou a produção de 600 togas no valor total de R\$ 7,2 mil, o Ministério Público de Pernambuco solicitou uma remessa de 260 camisas sociais para o uniforme dos motoristas no valor de R\$ 7,8 mil e a polícia civil também encomendou camisetas, bonés, coletes e outras peças de fardamento. Dessa forma, é possível observar como o trabalho prisional nas unidades femininas são conectados com os trabalhos domésticos atribuídos socialmente às mulheres como a costura, tendo sido influenciado pelas Irmãs do Bom Pastor que gerenciaram a unidade por quase 40 anos (ARTUR, 2017; ANGOTTI, 2018). Além disso, é possível observar a simbiose entre a gestão da unidade, empresas privadas e instituições públicas como o Tribunal de Justiça, o Ministério Público de Pernambuco e a Polícia Civil de Pernambuco que acontecia por meio de transações comerciais.

Dessa forma, por meio das primeiras matérias dos jornais trazidas, podemos observar outras estratégias de sobrevivência das pessoas aprisionadas como fugas, greves de fome, denúncias e o trabalho prisional. Essas, além de também terem sido organizadas coletivamente, trazem o que Judith Butler afirma ser *bodily actions* (2013), quando os próprios corpos são utilizados para que ações de resistência sejam geradas e aconteçam. Nesse sentido, o corpo passa a ser uma das últimas plataformas de resistência do qual se dispõe em situações de extrema violência. Na prisão, a vigilância constante, o isolamento e o estabelecimento de fronteiras contribuem para que as pessoas aprisionadas não disponham de recursos e objetos

tão facilmente. Seus corpos acabam se transformando em espaços ainda possíveis para se ter alguma autonomia. E algumas estratégias de sobrevivência são provenientes das formas que se pode colocar os corpos à disposição para se fazer algo.

Na prisão, o trabalho também é uma das formas de colocar seu próprio corpo à disposição do sistema prisional e sobreviver. Trabalhar na prisão é estratégico e é utilizado por algumas mulheres e homens trans nas unidades prisionais de Pernambuco como meio para gerar renda para seu sustento e, muitas vezes, o de sua família, além de remir alguns dias da pena. A mulher trabalhadora e o homem trans trabalhador são compreendidas como pessoas honestas e batalhadoras que demonstram qualidades que sinalizam a *ressocialização* prometida pelo cárcere. Dessa forma, podemos observar no relato de Diana e nas matérias de jornais e do diário oficial de Pernambuco diversas estratégias de sobrevivência. Veremos outras no decorrer dos próximos capítulos.

1.3 O QUE ESPERAR DOS CAPÍTULOS QUE SE SEGUEM

Esta tese está organizada em seis capítulos. O primeiro é esta introdução que tenta pontuar os temas que foram aprofundados no decorrer dos outros capítulos e atizar as leitoras e os leitores para que continuem lendo. O segundo capítulo, intitulado de ‘Para sobreviver na cadeia tem que ter conhecimento’, é constituído por duas partes. Todavia, ambas foram construídas para demonstrar os caminhos que foram seguidos no decorrer da pesquisa. Na primeira parte, descrevo entradas que fiz em cada uma das três unidades prisionais femininas de Pernambuco. E, em cada trecho, trago descrições e informações no intuito de demonstrar os espaços pelos quais circulei e elementos que me chamaram atenção. Além disso, tento demonstrar as estratégias que usei para ter acesso às unidades e para dialogar e me comunicar com as pessoas que lá estavam. Nesta parte, também demonstro as dificuldades que me deparei ao pesquisar prisões. A segunda parte foi construída para trazer mais informações sobre as pessoas que se encontravam nas unidades prisionais femininas de Pernambuco, as pessoas que entrevistei e dados estatísticos referentes à população prisional de Pernambuco e do Brasil.

No terceiro capítulo denominado de ‘Regras, normas, leis e convivências de fora da cela para dentro e de dentro da cela para fora’, tento demonstrar as dinâmicas, os fluxos e as conexões entre as regras, normas, leis da prisão e as convivências entre as pessoas nas unidades

prisoinais femininas de Pernambuco. Busquei evidenciar os entrelaços formados entre o cotidiano e o conjunto de normas, leis e regras do sistema prisoinal. O que me movia era tentar entender como as ordens no cotidiano da prisão aconteciam e como as mulheres e os homens trans viviam e organizavam seus dias nos pavilhões. Neste capítulo, tento trazer o viés legal e normativo das prisões e suas (re)configurações no cotidiano. Igualmente, tentei observar e refletir como o conjunto de regras, leis e normas se mantiveram ao longo do tempo ao demonstrar as relações de poder que existem fora e dentro das celas e dos pavilhões. Esforcei-me para estabelecer uma linha genealógica entre a carta enviada por Madre Breves, integrante da Congregação da Nossa Senhora do Bom Pastor, e o então secretário do Interior e Justiça em 1946. Além da carta, também trago o Código Penitenciário de Pernambuco de 2016 e busco perceber as conexões entre os seus artigos e o conteúdo da carta de Madre Breves. E finalizo, esse capítulo, trazendo as regras da cela e uma reflexão sobre as mulheres e homens trans que auxiliam a gestão das ordens nas celas e nos pavilhões das prisões com destaque das *chaveiras* e suas funções.

Os capítulos 4 e 5 tratam sobre estratégias de sobrevivência de forma mais explícita. No capítulo 4, intitulado de “Estratégias de sobrevivência”, tento demonstrar como cheguei a esse conceito e sua definição, além de trazer exemplos a partir da trajetória de vida das mulheres que entrevistei. Abordo também o funcionamento das unidades por meio da análise da *cela de espera, do castigo* e do berçário da unidade prisoinal de Recife. Foco no cotidiano e tento entender como cada mulher com quem conversei conseguiu sobreviver no sistema prisoinal. Dessa forma, a partir de situações cotidianas, vou observando e analisando quais foram os rearranjos que elas tiveram que fazer e como negociaram sua existência no período de encarceramento. Neste capítulo, evidencio, portanto, variadas estratégias de sobrevivência e demonstro como elas aconteciam no cotidiano prisoinal. As estratégias de sobrevivência são situacionais e acontecem a partir da caminhada de cada interlocutora. As estratégias que Catarina utilizou não são as mesmas que Sandra ou Tandra utilizaram, mas há uma lógica e pontos comuns que perpassam as estratégias de sobrevivência utilizadas como a importância dos afetos e das relações de confiança e da solidariedade que surgem a partir do processo de encarceramento. Dessa forma, por meio das reações e agência das interlocutoras vamos observando o cotidiano prisoinal.

O capítulo 5, nomeado de ‘Feminilidades estratégicas’, é dividido em quatro partes. Aqui as estratégias de sobrevivência se conectam com os padrões hegemônicos de gênero e

raça no traçar do que significa ser mulher no mundo. Nesse caso, demonstrar, por meio das práticas e comportamentos (BUTLER, 2019), valores considerados femininos e que são aceitos socialmente pode ser compreendido como estratégias de sobrevivência usadas para gerar algumas camadas de proteção no cárcere. Assim, ao agir dentro desses padrões, a vida da mulher aprisionada pode ser compreendida fora daquilo que Judith Butler explica ser uma vida precária (2020). A utilização do corpo para sinalizar publicamente as práticas que consubstanciam feminilidades aceitáveis como a de boa mãe, a trabalhadora e a mulher religiosa e casta podem ser consideradas também como rotas de fugas já que possibilitam que a vida daquela pessoa que vive de acordo com os padrões de gênero e raça possa ser mantida. Nesse sentido, buscamos compreender as estratégias por meio da prática de feminilidades estratégicas. Na primeira parte do capítulo, o foco é no que significa ser mãe dentro do sistema prisional. Nesse sentido, também abordamos atividades que realizamos no berçário da unidade prisional de Recife. Na segunda parte, focamos na questão do trabalho prisional e como exercê-lo é fundamental na prisão desde o período em que as Irmãs do Bom Pastor gerenciavam a unidade. Ainda nessa parte, falamos um pouco sobre mercados informais que acontecem nos pavilhões da unidade. Na terceira parte, trago a figura da *maloqueira* como a representação da não mulher e de práticas que não devem ser seguidas, sendo, inclusive, passíveis de punições extras.

O último capítulo é destinado para as considerações finais quando trago algumas conclusões e desafios para as próximas pesquisas. Essas são as linhas gerais do trabalho de pesquisa que se segue.

2 PARA SOBREVIVER “NA CADEIA TEM QUE TER CONHECIMENTO”

2.1 ENTRADAS E SAÍDAS DA PRISÃO: ENCRUZILHADAS, ESTRATÉGIAS E SOBREVIVÊNCIAS

Pesquisar dentro de unidades prisionais não é fácil. O acesso ao cotidiano e às pessoas que estão aprisionadas é muito restrito. Entrar nas unidades exige estratégia. E, para mim, sempre foi motivo de grande preocupação entender como se daria minha entrada em uma unidade prisional de Pernambuco para dialogar com as mulheres⁶ que se encontravam sob custódia do Estado. Não queria ser uma pesquisadora de escritório que idealiza o campo ou que o vive de forma meteórica, porém estava ciente das dificuldades no acesso. No início do processo de doutoramento, telefonei para a Secretaria Executiva de Ressocialização - Seres, que é responsável pelo sistema prisional de Pernambuco até o regime aberto, pedindo informações sobre como pesquisadoras vinculadas à universidade poderiam entrar no cárcere. A resposta foi uma longa, alta e debochada gargalhada.

Paralelamente, minhas atividades no movimento feminista aumentavam desde que retornei a Recife em 2016. Com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e a execução de Marielle Franco, em 2018, a indignação diante das violências políticas direcionadas às mulheres se somaram às lutas cotidianas dos movimentos feministas de variadas vertentes. Desta forma, o aprendizado e fortalecimento que vivia nos movimentos feministas de que participava, contribuíram para que eu percebesse o campo e o seu acesso de uma outra maneira. Não me dei conta de que estava vivendo um processo de formação onde duas Julianas, a ativista feminista antiprisional e a pesquisadora do departamento de sociologia da UFPE estavam se formando e tecendo redes entre elas. Nessa encruzilhada, a certeza que tinha era o fato de que simplesmente entrar, entrevistar e escrever não seria suficiente. Eu queria ouvir as mulheres aprisionadas e, a partir daí, observar a rotina das unidades prisionais femininas e como se dava o processo de encarceramento vivido por elas. Meus objetivos eram, portanto, observar os espaços prisionais femininos, dialogar com as pessoas que estavam sob custódia do Estado nas unidades prisionais femininas e ouvir as histórias que elas quisessem me contar a partir de suas experiências no sistema prisional.

⁶ À medida que fui entrando nas unidades prisionais femininas de Recife e Abreu e Lima fui percebendo a presença de homens trans. Desta forma, uso aqui a palavra mulheres para ressaltar as interlocutoras com quem mais conversei mas ressalto a grande presença de homens trans nas mencionadas unidades.

Hoje compreendo que a maneira como se vivencia o campo é muito importante e estrutura a pesquisa que se realiza. As formas de entrada na prisão são variadas. Pesquisadoras e pesquisadores de prisões entram nas unidades de diferentes maneiras. Natália Padovani (2015; 2017a) analisa suas diferentes entradas em unidades prisionais de São Paulo e Barcelona ora como pesquisadora, voluntária da Pastoral Carcerária ou “familiar de preso”. A cada entrada aspectos diferentes podem ser observados e sentidos ao se cruzar fronteiras com diferentes identificações. Padovani explica que “ser ‘pesquisadora, voluntária e família’ era um embaralhamento das identificações de laços com a prisão” (2017a, p. 15). Padovani iniciou suas incursões etnográficas nas unidades prisionais masculinas, tendo sua entrada dificultada pela administração. Neste momento, a justificativa foi sua proteção. Por ela ser uma pesquisadora jovem e branca, a direção estava preocupada em garantir sua segurança durante seu contato com os homens, na maioria negros, que se encontravam na prisão. Nesse caso, sua feminilidade branca deveria ser garantida diante das masculinidades que lá se encontravam. Em outra situação, na qual entrou no cárcere como familiar de uma mulher aprisionada, Padovani foi revistada pelas policiais penais. Neste momento, a pesquisadora “já não era mais tão branca” (PADOVANI, 2017a, p.18), ela era mais uma familiar em um dia de visitas. Foi submetida a revista vexatória⁷ para poder obter permissão para cruzar as fronteiras. Seu corpo não precisava mais de proteção e podia ser investigado em nome da segurança da unidade. Assim, as reações da administração das unidades prisionais e dos/das policiais penais são diferentes a depender de como o acesso seja concedido.

Sintia Helpes (2013) já frequentava o cárcere quando iniciou sua pesquisa. Desde 2009, trabalhava como policial penal no pavilhão feminino da Penitenciária Professor Ariosvaldo Pires em Juiz de Fora, Minas Gerais. Foi assim que Helpes passou a observar o cotidiano das mulheres aprisionadas. Segundo ela, “[o] contato com o cotidiano da penitenciária e com as sentenciadas que ali cumpriam sua pena fez-me interessar pelo estudo do tema, possibilitando-me a consecução de alguns trabalhos” (2013, p. 162). É interessante observar o uso da palavra *sentenciadas* para identificar as mulheres privadas de liberdade. Helpes (2013) evidencia um termo utilizado por pessoas que trabalham no sistema prisional como ela, demonstrando a

⁷ As revistas vexatórias são práticas que obrigam as pessoas que vão visitar seus familiares nas unidades prisionais a se despirem para que seja verificado se carregam em seus corpos material ilícito. Além da nudez, há o exame das partes íntimas em posições humilhantes. As pessoas são obrigadas a tossir enquanto estão nessas posições para que, deste modo, possam expelir objetos supostamente escondidos. Apesar das unidades prisionais possuírem escâneres corporais, a revista vexatória segue acontecendo. Para maiores informações acessar <https://iddd.org.br/revista-vexatoria-uma-pratica-constante/> Acessado em 20/03/2023.

influência de sua entrada no campo na sua pesquisa. Os vieses costurados por Padovani e Helpes em suas pesquisas se deram por pontos diferentes.

Em Recife, Pernambuco, Karina Vasconcelos e sua equipe (2012) realizou na Colônia Penal Feminina de Recife uma *pesquisa-ação*, trazendo muitas contribuições sobre a unidade e as mulheres lá aprisionadas. À época da pesquisa, Vasconcelos era integrante do Conselho Penitenciário de Pernambuco e sua pesquisa contou com o apoio institucional da Secretaria Executiva de Direitos Humanos, da Secretaria de Desenvolvimento Social, do governo de Pernambuco e do Instituto Brasileiro Pró-Cidadania: Inclusão e Desenvolvimento Sustentável no qual ela também era consultora. A equipe teve amplo acesso à unidade prisional e a dados oficiais, entrevistando 29 mulheres, 2 policiais penais e uma assistente social. Ao final da pesquisa, sete recomendações foram propostas. O objetivo da pesquisa-ação se direcionou a entender quais afetos poderiam contribuir para que as mulheres, ao sair da prisão, não cometessem novamente atos ilícitos e não retornassem à unidade. A resiliência foi colocada no centro da pesquisa como uma das razões principais para a não reincidência e retorno das mulheres à prisão já que “[a]s pessoas resilientes sentem a necessidade de organizar suas próprias vidas, de assumir a responsabilidade de sua vida. Elas reconhecem seus erros e os consertam se possível” (VASCONCELOS, 2012, p.27).

Nas conclusões das análises, criou-se uma hierarquia entre mulheres, sendo observado que as mulheres que fossem resilientes durante seu encarceramento teriam mais chances de não serem aprisionadas novamente. Desta forma, percebe-se que resiliência é compreendida como um afeto dentro de um discurso que mistura meritocracia e empoderamento feminino, usado como principal explicação de casos de não reincidência. Inclusive, entre as propostas trazidas pela *pesquisa-ação*, uma delas é o aumento do quantitativo de policiais penais nas unidades. Dessa forma, manter o controle estatal e incentivar a resignação por meio da resiliência reforça o estado carcerário. A autora e sua equipe parecem cair na armadilha tratada por Nancy Fraser (2009) quando analisa a instrumentalização de elementos utilizados pelo movimento e a teoria feminista como afetos e empoderamento pelo neoliberalismo. Assim sendo, percebe-se que a mencionada pesquisa busca responder a um problema estrutural com respostas que dizem respeito a decisões e escolhas individuais deixando de fora a responsabilidade e atuação do estado no encarceramento e a estrutura precária e insalubre das unidades prisionais na reincidência de mulheres.

Rafael Godoi (2016), ao falar da metodologia utilizada em suas pesquisas nas prisões

de São Paulo ressalta que “[c]ada entrada engendra limites e potenciais próprios, os quais precisam ser explicitados” (2016, p.3). Ao evidenciar que sua entrada no sistema prisional se deu como voluntário da Pastoral Carcerária, Godoi relata que a etnografia realizada o afetou no sentido que Jeanne Favret-Saada (2005) traz ao falar sobre o conhecimento que também é construído quando pesquisadoras e pesquisadores se deixam afetar pelo seu campo. Favret-Saada amplia a compreensão do campo a conhecimentos que muitas vezes encontram outras formas de se apresentar além das comunicações verbais.

Diante do que foi exposto, as pesquisas acima realizadas trazem pontos metodológicos fundamentais: 1) a importância das redes de apoio e suporte que possibilitam as entradas e as saídas das unidades, 2) a porosidade das prisões e 3) a importância de ouvir as pessoas que estão aprisionadas, 4) a seletividade da censura no sistema prisional e 5) a (re)criação de laços e afetos nas entradas e saídas das prisões. Assim, seja qual for sua identificação - pesquisadora, voluntária da Pastoral Carcerária, professora, familiar, ativista do movimento feminista ou policial penal - o cotidiano das unidades prisionais e suas fronteiras com *mundão* revelam-se, misturando o fora e o dentro de forma dinâmica. E a cada entrada e saída, as prisões mostram suas porosidades (GODOI, 2015) e o estado carcerário vai se revelando de forma dilatada (CARVALHO, 2010; FLAUZINA; PIRES, 2020; KHAN, 2022), abarcando cada vez mais setores das vidas consideradas precárias (BUTLER, 2020).

Dessa maneira, é no meio desse turbilhão de pensamentos, ações, afetos, dúvidas e incertezas, que entro na Colônia Penal Feminina de Recife pela primeira vez, em junho de 2018, por meio de uma ação coletiva de mulheres do movimento feminista. Foi, por meio da *coletiva* feminista e abolicionista Liberta Elas⁸, que neste momento, reconhecia-se como um projeto-ação que cruzei as fronteiras. Foram quatro dias de uma ação coletiva, pensada e realizada por mulheres das áreas de psicologia, sociologia, direito, biodança, jornalismo e teatro. Naquele momento, nós éramos: eu, Cintia Cruz, Clarissa Trevas, Elivânia Santos, Fernanda Trevas, Isabel Freitas, Juliana Melo, Maria Cardozo, Marina Prespitero e Thaisi Bauer. Desta maneira, nós nos reunimos, articulamos com a direção da unidade prisional e realizamos algumas oficinas de diversas temáticas no Bom Pastor, em Recife, Pernambuco. Em 2019, entramos pela primeira vez na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima e, em 2022,

⁸ Para maiores informações sobre a Liberta Elas, consultar a monografia como requisito para conclusão de curso de Gleyciane Oliveira, intitulado “O Coletivo Liberta Elas: Ações, Desafios e Conquistas”. Monografia (Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife, p. 71. 2021.

entramos na Colônia Penal Feminina de Buíque.

Figura 1 – Liberta Elas em 2018 no Bom Pastor



Fonte: *Arquivo Pessoal*

Figura 2 – Liberta Elas em 2018 no Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

2.1.1 Bom Pastor

A Colônia Penal Feminina de Recife é a porta de entrada do sistema prisional para mulheres e homens trans em Pernambuco. Localiza-se no bairro residencial do Engenho do Meio⁹, na zona oeste da cidade, situado a oito quilômetros do marco zero da cidade. É também nesta unidade prisional que se encontram as pessoas que estão em prisão provisória¹⁰, as mulheres grávidas e as puérperas. A Colônia é conhecida como Bom Pastor

⁹ O bairro do Engenho do Meio fica na zona oeste de Recife. Cerca de 54,81% da população do bairro se autodeclara parda ou negra. E 46,09% é a proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio. Para mais informações. Acessar: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/engenho-do-meio?op=NTI4Mg==> Acessado em 26/06/2023.

¹⁰ As prisões provisórias são quando as mulheres e os homens trans aguardam a sentença de seus processos penais aprisionados. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Infopen Mulheres (2018), em Pernambuco, 54,22% das mulheres no sistema prisional são presas provisórias, ou seja, não foram julgadas nem condenadas formalmente. A taxa é superior à nacional, que é 45%. A prisão domiciliar, que era para ser exceção, acaba sendo a maioria dos casos. Vale ressaltar que a Constituição Federal do Brasil estabelece como no seu artigo 5º, LVII, o

pois foi concebida por meio de um acordo entre a Congregação da Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, de origem francesa e que integra a Igreja Católica Apostólica Romana, e o governo de Pernambuco. A unidade prisional surge dentro de uma lógica de convento-prisão, onde as mulheres que cometiam atividades ilícitas ou contra a moral eram encaminhadas para cumprirem suas penas junto às Irmãs do Bom Pastor, que administraram, em co-gestão com o Estado, a unidade até de meados dos anos 80 do século XX (SANTOS, 2009; VASCONCELOS, 2012; LINS, 2015). Antes do Bom Pastor, as mulheres eram encaminhadas para a Casa de Detenção de Recife, unidade prisional masculina que funcionou até 1973 (MAIA, 1998; 2011; 2017). No Bom Pastor, as mulheres estudavam o evangelho e trabalhavam em atividades consideradas femininas, como costura, lavagem e passagem de roupas, lençóis e toalhas, pintura de tecidos, bordado, agricultura e culinária. Tudo isso sob supervisão das freiras.

Figura 3 – Entrada do complexo do Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

pressuposto de que todos são inocentes até que se prove ao contrário. Nesse caso, as mulheres e homens trans do Bom Pastor são consideradas culpadas até que sua inocência seja comprovada pelo juiz na audiência de instrução. Até lá, muitas pessoas aguardam aprisionadas seus julgamentos. Há relatos de mulheres que esperaram até seis anos pela sentença ser estabelecida. Para mais informações sobre o Infopen-Mulheres/2018, acessar: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf Acessado em 26/06/2023

Figura 4 – Capela do Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 5 – Capela do Bom Pastor



Foto: Arquivo Pessoal

Figura 6 – Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 7 – Convento do Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 8 – Convento do Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 9 – Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 10 – Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 11 – Galpão do Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 12 – Galpão do Bom Pastor



Foto: Arquivo Pessoal

Figura 13 – Bom Pastor



Foto: Arquivo Pessoal

Figura 14 – Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 15 – Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Do lado de fora, o Bom Pastor apresenta uma área bem arborizada, perto de uma praça e uma escola pública onde as construções que formam o complexo parecem se adequar a uma arquitetura colonial que o próprio nome do bairro, Engenho do Meio, não nos deixa esquecer. A organização triangular dos engenhos de cana-de-açúcar de Pernambuco onde havia a capela, a casa grande e a senzala (FREYRE, 2004; 2019) também pode ser observada no complexo do Bom Pastor, formado pela capela, pelo convento onde as Irmãs do Bom Pastor moravam e a prisão. Entre essas construções pertencentes à Congregação, que recebe um aluguel mensal do governo de Pernambuco até hoje, vemos muitas árvores frondosas como jambeiro, mangueira além de palmeiras imperiais. Essas árvores fazem sombra para os carros oficiais que transportam as pessoas para dentro e fora da unidade, os que abastecem a unidade com produtos em geral e os particulares que pertencem a algumas pessoas que lá trabalham.

As sombras das árvores também chegam no galpão de chão de cimento e coberto com telhas metálicas, que abrigam as famílias nos dias de visita que acontecem aos domingos.

Nesses dias, observei mulheres e homens de diversas faixas etárias, adolescentes e crianças das mais variadas idades fazerem fila carregados de sacolas plásticas transparentes e de diversos tamanhos, em que armazenavam alimentos, produtos de higiene pessoal, roupas, remédios, cigarros e tudo mais que fosse possível entrar. Do lado de fora, uma brisa agradável com um ventinho constante circulava aliviando o calor. Nos dias das atividades da Liberta Elas, era debaixo das árvores que nos reuníamos para ajustar os últimos pontos de nossas oficinas, separar nossos documentos de identificação e esperar a permissão para entrar na unidade.

Em 2018, cruzei, pela primeira vez, a fronteira entre o dentro e o fora do Bom Pastor. Senti um abafado logo que atravesssei o primeiro portão de ferro de cor verde na entrada. Percebi que a brisa que circulava aliviando o calor lá fora não entrava na unidade. Dentro, o calor era grande e nos fazia transpirar muito, gerando, com o passar do tempo, uma certa fadiga e muita sede. Mas, sempre éramos advertidas pelas mulheres aprisionadas no Bom Pastor a não beber a água de lá porque, por conta de sua péssima qualidade, poderia nos fazer mal. Eu nunca bebi. O cheiro na unidade era forte, próprio de um lugar fechado, dando a impressão de que algo estava fermentando. O ar não circulava, fazendo com que todos os odores se misturassem, ficando ali, concentrado.

Ao entrar mais na unidade, ouvia um burburinho de vozes constante. No início, fiquei um pouco desorientada. As vozes vinham do pátio externo e dos corredores que nos levavam para a sala das psicólogas e assistentes sociais, para a enfermagem onde os atendimentos ambulatoriais aconteciam, para o refeitório dos funcionários, das funcionárias e policiais penais, para o parlatório onde por meio de cabines as advogadas e os advogados poderiam conversar com suas clientes, para uma sala onde havia o jurídico da unidade e a mesa da defensoria pública e para o berçário onde mulheres grávidas e puérperas ficavam. Ao chegar no pátio externo, que é a área central de convivência entre as pessoas aprisionadas, percebe-se uma divisão na unidade. O pátio é uma encruzilhada. As fronteiras se estabelecem por meio de um portão de ferro e uma pequena guarita onde policiais penais ficam. Também há um detector de metal fixo parecido com os que estão nos aeroportos. O detector e a guarita estabelecem as divisas entre os territórios das pessoas que trabalham na unidade e os que estão aprisionadas nas celas. Quando passamos por mais este *checkpoint*, (PADOVANI, 2017a, DAVIS, 2003) vemos o pátio externo, que é um ponto de encontro aberto e tem formato retangular. Há uma parte coberta e com piso de cimento onde os eventos coletivos geralmente ocorrem e as mulheres e os homens trans podem ficar por algumas horas do dia

e da noite. É no pátio também que algumas mulheres recebem suas visitas aos domingos. Ao redor dele, há vários ambientes que têm suas entradas voltadas para o pátio, como a escola estadual Olga Benário Prestes, a cozinha, o refeitório coletivo, a porta do corredor que leva para os galpões de trabalho e duas salas onde alguns encontros com grupos voluntários acontecem. Algumas vezes, foi lá que a Liberta Elas realizou suas oficinas. Do lado oposto, estão as celas.

2.1.2 Cotela

A Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima, CPFAL, fica no município do mesmo nome e compõe a região metropolitana de Recife. É também conhecida como Cotela, porque se encontra do lado do Cotel, o Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna, onde os homens aguardam, presos, serem encaminhados às unidades prisionais para cumprirem suas penas. A Cotela se situa a cerca de 24 km do marco zero de Recife e é onde as presas já sentenciadas *pagam suas cadeias*. A Cotela começou a funcionar em setembro de 2009 (VASCONCELOS, 2012). Para chegarmos até lá, usamos carro privado ou uber e algumas vezes usamos o ônibus. De carro, pegamos a BR-101, cortamos Recife, Olinda, Paulista para chegarmos em Abreu e Lima. Quando saímos da BR-101, entramos em uma área industrial onde vemos algumas fábricas como a Frisabor. Nesta parte final do percurso, temos a sensação de que estamos participando de um rali urbano¹¹ porque a estrada é bastante esburacada, dificultando muito o acesso. São buracos enormes durante os três quilômetros finais. Somos obrigadas a diminuir bastante a velocidade e a andar pelo acostamento. Desta forma, chegar na Cotela nos exige calma, planejamento, dinheiro e estratégia.

¹¹ Em dezembro de 2022, estivemos na Cotela. E a estrada estava toda renovada. O rali desapareceu.

Figura 16 – Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima - Cotela



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 17 – Cotela



Fonte: Arquivo Pessoal.

Nas vezes que usamos ônibus, fomos até o centro de Abreu e Lima, onde descemos e pegamos uma kombi para cumprir os 9 km restantes. Ao contrário do Bom Pastor, a Cotela possui pouca vizinhança, ficando mais isolada. Sua estrutura é horizontal, possuindo apenas um primeiro andar onde a direção e a parte jurídico-administrativa funcionam. Ao chegar lá, há um amplo estacionamento, uma guarita em que um senhor é responsável por abrir o portão que quase sempre encontramos aberto. Nos muros, na parte interna do estacionamento, há arte produzida pela ONG Cores do Amanhã¹², onde os temas que vemos nos muros trazem um pouco de cor ao local e reflexões sobre a maioria das pessoas que se encontram na Cotela: há grafites de mulheres negras, mães com suas crianças pequenas, além de árvores, punhos fechados e flores.

No estacionamento, sempre observei os poucos carros que lá ficavam, mas, algumas vezes, via a Land Rover da Igreja Universal do Reino de Deus estacionada. Só com uma dessas é possível passar pelos buracos do percurso de forma ílesa. Outra vez, quando eu e Clarissa¹³ estávamos saindo de uma oficina por volta das 16h45, vimos uma BMW branca sendo lavada por um homem trans que cumpria pena na Cotela. O carro estava sendo limpo bem próximo do portão de entrada. Não resisti e perguntei de quem era o carro. Ele me disse, sem parar de limpar o carro, que era de um policial penal. Sim, há muitos homens que trabalham na segurança interna da Cotela e do Bom Pastor e alguns dirigem BMW para ir ao trabalho.

De junho de 2018 até março de 2020, observamos, durante nossas entradas, que a direção das unidades prisionais, as psicólogas e assistentes sociais eram compostas por mulheres, mas a parte da segurança cotidiana e direta com as mulheres aprisionadas eram feitas, majoritariamente, por policiais penais homens. Havia policiais penais mulheres, mas a quantidade de homens se destacava, como também no Bom Pastor e em Buíque. Na Cotela, eram nas fronteiras que os encontrávamos. Eles estavam na guarita interna situada logo depois da porta de entrada e nos locais de revistas. Também ficavam na segunda divisa, sentados assistindo televisão. Nessa segunda área fronteira, que se localizava depois da cozinha, da escola e antes dos dois pavilhões e das celas de isolamento chamadas de castigo, havia um detector de metal grande e fixo. Esse ponto era uma das principais encruzilhadas da Cotela onde as passagens de pessoas para os diferentes espaços da unidade podiam ser concedidas ou não.

¹² O Cores do Amanhã é uma associação sem fins lucrativos. É um grupo comunitário que busca levar cultura e cidadania através das artes, dos esportes e do hip hop. É localizado ao lado do Complexo Prisional do Curado. Para maiores informações, ir no site: <https://www.coresdoamanha.com.br/> Acessado em 6/06/2023.

¹³ Clarissa Trevas é jornalista, advogada e integrante da coletiva Liberta Elas desde 2018.

Era, portanto, o checkpoint principal para se ter acesso aos pavilhões ou para sair deles. Era lá que os/as policiais penais ficavam controlando o fluxo de pessoas.

Às mulheres, eram concedidas permissões para atravessar as fronteiras a depender de quem fossem e para onde iriam. Seus trajetos eram para ir dos pavilhões à escola, à cantina, às aulas bíblicas da Rhema, à enfermaria, para trabalhar na cozinha ou nas fábricas têxteis que existiam nos galpões da unidade, para falar com a direção, psicólogas e assistentes sociais e, em 2019, também para a biblioteca onde as oficinas da Liberta Elas aconteciam.

2.1.3 Buíque

Nos dias 27 e 28 de abril de 2022, a Liberta Elas e o Núcleo Especializado em Cidadania Criminal e Execução Penal, NECCEP, da Defensoria Pública de Pernambuco organizaram uma ação na Colônia Penal Feminina de Buíque¹⁴ que fica a cerca de 286 quilômetros do marco zero de Recife. Nesta ação, nomeada de Conexões pela Liberdade, levamos 287 kits de higiene pessoal¹⁵, lanche, fraldas, roupas e produtos de higiene para bebês¹⁶. Fizemos oficinas de cartas durante os dois dias, das quais muitas mulheres participaram. Muitas mensagens foram escritas para familiares e juízes. Ouvimos muitas mulheres dizerem que não recebiam visitas na unidade há anos. Em conversas com a diretora da unidade, também foi dito que o número de visitas é quase zero e que, em um dia de visitas movimentado, cerca de 25 pessoas aparecem. A maioria das mulheres aprisionadas em Buíque não são da cidade. Muitas são de Caruaru, Arcoverde, Garanhuns e outros municípios. Chegar em Buíque é caro e exige tempo e preparação. Assim, é difícil para as famílias irem visitar. Ouvimos que as mulheres ficam sem ver e, muitas vezes, sem comunicação com seus familiares por muitos anos.

¹⁴ A cidade de Buíque é situada no agreste pernambucano a 285 km de distância de Recife. Em 2007, a população estimada era de 49.937, sendo que 62,8% moram na zona rural. Para mais informações, acessar: <https://buique.pe.gov.br/geografia/> Acessado em 26/06/2023.

¹⁵ Conseguimos realizar a ação e comprar os kits de higiene para as 287 mulheres que estavam aprisionadas no período em que começamos a planejar as atividades com o apoio do Fondo de Acción Urgente de América Latina y El Caribe.

¹⁶ Nesta ação, havia três grávidas e uma puérpera no berçário da unidade prisional de Buíque.

Figura 18 – Colônia Penal Feminina de Buíque -2022



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 19 – Colônia Penal Feminina de Buíque - 2022



Fonte: Arquivo Pessoal

Como parte da ação, o NECCEP organizou um mutirão de atendimento jurídico. Os processos de todas as mulheres aprisionadas na unidade foram analisados previamente e as informações processuais foram repassadas para todas que se encontravam lá no dia, cerca de 250 mulheres. Vi muitas mulheres idosas em Buíque, condenadas a longas penas pelo crime de homicídio. No final do último dia, enquanto tentava, em vão, fazer um mapa da unidade, entrei na enfermaria e conversei um pouco com a enfermeira responsável. O local era pequeno, mas organizado e limpo, ela estava trabalhando na unidade desde setembro de 2021 e mostrava o local com orgulho. Conversamos um pouco sobre o número de mulheres com pressão alta, sífilis e HIV na unidade e ela me contou sobre a pequena diminuição que houve entre as mulheres que tomavam remédio controlado como tratamento para a ansiedade e depressão. Ela também me mostrou a geladeira onde alguns medicamentos eram guardados como insulina e

falou que o médico ia à unidade três vezes durante a semana. Comentou que iria iniciar, nos próximos dias, três ciclos de conversas cujos temas seriam sobre saúde mental, uso de *drogas* e LGBTQIAPN+.

A conversa foi rápida porque já estávamos indo embora, mas ela disse algo que chamou minha atenção e que, durante as interlocuções com mulheres que sobreviveram ao encarceramento e as que ainda estavam aprisionadas nas unidades de Recife e Abreu e Lima, ouvi bastante. A enfermeira me relatou que, quando algum exame médico era prescrito na unidade a uma paciente, as mulheres se organizavam para juntar o dinheiro necessário para pagar pelo exame para que o resultado saísse mais rápido. Foi no relato da enfermeira, que ouvi, mais uma vez, um exemplo do que venho compreendendo ser situações em que mulheres aprisionadas forjam solidariedade entre si e criam estratégias de sobrevivência individuais ou coletivas. E que, apesar de muitos conflitos, violências em seus cotidianos e, até mesmo entre si, elas constroem formas de sobreviver à precariedade e à violência a que são submetidas pelo Estado nas prisões, por meio dos laços de solidariedade que forjam diariamente em seus cotidianos. São ações, como a organização de cotas para pagar o exame médico de uma companheira de cela, que venho chamando de estratégias de sobrevivência. Acredito que as estratégias usadas pelas mulheres aprisionadas para sobreviverem são costuradas por meio dos afetos e do sofrimento comum aos quais elas são submetidas ao cumprir penas nas prisões em Pernambuco.

2.2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA, PERGUNTA DE PESQUISA E O PERCURSO METODOLÓGICO, OU: TODA VEZ QUE EU DOU UM PASSO O MUNDO SAI DO LUGAR

Em 26 de outubro de 2022, o jornal Folha de São Paulo publicou, na parte de cotidiano, a matéria de Fernanda Mena intitulada “Brasil é o 3º país com mais mulheres presas no mundo” (Anexo F). A reportagem trata da 5ª edição do *World Female Imprisonment List*¹⁷ (2022) que, desde 2000, reúne e organiza informações sobre a população prisional feminina em “221 países e territórios dependentes”. Nesta edição, o Brasil ultrapassa a Rússia, alcançando uma

¹⁷ Para maiores informações, verificar: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf

Acessado em 06/06/2023.

população de 42.694 mulheres aprisionadas que corresponde a 5,1% da população prisional feminina mundial, perdendo apenas para os Estados Unidos da América e a China respectivamente. A chegada do Brasil na terceira posição no contexto internacional revela e reflete o crescimento do encarceramento de mulheres que acontece desde 2000 como evidencia a tabela abaixo:

Tabela 1 - Crescimento da população prisional feminina no Brasil

Ano	População total
2000	10.112
2005	20.264
2010	34.807
2014	36.495
2021	42.692

Fonte: World Female Imprisonment List - 5ª Edição (2022)

Observando a tabela 1, percebemos que a população prisional feminina no Brasil mantém um ritmo de crescimento que é demonstrado pelo aumento do número absoluto de mulheres aprisionadas no decorrer dos anos. Em 2000, a população era de 10.112. Em 2010, a população prisional cresceu para 34.807, passando para 42.692 em 2021. É fato, portanto, que a população de mulheres aprisionadas cresceu e continua crescendo. Entre os países da América Latina, o Brasil encontra-se em primeiro lugar no número de mulheres sob custódia do Estado, ficando bem à frente do México, que ocupa o segundo lugar, com uma população de 12.782 mulheres aprisionadas.

No Brasil, os dados estatísticos do sistema penitenciário começaram a ter um pouco mais de visibilidade com a promulgação da lei 12.714¹⁸, de 14 de setembro de 2012, pela presidenta Dilma Rousseff, que dispõe “sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e de medida de segurança”. Os dados são coletados, organizados e disponibilizados online por meio do SISDEPEN¹⁹. As informações sobre as unidades prisionais

¹⁸ Para maiores informações sobre a Lei 12.714/2012, verificar: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12714.htm Acessado em 26/06/2023.

¹⁹ Para acesso ao sistema, acessar o link: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen> Acessado em 03/04/23

são enviadas eletronicamente por servidores ou servidoras indicadas pelas secretarias de administração prisional dos estados e distrito federal e do sistema penitenciário federal. Mesmo que seja um esforço para dar mais visibilidade aos dados do sistema prisional, o SISDEPEN demonstra muitas lacunas nas informações coletadas. Todavia, é o banco de dados do governo que o público tem acesso.

Os dados apresentados a seguir sobre as pessoas que se encontram nas unidades prisionais do Brasil e de Pernambuco são provenientes das informações, mais atuais, disponibilizadas pelo SISDEPEN em 2022, no 12º ciclo, referente ao período de janeiro a julho de 2022. As tabelas abaixo demonstram a população prisional por gênero no Brasil e em Pernambuco. Nesta edição, o SISDEPEN faz uma diferenciação entre pessoas aprisionadas em celas físicas nas unidades prisionais e pessoas em prisão domiciliar²⁰ em algumas categorias de análise.

Tabela 2 - População prisional por gênero no Brasil em unidades estaduais

Gênero	em cela física	em prisão domiciliar	Total
Mulheres	28.699	16.791	45.490
Homens	626.005	158.737	784.742
Total	654.704	175.528	830.232

Fonte: SISDEPEN - 2022

²⁰O SISDEPEN, em algumas categorias de análise, faz a distinção entre pessoas que estão aprisionadas nas unidades prisionais que ocupam uma cela mesmo que estejam em regime semiaberto e as pessoas que cumprem sua pena em prisão domiciliar. Assim, segundo o SISDEPEN, “presos em cela física são presos, que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ou seja, ocupam vaga” e “presos em prisão domiciliar são presos que, independentemente de estarem ou não sob monitoramento eletrônico, cumprem pena em prisão domiciliar, ou seja, dormem em lugar diferente do estabelecimento prisional”. Ressaltamos que mesmo em prisão domiciliar as pessoas estão em situação de cárcere porque podem ser monitoradas e há restrições territoriais e de horário.

Tabela 3 - População prisional por gênero em Pernambuco

Gênero	em cela física	em prisão domiciliar	Total
Mulheres	1.520	1.767	3.287
Homens	31.389	15.009	46.398
Total	32.909	16.776	49.685

Fonte: SISDEPEN - 2022

Nas tabelas 2 e 3, observamos a população prisional do Brasil e de Pernambuco, respectivamente, por meio da categoria de gênero e de acordo com o local onde as pessoas cumprem pena. Na tabela 2, observamos que a população prisional masculina total é formada por 784.742, representando 94,52% de pessoas aprisionadas no Brasil, enquanto há 45.490 mulheres aprisionadas, cerca de 5,48% da população prisional total. Desta forma, são 45.490 mulheres que estão sob custódia do estado, seja ocupando uma vaga nas celas das unidades prisionais ou cumprindo pena em prisão domiciliar com ou sem monitoramento eletrônico. A população prisional total de mulheres e homens é de 830.232. Todavia, apesar de representar menos de 6% da população prisional brasileira, o número de mulheres aprisionadas pelo Estado quadruplicou desde 2000 (WORLD FEMALE IMPRISONMENT LIST, 2022).

Na tabela 3, observamos a população prisional de Pernambuco com 49.685 pessoas aprisionadas. Entre elas, cerca de 3.287 estão nas unidades prisionais femininas e representam 6,62% da população prisional total de Pernambuco. É interessante notar que o número de mulheres em prisão domiciliar é maior que o número de mulheres que ocupam uma cela física nas unidades prisionais. Esse número de mulheres em prisão domiciliar pode ser decorrente do Marco da Primeira Infância, lei 13.257/2016, promulgada pela presidenta Dilma Rousseff, que alterou o código de processo penal do Brasil, ampliando as possibilidades de prisão domiciliar cautelar durante a instrução processual. Ressaltamos que além da mencionada lei, a incidência política realizada pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos e a Defensoria Pública da União ao impetrar um habeas corpus coletivo²¹ “em nome de todas as mulheres presas

²¹ O habeas corpus nº 143.641 foi apresentado ao Supremo Tribunal Federal em 2017. “Em fevereiro de 2018, o relator do caso, Ministro Ricardo Lewandowski, em voto acompanhado por seus colegas, concedeu parcialmente os pedidos do habeas corpus, determinando a substituição da prisão preventiva pela domiciliar (sem prejuízo da

provisoriamente que se encaixam nos critérios de aplicação da prisão domiciliar instituídos pelo Marco Legal” (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, 2019)²² tenha sido um fator importante para que esse número de mulheres em prisão domiciliar tenha crescido. Mas não o único. Todavia, é importante ressaltar que prisão domiciliar é também uma forma de encarceramento e que as decisões do poder judiciário revelam posicionamentos misóginos e racistas (DALY, 1994; GOSTINSKI, BISPO, MARTINS, 2019; TREVAS, 2022).

Outro ponto importante trazido pelos dados do SISDEPEN trata dos tipos penais mais comuns entre as mulheres aprisionadas em Pernambuco e no Brasil. Observem a tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - Tipos penais que mais aprisionam mulheres em Pernambuco e no Brasil

Mulheres aprisionadas	Crimes referentes à comercialização de substâncias consideradas ilícitas - lei 11.343/2006	Crimes contra o patrimônio	Crimes contra pessoas	Outros tipos penais
Pernambuco	52,63%	23,17%	16,31%	7,89%
Brasil	54,85%	23,90%	12,40%	8,85%

Fonte: SISDEPEN - 2022

Desta forma, é possível perceber que o principal tipo penal que aprisiona mulheres em Pernambuco e no Brasil são os referentes à comercialização de substâncias consideradas ilícitas. Tanto em Pernambuco quanto no Brasil, mais da metade das prisões de mulheres acontece por conta do caráter ilegal deste comércio. Desta forma, o Brasil é um território que reflete uma política internacional de repressão conhecida como ‘guerra às drogas’

aplicação das outras medidas cautelares previstas no art. 319) para todas as mulheres presas grávidas, puérperas ou mães de crianças com até 12 anos e pessoas com deficiência. A ordem também foi estendida às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas que se encaixam nos mesmos parâmetros. Além de tal concessão, outro ponto da decisão que merece destaque é o indicativo do relator para que as magistradas e magistrados, no momento de apurar se a mulher se encontra ou não nessas condições, deem credibilidade à sua palavra (MaternidadeSemPrisão: diagnóstico da aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres [recurso eletrônico], Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, 2019)”.

²²Para mais informações sobre o Marco Legal da Primeira Infância, acessar o relatório de pesquisa ‘MaternidadeSemPrisão: diagnóstico da aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres [recurso eletrônico]’ realizado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania publicado em 2019 sobre a promulgação do Marco Legal e seu potencial desencarcerador. Site: <https://itc.org.br/maternidadesemprisao/> Acessado em 06/04/2023.

(ALEXANDER, 2017; MOREIRA, 2019; AKOTIRENE, 2020) que tem como uma de suas consequências o crescimento da população prisional feminina. No caso de Pernambuco, acrescenta-se mais uma variável: a ação da polícia militar e os bônus adicionados aos seus salários como recompensa nas apreensões das mencionadas substâncias consideradas ilícitas como o crack, a maconha e a cocaína. Esse sistema de bonificação foi estabelecido pelo Pacto pela Vida, política pública de segurança do estado, que existe desde 2007 (GONÇALVES, 2017).

As estatísticas trazidas aqui sinalizam a relevância do tema. A prisão de mulheres e o crescimento do encarceramento feminino é um fato inegável por si só. Todavia, sua importância aumenta quando ressaltamos a precariedade histórica em que as prisões brasileiras se encontram. A insalubridade, a superlotação, a qualidade da alimentação e água servida, a falta de atendimento médico e psicológico, as violências cometidas nas unidades por policiais penais, as celas solitárias como forma de punição, torturas, a dificuldade de comunicação com as famílias, o tratamento recebido pelos familiares nos dias de visita e o desrespeito de direitos constitucionais como a presunção de inocência não são problemas atuais. Historicamente, as prisões foram e são espaços onde o sofrimento físico e mental são usados como parte da pena (MAIA, 1998, 2017; KOERNER, 2006). Esses sofrimentos infligidos durante o processo de encarceramento intensificam *o sofrer prisional* como explica Godoi (2016) ao analisar e correlacionar as dinâmicas das políticas criminais, da administração penitenciária e do sistema de justiça no contexto brasileiro.

Importante também ressaltar que a precariedade extrema e as violências que as pessoas aprisionadas experimentam durante seu processo de encarceramento nas unidades prisionais brasileiras é confirmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 347²³, em 2015. A decisão do STF reconhece o “estado de coisas inconstitucional” do sistema prisional brasileiro. Desta forma, o órgão de cúpula do poder judiciário admite e atesta oficialmente que as condições do sistema prisional brasileiro são contrárias a diversas garantias e direitos estabelecidos pela Constituição Federal. Internacionalmente, as visitas feitas pela Comissão Internacional de Direitos Humanos²⁴ no território brasileiro relatam as condições desumanas em que se encontram as prisões brasileiras. Em trecho do voto do ministro do STF, no acórdão de julgamento da mencionada Ação de

²³ O Acórdão completo da ADPF 347 está disponível no site: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665> Acessado em 06/04/2023.

²⁴ Para maiores informações, acessar o documento disponível no site: <https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2018/238OPport.pdf> Acessado em 06/04/2023.

Descumprimento de Preceito Fundamental, o ministro Luís Barroso afirma que:

Desse modo, as pessoas foram condenadas a serem presas. E, em certos casos, devem permanecer presas. Mas não foram condenadas a sofrerem violência físicas, a sofrerem violências sexuais, a não terem sabonete, pasta de dente, escova de dente, papel higiênico, nem lugar para fazer as suas necessidades básicas, como se encontra relatado no voto louvável, sob todos os aspectos, do eminente Ministro Marco Aurélio (Acórdão, 2015, p. 72).

Diante do exposto, é fato que as prisões brasileiras são espaços de extrema precariedade e as pessoas que se encontram nelas estão expostas a violências e violações de direitos a partir do momento que lá chegam. Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos atestam essa situação de forma oficial. Os dados disponibilizados pelo SISDEPEN relativos ao quadro de funcionários da saúde e a estrutura física onde atendimentos médicos e psicológicos são realizados também confirmam esse estado de precariedade extrema das unidades prisionais brasileiras. Usando como exemplo o estado de Pernambuco, que possui 3.287 mulheres aprisionadas, observamos que o equipamento de saúde prisional do estado não é suficiente para que todas tenham seu direito à saúde assegurado já que é formado na sua totalidade por 3 consultórios médicos, 1 cela de enfermagem, 3 consultórios odontológicos, 1 sala de procedimento, 1 sala de esterilização, 1 sala de lavagem e descontaminação, 3 postos de enfermagem, 1 sala de coleta para laboratório e 2 farmácias. Em termos de equipe médica e psicológica, há uma ginecologista, 3 dentistas, 5 enfermeiros, 8 psicólogos e 2 psiquiatras para atender 3.287 mulheres.

Assim, diante da tentativa de demonstrar por meio dos dados estatísticos apresentados acima e da minha caminhada etnográfica realizada nas dezenas de vezes que entrei nas colônias penais femininas de Pernambuco desde 2018, a pergunta que conduz essa pesquisa é: como as mulheres que se encontram nas unidades prisionais de Pernambuco sobrevivem às violências, às violações de direitos e à precariedade extrema as quais estão submetidas durante os seus processos de encarceramento? Como elas chegam vivas ao final de suas penas? Como fazem para sobreviver às prisões?

Essas perguntas foram emergindo gradualmente em mim a partir do momento em que entramos no Bom Pastor em 2018. Elas foram aparecendo aos poucos em cada entrada que fazíamos. Inicialmente, não era esse o caminho que pretendia seguir, mas, ao ir entrando, fui sendo afetada nos moldes trazidos por Jeanne Favret-Saada (2005). Ao me expor ao sistema

prisonal, ao cruzar inúmeras fronteiras, algumas mais visíveis que outras, fui me deixando afetar por tudo que via e ouvia, ficando submersa inicialmente a afetos de pânico, angústia, indignação e horror. E, imersa em tantos afetos, fui caminhando na tentativa de compreender como a sobrevivência é possível diante de tanta violência e precariedade. Todavia, no exercício de compreender essa experiência a qual me submeti e, ao mesmo tempo, fui submetida, observei a força, a solidariedade e a coragem das mulheres com quem me encontrei, troquei experiências e ouvi. Tudo isso me serviu como farol analítico para compreender a importância das estratégias de sobrevivência e o cotidiano das prisões femininas de Pernambuco. Percebi, portanto, que ser estratégica é fundamental para sobreviver às violências praticadas pelo estado nas unidades prisionais e suas omissões e que diversas são as formas que as mulheres utilizam para chegarem vivas ao final de suas penas.

2.2.1 Afinal, quem são as mulheres aprisionadas?

Nas entradas que fiz nas prisões desde 2018 principalmente no Bom Pastor e na Cotela, observei e conversei com muitas mulheres e alguns homens trans que estavam vivendo o encarceramento. O cárcere se mostrava para mim em movimentos bruscos quando cruzava fronteiras, mas, ao mesmo tempo, de forma lenta me afetando a cada encontro que acontecia. Foi por meio das oficinas que realizamos que entrei e saí das prisões várias vezes. Fazendo essas entradas e dialogando em rodas de conversa que fui conhecendo as mulheres e homens trans que estavam lá. Nas primeiras entradas, confirmei que corpos iguais ao meu, um corpo de mulher branca, eram poucos. A maioria das mulheres que vi e vejo nas prisões são negras.

O SISDEPEN confirma esse dado: 85,2% das mulheres aprisionadas em Pernambuco são negras. Minha branquitude e o fato de eu pertencer a classe média com elevado poder simbólico (BOURDIEU, 1992) tinham contribuído, até certo ponto, para viabilizar as entradas nas unidades. Por outro lado, intuía que as diferenças entre nós poderiam criar barreiras em nossas interlocuções. Afinal, o que tínhamos em comum era o fato de termos sido identificadas como mulheres no começo de nossas vidas. Mas experimentamos formas diferentes de ser mulher no mundo. Por isso, muito me inquietava a forma como os diálogos se dariam. Tentei evitar entrevistas por um longo período durante a pesquisa por sentir que poderia não existir conexão entre nós. Meu corpo emitia sinais de que eu pertencia ao grupo de pessoas que julgava, condenava ou considerava as mulheres e homens trans criminosas e integrantes naturais das prisões (ALVES, 2017).

Débora Diniz (2015), ao realizar pesquisa em uma unidade prisional em Brasília, analisa sua entrada no cárcere por meio dos sinais que seu corpo emite dentro da unidade. Ao perceber que as cores das roupas também demonstraram a função que as pessoas exerciam na prisão, a autora reflete quais sinais seu corpo emitiria sobre o que estava fazendo ali. Da mesma forma, o simples fato de portar uma caneta também mediaria as formas como as interlocuções poderiam ocorrer. Dessa maneira, eu também poderia ser mais uma pessoa com a caneta na mão e as interlocuções acabariam sendo mediadas pelas relações de poder que elas atestam.

Por conta disso, as oficinas também apareceram como uma alternativa para que houvesse uma melhor comunicação entre nós. As oficinas seriam um espaço-encruzilhada onde pessoas de dois territórios: as mulheres que estavam no *mundão* e as que, naquele momento, estavam aprisionadas se encontrariam. O conteúdo de cada oficina serviria como pontos comuns, de partida, para dialogarmos sobre temas e falas que surgissem.

2.2.2 Oficinas como espaços-encruzilhadas

Depois da ação de 2018, tiramos alguns meses para pensar sobre o que vivemos e sobre nossos próximos passos. A fim de dar continuidade a nossas ações, a Liberta Elas se tornou uma coletiva. Algumas participantes entraram e outras saíram. Concorremos a um edital do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia²⁵, em 2019, e nosso projeto para continuar as oficinas no Bom Pastor e na Cotela foi selecionado. Assim, estabelecemos que organizaríamos oficinas conduzidas pelas integrantes da Liberta Elas e que poderíamos convidar algumas mulheres de nossas redes de afeto e de luta para que elas também realizassem algumas oficinas cujo conteúdo escolhido tivessem conexão com nossos pontos centrais: direitos, afetos, autocuidado e diálogos entre mulheres. Em 2019, a Liberta Elas era formada por mim, Amanda Montenegro, Clarissa Trevas, Fernanda Trevas, Fernanda Viana, Nathielly Araújo, Thaisi Bauer e Waneska Viana.

Conseguimos realizar 29 oficinas e participar de dois eventos organizados pela direção do Bom Pastor: o Concurso de Beleza para a escolha da Miss e do Mister no dia 26/03/19 e a Festa dos Dias das Crianças em 13/10/19. Entre essas ações, participei de 25 oficinas e dos dois

²⁵ Para maiores informações sobre o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, acessar <https://soscorpo.org/>. Acessado em 10/04/2023.

eventos. A primeira oficina no Bom Pastor, aconteceu no dia 20/02/2019 e última no dia 29/11/2019. Na unidade de Abreu e Lima, a primeira oficina aconteceu no dia 11/03/2019 e a última em 27/12/2019. Nesse período, as oficinas tiveram temas variados, prevalecendo as oficinas de introdução ao processo penal, roda de escutas e o clube do livro. As duas primeiras aconteceram no Bom Pastor e a última na Cotela.

Nos primeiros meses de 2020, entrei algumas vezes até as unidades serem fechadas em março por conta da Covid-19. Durante os momentos mais críticos da pandemia, o acesso físico foi totalmente cortado, inclusive para os familiares. Porém, antes do fechamento, eu e Clarissa Trevas conseguimos realizar uma oficina intitulada Nós e a Justiça, nos dias 28, 29, 30 e 31 de janeiro de 2020 na Cotela. Depois desse período de fechamento das unidades, retornamos em 2022 quando recebemos permissão da Secretaria Executiva de Ressocialização - Seres para entrar novamente. Desta vez, fomos à Colônia Penal Feminina de Buíque nos dias 27 e 28 de abril. Lá passamos dois dias inteiros realizando oficinas com todas as mulheres e homens trans que quisessem participar.

Em outubro de 2022, entramos a convite de Juliana Gleymir no Bom Pastor para participar de uma sessão do Cineclube Alumia, organizado por ela, em outubro de 2022. Na Cotela, entregamos presentes que recolhemos por meio da campanha organizada pela Liberta Elas 'Amigas Secretas' em dezembro de 2022. Em março de 2023, entramos para entregar doações de kits de higiene pessoal que arrecadamos também em campanhas junto com a torcida de futebol organizada Avante Santa Cruz - Portão 10 na Cotela. Em maio de 2023, entramos três dias para realizar três oficinas na Cotela com o NECCEP mais uma vez.

As oficinas eram momentos em que muitos diálogos eram possíveis. Até chegarmos nos locais onde geralmente elas aconteciam, passamos por muitos corredores e grades, sendo possível observar as unidades por dentro. Havia também muita tensão e nunca sabíamos ao certo se realmente iríamos conseguir entrar. A sensação que tinha era de que andávamos em cima de uma navalha e que a qualquer momento alguma grade poderia bater. Toda essa tensão diminuía um pouco quando as oficinas começavam. Quando eu não eraicineira responsável por facilitar o encontro, observava ainda mais. O interesse das mulheres em nós e em nossas atividades era sentido pela presença cada vez maior de pessoas que queriam participar. Muitas participantes queriam falar, contar suas histórias, outras queriam escutar, ficar em silêncio ou também observar o que fazíamos.

Aos poucos, fomos aprendendo quais oficinas funcionavam mais e quais atividades geravam mais participação. Por outro lado, também percebemos que a concentração do grupo se perdia rapidamente em alguns momentos e que era comum que algumas participantes monopolizassem as falas. Assim, as oficinas eram territórios de diálogos intensos e, muitas vezes, desafiadores.

Figura 20 – Oficina de Maquiagem na Cotela - março de 2019



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 21 – Dia das Crianças no Bom Pastor - outubro 2019



Foto: Arquivo Pessoal

Figura 22 – Oficina de Introdução ao Processo Penal - 2019



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 23 – Clube do Livro na Cotela - 2019



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 24 – Clube do Livro - 2019



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 25 – Roda de Escuta no berçário do Bom Pastor - 2019



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 26 – Cineclube Alumia e Liberta Elas no Bom Pastor - 2022



Fonte: Arquivo Pessoal de Juliana Gleymir

Figura 27 - Oficina de trança no refeitório do Bom Pastor - 2019



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 28 - Oficina de trança no refeitório do Bom Pastor -2019



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 29 - Oficina de Turbante - 2019



Fonte: Arquivo Pessoal

2.2.3 Oficina de introdução ao processo penal

A primeira oficina de introdução ao processo penal aconteceu no dia 29/03/2019 e foi nossa quarta entrada no Bom Pastor em 2019. No total, foram seis oficinas. Eu e Clarissa estávamos à frente da organização e execução. Essa oficina surgiu de uma articulação entre a Liberta Elas e André Carneiro Leão, defensor público da União, em Pernambuco, no Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco, em Recife, em 2018. Depois de algumas reuniões de organização, acordamos que Tarcila Maia, defensora pública da União, iria participar das oficinas, que teriam por objetivo tirar dúvidas sobre direito, processo penal e sobre a própria função da defensoria (Anexo G). No decorrer das oficinas, o grupo de extensão da Faculdade de Direito de Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, Grupo Robeyoncé, também se juntou à nossa equipe. Tentamos puxar a defensoria pública estadual, mas, neste momento, não houve envolvimento.

Basicamente, a oficina tinha duração de duas horas e era dividida em cinco momentos. Inicialmente, organizávamos as cadeiras em círculo e começávamos por uma apresentação da Liberta Elas e de todas as pessoas que estavam na sala. Cada pessoa falava seu nome e alguma informação mais rápida sobre si, caso quisesse, como o time pelo qual torcia e/ou o signo do horóscopo a qual pertencia. Essa dinâmica visava quebrar um pouco o gelo. Em seguida, Tarcila fazia sua fala sobre o papel da defensoria e as fases do processo penal de maneira curta e direta. Após, abríamos para perguntas e dúvidas trazidas pelas participantes, tínhamos um intervalo para o lanche e encerrávamos com a ‘dinâmica do beijo’, metodologia feminista que vivenciei em alguns encontros com mulheres do movimento feminista. Entre as seis oficinas que aconteceram no Bom Pastor, participei de cinco que aconteceram nos meses de março, abril, maio, junho e novembro de 2019. Cerca de 119 mulheres participaram das seis oficinas, sendo esta a oficina de maior público no Bom Pastor. As mulheres e homens trans que lá estavam queriam saber informações sobre seus processos penais e tirar algumas dúvidas sobre eles.

Durante as oficinas de introdução ao processo penal, observei alguns pontos. Inicialmente, estava bastante receosa sobre o interesse das mulheres na oficina já que havia observado uma grande dificuldade de concentração das participantes. Mas me recordava da enorme demanda das participantes em serem escutadas durante as oficinas de 2018. Ademais, temia que uma oficina jurídica com um conteúdo mais técnico não fosse atrativa. Todavia, as falas de Tarsila eram rápidas, diretas e seguras, dispensando todo o *juridiquês* tradicional da maioria dos operadores de direito. Ademais, a maior parte do tempo era destinado às perguntas e dúvidas trazidas pelas participantes, sendo as temáticas relacionadas com suas próprias experiências no sistema de justiça criminal. Íamos anotando os nomes das mulheres que queriam falar de modo que todas pudessem ter sua voz e vez respeitadas. Sempre ressaltamos que a presença na oficina não era obrigatória e que perguntas não precisavam ser feitas caso não houvesse vontade. Mas a maioria das participantes perguntava. Eu anotava poucas coisas, como algum detalhe marcante da narrativa, que mais tarde me ajudasse a identificar o caso contado. Deixava a caneta de lado, focando mais nas falas e no contato visual, deixando evidente meu interesse em escutá-las. De certa forma, já começava a entender que a oralidade era a forma de comunicação que fomentava as relações de confiança entre nós, parar para escrever algo poderia quebrar a relação de confiança que vinha sendo construída com a Liberta Elas.

Geralmente, as perguntas eram sobre se o andamento do processo penal estava correto e/ou uma opinião sobre o que elas deveriam fazer para agilizar as movimentações processuais. As participantes também nos contavam sobre as situações que viveram e que lhes trouxeram para a prisão. Muitas traziam narrativas de violência policial, tortura, solidão, pobreza, abandono, dor, racismo, lentidão e seletividade do sistema de justiça criminal. Relatos sobre prisão em flagrante e *forjados*²⁶ eram comuns. Percebemos que os crimes mais falados eram comércio ilegal de substâncias consideradas ilícitas, roubos e furtos. A maioria eram mulheres jovens, mas também havia participantes mais velhas, sendo difícil mensurar as idades. Muitas mulheres aparentavam ser mais velhas do que as idades que diziam, o que me fez pensar sobre a prisão como um processo de envelhecimento precoce. A maioria das participantes eram mães e mulheres negras. Algumas vezes também me sentia observada ao observar as participantes falando e fui percebendo que, à medida que demonstrávamos respeito, seriedade e atenção, sem externar julgamentos sobre suas ações, mais à vontade elas se sentiam para falar.

Outro ponto importante foi a decisão da equipe em trazer respostas para as perguntas feitas sobre o andamento de seus processos durante as oficinas. A partir da segunda oficina, trazíamos informações sobre o andamento de seus processos, informações simples sobre a próxima etapa ou onde o processo parou. E ao repassar, individualmente, observei como o ato de trazer informações simples e diretas sobre os processos penais era importante para elas, porque trazia indícios sobre quanto tempo ainda passariam na prisão. Ademais, observei muitas mulheres que possuíam conhecimento jurídico sobre progressão de regime e tipos penais. O interesse pela oficina também foi sendo demonstrado pela fluidez dos diálogos.

O encerramento das oficinas se dava por meio da formação de uma roda quando realizamos a ‘dinâmica do beijo’, sendo esse momento um espaço de afeto e acolhimento. As falas, os relatos e as histórias sobre como se deu a atividade criminal atribuídas a elas, seus julgamentos e suas prisões eram carregados de muito sofrimento e emoção por trazerem sempre relatos de violência policial e violações de direitos. Nossa preocupação era proporcionar um fechamento mais delicado já que a maioria das participantes se abria para nós narrando partes importantes de suas vidas. Não queríamos ir embora e deixar os afetos tão soltos. Desta forma,

²⁶ Os forjados acontecem quando a polícia militar simula um flagrante para prender as pessoas. Muitos foram os relatos que mencionam como a polícia militar age quando não encontra nenhum indício de substâncias ilícitas. Assim, para justificar sua prisão, bater suas metas estabelecidas pelo Pacto pela vida e ganhar seu bônus nos salários, muitos policiais colocam substâncias ilícitas e acusam as pessoas de serem as proprietárias por terem a suposta posse. Em muitos casos, quando a quantidade de substâncias ilícitas são poucas, os policiais militares dizem que acharam mais. Eles forjam que encontram mais substâncias do que realmente acharam no momento da abordagem e da prisão.

a dinâmica do beijo seria um momento de carinho entre todas nós antes de irmos embora. Assim, a dinâmica virou um momento frequente de demonstração de afetos e descontração ao final de cada oficina. Aprendi a dinâmica em algumas reuniões do movimento feminista e sempre tive um carinho por essa metodologia por trazer sentimentos de cuidado, força e companheirismo entre as mulheres. Quando fazíamos, sempre havia, inicialmente, um burburinho e risadas altas entre as participantes que ecoavam pela sala. Sempre aparecia alguém que dizia que não ia participar, mas a maioria gostava e muitas se emocionavam inclusive eu.

A dinâmica era a seguinte: em pé, fazíamos um círculo. Juntas uma da outra, olhando para o centro do círculo, entrelaçávamos nossos braços nas duas mulheres ao nosso lado esquerdo e direito. Cada uma, na sua vez e de forma sequenciada, dava um beijo na bochecha da mulher à sua esquerda que fazia o mesmo com a mulher à sua esquerda. Quando o beijo chegava na mulher que iniciou o beijo, fazíamos o percurso contrário. Assim, a dinâmica acabava quando todas as mulheres tinham sido beijadas duas vezes. Um beijo para cada lado do rosto. Depois dessa dinâmica, muitas iam embora e outras tantas se abraçavam. Era assim que encerrávamos as oficinas de introdução ao direito penal no Bom Pastor.

2.2.4 Mais dados do SISDEPEN e outros caminhos percorridos, ou: a caminhada se faz ao caminhar

Outros dados do SISDEPEN trazem informações importantes sobre as pessoas que estão aprisionadas nas unidades femininas em Pernambuco. Nesse estado, seis são os estabelecimentos destinados para mulheres e homens trans: as colônias penais femininas de Recife, Buíque e Abreu e Lima, as duas cadeias públicas femininas: a de Verdejante²⁷ e a de Petrolina e o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico²⁸, localizado em Abreu e Lima perto da unidade prisional feminina do município de mesmo nome. Entrei nos estabelecimentos

²⁷ A cidade de Verdejante fica a 505 Km de Recife. Para maiores informações: <https://www.verdejante.pe.gov.br/>. Acessado em 14/04/23. A de Petrolina fica na divisa de Pernambuco e Bahia a 716 km de Recife. Para outras informações, verificar o site <https://petrolina.pe.gov.br/com-atraco-es-nacionais-para-todos-os-gostos-sao-joao-de-petrolina-e-anunciado/>. Acessado em 14/04/2023

²⁸ Segundo uma reportagem da Folha de Pernambuco de 16/04/2021, o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Pernambuco foi transferido do município da Ilha de Itamaracá para Abreu e Lima, passando a se chamar Centro de Saúde Penitenciário. Ressaltamos que na mencionada unidade prisional ficam pessoas do gênero feminino e masculino que se encontram submetidas a medidas de segurança - internamento hospitalar - por determinação judicial. Todavia, mantive o nome de Hospital porque foi disponibilizado com essa nomenclatura no site do SISDEPEN. Reportagem da Folha de Pernambuco: <https://www.folhape.com.br/noticias/centro-de-saude-penitenciario-csp-tera-nova-sede-em-abreu-e-lima/180393/>. Acessado em 14/04/2023.

de Recife, Buíque, Abreu e Lima e no hospital psiquiátrico na ala feminina. Nas tabelas a seguir, é possível observar o número de pessoas nos estabelecimentos prisionais, o regime da execução da pena, faixa etária da população, quantidade de filhas e filhos que se encontram no estabelecimento prisional e o quantitativo de pessoas que trabalham nas prisões.

Tabela 05 - Número de pessoas nos estabelecimentos prisionais femininos em Pernambuco e regimes da execução da pena

Estabelecimentos prisionais femininos:	Pessoas no regime provisório	Pessoas no regime semiaberto	Pessoas no regime fechado	Total
Colônia Penal Feminina de Recife	728	0	0	728
Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima	6	220	254	480
Colônia Penal Feminina de Buíque	144	5	98	247
Cadeia Pública Feminina de Verdejante	17	0	0	17
Cadeia Pública Feminina de Petrolina	10	6	20	36
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	0	0	0	12
Total:	905	231	372	1520

Fonte: SISDEPEN - 2022

Na tabela 05, além do total de pessoas que cumprem pena nos estabelecimentos prisionais femininos, é possível verificar o quantitativo de pessoas que cumprem pena em regime provisório, semiaberto e fechado em cada unidade. O número de mulheres e homens trans que cumprem pena em prisão domiciliar não entrou no quantitativo desta tabela. Por meio dela, confirmamos que o Bom Pastor é a porta de entrada do sistema prisional feminino de Pernambuco já que todas que lá se encontram estão em regime provisório, ou seja, ainda não foram julgadas e, por isso, não receberam suas sentenças. Em Abreu e Lima, a maioria das pessoas foram sentenciadas e estão cumprindo a pena no regime semiaberto ou fechado. Em

Buíque, percebemos que predomina as pessoas no regime provisório e fechado, sendo no primeiro tipo de regime que a maioria das pessoas se encontra. Na Cadeia Pública de Verdejante, todas são provisórias e, em Petrolina, a maioria se encontra em regime fechado. Desta forma, é em Abreu e Lima que a maioria das mulheres aprisionadas em regime fechado ficam. Na tabela 06, é possível observar a faixa etária nas prisões femininas. Nesta categoria de análise, não há informações fornecidas sobre a população prisional feminina em Petrolina nem a do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Tabela 06 - Faixa etária das pessoas na Colônia Penal Feminina de Recife - Pernambuco

Faixa etária:	Colônia Penal Feminina de Recife
18 a 24 anos	22,8%
25 a 29 anos	31,59%
30 a 34 anos	18,54%
35 a 45 anos	20,6%
46 a 60 anos	6,18%
mais de 60 anos	0,27%
Total	100%

Fonte: SISDEPEN - 2022

Nas tabelas 06, 07, 08 e 09, podemos observar como em cada estabelecimento prisional feminino, em Pernambuco, as faixas etárias das mulheres aprisionadas são distribuídas. Na unidade de Recife, Tabela 06, é possível perceber que a maioria das pessoas aprisionadas têm entre 25 e 29 anos. Em Verdejante, Tabela 09, a maioria das mulheres tem entre 18 e 24 anos. Nesses dois estabelecimentos, a população mais jovem prevalece. Se cruzarmos com a Tabela 05 que traz os regimes de pena em que as pessoas dos estabelecimentos prisionais se encontram, notamos que tanto a Colônia Penal Feminina de Recife quanto a Cadeia Pública de Verdejante

possuem apenas pessoas em prisão provisória, sendo, portanto, os locais por onde as pessoas iniciam seus processos de encarceramento.

Tabela 07 - Faixa etária das pessoas na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima - Pernambuco

Faixa etária:	Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima
18 a 24 anos	6,46%
25 a 29 anos	23%
30 a 34 anos	16,67%
35 a 45 anos	30,21%
46 a 60 anos	13,75%
mais de 60 anos	1,25%
Sem informação	8,75%
Total	100%

Fonte: SISDEPEN - 2022

Tabela 08 - Faixa etária das pessoas na Colônia Penal Feminina de Buíque - Pernambuco

Faixa etária:	Colônia Penal Feminina de Buíque
18 a 24 anos	22,67%
25 a 29 anos	24,7%
30 a 34 anos	13,77%
35 a 45 anos	25,1%
46 a 60 anos	11,74%
mais de 60 anos	2,02%
Total	100%

Fonte: SISDEPEN - 2022

Tabela 09 - Faixa etária de pessoas na Cadeia Pública de Verdejante - Pernambuco

Faixa etária:	Cadeia Pública de Verdejante
18 a 24 anos	29,41%
25 a 29 anos	23,53%
30 a 34 anos	17,65%
35 a 45 anos	23,53%
46 a 60 anos	5,88%
mais de 60 anos	0
Total	100%

Fonte: SISDEPEN - 2022

Se olharmos para a unidade prisional de Abreu e Lima, Tabela 07, e Buíque, Tabela 08, é possível perceber que a faixa etária que apresenta o maior número de pessoas é a que vai dos 35 aos 45 anos. Principalmente em Abreu e Lima, onde a maioria, que lá se encontra, está em regime fechado, percebemos que 30,21% se encontram nessa faixa etária. Em Buíque, notamos um equilíbrio maior na distribuição das idades, mesmo que a maioria das pessoas tenha entre 35 e 45 anos. É interessante perceber que essa distribuição mais homogênea em Buíque pode ocorrer porque há pessoas cumprindo pena em todos os regimes, sendo esta unidade a que recebe mulheres que não moram na capital nem em sua região metropolitana²⁹. Assim, percebemos que as unidades em que há pessoas cumprindo pena em regime fechado apresentam um quantitativo maior de pessoas mais velhas do que nas unidades onde predomina o regime provisório. Podemos deduzir que as pessoas são aprisionadas mais jovens e, à medida em que esperam serem sentenciadas, muitos anos se passaram. Desta forma, ao esperar seu julgamento, aprisionadas, muitas pessoas jovens já enfrentam uma condenação que foi realizada sem respeitar princípios constitucionais fundamentais como o do contraditório, da ampla defesa e da presunção de inocência³⁰. Se cruzarmos esses dados com as informações sobre a raça das

²⁹ Muitas mulheres do agreste e do sertão de Pernambuco são enviadas para lá. Por essa movimentação, a Colônia Penal de Buíque pode ser considerada uma prisão de trânsito e também de castigo já que mulheres aprisionadas em Recife e Abreu e Lima são enviadas para lá como punição extra.

³⁰ Os princípios do contraditório e da ampla defesa e o da presunção de inocência encontram-se no artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988. O primeiro assegura o contraditório e a ampla defesa no decorrer do processo penal (art. 5º, LV) e o segundo afirma que: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5º, LVII).

mulheres aprisionadas, também fornecido pelo SISDEPEN, percebemos que o aprisionamento de mulheres aqui em Pernambuco é voltado para mulheres jovens e negras que esperam anos, aprisionadas, para serem (re)condenadas.

Nas próximas tabelas, observamos algumas categorias sobre maternidade.

Tabela 10 - Quantitativo de pessoas privadas de liberdade nas unidades prisionais femininas de Pernambuco com pelo menos uma filha ou um filho

Estabelecimentos prisionais:	Número de pessoas com pelo menos uma filha ou um filho	Sem dados sobre essa categoria
Colônia Penal Feminina de Recife	0	100%
Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima	76% ³¹	30%
Colônia Penal Feminina de Buíque	77%	0
Cadeia Pública Feminina de Verdejante	76%	0
Cadeia Pública Feminina de Petrolina	0	100%
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	0	100%

Fonte: SISDEPEN - 2022

Tabela 11 - Total de filhos e/ou filhas de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos prisionais femininos em Pernambuco e no Brasil

Territórios:	Total de filhos e/ou filhas de pessoas em privação de liberdade os estabelecimentos prisionais
Pernambuco	78
Brasil	606

Fonte: SISDEPEN – 2022

³¹ Esse percentual se refere ao total das mulheres e homens trans que tiveram seus dados coletados na unidade. O SISDEPEN não dispõe de todos os dados da população prisional. Desta forma, neste caso, há informações referentes a 70% das pessoas nas unidades e, entre essas, 76% têm pelo menos um filho ou filha.

O primeiro ponto que podemos observar diante dos dados trazidos pela Tabela 10 é que três dos seis estabelecimentos prisionais femininos não fornecem informações sobre o quantitativo de mulheres e homens trans que possuem pelo menos uma filha ou filho. A Colônia Penal Feminina de Recife, a Cadeia Pública de Petrolina e o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico não fornecem dados nesta categoria. Dessa forma, observamos um ponto fraco no SISDEPEN: há muitas lacunas nos dados fornecidos. A ausência de dados pode ser total como no caso desses três estabelecimentos citados ou parcial como vemos no caso de Abreu e Lima. Na mesma categoria, a unidade prisional de Abreu e Lima, disponibilizou informações referente a 70% das pessoas que lá se encontravam. Essas lacunas evidenciam a fragilidade dos dados sobre o sistema prisional do Brasil, além de tornar menos visível a realidade do estado carcerário.

Utilizamos o SISDEPEN por ser um dos únicos bancos de dados do governo, mas ressaltamos seus limites. Assim, dentro deste contexto, percebemos que cerca de 76% das pessoas que se encontram em estabelecimentos prisionais femininos em Pernambuco possuem pelo menos uma criança. Desta forma, os impactos do encarceramento de mulheres e homens trans atingem muitas crianças. Aliás, a presença de crianças sempre foi constante nas unidades prisionais femininas de Pernambuco como veremos nos capítulos 3 e 4. Por ora, ressaltamos que a maioria das pessoas que cumprem pena nas unidades prisionais femininas têm pelo menos uma filha ou filho.

A Tabela 11 também traz mais dados sobre a maternidade vivida entre as grades e reforça a necessidade de pensarmos sobre os impactos nas crianças e famílias quando mulheres e homens trans são aprisionados. Ao trazer informações sobre o quantitativo de filhos e filhas que se encontram em privação de liberdade junto com suas mães nas unidades prisionais femininas, observamos a presença de 78 crianças, em Pernambuco e de 606 crianças, no Brasil, ou seja, cerca de 684 crianças cumprem pena com suas mães. Desta forma, as prisões interferem na vida de pessoas que não estão aprisionadas diretamente. Os familiares das pessoas sob custódia do estado são também atingidos diretamente pelo encarceramento (BURITY, 2005). Segundo o SISDEPEN, cerca de 684 crianças estão incluídas no cotidiano prisional no começo de suas vidas.

Na Tabela 12 abaixo, observamos o número de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos prisionais femininos em Pernambuco que exercem atividades laborais, educacionais ou ambas. Mais uma vez, os dados estão incompletos. No Hospital de Custódia e

Tratamento Psiquiátrico, os dados fornecidos não são divididos por gênero, já que se trata de um estabelecimento misto, e as cadeias públicas femininas de Verdejante e Petrolina não forneceram os dados nesta categoria. Nas unidades que enviaram as informações, notamos que são as atividades educacionais que mais oferecem vagas. Nas três colônias penais, há escolas. As atividades laborais que configuram o trabalho prisional dispõem de algumas vagas, sendo a unidade prisional feminina de Abreu e Lima o local que apresentou o maior número de pessoas em atividades laborais, 199. Se cruzarmos esses dados com o número total de pessoas nas unidades (Tabela 05), verificamos que é a minoria de pessoas que exercem atividades laborais. O ócio nas prisões femininas sempre foi um aspecto trazido pelas mulheres com quem dialoguei. Muito escutei sobre a dificuldade e a importância de *ocupar a mente* no cárcere. O adoecimento mental e o alto índice de mulheres e homens trans que usam remédio controlado podem também ter conexões com a ausência de atividades que preencham o tempo nas prisões.

Tabela 12 - Número de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos prisionais femininos em Pernambuco em atividades laborais, educacionais ou em ambas

Estabelecimentos prisionais femininos:	Total de pessoas em atividade laboral:	Total de pessoas em atividades educacionais:	Total de pessoas em atividades laborais e educacionais simultaneamente:
Colônia Penal Feminina de Recife	58	627	17
Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima	199	638	0
Colônia Penal Feminina de Buíque	37	455	0
Total:	294	1.720	17

Fonte: SISDEPEN - 2022

Os dados mencionados pelas tabelas acima são úteis para constatar quem são as pessoas que estão aprisionadas e as estruturas das unidades prisionais femininas. Ademais, outros caminhos também foram percorridos para essa pesquisa ser realizada. Além de procurar e compreender os dados estatísticos estatais, utilizei documentos históricos que encontrei em arquivos públicos como matérias de jornais, fotografias, cartões postais e a carta da Irmã Breve de 1946, a primeira diretora do Bom Pastor, material que analisaremos no próximo capítulo.

Em 2020, escrevi um memorial sobre as experiências vividas, as observações e as temáticas que apareciam a partir de diálogos que mantive com as pessoas antes, durante e depois das oficinas nas inúmeras entradas que fiz como integrante de uma coletiva feminista nas unidades prisionais femininas de Pernambuco. A realização de inúmeras oficinas foi, portanto, importante nesta caminhada que contou com uma abordagem etnográfica costurada com multimétodos (FELTRAN; MOTTA, 2021). As oficinas contribuíram para a criação de um espaço comum e, até certo ponto, seguro diante da vigilância da prisão. Dessa maneira, as oficinas funcionaram de forma heurística, já que eram momentos em que poderíamos conversar mais livremente dentro dos inúmeros limites que nos eram impostos e diante das nossas diferentes trajetórias de vida. Assim, assuntos e várias situações relacionadas ao processo de aprisionamento iam surgindo a partir de nossas rodas de conversa. Às vezes de forma mais direta, outras vezes nas brechas das conversas, durante os intervalos e, transversalmente, nos assuntos trazidos. Como explica Gabriela Braga,

A prisão é por excelência o espaço do não-dizível, isto é, o que acontece e o que se sente na vida no cárcere não são temas facilmente verbalizáveis. Nesse espaço onde o uso da palavra é regulamentado e os discursos (des)legitimados a todo momento, o uso de ferramentas rígidas - como o questionário - nos dá acesso apenas a uma parte da história. As coisas mais interessantes que se percebem na prisão são as que se falam ao pé do ouvido, pelas grades, pelos olhos, pelas mãos, tais como: o tom da voz, o cheiro característico do ambiente, o 'clima', a forma de se vestir que denuncia a diferença social e institucional de seus personagens, as pequenas regulamentações e suas sutis transgressões (2014, p. 52).

Por isso, as oficinas eram espaços-encruzilhadas já que fazê-las acontecer nos fazia cruzar muitas fronteiras, assim como acontecia com as mulheres e homens trans que participavam delas. Para elas e eles também não era diferente, muitas foram as fronteiras cruzadas antes de serem aprisionadas. E forte era o processo de deslegitimação que foram expostas muito antes de chegarem às prisões. Falar, portanto, nem sempre era permitido, sendo preciso ser estratégica para se fazer entender. Assim, informações e conhecimentos eram comunicados e trocados nas oficinas e o grupo de pessoas que se reunia naquele momento contribuía para fortalecer os relatos que acabavam sendo construídos por todas, já que muitas tinham passado por situações muito semelhantes de violência. Outro ponto importante é que, durante a realização das oficinas, a vigilância poderia ser driblada por alguns momentos. Dessa maneira, as oficinas acabaram se tornando um espaço interseccional já que também

funcionavam como uma ferramenta analítica sinestésica por conta da diversidade de trajetórias de vida e assuntos trazidos que apresentavam muito pontos comuns e diferentes entre nós que lá estavam (COLLINS; BILGE, 2016; COLLINS 2016; 2019). Todavia, os pontos comuns e as diferenças entre nós que surgiram nos ajudaram a compreender a complexidade de como as violências estatais aconteciam na vida da maioria de mulheres e homens trans antes e durante o processo de encarceramento. Assim, a cada oficina, fui observando quem eram as pessoas que lá chegavam, como se davam suas relações comigo, com as outras mulheres, com as funcionárias da unidade e com os/as policiais penais, quais eram os elementos da rotina prisional, as hierarquias de poder, as temáticas dos assuntos que eram trazidos e vários outros aspectos. Foi um momento de grande aprendizado sobre o estado carcerário e seu impacto nas vidas das pessoas que lá estavam assim como na vida de seus familiares já que a precariedade do cárcere imposto a essas pessoas também eram trazidas durante nossas conversas a todo instante. Permaneci nessas idas e vindas, de 2018 até 2020, e, desde 2022 venho retornando aos poucos ao Bom Pastor e à Cotela. Porém, as dificuldades de entrada aumentaram diante da incidência política que começamos a fazer por meio da Liberta Elas junto aos movimentos sociais, mandatos políticos e espaços institucionais como a Assembleia Legislativa de Pernambuco e Tribunal de Justiça do estado.

Em março de 2020, por conta da Covid-19, as unidades prisionais de Pernambuco foram fechadas e o já pouco acesso do público foi interrompido. Nesse período, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ publicou no dia 17 de março de 2020 a Recomendação 62³² sugerindo algumas medidas desencarceradoras ao poder judiciário brasileiro com o objetivo de tornar as prisões menos aglomeradas por conta da pandemia. Entre essas recomendações, havia a possibilidade de reavaliação das prisões provisórias e a concessão de saídas, antecipando o regime aberto. Desta forma, eram sugestões de medidas que fariam mulheres e homens trans saírem das unidades prisionais femininas mais rapidamente. Todavia, as recomendações do CNJ não foram seguidas aqui em Pernambuco como conclui Clarissa Trevas (2022) quando analisa as decisões do Tribunal de Justiça do estado referentes aos pedidos feitos para as mulheres aprisionadas com base na Recomendação 62. A autora observou a predominância de pedidos negados e os motivos alegados para a negação. Desta forma, foram poucas as mulheres que se beneficiaram com a mencionada recomendação.

³² Para maiores informações sobre a Recomendação 62, acessar: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 18/04/2023

Todavia, algumas mulheres que conseguiram progredir de regime, nesse período, passando para o aberto ou saindo da prisão por meio de livramento condicional procuraram a coletiva Liberta Elas com demandas emergenciais que elas tiveram que lidar logo que saíram das unidades prisionais. Inúmeros foram os pedidos de ajuda que chegavam para a coletiva, sendo a grande maioria referentes à moradia, alimentação e falta de documentação. Muitas não tinham para onde ir nem como se alimentar. A Liberta Elas começa, portanto, a também se relacionar com mulheres que, para nós do movimento feminista abolicionista, eram mulheres que sobreviveram ao cárcere. Mulheres que conseguiram sair vivas da prisão, mas que continuavam a enfrentar condições adversas à sua sobrevivência agora no mundo pós-cárcere³³. Algumas delas nos procuraram como uma de suas estratégias para sobreviver diante da ausência de políticas públicas destinadas às pessoas que saem vivas da prisão, como por exemplo casas de apoio e acolhimento ou acesso aos programas de distribuição de renda. De uma certa forma, a Liberta Elas se tornava parte das redes de estratégias e apoio das mulheres que conhecemos nas prisões e que conseguiram sair de lá vivas. Os encontros que tivemos nas unidades, de uma certa forma, ultrapassaram os muros e fizeram com que entrássemos em contato novamente. A solidariedade forjada entre mulheres (DAS, 2020) nas oficinas-encruzilhadas onde escutamos sobre *o sofrer prisional* (GODOI, 2016) das outras mulheres (re)produziu laços de confiança entre nós.

Esse foi o caso de Angela que nos procurou por meio do aplicativo de *WhatsApp* em 2020. Quando saiu da Cotela, depois de 4 anos e seis meses, ela não tinha para onde ir, passando muitos meses em situação de rua, dormindo em abrigos públicos municipais. Além dela, outras mulheres também nos procuraram pelo perfil do *instagram* da Liberta Elas. As situações enfrentadas por elas eram similares: não tinham onde morar nem o que comer, ou seja, não tinham como se manter vivas no *mundão*. A Liberta Elas, passa, dessa forma, a tecer uma rede de apoio e suporte, dentro de seus limites, com as mulheres que nos procuravam. Muitas foram as interações que tivemos com as mulheres sobreviventes e variados foram os formatos³⁴.

Assim, a partir das experiências de interações que vivi ao entrar no cárcere e com mulheres que saíram e sobreviveram a ele, fazer entrevistas com algumas delas pareceu-me

³³ Usamos aqui vida pós-cárcere no sentido de enfatizar que as mulheres deixaram de ocupar uma vaga física nas unidades prisionais, mas permaneciam cumprindo sua pena e tendo sua liberdade sob custódia do estado.

³⁴ No período entre dezembro de 2020 até maio de 2021, realizamos junto com a ONG Curumim encontros virtuais semanais de formação e acolhimento sobre justiça e direitos reprodutivos. Também realizamos encontros virtuais mensais de formação sobre o sistema de justiça criminal brasileiro com a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, Pastoral Carcerária e Justiça Global até o fim de 2021.

uma forma de observar ainda mais de perto os impactos do processo de encarceramento das pessoas e como elas construíram rotas de fuga para sobreviverem. Os diálogos entre nós se mantiveram, só que agora fora da prisão. Por meio de Angela e de outros contatos, encontrei mulheres que aceitaram ser entrevistadas. Elas queriam dar seus testemunhos e as conversas entre nós sobre suas experiências na prisão continuaram. Assim, entre março e setembro de 2021, entrevistei 13 mulheres sobreviventes do cárcere. E, por meio de busca ativa, também entrevistei, durante o mesmo período, Irmã Carmelita, integrante da Congregação da Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, Dra. Ana Moura que foi diretora da Colônia Penal Feminina de Recife, o Bom Pastor, por dez anos e Cris uma amiga que é vizinha do Bom Pastor há mais de 50 anos. Dessa forma, em 2021, realizei 16 entrevistas.

Por conta da Covid-19, essas entrevistas aconteceram por telefone. Para realizá-las, construí um roteiro que serviu como uma estrutura flexível no decorrer do processo. Antes de iniciar, expliquei a todas que as entrevistas seriam usadas nesta pesquisa. Todas concordaram e permitiram o uso do material, inclusive queriam que os nomes usados fossem os verdadeiros, como uma forma de registrar suas vivências e denunciar o que viveram na prisão. Todavia, depois de muitos argumentos sobre a importância do anonimato, elas concordaram em ter os seus nomes modificados por questão de segurança. As entrevistas foram divididas em quatro momentos: trajetórias de vidas, *queda*³⁵, aprisionamento e vida no cárcere. No primeiro momento, pedi que cada uma falasse um pouco sobre sua vida a partir de sua infância. No segundo momento, perguntava como tinha se dado o dia do aprisionamento. Na terceira parte, era o momento que conversávamos sobre os primeiros dias na prisão, as regras de convivência e como se dava o encaminhamento para as celas e, por fim, buscava saber sobre as redes de apoio, o cotidiano, as relações entre as pessoas, afetos e estratégias de sobrevivência.

Desse modo, entre as 13 mulheres sobreviventes do cárcere entrevistadas, observam-se alguns pontos. Primeiramente, 77% se consideram mulheres negras e 92,30% são mães de pelo menos uma filha ou filho. Em relação aos tipos penais, 84,61% foram aprisionadas por crimes relacionados à comercialização de substâncias consideradas ilícitas como o crack e a maconha e 15,38% por conta de homicídio. Cerca de 77%, cumpriram pena na Cotelá e 23% estavam cumprindo pena no Bom Pastor. Todas, dessa forma, passaram pelo Bom Pastor. Cinco das entrevistadas trabalharam como concessionadas, ou seja, recebiam uma remuneração monetária pelo trabalho que realizavam nas unidades prisionais. Com relação à faixa etária, 7,7% tinham

³⁵ Queda é o dia em que a pessoa é aprisionada pela polícia.

entre 18 e 24 anos, 23% entre 25 e 29 anos, 38,4% entre 30 e 34 anos, 23% entre 35 e 45 anos e 7,7% entre 46 e 60 anos de idade. A grande maioria era de Pernambuco, 92,30%, e apenas uma entrevistada era de São Paulo. Dentre as pernambucanas, os territórios em que elas nasceram e viveram foram variados, abrangendo 7 cidades: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Goiana, Paulista, Abreu e Lima e Paudalho. Na cidade de Recife, os bairros em que as entrevistadas viveram e/ou foram aprisionadas são Coque, Areias, Santo Amaro, Iburá, Bairro de São José, Favela do Papelão, Torre e Bomba do Hemetério. Em Olinda, foi Ouro Preto. Em Jaboatão dos Guararapes, foram Muribeca e Cavaleiro. Já, em Paulista, foi Maranguape. Em Abreu e Lima, o bairro foi Caetés I. Ao observarmos esses territórios, é possível verificar que todos são bairros de periferia, sendo nenhum deles bairros onde as classes médias e altas moram e vivem nas cidades. Desta forma, a população que habita nesses territórios apresenta maior probabilidade de ser encarcerada de acordo com as interlocutoras, e não foram poucos os relatos de mulheres que reencontravam vizinhas, amigas e familiares nas prisões. Foi comum escutar que quando chegavam nas unidades prisionais, as mulheres tinham pessoas conhecidas e que eram provenientes de seus respectivos territórios. Era, inclusive, com base nessas relações de territorialidade comum que as mulheres encontravam apoio no início de seu processo de encarceramento. Eram as vizinhas, amigas e parentes que eram as fontes iniciais de apoio e solidariedade. A prisão é, portanto, um espaço que reúne pessoas provenientes de territórios específicos e que se caracterizam por não serem territórios onde pessoas de classes mais altas habitam. As informações observadas nas entrevistas confirmam os dados trazidos pelo SISDEPEN (2022) sobre raça, tipo penal, idade e maternidade demonstrados acima.

2.2.5 Outras mulheres e os *menininhos* nas unidades

Em 26/03/2019, a Liberta Elas foi convidada para participar de um evento no Bom Pastor: um concurso de beleza. O concurso possuía duas categorias: a de Miss e a do Mister. Eu e Clarissa chegamos às 17h e ficamos até às 21h. Quando passamos pela revista, Denise nos deu as boas-vindas. Estava maquiada e usando um vestido preto, justo, onde algumas pedras douradas brilhavam pregadas no tecido de sua roupa. Seus cabelos longos estavam soltos e bem penteados. Já tinha visto Denise outras vezes, mas, nesta tarde, ela parecia estar alegre, tinha se arrumado para o evento e nos conduziu pelos corredores até a sala do psicossocial. Quando

chegamos à sala, Denise se despediu de nós, dizendo para que ficássemos à vontade, agindo como uma anfitriã acolhedora. Denise estava aprisionada há quase dez anos no Bom Pastor.

A sala do psicossocial fica perto do berçário e possui formato retangular, sendo o ambiente dividido desigualmente em duas partes por uma estante de ferro. Vemos no espaço muito papel, encadernações e caixas. A sala é pequena e refrigerada e possui cerca de cinco mesas largas de escritório com cadeiras, além de uma pequena geladeira e alguns armários quadrados de madeira com porta pregados na parede no alto. Havia uma mesa solitária que ficava mais afastada dos outros e era protegida pela estante, possibilitando alguma privacidade. Passamos cerca de duas horas aguardando o início do evento na sala do psicossocial. Durante esse período, conversamos um pouco com duas assistentes sociais. Elas trabalhavam na unidade há três anos, sob o regime de trabalho temporário, contratadas por meio de uma seleção simplificada feita pelo Estado. Durante nossa conversa, ficamos sabendo que a população prisional do Bom Pastor era composta, naquele dia, por 550 pessoas³⁶ que ficavam em 33 celas, ou seja, cerca de quase 17 pessoas por cela. Quando perguntamos sobre o atendimento psicológico, foi-nos dito que havia duas psicólogas na unidade, mas não havia local privado para que o atendimento acontecesse adequadamente, nem um espaço reservado para o atendimento das assistentes sociais. Era naquela sala, entre as servidoras, que os atendimentos aconteciam sem nenhuma privacidade.

Quando chegamos ao pátio para assistir ao concurso, o clima era de descontração e alegria, momento raro de se observar na unidade. Algumas pessoas dançavam e pareciam se divertir. No início, as assistentes sociais ficaram por perto, mas depois começaram a circular. Antes, elas mencionaram que os enfeites foram produzidos no Bom Pastor. Havia música e um DJ animava o local. Mulheres circulavam, usando roupas diferentes das que observei em outras entradas. Algumas estavam maquiadas, penteadas, usando vestidos curtos e decotados, colados ao corpo. Era um desfile à parte do oficial. Os homens trans tinham os cabelos cortados de forma curta e com alguns desenhos, demonstrando um cuidado prévio no preparo de si para o evento. O desfile aconteceu de forma organizada. Havia coreografias realizadas ora individualmente ora em grupo. As/os participantes também trocavam de roupas, apresentando diferentes figurinos. A plateia aplaudia muito, torcendo e demonstrando animação. Algumas apresentações artísticas eram intercaladas com o desfile. Houve apresentações de dança e canto e, entre os números, duas mulheres grávidas dançaram de forma sincronizada. Seus ventres

³⁶ A população prisional é sempre flutuante e varia com frequência por conta das entradas e saídas quase diárias.

estavam expostos e pintados com tintas coloridas. Elas foram bastante aplaudidas e pareciam alegres.

As assistentes sociais colocaram seus jalecos brancos antes de sair da sala do psicossocial. Com eles, elas se diferenciavam entre as mulheres. No pátio, elas também circulavam entre as pessoas e não passavam despercebidas. Eu e Clarissa ficamos paradas, observando a movimentação. Conversamos com algumas mulheres e muitas riam para nós. Observei uma mulher usando como enfeite no cabelo o tecido que usamos na oficina de turbante organizada pela Liberta Ela e conduzida por Negra Dani onze dias antes na unidade.

O evento foi organizado por um professor de dança que dá aulas, de forma voluntária, três vezes por semana. Por meio de relatos, senti que ele era muito querido na unidade. Percebia-se pelas coreografias do desfile que houve ensaios prévios. Havia uma passarela imaginária onde mulheres e homens trans desfilavam, concorrendo ao título de mais bela e de mais belo da unidade. A passarela dividia o pátio em dois lados onde o público se sentava para aplaudir as candidatas e os candidatos. Observando o desfile, foi o momento que se tornou evidente para mim a existência de muitos homens trans no Bom Pastor. Maria Clara dos Passos (2022) traz importante questão sobre o processo de ocultamento pela qual a população trans passa e a violência a que está submetida no sistema que enaltece a cisgeneridade. Antes de participar do concurso de beleza não tinha percebido a quantidade de homens trans nas unidades prisionais femininas do estado.

Eles estavam ali, existiam e agora desfilavam pelo título de Mister mais bonito do Bom Pastor, demonstrando sua masculinidade. Entretanto, eu nunca ouvi alguém se referir a eles como homens trans nas unidades do Bom Pastor nem de Abreu e Lima. Depois, percebi que os homens trans eram identificados pelas assistentes sociais e as mulheres aprisionadas como *os menininhos*. Ser chamado de *menininho* era a forma que as mulheres que se relacionavam com outras mulheres se referiam às pessoas que se vestiam e agiam de forma considerada masculina. Eles queriam ser chamados por nomes considerados masculinos e se comportavam como o par masculino das relações heteroafetivas. Os *menininhos* são muitos nas prisões e sua atenção é bastante disputada pelas mulheres.

Na frente da passarela, havia uma mesa retangular coberta por uma toalha de mesa branca onde as juradas e os jurados ficavam. O júri era formado basicamente por autoridades do sistema prisional de Pernambuco. Um pouco mais longe do pátio, também estavam Cássia e seu bebê, que observavam o evento. Cássia teve que pedir muito para que as assistentes sociais

deixassem ela e seu filho participarem do evento. Desde quando chegamos, ouvimos seu chamado na grade do berçário. Foi preciso muito convencimento para que ela e seu bebê participassem do evento. Falamos inclusive com o chefe de segurança que alegava que Cássia e seu bebê poderiam pegar alguma doença infectocontagiosa como tuberculose ou meningite caso participassem do evento. Todavia a insistência de Cássia foi grande e ela acabou conseguindo fazer parte da festa. Saímos por volta das 21h, mas o evento continuou. Três dias depois, perguntamos, na oficina de introdução ao processo penal, quem tinha ganhado o concurso de beleza. Foi-nos dito que a vencedora do concurso da Miss tinha sido Yara e o vencedor do Mister tinha sido Otto. Lembro de Yara pelas fortes palmas que vinham da plateia quando ela desfilava, mas também pela presença de elementos que correspondiam a padrões de beleza eurocêntricos. Yara tinha cabelos longos, lisos e de cor clara e olhos claros, diferente da maioria das mulheres que estavam aprisionadas no Bom Pastor.

Nossa entrada na unidade da Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima, iniciou-se devido aos limites impostos às nossas entradas no Bom Pastor. Resolvemos ir à Seres e, graças a um contato da rede de afetos de Clarissa, uma amiga do colégio, chegamos na Gerência de Educação e Qualificação Profissionalizante da Superintendência de Capacitação e Ressocialização. Clarissa entrou em contato e marcou uma reunião neste setor. Levamos nosso projeto impresso e encadernado. Contamos como ocorreu a ação de 2018 e explicamos nossa intenção de continuar com as oficinas. Falamos que já tínhamos conversado com a diretora do Bom Pastor e sobre a permissão de entrarmos duas vezes ao mês. Fomos ouvidas e foi sugerido que algumas oficinas fossem realizadas na unidade prisional de Abreu e Lima. Prontamente aceitamos. E foi assim que uma reunião foi marcada com a diretora da unidade.

Fomos com a funcionária da Seres que organizou o dia e hora. No dia marcado, retornamos a Seres e, de lá, em um carro oficial e com a funcionária que fez toda a ponte entre nós e a diretora da unidade, chegamos na unidade prisional de Abreu e Lima. Desde o primeiro encontro com as funcionárias da Seres, eu e Clarissa mudamos um pouco nossas roupas como uma estratégia para falar com as diretoras e servidoras da Seres. Decidimos usar roupas e acessórios mais formais e conectados com elementos relacionados com uma feminilidade mais burguesa e eurocentrada. Usamos bolsas maiores, sandálias com um pequeno salto, cobrimos

nossas tatuagens com camisas de manga longa, ajeitamos nossos cabelos de forma mais tradicional, usamos uma leve maquiagem a fim de estabelecer uma conexão por meios desses símbolos com as servidoras estaduais com as quais estávamos dialogando.

No decorrer de nossas entradas, a forma como as funcionárias que trabalhavam nas unidades prisionais se vestiam foi nos chamando atenção. Com o tempo, observamos que havia uma tentativa de diferenciação estabelecida por meio do vestuário e acessórios entre as mulheres que trabalhavam nas unidades e as que estavam nas unidades cumprindo pena. Alguns detalhes entre as mulheres que trabalhavam nas unidades se destacavam como o uso de batom forte, maquiagem, sapatos de salto alto, brincos grandes e outras bijuterias como colares. Os cabelos sempre estavam bem escovados e/ou presos em algum penteado. Os saltos altos sempre me intrigavam porque já os via circulando como se possuíssem vidas próprias desde a época em que era estudante de direito. Agora eles pareciam ainda mais altos, sinalizando elementos de status, hierarquia e poder que algumas mulheres queriam ressaltar. Voltei a perceber essa distinção ao observar as diretoras das unidades prisionais femininas de Pernambuco. Mais que ornamentação, percebia uma tentativa de deixar explícito elementos de uma feminilidade que as distinguiam do restante da população prisional.

Essa feminilidade oficial parece seguir um padrão, uma matriz que precisa ser cotidianamente repetida para ser seguida e existir. Judith Butler (2019; 2022) ressalta a importância da heteronormatividade cisgênera nessa estrutura e da reprodução de gêneros hegemônicos. Assim, as outras mulheres que trabalhavam na unidade também replicavam por meio de seus vestuários e ornamentos estéticos a forma permitida de ser mulher. Assim, as funcionárias além de serem diferentes, também seriam exemplos do que as mulheres aprisionadas deveriam ser. Essa forma de apresentação de seus corpos se conectava com a ideia da mulher honesta, respeitável e cumpridora da lei e da ordem. Era a tal mulher honrada tão presente no discurso jurídico e que o nosso direito penal tanto usou para distinguir as mulheres que mereciam a proteção estatal e as que mereciam seu controle e punição (LARRAURI, 1993; DALY, 1994; BARCINSKI, 2012; GOSTINSKI et al, 2019; SMART, 2020;).

Assim as mulheres que trabalhavam nas unidades se encaixavam em um padrão que indicava uma feminilidade hegemônica, burguesa e eurocêntrica. Por isso elas apresentavam com frequência cabelos lisos, vestidos longos, maquiagem, brincos, colares e saltos altos. As psicólogas, enfermeiras e assistentes sociais formavam o subgrupo da saúde das mulheres honradas e se diferenciavam pelo uso de um jaleco branco e ornamentos mais discretos como

brincos menores, um batom mais claro e sapatilhas em cores claras. Eram elementos mais modestos, mas que também se destacavam do vestuário da maioria da população prisional feminina das unidades.

As policiais penais mulheres, apesar da farda, também estavam penteadas, tinham os cabelos presos ou escovados e usavam maquiagem mais marcante como um batom de cor mais forte. Os cabelos presos e bem cuidados eram também um diferencial. Do outro lado, havia muitas mulheres que viviam em situação de grande dificuldade financeira onde até os produtos básicos de higiene pessoal não eram fáceis de conseguir. Lembro da alegria que uma senhora no Bom Pastor, aprisionada por uma tentativa de furto de um carrinho de mão e que participava de uma oficina de introdução ao processo penal, demonstrou ao receber dois sabonetes e uma pasta dental. Ela riu alto, falou algumas palavras que não entendi, levantou o sabonete, comemorou com a mulher sentada ao seu lado. Mostrava o sabonete como um troféu.

Desta maneira, Clarissa e eu pensamos que os símbolos demonstrados por meio de nossas roupas nos momentos de articulação para entrar nas unidades prisionais femininas de Pernambuco poderiam ser uma forma de estabelecer sinais comuns com elas, além de facilitar os diálogos como as servidoras da Seres e com a direção da unidade de Abreu e Lima. Nossas roupas e acessórios também poderiam sinalizar uma feminilidade branca e hegemônica na forma de se vestir, se comportar e nossa visão de mundo.

O vestuário e acessórios da maioria das mulheres aprisionadas nas unidades era outro. Compostos por roupas mais curtas como shorts, bermudas, tops ou blusas de malha. Parte dos corpos apareciam mais e havia poucos elementos de ornamentação como brincos ou colares. Seus corpos eram mais visíveis e descobertos. Os vestuários dos *menininhos* se assemelhavam muito aos dos homens jovens periféricos: calções compridos e folgados indo até o joelho, blusas de malha sem manga, às vezes correntes ou colares curtos no pescoço. Os cabelos eram curtos, formando desenhos variados. Os cabelos das mulheres aprisionadas eram geralmente presos ou curtos. Mas as mulheres que tinham cabelo grande geralmente eram lisos.

Assim, na reunião com a diretora da unidade prisional feminina, tentamos evidenciar elementos que sinalizassem a feminilidade hegemônica a fim de passar segurança para elas e nos posicionar como mulheres que também respeitavam as leis e os bons costumes. Queríamos deixar claro que sabíamos distinguir o certo do errado dentro desta lógica. Pode-se dizer que a reunião aconteceu sem conflitos, como uma conversa entre *comadres* ou um encontro de *ladies* que tomavam chá. Fomos bem recebidas e não entramos em conflitos com nada, apenas

concordávamos. Éramos iguais a elas que, inclusive, agradeceram nosso interesse em realizar as oficinas na unidade. Assim, foi combinado que faríamos uma oficina já no mês de março em comemoração ao dia internacional da mulher, dia 08.

Após a reunião, fomos convidadas a lanchar na Cotela enquanto esperávamos que uma outra reunião entre elas acontecesse. Eu e Clarissa fomos encaminhadas a uma salinha próxima de onde estávamos. Se tivesse fechado os olhos e os abrissem novamente, pensaria que estaria em um restaurante de um hotel diante de uma bela mesa de café da manhã. Havia muita comida. Lembro de ter visto pães, um bolo de tapioca com recheio de leite condensado, suco de fruta, água e café. Tudo distribuído na mesa como se vê em um hotel. Havia xícaras e pratos para que nós comêssemos à vontade. Me senti encabulada porque desconfiava que não era essa a alimentação servida para as outras pessoas aprisionadas na unidade. Uma mulher aprisionada com pouco mais de 40 anos, branca, cabelos loiros estava ao lado da mesa. Ela nos disse que tinha feito faculdade, faltando apenas um período para se formar em direito. Ela nos olhava e permaneceu do lado da mesa por um tempo. Em algum momento, disse que estava à disposição para servir o lanche.

2.3 PARA SOBREVIVER “NA CADEIA TEM QUE TER CONHECIMENTO”

As páginas acima demonstram a caminhada feita para a realização desta pesquisa. Nelas, focamos em como se deu o processo de entrada nas unidades prisionais, o contexto e o problema apresentado. A pergunta: como as pessoas sob custódia do estado sobrevivem a precariedade e as violências nas unidades prisionais femininas? serviu como um farol analítico para que os conhecimentos construídos, os diálogos, as observações participativas que fiz desde 2018, a análise de documentos encontrados em arquivos públicos e as entrevistas realizadas fossem conectadas e compreendidas. Tentar perceber as respostas para essa pergunta foi o fio para que essa pesquisa ganhasse materialidade textual após a reunião e análise de todo material levantado. Os diálogos com outras pesquisas realizadas assim como com pesquisadoras e pesquisadores de prisão foram fundamentais. Entender quem eram as pessoas que estavam lá dentro, suas trajetórias de vida, suas relações interpessoais assim como suas redes de apoio revelam como o estado carcerário age e impacta a vida das pessoas sob custódia do estado, suas famílias e todas nós. Outro ponto importante foi refletir sobre as formas como os encontros entre mim e as mulheres aprisionadas e os *meninhos* aprisionados nas unidades ocorreriam.

Certa vez, escutei de Melissa, interlocutora com quem aprendi bastante sobre estratégias de sobrevivência implementadas na prisão, a seguinte frase: *na cadeia tem que ter conhecimento*. Demorei um pouco para entender o que Melissa queria dizer com isso. Todavia, depois de ler muitas vezes a entrevista que realizamos e estreitar os laços de afeto e interlocuções com ela em vários encontros presenciais e online, compreendi que para sobreviver na prisão você tem que observar e entender como ela funciona e como se comportar diante de cada situação lá dentro.

Tem que saber se relacionar com as outras mulheres aprisionadas e *meninhos* aprisionados assim como com a direção, as funcionárias, as/os policiais penais e também com as visitas. Esse conhecimento de como as coisas acontecem cotidianamente na prisão sinalizam práticas capazes de garantir sua vida lá dentro, sendo construído no dia a dia das unidades prisionais e, na maioria das vezes, transmitido entre mulheres, oralmente, por meio das relações de confiança e afetos que a cadeia também (re)produz (HIRATA, 2010; PADOVANI, 2015, 2017a; FOUCAULT, 2015; LAGO; ZAMBONI, 2017; FELTRAN, 2018; RODRIGUES; SILVA; SANTOS, 2020). Esse conhecimento, muitas vezes, é proveniente do sofrimento comum que a maioria das pessoas aprisionadas passa até serem colocadas violentamente nas prisões. Para chegar viva no final da sua pena se faz necessário, portanto, saber quais *os corres*³⁷ que são precisos fazer e como eles devem ser realizados. Em poucas palavras, é preciso ser estratégica no seu agir para sobreviver nas prisões. O conhecimento que Melissa fala é também adquirido por meio de uma construção de solidariedades forjadas entre mulheres que se percebem isoladas e violentadas em suas trajetórias de vida, mas seguem realizando práticas do dia a dia (Veena Das, 2020).

Angela Davis (1996) entrevistou 35 mulheres na San Francisco County Jail, California, USA e um de seus focos era que as mulheres lá aprisionadas falassem sobre as situações vividas por elas na prisão. Com isso, Davis visava que as mulheres aprisionadas assumissem *algum tipo de agência* ao verbalizar suas histórias e vivências apesar de todo aparato de segurança, vigilância e controle de seus corpos e vidas. Neste sentido, a autora buscava fortalecer as mulheres, ressaltando suas *estratégias de transformação* que aconteciam no cárcere. Nesse mesmo sentido, bell hooks (1997) explica que quando trajetórias de vida são verbalizadas as mulheres constroem recursos e forças necessários para sua sobrevivência e fortalecimento individual e coletivo. E é isso que veremos nos capítulos 3 e 4, quando diferentes estratégias de

³⁷ Corres significa fazer algo que seja preciso para desenrolar seu sustento e/ou sobrevivência.

sobrevivência serão relatadas e analisadas. Por ora, vamos ao próximo capítulo que traz as regras e normas oficiais da prisão e as elaboradas pelas mulheres no cotidiano prisional.

3 REGRAS, NORMAS, LEIS E CONVIVÊNCIAS DE FORA DA CELA PRA DENTRO E DE DENTRO DA CELA PARA FORA

3.1 PERCURSOS DA CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA CARIDADE DO BOM PASTOR: DE ANGERS A RECIFE

Os poderes do Estado carcerário não se restringem apenas às estruturas físicas das unidades prisionais. Suas movimentações são realizadas e disputadas dentro e fora das prisões (FOUCAULT, 2015; PADOVANI, 2015, GODOI, 2015). A estrutura de manutenção das prisões vai muito além de seus muros, sendo seus tentáculos profundos, dinâmicos e extensos (DAVIS, 2003; 2016; 2018; 2009; GODOI, 2016; MALLART; MOREIRA, 2019; KHAN, 2022). Por isso, conhecer o processo histórico da estrutura prisional e seu impacto na vida das pessoas aprisionadas, familiares e outros indivíduos que também têm suas vidas atravessadas pelo cárcere e suas regras, como as pessoas que administram as prisões e lá trabalham, por exemplo, é fundamental para compreender o sistema prisional. As prisões (re)produzem relações interpessoais hierárquicas e de dominação, e muito pode ser compreendido sobre o sistema prisional quando se observa como essas relações se dão no cotidiano.

Foucault demonstra como o poder disciplinar fabrica “corpos dóceis” também no sistema prisional, sendo a prisão um espaço onde “[a] disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (2007, p.119). Dessa forma, as interações humanas na prisão também demonstram costuras com a moralidade, economia e (re)construções de subjetividades. A utilização econômica dos corpos aliada à sua submissão política é uma realidade prática no cotidiano prisional, que acontece em nome de uma promessa de ressocialização dentro de uma lógica de punição e recompensa.

Disciplinar o corpo para que adquira habilidades para trabalhar e para que seja apto a obedecer sem contestar são dois pilares históricos das prisões femininas. Trabalhar e obedecer exigem prática, sendo as repetições sistemáticas no dia a dia um dos métodos utilizados na prisão para que o corpo aprenda a desempenhar as ações dentro dos padrões de normalidade estabelecidos. Modular o corpo é, dessa forma, necessário para que ele seja capaz de realizar a atividade da forma mais natural e eficiente possível. Nesse sentido, trabalho e obediência se complementam, já que o trabalho dentro do sistema capitalista é hierarquizado. Obedecer à

pessoa na posição superior é, portanto, fundamental para a manutenção do sistema de trabalho assalariado e precarizado, e para a manutenção do cárcere.

Dentro desta lógica, os trabalhos prisionais aos quais as mulheres eram/são destinadas nas unidades femininas foram e são relativos, até hoje, às atividades domésticas necessárias para a manutenção da rotina. Essas atividades têm por objetivo o funcionamento dos espaços, sejam eles privados ou públicos. Nas unidades prisionais femininas, o trabalho e a obediência são necessários para que a mulher seja considerada honrada, honesta, prendada, trabalhadora, temente a Deus, dócil e, também, para a manutenção da própria prisão, já que são geralmente as mulheres aprisionadas que realizam a faxina do local, que cozinham as refeições servidas nas unidades, que realizam tarefas corriqueiras da administração e/ou mantêm a ordem nas celas e pavilhões. Neste caso, a disciplina do trabalho prisional também traz vieses moralizantes durante o processo de encarceramento e, um dos seus produtos finais, é a mulher *ressocializada* e pronta para (re)assumir essas funções no *mundão*. O poder disciplinar é, dessa forma, fundamental para a economia da punição (FOUCAULT, 2007) e, também, para a manutenção da divisão binária e heteronormativa de gênero e de raça, pois auxilia a forjar quem são as pessoas que devem obedecer e quais tarefas devem ser realizadas (BUTLER, 2019; 2022; GONZALEZ, 2020; SAFFIOTI, 1984), sendo, por isso, muito utilizado na estrutura do cotidiano das prisões.

Foucault (2007) demonstra como as mudanças na economia de punir foram acontecendo nos séculos XVII e XVIII. Nessa virada, a prisão se consolida, mesmo sendo compreendida como ineficaz. Os argumentos *humanistas* produzidos e defendidos por juristas, pensadores de diversas áreas e autoridades da época são empregados estrategicamente para fazer da prisão uma instituição imprescindível para a vida em sociedade, sendo também um dos mecanismos de vigilância e controle para as classes com maior poder econômico e político (CHRISTIE, 1998; CAMARA, 2001; PASSETTI, 2004; TELLES, 2010; BATISTA, 2011; OLIVEIRA, 2012; CASTRO, 2016; SÁ, 2017; MARIA DE JESUS et al., 2018; GIAMBERARDINO et al., 2019). Essa adesão à importância da prisão foi feita por meio de diversos setores sociais e da ciência europeia produzida na época, a fim de fundamentar a necessidade de prender pessoas em instituições fechadas por um determinado período de tempo para que elas refletissem sobre suas atitudes consideradas ilícitas, servindo de exemplo sobre o que não ser e o que não fazer.

É, dentro desse contexto, um pouco mais à frente desta virada, no século XIX, que a punição feminina institucionalizada começa a ser estabelecida e a Igreja Católica Apostólica

Romana assume o protagonismo inicial. E, baseando-se na lógica disciplinar e no controle moral, estabelece a forma de como se deveria punir e ressocializar meninas e mulheres que desobedeceram às leis, às normas e aos padrões de gênero hegemônicos. Dessa maneira, as prisões femininas vão se materializando e a Igreja Católica passa a empreender na área das prisões de mulheres, gerando tecnologias de punição e mecanismos para que as elas sejam ressocializadas e reencaminhadas para os caminhos da virtude. Desse modo, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, braço da Igreja Católica, surge, tornando-se uma empresa transnacional com filiais em diversos locais do mundo, exportando conhecimento e práticas disciplinares direcionadas às mulheres que cometeram atos ilícitos, imorais e desviantes.

Segundo Angela Arthur, “[a] Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor foi fundada na França pela Madre Maria de Santa Eufrásia Pelletier, no ano de 1835, na cidade de Angers” (2017, p.100). No dia 02/07/2021, vi a foto da fundadora na parede exterior, junto à porta de entrada principal, da capela que compõe o complexo prisional do Bom Pastor em Recife, Pernambuco. Além da foto da Madre Eufrásia Pelletier na parede da capela, na rua do Bom Pastor, onde a Colônia Penal Feminina de Recife se localiza, há também uma praça com uma estátua de Madre Pelletier.

Figura 30 – Capela do Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 31 – Capela do Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 32 – Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 33 – Capela do Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 34 – Estátua de Santa Maria Eufrásia Pelletier - 2023



Fonte: Arquivo Pessoal

No dia 05/07/2023, antes de entrar na unidade mais uma vez, cheguei um pouco mais cedo e fui até a praça pela qual tantas vezes passei. A imagem de uma freira grande me chamava atenção. Andando até lá, pela rua do Bom Pastor, vi apartamentos residenciais, a escola municipal Engenho do Meio, um *foodtruck* que oferecia frango assado e frito e outro que vendia carne de charque desde 2019, estando ambos estacionados ao redor da praça. No centro, estava a estátua de uma freira cujo olhar fixo nos dava a impressão de que ela estava na nossa frente nos encarando. Ela segurava um livro aberto onde podemos ler: “Uma alma vale mais que o Mundo”. Como não havia placa dizendo quem a freira era, comecei a andar ao redor da praça

para perguntar se alguém sabia quem ela era. Depois de perguntar a dois pedestres que passavam e a dois funcionários de um dos prédios vizinhos, caminhei a uma lanchonete que estava aberta que se localizava de frente para a estátua. Ao entrar, havia uma funcionária que me disse que a freira era Eufrásia.

Antes de chegarem em Pernambuco³⁸, no começo do século XX, as Irmãs do Bom Pastor correram o mundo. Na ocasião da morte de sua fundadora, “[n]o ano de 1868, a comunidade do Bom Pastor já havia formado, ao longo de sua existência, 2067 freiras consagradas, 962 Madalenas, e contava, naquele momento, com 110 estabelecimentos espalhados nos cinco continentes” (ARTUR, 2017, p. 114). Nos primeiros anos da fundação da Congregação, as missionárias se instalaram na Bélgica, Itália, Holanda, Alemanha, Áustria, Inglaterra, Escócia, Irlanda, Estados Unidos, Canadá, Índia e Chile (ARTUR, 2017). Assim,

[o] Bom Pastor ao chegar ao Brasil já dispunha de experiência e reputação na lida com mulheres infratoras, órfãs, ex-prostitutas e penitentes em geral. Trata-se de uma instituição já amplamente disseminada pelo mundo e de reconhecido poder político, capaz de angariar apoio das comunidades católicas locais e divulgar seu nome e sua obra entre o mais alto escalão das elites políticas dos países onde se instalavam (ARTUR, 2017).

A reputação que as Irmãs do Bom Pastor adquiriram na lida com mulheres que não correspondiam aos padrões legais e de moralidade estava conectada à disciplina que elas divulgavam, implementavam e executavam nos estabelecimentos que administravam, baseadas na ética cristã e nos princípios da igreja católica. Bruna Angotti revela que um dos objetivos do aprisionamento de mulheres nas prisões administradas pelas Irmãs do Bom Pastor era “inculcar nas prisioneiras sentimentos femininos e orgulho doméstico (2018, p. 22). Percebe-se, portanto, um projeto de (re)construção de feminilidades realizado pela Congregação que visava à manutenção das mulheres em contextos de subalternização e execução exclusiva dos afazeres domésticos.

Além do aspecto moral e econômico, outro fator importante para o estabelecimento das Irmãs do Bom Pastor no Brasil foram os debates ocorridos durante a elaboração do código penal brasileiro, promulgado em 1940, e do código de processo penal, promulgado em 1941. Nesse contexto, havia o argumento crescente sobre a necessidade de separação das unidades prisionais

³⁸ Em conversas informais que tive com pessoas que trabalham no Bom Pastor, foi-me dito que as Irmãs do Bom Pastor chegaram em Pernambuco por volta de 1924 onde construíram um convento na cidade de Garanhuns localizada a 233 km de Recife.

por *sexo*. Como um sinal de modernidade e *humanidade*, as autoridades e juristas brasileiros ressaltavam a importância dessa divisão³⁹. Paralelamente, o *lobby* feito pelas Irmãs do Bom Pastor, baseado em suas experiências e de sua competência na área, em diversos países, é intenso entre as autoridades e surtiu efeito. Do Chile, as Irmãs do Bom Pastor chegaram ao Brasil e estabeleceram-se, inicialmente, no Rio Grande do Sul:

No ano de 1937 foi criado, na cidade de Porto Alegre, o Reformatório de Mulheres Criminosas, que posteriormente passou a ser chamado Instituto Feminino de Readaptação Social, voltada especificamente para o aprisionamento de mulheres. Apesar de não ocupar edifício construído especificamente para abrigar mulheres presas, mas um “prédio senhorial” no centro da cidade, foi a primeira vez que mulheres foram encarceradas no Brasil em espaço totalmente apartado do presídio masculino (ANGOTTI, 2018, p. 139).

Em 1941 é instituído, no bairro do Carandiru, o Presídio de Mulheres de São Paulo e, em 1942, a Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal, no Rio de Janeiro (ANGOTTI, 2018). Diante desse novo cenário político e legal, as Irmãs do Bom Pastor se posicionavam como as administradoras das penitenciárias femininas mais competentes, já que vendiam sua imagem de mulheres castas e com “[...] laços com o sagrado, que as diferenciavam das mulheres de estatuto civil” (ARTUR, 2017, p. 45). Essa reputação de mulher casta, honrada, trabalhadora e religiosa foi essencial para que elas se tornassem as mulheres com capacidades de repassar os valores sobre o que significava ser uma mulher honrada e trabalhadora para aquelas que foram aprisionadas e transgrediram esses valores. Ao seguir o exemplo das freiras, elas não reproduziriam comportamentos desviantes e/ ou ilícitos, sendo resgatadas dos *vícios* e das más ações. As Irmãs do Bom Pastor demonstravam na prática ao desempenhar suas atividades cotidianas como uma mulher deveria agir e se comportar. Ao realizar suas missões, as Irmãs eram modelos de mulheres apreciadas socialmente. Além do mais, em termos econômicos, os trabalhos desempenhados por elas não custavam quase nada para o Estado já que elas não recebiam salários. Era em nome da fé que elas agiam. O Estado, portanto, economizava, além

³⁹ Nesse período, variadas foram as razões para que as unidades prisionais fossem divididas por sexo. Segundo Bruna Angotti (2018), algumas delas foram: a pressão dos penitenciaristas e membros do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, as relações sexuais que aconteciam entre homens e mulheres que eram aprisionados na mesma unidade prisional, a precariedade dos espaços os quais as mulheres aprisionadas eram colocadas nas prisões masculinas, a mistura entre as “mulheres honestas” e as “criminosas mais sórdidas” e o surgimento de presídios femininos que começaram a aparecer em outros países latino-americanos como no Chile em 1864, no Peru em 1871 e na Argentina em meados da década de 1880.

de terceirizar a responsabilidade do gerenciamento da vida das mulheres aprisionadas. Os trabalhos realizados pelas Irmãs do Bom Pastor faziam parte, por conseguinte, da prática de sua religiosidade, mas, muitas vezes, elas também eram responsáveis em gerar alguma renda extra para os conventos-prisões se manterem. Dessa forma, “[a] implementação do trabalho doméstico nas penitenciárias para mulheres era proposta uníssona entre legisladores, penitenciários e juristas durante a primeira metade do séc XX” (ARTUR, 2017, p. 176). E, como afirma Angela Artur, as Irmãs do Bom Pastor “[...] interferiram diretamente e por longo período no próprio regime de execução de penas (2017, p. 185)”. Eram elas, as responsáveis diretas pela organização e manutenção das prisões para mulheres, além de fiscalizarem como a pena era executada. Assim,

[e]m relação especificamente ao encarceramento feminino o Código Penal de 1940, no parágrafo 2º do artigo 29, previa, pela primeira vez, o cumprimento de pena em estabelecimento específico para abrigar mulheres ou, quando não fosse possível, em espaço reservado nos estabelecimentos prisionais comuns aos dois sexos. Tal previsão acelerou, em alguns estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco providências como a edificação de prisões só para mulheres e/ou a reorganização de espaços prisionais coletivos, de modo a cumprir a legislação (ANGOTTI, 2018, p.52).

Em Pernambuco, até hoje, a Colônia Penal Feminina de Recife é conhecida como Bom Pastor, demonstrando a importância das Irmãs na administração desta instituição. Segundo Karina Vasconcelos (2012), o Bom Pastor foi inaugurado em 05 de novembro de 1945. Sua idealização e construção se deu dentro do contexto histórico descrito acima. Em 2020, em contato por WhatsApp com um dos servidores do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco⁴⁰, depois de algumas visitas realizadas presencialmente em 2019, tive acesso a uma carta enviada pela Madre Breves a Amaro Gomes Pedrosa, então secretário do Interior e Justiça de Pernambuco (Anexo H). A carta, datada de 9 de novembro de 1946, demonstra o esboço do regulamento da “Colônia Penal de Mulheres Delinquentes”, como era inicialmente chamado o Bom Pastor. Além do esboço, Madre Breves abre espaço para que o

⁴⁰ Vale ressaltar que o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco guarda cerca de 41 mil volumes de documentação sobre a Casa de Detenção de Recife. Nas idas ao Arquivo, tive a oportunidade de constatar, ao analisar os primeiros livros de registro, a presença de muitos nomes de mulheres que foram lá aprisionadas apesar de a Casa de Detenção de Recife ter sido uma prisão para homens. Não foi difícil encontrar os nomes, as idades, os locais de origem, raça, idade, profissões que exerciam e os motivos para que as mulheres fossem encaminhadas para lá. Dessa forma, aprisionar mulheres com os homens era usual e acontecia desde os primeiros anos do funcionamento da Casa de Detenção em 1835.

então secretário pudesse fazer alterações nas regras de convivência sugeridas caso achasse conveniente. Dessa forma, podemos perceber a simbiose entre o governo de Pernambuco e a Congregação. Cabia às Irmãs do Bom Pastor a administração mais direta e o convívio cotidiano com as mulheres aprisionadas, mas o poder central estava mais ligado ao governo do estado. Situação semelhante observou Bruna Angotti (2018) ao analisar os documentos contratuais das unidades prisionais femininas do Rio de Janeiro e de São Paulo. A autora explica que:

[a] leitura dos contratos permite notar que havia uma institucionalização das tarefas das Irmãs, ao mesmo tempo em que havia o cuidado, por parte dos governos, de não perder o controle das casas, mantendo uma administração superior. Portanto simultaneamente as Irmãs eram subordinadas ao direito do complexo penitenciário, ou seja, a um poder central, e tinham uma autonomia significativa nos domínios do Presídio de Mulheres. Assim, apesar de terem bastante poder na administração dos espaços carcerários a elas concedidos, as Irmãs eram oficialmente auxiliares do poder central (ANGOTTI, 2018, p. 155).

Nesse sentido, o poder central das unidades prisionais femininas cabia ao governo, mas as rotinas e práticas do cotidiano ficavam sob o gerenciamento e vigilância das Irmãs do Bom Pastor. Elas eram *auxiliares do poder central*. Assim sendo, havia uma divisão sexual do trabalho (COSTA et al., 2010) entre as Irmãs do Bom Pastor e as autoridades governamentais e, ao mesmo tempo, uma hierarquia entre as mulheres no Bom Pastor. Além de ter construído a unidade, o governo do Estado provia com algum recurso mensal e as freiras organizavam a economia doméstica e cuidavam da ordem entre as mulheres. Cabia às mulheres aprisionadas, obedecer.

Na carta de Madre Breves, observamos também regras de convivência que eram pontos relativos ao cotidiano das mulheres. O funcionamento do estabelecimento dependia da introjeção dessas regras e das práticas, que eram marcadas pela economia da punição da igreja católica. Os corpos das mulheres aprisionadas eram plataformas para que essas regras fossem praticadas e observadas. Nesse sentido, vamos verificar, a seguir, o conteúdo da Carta e do Código Penitenciário de Pernambuco⁴¹ estabelecido pela lei 15.755, de 4 de abril de 2016, ou seja, quase 70 anos depois da carta ter sido enviada. Examinaremos como as regras de comportamento estabelecidas na carta e no código penitenciário se cruzam. Dessa forma, será

⁴¹ Para maiores informações sobre o Código Penitenciário de Pernambuco, acessar https://www.seres.pe.gov.br/formularios/codigo_penitenciario.pdf Acessado em 23/05/2023.

possível tratar as regras do cotidiano prisional feminino por meio de uma linha genealógica, observando os pontos comuns que foram costurados com Madre Breves e o secretário e que perduram até hoje.

3.2 PEQUENA GÊNESE DE CONTROLE NAS UNIDADES PRISIONAIS FEMININAS DE PERNAMBUCO: A CARTA DE MADRE BREVES (1946) E O CÓDIGO PENITENCIÁRIO (2016).

A Carta de Madre Breves é um manuscrito composto por seis páginas e constitui o esboço do regulamento da Colônia Penal Feminina de Recife. Na primeira página, há uma apresentação sobre o seu conteúdo. Além dessa informação, vemos a data, o timbre, localizado do lado esquerdo na parte superior, escrito: Colônia - Penal e Asilo Bom Pastor, Iputinga - Recife, Fone. Também é possível observar a pessoa a quem a Carta é endereçada e seu cargo, a assinatura da remetente e a função que exerce: diretora. O conteúdo, organizado em dois parágrafos, é formado por 13 linhas. Manuseando uma cópia da Carta e, em conversas informais que mantive com minha família sobre ela, chamou-me a atenção o comentário feito pelo meu pai sobre a caligrafia da Madre Breves. Ele comentou sobre a forma da escrita e o capricho nas letras, pontuando que a caligrafia da Carta lembrava a da mãe dele. E, pela data da Carta (9/11/1946), Madre Breves e minha avó Eleonora, que era uma católica fervorosa, poderiam ter sido contemporâneas. A caligrafia da Madre demonstra um domínio na escrita e as letras maiúsculas se destacam, demonstrando bastante prática no manuseio da caneta. As letras eram bem legíveis e percebe-se um cuidado ao escrever, assim como tinha minha avó. A estética utilizada pelas Irmãs do Bom Pastor é importante porque deixava evidente o cuidado e a expertise com que as freiras executavam seus ofícios, assim como preservavam e divulgavam sua marca e forma de agir.

O tratamento direcionado ao destinatário da Carta, o secretário do Interior e Justiça, é de formalidade, respeito e cortesia. No segundo parágrafo, Madre Breves relembra ao secretário a necessidade de forrar algumas celas para evitar “repetição da fuga que contei verbalmente a V. Excia”. Esse comentário demonstra que encontros presenciais aconteciam entre a Madre e o Secretário e que a segurança do local era também responsabilidade dele. Nas cinco páginas que se seguem, lê-se o esboço do regulamento do Bom Pastor, composto por onze tópicos e seus desdobramentos. As regras são curtas e diretas, geralmente no formato de 1 a 3 linhas, e foram

agrupadas nos seguintes eixos temáticos: 1) da entrada, 2) deveres da detida, 3) trabalho e instrução, 4) recompensas, 5) penitências, 6) dos passeios, 7) das visitas, 8) do médico, 9) alimentação, 10) vestuário e 11) assistência à missa. É possível perceber que são temáticas relacionadas com o cotidiano e as formas de controle, vigilância e punição praticadas no Bom Pastor.

O atual Código Penitenciário de Pernambuco, instituído pela lei estadual 15.755, de 4 de abril de 2016, é mais longo e pode ser encontrado no site da Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco - SERES, que é o órgão executivo da política penitenciária estadual, subordinado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Antes dele, havia um código promulgado em 1978, revogado pelo atual, que é composto por 160 artigos, distribuídos entre onze títulos. Os assuntos trazidos pelos títulos são: Título I - Objetivo e âmbito de aplicação, Título II - Competência nos estabelecimentos penais, Título III - Disposições gerais, Título IV - Dos estabelecimentos penais, Título V - Dos conselhos disciplinares e comissões, Título VI - Da assistência, Título VII - Do uso de medidas de precaução, Título VIII - Das visitas, Título IX - Dos deveres e dos direitos, Título X - Do processo disciplinar e Título XI - Das disposições finais deste código.

O objetivo do Código, trazido no seu primeiro artigo, é regulamentar o sistema penitenciário de Pernambuco. Apesar de não ter encontrado nenhuma menção à Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor nem às Madres e Irmãs, a palavra “penitenciário” que qualifica o Código, remete à economia de punir por meio da penitência, ferramenta bastante utilizada pelas freiras. E, é, justamente, o Título X, que trata do processo disciplinar, que o código dispõe do maior número de artigos. São 37 artigos que explicam como deve ser organizada e praticada a disciplina nas prisões de Pernambuco. Na parte final do Código, vemos a assinatura do ex-governador Paulo Câmara e o nome de mais cinco homens⁴² que contribuíram para a sua elaboração.

Na Carta de Madre Breves, o esboço do regulamento começa com a seção intitulada *Da entrada*. Nela, cinco regras demonstram os procedimentos que deveriam ser tomados quando as mulheres chegassem na instituição. Assim, eram admitidas no Bom Pastor apenas as mulheres com “ordem escrita de autoridade competente”. Dessa maneira, mulheres que

⁴² Os nomes dos homens que estão abaixo do nome do então governador que promulgou o atual Código Penitenciário de Pernambuco são: Antônio César Caúla Reis, Antônio Carlos dos Santos Figueira, Márcio Stefanni Monteiro Morais, Milton Coelho da Silva Nelo e Danilo Jorge de Barros Cabral. O último concorreu ao governo de Pernambuco em 2022.

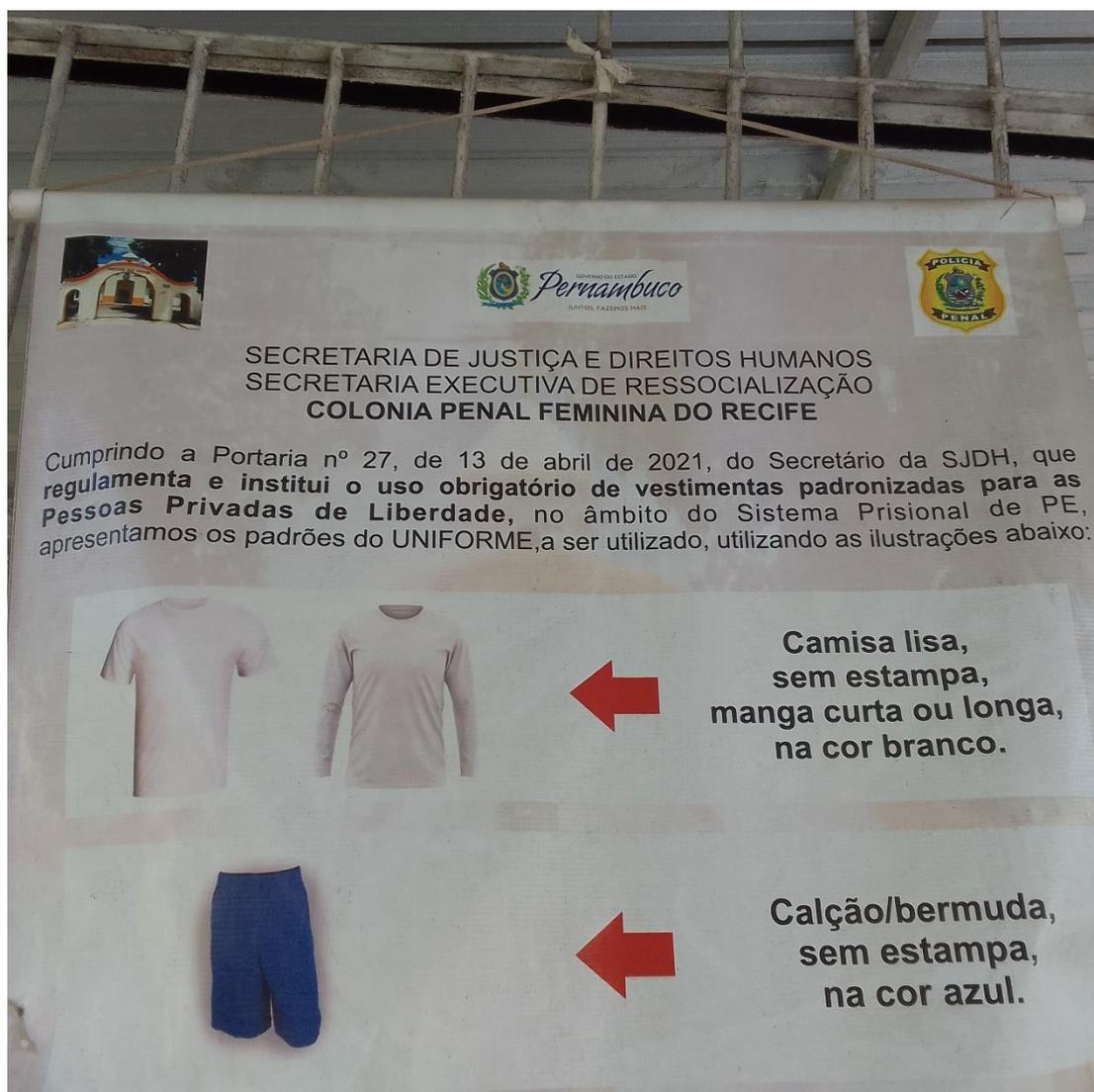
chegassem de forma espontânea não seriam recebidas. Mais uma vez, mostra-se o vínculo das Irmãs com o Estado para seu funcionamento já que um procedimento oficial deveria ser seguido. Assim, as mulheres eram encaminhadas pelos agentes estatais. Ao serem admitidas, as mulheres seriam “cuidadosamente revistadas para que não introduzam, na Colônia, cousas nocivas”. Percebe-se que a revista vexatória, investigação dos corpos das pessoas que entram nas prisões sejam familiares ou mulheres que estão sendo aprisionadas, vem sendo realizada desde os primórdios da existência do Bom Pastor. A prática de ter os corpos tocados, vasculhados e penetrados para se garantir que “cousas nocivas” não fossem enviadas para a prisão vem sendo historicamente repetida. Práticas que modulam os corpos para serem tocados, examinados e violados constantemente, obedecendo sem hesitar às ordens das superiores.

Nessa seção, também é estabelecido a obrigatoriedade do uniforme e que as mulheres aprisionadas deveriam apresentar para a vice-diretora, por meio de uma lista, como estavam realizando seus gastos. Sobre a primeira regra, todas deveriam usar a mesma roupa como forma de estabelecer uma homogeneidade natural, sem espaços para os desvios das particularidades. O diferente não é bem-vindo nem apreciado. O corpo uniforme também é moldado e disciplinado pela estética.

Em entradas que fiz na Cotela, em maio de 2023, observei que as mulheres aprisionadas estavam usando uniforme composto por camisa branca e bermuda/short azul. Em 05/07/2023, vi no galpão, por onde as visitas entram no final de semana no Bom Pastor, um aviso sobre os uniformes. Não havia uniformes em 2018, 2019 e 2020. E vale ressaltar que eles não são oferecidos pela unidade e sim trazidos pelas famílias. Encontrei algumas das mulheres aprisionadas vestindo blusas de projetos de organizações religiosas como o Recomeçar⁴³. Como elas não recebiam visitas que pudessem fornecer as roupas adequadas para compor o uniforme estabelecido, muitas tinham que aceitar as vestimentas que lhes eram dadas. E, nesses casos, seus corpos também serviam de propaganda para igrejas evangélicas neopentecostais que tinham planos para as pessoas que sobrevivessem à prisão na vida pós-cárcere. As camisas oferecidas pelo Recomeçar eram brancas e atendiam ao uniforme estabelecido.

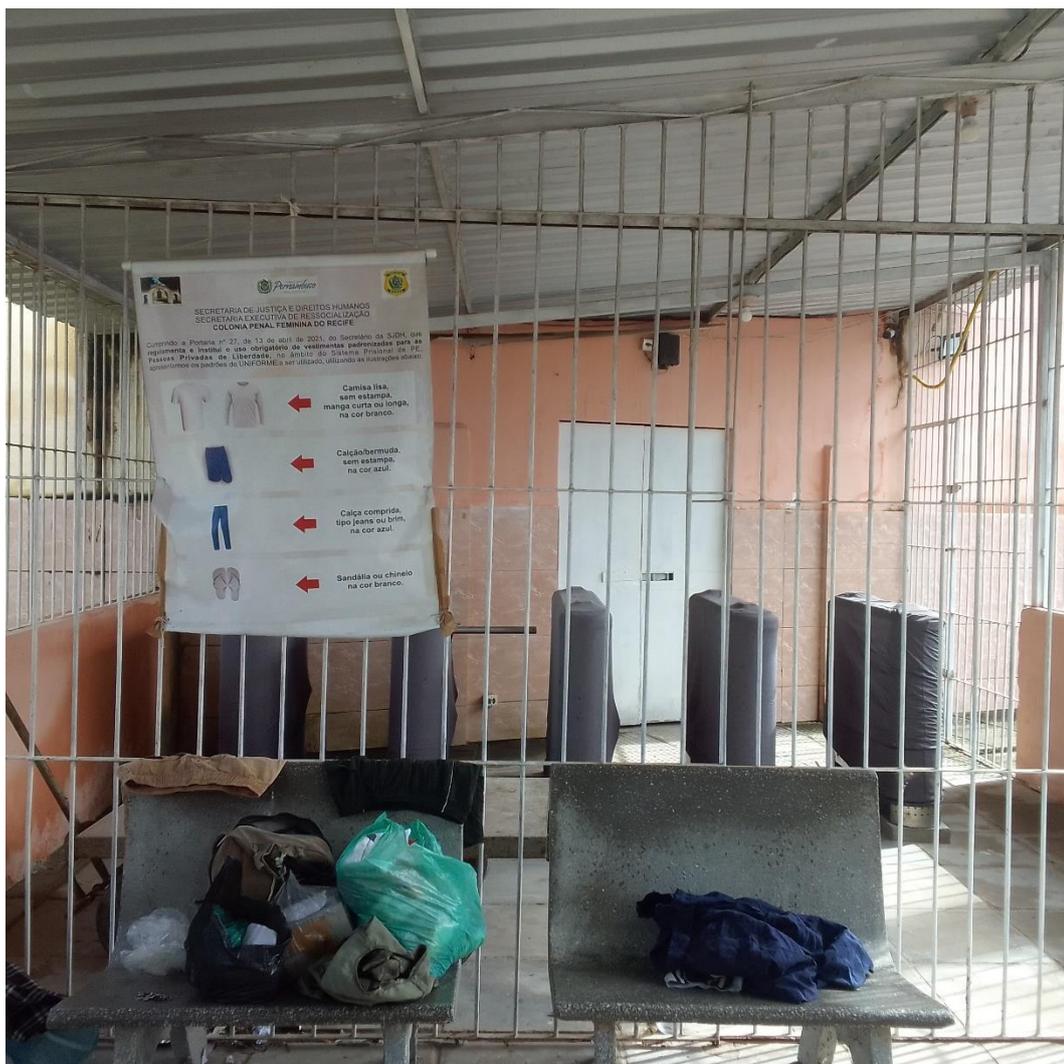
⁴³ Sobre o projeto Recomeçar, encontramos no site a seguinte definição: “Recomeçar é um projeto da rede Gerando Falcões, criado em 2015, com o objetivo de reintegrar à sociedade homens e mulheres, egressos de penitenciárias e presídios, que cumpriram suas penas e carecem de apoio para dar um novo rumo à vida”. Para maiores informações, consultar o site: <https://site.gerandofalcoes.com/recomecar> Acessado em 03 de junho de 2023.

Figura 35 - Aviso sobre uniforme exposto no galpão de visitas do Bom Pastor -2023



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 36 - Aviso sobre uniforme exposto no galpão de visitas no Bom Pastor -2023



Fonte: Arquivo Pessoal

Em relação à autonomia financeira, a lista de compras e gastos que as mulheres aprisionadas realizavam na prisão deveriam ser mostradas às suas superiores. Dessa forma, o controle dos gastos também era vigiado pelas Irmãs. As finanças e o possível comércio informal que poderia acontecer entre as mulheres era fiscalizado pelas supervisoras que também acabavam ficando sabendo das condições financeiras de cada mulher.

Outro ponto trazido nessa parte da Carta é sobre a origem da *cela de espera*. Essa cela é onde as mulheres recém-chegadas no Bom Pastor ficavam/ficam para serem observadas até serem encaminhadas para o convívio com as outras mulheres aprisionadas lá. No capítulo três, haverá mais detalhes sobre este local. Mas por ora, é importante ressaltar que a cela de espera é mencionada na carta de Madre Breves em 1946 quando se lê: “Nos primeiros dias separar-se-

á a detida das outras até que se conheçam suas tendências”. Isolar e observar as tendências das mulheres enviadas para o Bom Pastor era uma forma de examinar e vasculhar os corpos desviantes que precisam ser (re)construídos pela disciplina do cotidiano da prisão. A cela da espera é uma tecnologia da punição (Foucault, 2007) utilizada pelas Irmãs como forma de controle e subjugação. Até hoje, a cela de espera existe e os relatos sobre ela foram muitos. A superlotação, falta de ventilação, falta de privacidade para ir ao banheiro, ausência de luz do sol e falta de comunicação com suas e seus familiares são alguns pontos trazidos pelas mulheres sobreviventes que entrevistei e que me falaram sobre a *cela de espera*.

O procedimento é separar as mulheres recém-chegadas por dez dias. Cerca de 30 a 60 mulheres ficavam trancadas, isoladas e amontoadas, no espaço pequeno da *cela de espera*, longe do convívio com as outras mulheres na prisão. Essa prática de isolar mulheres para observá-las antes que elas fossem encaminhadas para o pavilhão junto com as outras demonstra um ritual de purificação, classificação e subalternização iniciado pelas Madres e Irmãs do Bom Pastor. À vigilância que acontecia para que as *cousas nocivas* fossem identificadas e que não entrassem, contaminando, assim, o ambiente puro e casto do estabelecimento, também, eram aplicados às mulheres. Elas deveriam ser observadas em isolamento e (re)examinadas para que suas *tendências* fossem conhecidas e classificadas, evitando comportamentos e características desviantes dos padrões estabelecidos. Na cela de espera contemporânea, as mulheres só poderiam sair para ir ao setor psicossocial do Bom Pastor para que as assistentes sociais obtivessem suas informações pessoais. Nesse momento, os prontuários da cadeia eram preenchidos e as informações sobre elas eram geradas, organizadas e passavam a pertencer ao Estado. Após passarem esses dias na *cela da espera*, as mulheres estavam prontas para serem encaminhadas para o pavilhão juntando-se com a população prisional.

No Código Penitenciário de Pernambuco, observamos a continuação dessa lógica de separação e observação. Em seu artigo 30, é estabelecido que: “O sistema prisional disporá de pavilhão autônomo de observação, classificação e triagem nos estabelecimentos penais das pessoas do sexo feminino e masculino nas regiões onde não houver centro de observação”. No caso das unidades prisionais femininas em Pernambuco, não existe um centro de observação específico como o Cotel para a população prisional masculina. No Bom Pastor, o pavilhão autônomo de observação é uma cela onde mulheres e *meninhos* ficam aglomeradas em locais pequenos, insalubres, superlotados e sem comunicação. Como percebemos, não é de hoje essa lógica de isolamento e observação. Todavia, no contexto atual de altas taxas de aprisionamento,

a penitência inicial imposta intensifica com mais nuances de tortura e sofrimento o período de observação já que é grande o número de pessoas que passam dias na *cela da espera* aguardando serem transferidas. Esse ritual de suplício continua sendo utilizado na chegada das mulheres e dos *meninhos* nas unidades prisionais femininas.

A segunda seção da Carta de Madre Breves é sobre os *Deveres das Detidas* composta por treze pontos. Nessa parte, obediência e respeito são palavras que regem as obrigações. Obedecer ao regulamento, à diretora, à vice-diretora, às Irmãs e respeitá-las eram uns dos deveres principais das mulheres aprisionadas no Bom Pastor. Tratar todas com polidez e cordialidade, não as ofender, não interromper o silêncio nem o sono das outras pessoas e manter a ordem, a limpeza e o “asseio em sua pessoa, roupas, móveis e utensílios” são outros pontos trazidos nesse eixo. Outra regra que também chamou atenção foi a proibição de ter “conduta publicamente imoral”. Sem ser especificado sobre o que significa ter esse tipo de conduta, caso alguma mulher demonstrasse esse comportamento, ela seria separada, ficando no isolamento sem participar do convívio com as outras mulheres, até que as *tendências* imorais passassem. Fazer com que as pessoas se sentissem ameaçadas constantemente e isolá-las sob qualquer pretexto de desobediência foram tecnologias disciplinares utilizadas pelas Irmãs no cotidiano prisional. Encontramos também entre os deveres, a responsabilidade de cada uma de ser parte na limpeza e dos serviços domésticos realizados na unidade. Da mesma forma, cabia a cada uma das mulheres aprisionadas ter responsabilidade em seus trabalhos e limpeza, assim como pelos utensílios e instrumentos utilizados para tal. Ser suja não era permitido, sendo a limpeza um dever.

Para finalizar, um dos deveres que me chamou bastante atenção foi a proibição absoluta de falar às companheiras sobre os motivos de seu aprisionamento. Neste caso, o silêncio sobre as condutas ilícitas realizadas era a regra. Os comportamentos não desejáveis não deveriam ser sequer falados sob o risco de mantê-los vivos e possíveis de práticas. O foco no Bom Pastor eram as boas atitudes e práticas que deveriam servir de exemplo para que todas passassem a se comportar de acordo com a moral e a ordem. Assim, “[a]catar, sem vacilação, e dar pronto cumprimento a qualquer ordem de suas Diretoras” eram os deveres supremos que cada mulher aprisionada no Bom Pastor deveria exercitar conforme o estabelecido na carta de Madre Breves.

No Código Penitenciário de Pernambuco, o Título X traz os deveres e direitos das pessoas privadas de liberdade. Ressaltamos que na Carta de Madre Breves não havia seção destinada aos direitos das pessoas aprisionadas, havia apenas deveres. No Código, deveres e

direitos aparecem juntos. Sobre os deveres, encontramos muita semelhança entre a Carta e o Código. Respeitar as autoridades, servidores públicos, funcionários e demais pessoas privadas de liberdade, manter comportamento adequado, cumprir as normas de funcionamento das unidades prisionais, zelar pela higiene pessoal e asseio da cela assim como manter a ordem e a disciplina estão na lista dos deveres a serem seguidos no Código. Obediência, silêncio, limpeza e respeito são pilares dos deveres estabelecidos tanto na Carta quanto no Código.

Na parte dos direitos, o artigo 111 estabelece que as pessoas aprisionadas em Pernambuco permanecem com todos os seus direitos assegurados salvo os direitos atingidos pela sentença ou pela lei. No artigo 112, o Código Penitenciário lista 18 direitos que os classifica como básicos e comuns. Essa lista vai desde o direito à alimentação suficiente, ao vestuário, ao trabalho, ao descanso, à recreação, às visitas de seus familiares, companheiros e companheiras, de serem chamadas pelo nome social, ao tratamento igualitário, ao contato com o mundo exterior por meio de correspondência, leitura e de outros meios de informação e ao atestado de pena que deve ser emitido anualmente. Dessa forma, o bem-estar das pessoas privadas de liberdade devem ser mantidos e garantidos.

No parágrafo único que segue o artigo 112, é estabelecido que alguns direitos elencados pela lista como a prática de atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas assim como as visitas de familiares, a visita íntima e o contato com o mundo exterior descrito acima poderão ser suspensos e/ou restritos caso haja perigo para a ordem ou segurança da unidade prisional. Observamos que mesmo na seção de direitos, há possibilidades que alguns possam ser interrompidos para que a ordem e a segurança sejam mantidas.

Ordem e segurança são palavras abstratas, mas que podem abarcar muitas situações concretas e corriqueiras, cabendo às pessoas que assumem essas funções o poder de avaliar e decidir quando a ordem e a segurança estiverem em risco. Entre essas pessoas, destacamos os e as policiais penais. Com a Emenda Constitucional 104⁴⁴, de 4 de dezembro de 2019, os agentes penitenciários tornaram-se policiais penais, sendo vinculados ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem. Dessa forma, mais uma polícia foi instituída no Brasil. Cabe aos policiais penais, a segurança das unidades prisionais assim como avaliar se a ordem e a segurança estão em perigo.

⁴⁴ Para mais informações sobre a Emenda Constitucional 104/2019, verificar o site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm Acessado em 19/06/2023.

Nas entradas nas unidades prisionais femininas, observamos que a maioria dos policiais penais eram homens. Eram eles que tinham contato mais direto com as mulheres aprisionadas e os *menininhos* aprisionados. No cotidiano prisional, eles ficavam em guaritas ou mesas próximas aos pavilhões, demarcando os diferentes *checkpoints* (PADOVANI, 2015; 2017a) da unidade. Eles estavam presentes em cada fronteira. Também notamos que os cargos na direção, no setor psicossocial e nas áreas de saúde eram ocupados majoritariamente por mulheres. Dessa forma, observamos uma divisão de gênero na administração das unidades prisionais femininas que também reconhecemos nas funções que Madre Breves e o secretário de justiça assumiram em 1946. Na parte de segurança, estavam os policiais penais homens, em grande maioria, que realizavam contatos físicos mais diretos e diários com as mulheres. Na gerência de outros assuntos como o administrativo ou referentes às obrigações do setor psicossocial, as mulheres. É interessante verificar que são os policiais penais que administram as regras de segurança no dia a dia da prisão.

Em uma das entradas que fiz com a Liberta Elas, em 2019, percebemos a existência de estações de segurança formadas por cerca de 3 a 5 policiais penais entre homens e mulheres, sendo a maioria composta por homens. Nessas estações, havia o controle da circulação interna das pessoas. A permissão para cruzar esses *checkpoints* era dada por eles. Muitas vezes, observava da porta da biblioteca uma dessas fronteiras, enquanto aguardava as participantes chegarem para nossas oficinas. Nela, os policiais penais ficavam sentados diante de uma televisão⁴⁵ grande pregada na parede. Algumas vezes os vi assistindo ao reality show norte-americano “60 dias Infiltrados na Prisão”.

Certa vez, um policial penal chegou na porta da biblioteca para observar o que estávamos fazendo. No mesmo ponto em que eu parava para observar o *checkpoint*, ele parou para nos observar. Com um certo ar de deboche e muita autoridade, encostou na porta. Notei certo incômodo de algumas das participantes, apesar de outras terem rido e acenado para ele. Com o tempo, fomos percebendo que as relações entre alguns policiais penais e algumas mulheres aprisionadas eram marcadas por uma intimidade maior e, também, por uma dinâmica de flerte. Em Buíque, um dos policiais penais era chamado de *painho*⁴⁶. Essa intimidade sempre

⁴⁵ Em maio de 2023, havia duas televisões grandes nesse checkpoint: uma continuava a transmitir programas de televisão e a outra era utilizada para o monitoramento de vídeo interno da unidade.

⁴⁶ Na região nordeste, *painho* é uma forma carinhosa de chamar o genitor. Todavia, também pode ser usada entre pessoas que possuem relações amorosas e sexuais. Em Buíque, quando ouvi o policial penal ser chamado de *painho* por uma mulher aprisionada, tive a sensação de alerta para possíveis assédios e violências sexuais que pudessem acontecer nas unidades prisionais femininas, já que as relações de poder são bastante hierárquicas e violentas. Desta forma, comecei a observar mais as relações entre a polícia penal, as mulheres aprisionadas e os *menininhos*.

me incomodava. E, naquele momento na biblioteca, quando o policial penal parou na porta para observar nossa oficina, esse incômodo reapareceu fortemente. Não demorou muito para que muitas mulheres começassem a prestar atenção nele e na sua movimentação.

Senti-me apreensiva com sua presença nos vigiando e olhando de forma debochada como se estivesse zombando, mas também nos ameaçando com seu olhar. E como a cada encontro, estávamos construindo com as mulheres um local de confiança, sendo isso recorrente em nossas falas, a sua presença representava o oposto dessa construção, já que, quando ele apareceu, as participantes diminuíram o ritmo das falas e interações. Durante as oficinas, em 2019, ficávamos inclusive sozinhas, sendo apenas interrompidas por um assistente social que aparecia para tirar fotos de nossas atividades. Na maioria das vezes, ela aparecia, falava rapidamente, tirava as fotos e voltava para sua sala no primeiro andar da Cotela. Mas a presença do policial penal, parado na porta da biblioteca, sem pressa para sair de lá, nos olhando com ar de deboche, era diferente e quebrava a sensação de acolhimento e confiança construída entre nós. Depois de alguns minutos, parei o que estávamos fazendo, dei boa tarde e perguntei se poderíamos ajudá-lo em algo. Ele respondeu que não. Fez-se silêncio. Alguns minutos depois, pedi a ele que nos desse licença para continuarmos a oficina. Surpreso e, sem dizer uma palavra, mas olhando fixamente para nós, ele se retirou. Senti sua raiva por meio da expressão do seu olhar que nos dizia que não tinha gostado de ter sido convidado a se retirar de um lugar que parecia ser tão seu. Na hora senti medo, mas tentei disfarçar ao voltar meu olhar para a roda. Observei que todas as mulheres me observavam, caladas. Silêncio total. Sem saber muito o que fazer e me tremendo por dentro, perguntei se poderíamos continuar a leitura. E, assim, continuamos e ele se retirou.

A presença de policiais penais homens gera uma tensão entre as mulheres porque o dia a dia é regido também por suas regras e poder. Eles estão em contato direto com as mulheres, assegurando o funcionamento, a ordem e a segurança nas unidades prisionais femininas. Todavia, o Código Penitenciário de Pernambuco em seu art. 24 § 2º dispõe que “No estabelecimento para mulheres, somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado”. Ou seja, a lei estabelece que a regra é a presença de mulheres nos trabalhos realizados nas prisões femininas. De forma similar, no art. 98 do Código, encontramos que “Na transferência de sentenciada do sexo feminino, a escolta será integrada por agentes do sexo feminino”. Mais uma vez, a legislação estadual

estabelece a presença de mulheres na realização das funções cotidianas de segurança das unidades prisionais femininas.

Na prática, a lei não é cumprida e a presença majoritária de policiais penais homens é evidente. Em conversas com as interlocutoras e nas entrevistas realizadas, foram muitos os relatos de violência utilizada pelos policiais penais como o uso de spray de pimenta nas celas e balas de borracha além de diversas informações sobre abuso e violência sexual praticados pelos policiais penais. Foi relatado que um policial penal homem chegou a desfilar no pavilhão usando apenas cueca e que a prática de troca de favores por sexo era comum e utilizada por eles. Outro ponto importante é o protagonismo dos policiais penais no estabelecimento de castigos. Na prática, são eles que decidem quem vai ou não para as celas de isolamento.

A terceira parte da Carta de Madre Breves refere-se ao *Trabalho e Instrução*, sendo composta por 4 pontos. O eixo principal desta seção é: “O trabalho será obrigatório para todas as detidas, principalmente o trabalho manual e doméstico de utilidade prática para as mesmas quando obtiverem liberdade”. Trabalhar era a regra e, como menciona Angela Artur (2017), o trabalho prisional oferecido pelas freiras era essencialmente doméstico. Assim, quando as mulheres estivessem fora da prisão poderiam também exercer as habilidades que (re)aprenderam e aprimoraram durante o processo de encarceramento que viveram. Sobre a instrução, não havia muitos detalhes na Carta sobre como ela seria realizada. Dessa maneira, podemos concluir que a instrução viria por meio do trabalho que deveria ser realizado em silêncio sendo, apenas, permitido cantos e leituras em voz alta que amenizassem o esforço braçal ou que oferecessem temas e explicações de conceitos proveitosos.

Trabalhar calada, sem tempo para interagir verbalmente com as outras trabalhadoras, era útil para a reflexão e penitência, além de ser mais produtivo. Percebe-se, assim, que o Bom Pastor queria passar a sensação de que a prisão era uma *casa grande* (Freyre, 2019) exemplar, onde habilidades domésticas poderiam ser aprendidas e reproduzidas à base da violência. Cada mulher tinha sua função a depender de sua raça. Formas de agir e de se comportar como uma mulher honrada e trabalhadora eram estimuladas no Bom Pastor. Assim, as Irmãs administravam a instituição e gerenciavam a execução da pena que estava totalmente conectada com as ideias hegemônicas de feminilidades e trabalho doméstico.

A prisão é, portanto, também um espaço de disciplinamento que tem por objetivo transformar as mulheres em honradas e trabalhadoras habilidosas. Segundo Camila de Andrade, “[o] avanço galopante da modernização construiu o modelo idealizado de mulher brasileira à

imagem e semelhança da mulher europeia: branca, bem-vestida, comportada, educada, casta, bem casada, mãe, dona de casa” (2018, p.92). Já as mulheres negras, que historicamente compõem a maioria da população prisional feminina e sempre trabalharam fora de suas casas, (re)aprendiam habilidades para executar de forma mais rápida os ofícios que mantêm funcionando as economias domésticas das famílias mais ricas até hoje. Não é à toa, que a maioria das mulheres entrevistadas, ao contar suas histórias de vidas, mencionou que suas mães ou elas próprias, ainda crianças, trabalharam *em casa de família*, geralmente, exercendo a função de trabalhadoras domésticas precarizadas e sem direitos. Dessa forma, a instrução realizada pelo trabalho prisional também destinava essa população às mesmas vagas de emprego subalternas *no mundão* (SAFFIOTI, 1984; GONZALEZ, 2020). Por isso, observamos que:

[o] trabalho doméstico e as atividades gerais de cuidados com uma casa eram o cerne do regime penal definido pelas irmãs. Seguindo a tradição do Bom Pastor, às internas eram atribuídas atividades de lavar, passar, cozinhar e limpar. Alguns pequenos trabalhos manuais eram ensinados às internas, como: bordado, tricô, crochê, pequenas costuras. Anos mais tarde foram instaladas pequenas oficinas com máquinas de costura e o Presídio de Tremembé já nos períodos iniciais contou com essas pequenas oficinas (ARTUR, 2017, p. 177).

Na entrada⁴⁷ que fiz, em maio de 2023, na Cotela, tive a oportunidade de entrar em uma dessas oficinas de costura. Ela ficava situada após o terceiro *checkpoint* interno, onde uma grade verde que ia do piso ao teto, demarcava mais uma fronteira. Na entrada da sala, havia uma pequena placa que dizia: *Módulo Empresa*. Quando entrei, depois de atravessar mais duas grades fechadas com cadeado, observei um galpão grande dividido em duas partes. Do lado esquerdo, havia 19 máquinas de costura, *13 retas e 6 overlocks*. Foi assim que Andressa, responsável pelo local, se referiu às máquinas. Do lado direito, ficavam cerca de duas ou três mesas grandes onde as mulheres, em pé, dobravam e embalavam os lençóis e outras peças costuradas do outro lado do galpão. De lá, as peças eram colocadas dentro de um caminhão para serem levadas para o *mundão*.

Fazia muito calor na sala e não havia muita iluminação natural. Cerca de 20 mulheres trabalhavam lá. O local parecia uma pequena e precarizada fábrica têxtil. A empresa contratante

⁴⁷ Em 31 de maio de 2023, a Liberta Elas foi convidada pela Defensoria Pública de Pernambuco para participar de um mutirão onde foram realizados, durante todo o dia, atendimento jurídico de todas as mulheres aprisionadas, cerca de 300 mulheres. Além da parte jurídica, a Liberta Elas, outros coletivos e grupos realizaram atividades, na unidade, sobre diferentes temáticas no mesmo dia.

é a confecção Rochelle que pertence ao grupo Narciso⁴⁸. Andressa era a *encarregada*⁴⁹, funcionária da Narciso, que me disse que, além de escutar as funcionárias como uma psicóloga, fazia de tudo para coordenar o dia a dia na oficina. Quando perguntei sobre salário, ela me informou, sem hesitar, quanto às mulheres aprisionadas recebiam: por 8 horas de trabalho diário, de segunda a sexta, as trabalhadoras recebiam 75% do valor do salário mínimo. E, deste valor, 25% era destinado para o pecúlio. A entrada no *Módulo Empresa* da Cotela evidencia que o trabalho prisional se mantém alinhado com os princípios estabelecidos na carta de Madre Breves.

De forma similar, um dos últimos temas trazidos na Carta trata do uniforme. Azul é a cor estabelecida para as vestimentas e caberia à diretora providenciar o *pano de qualidade* para que o vestuário seja feito. No *Módulo Empresa*, as trabalhadoras também usavam um uniforme: short jeans ou bermuda azul e uma camisa da cor cinza azulado com a figura de uma cabeça de um tigre estampada na parte da frente. Na camisa, estava escrito: ‘O despertar do tigre, Rochelle Têxtil e, na manga, Paixão pela Rochelle’. A camiseta de tigre identifica as trabalhadoras que se distinguem das outras mulheres que não trabalham. Ao mesmo tempo, elas podiam ser identificadas como o grupo das trabalhadoras, formando um time como o design da blusa de tigre indicava. As camisas, suas cores e o que nela estão estampadas são vestígios de formas de distinção e hierarquização entre as mulheres. Cada camisa identifica o grupo que as mulheres pertencem. Ao grupo das trabalhadoras da Rochelle, perguntei como era trabalhar ali e uma delas me respondeu: “Só fica aqui quem tem mesmo garra pra ficar”, após me dizer que o trabalho era bastante cansativo e a comida servida de péssima qualidade. Eram muitas horas em pé. Mesmo o trabalho sendo realizado em situações precárias, são inúmeras as que pedem para trabalhar na Rochelle. Ser trabalhadora na prisão gera *status* entre as mulheres e renda. É possível constatar que o trabalho prisional, apesar de ser mal remunerado e exaustivo, sempre existiu nas unidades prisionais femininas de Pernambuco como um pilar estruturante e sempre esteve ligado às habilidades conectadas aos trabalhos domésticos.

⁴⁸Para mais informações sobre trabalho prisional nas unidades prisionais femininas, acessar site: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/03/08/reeducandas-do-regime-aberto-tentam-reconstruir-a-vida-costurando-330660.php> Acessado em 03/06/23.

⁴⁹ Encarregada é a pessoa responsável pela supervisão das funcionárias das empresas que utilizam o trabalho prisional. Essas empresas podem ser localizadas na prisão ou fora delas quando empregam mulheres aprisionadas em regime semiaberto e aberto. Geralmente, a encarregada é funcionária da empresa e tem a função de fiscalização do setor. Ela lida diretamente com as mulheres aprisionadas que trabalham para a empresa. Muitas vezes, nas empresas fora das prisões, as encarregadas são mulheres que sobreviveram ao sistema prisional.

No Código Penitenciário de Pernambuco, o trabalho também tem presença marcante, reforçando o que já estava estabelecido desde a Carta da Madre Breves. Localizado no Título VI - Da Assistência, o trabalho prisional possui capítulo próprio com cinco artigos e aparece, no art. 90, como um dever da população prisional. Todavia, apesar de ser um dever de todas as pessoas aprisionadas em Pernambuco, poucos são os postos oferecidos e a escolha das pessoas para preencher essas vagas é uma decisão da administração do estabelecimento que toma sua decisão a partir da aptidão, disciplina e responsabilidade das candidatas e dos candidatos conforme estabelece o art. 92, §2º do mencionado código. Além de ser um dever, também é trazido pelo Código sua função educativa e produtiva. O trabalho é remunerado e parte de sua remuneração vai para o pecúlio, como explicou Andressa acima. O art. 94 do Código trata sobre pecúlio, estabelecendo que parte da remuneração paga pelo trabalho prisional seja destinado para uma caderneta de poupança para ser entregue à pessoa aprisionada quando estiver em liberdade.

Nas seções seguintes da Carta, há a que trata sobre as *Recompensas* e as *Penitências*. Apesar de serem duas partes distintas, esses dois eixos se complementam já que são reações diferentes das Madres e Irmãs em relação às ações das mulheres aprisionadas. Recompensar é uma forma de incentivar os comportamentos e as *Penitências* dizem respeito às formas de punir atitudes e/ou práticas não desejáveis. As recompensas iam de felicitações e elogios feitos pela diretoria em reuniões especiais a prêmios que poderiam ser objetos úteis ou dinheiro. Já as punições eram: 1) advertências privadas ou públicas feitas pela diretora ou vice-diretora, 2) perda parcial das recompensas obtidas e 3) reclusão na cela. Para que a penitência fosse escolhida, aspectos como *a transcendência da infração, reincidência, idade e estado físico* da pessoa que cometeu a infração deveriam ser levados em conta.

Dessa forma, ocorria um pequeno julgamento a cada desobediência feita e os atenuantes e agravantes do ato seriam levados em consideração na matemática da punição disciplinar das freiras. A balança da disciplina era bem manejada pelas Irmãs do Bom Pastor que exerciam seus poderes com precisão nas práticas do dia a dia. A educação era também voltada para a disciplina no sentido de fazer as pessoas obedecerem e serem recompensadas ou punidas por seus atos. “Com isso, a educação proposta pelo Bom Pastor comportava todo um sistema de recompensas e punições que deveria incutir nas jovens uma certa noção de bem e de mal, valorizando ou sancionando os comportamentos”. (ARTUR, 2017). Hierarquias entre mulheres

eram construídas por meio de elogios e punições. Dessa forma, ao recompensar ou punir, exemplos eram demonstrados a partir dos comportamentos das mulheres.

Vale ressaltar que a reclusão na cela remete à punição de isolamento contemporâneo que continua a existir nas unidades prisionais e que muito escutei nos relatos e nas entrevistas realizadas. O *castigo*, como é conhecido o conjunto de celas destinadas a isolar as pessoas nas unidades prisionais, é para onde as mulheres que desobedecem às regras são encaminhadas para que, sozinhas, possam refletir sobre suas ações e as consequências delas por 10, 30, 60 ou 90 dias. Nunca tive acesso às celas de castigo mesmo quando entrava acompanhada da Defensoria Pública de Pernambuco, mas as interlocutoras sempre comentam sobre elas. Descreveram que eram locais separados do convívio e que as pessoas ficavam isoladas sem contato com outras, mesmo se recebessem visitas, não poderiam vê-las. No Bom Pastor, o *castigo* é conhecido como *Japão* sinalizando que se tratava de um local distante. Nas celas de castigo, havia pouca luz e ventilação e a alimentação não era suficiente. Havia uma chapa nas grades que contribui ainda mais para que pouquíssima luz entrasse. As mulheres ficavam vestidas com suas roupas íntimas e eram poucos os itens de higiene pessoal que eram permitidos entrar lá. Colchões também não entravam.

Novamente, é possível perceber que as tecnologias de punição utilizadas pelas Irmãs do Bom Pastor ainda são praticadas nas unidades prisionais. Segundo Angela Artur, “[...] as freiras recorriam à reclusão em cela para casos de insubordinação reincidente por parte das internas. Para os casos de agressão física às demais reclusas, as Irmãs faziam uso do calabouço” (ARTUR, 2017, p. 113). Assim, punir com o isolamento eram práticas corriqueiras no Bom Pastor, que aconteciam tanto na chegada quanto durante o processo de encarceramento como reações às desobediências. Disciplinar o corpo por meio do sofrimento fazia/faz parte das formas de correção das condutas não desejáveis além de servir de exemplo sobre o que não deveria ser feito. Na economia da punição (FOUCAULT, 2007), o corpo é uma plataforma importante para se reproduzir habilidades por meio da disciplina, sendo onde o exemplo e a punição ocorrem.

Outro aspecto importante na aplicação da punição é que “[...] as penitentes também se envolviam na gestão da própria punição e de suas pares como assistentes das Irmãs, como mestres ou supervisoras o que lhes conferia certo status entre as penitentes e frente às freiras” (ARTUR, 2017, 121). Nesse caso, percebe-se que a ordem e a disciplina eram também internalizadas, mantidas e realizadas pelas mulheres aprisionadas que, muitas vezes, agiam

como assistentes na execução de suas próprias penitências e nas das outras. A partir de sua própria experiência no cárcere, Angela Davis (2019) explica que a maioria da população prisional tem muita resistência em se posicionar contra a lógica disciplinar e punitivista e, até mesmo, contra a existência e o funcionamento das prisões por acreditarem que, muitas vezes, merecem ser punidas e que punições rigorosas são necessárias. Desse modo e diante da participação das próprias pessoas privadas de liberdade em suas punições, não é difícil relacionar as funções de ordem e disciplina desempenhadas por algumas mulheres aprisionadas e alguns *meninhos* aprisionados e as práticas da *chaveira* nos pavilhões. Elas e eles, apesar de serem pessoas aprisionadas, auxiliam na administração do cotidiano prisional, exercendo um papel de liderança, autoridade e mediação de conflitos dentro do pavilhão. Voltaremos a ela, mas é interessante perceber essa conexão com o conteúdo trazido pela carta de Madre Breves, principalmente, por conta das funções de mantenedoras da ordem e rotina que as freiras desempenhavam no cotidiano prisional. Por conta disso, acredito que a figura da *chaveira* e suas práticas estejam relacionadas com as funções realizadas pelas Irmãs e Madres do Bom Pastor. Mais à frente, retornaremos a esse assunto.

Outra costura possível de ser feita entre a seção de Recompensas e Penitências da Carta de Madre Breves com o Código Penitenciário é a existência do Conselho Disciplinar disposto no Capítulo II, do Título X - Do Processo Disciplinar. De forma similar aos julgamentos internos que eram feitos pelas Madres e Irmãs do Bom Pastor para punir e disciplinar as mulheres aprisionadas, o Conselho Disciplinar existe para que as faltas disciplinares⁵⁰ praticadas pelas pessoas privadas de liberdade sejam investigadas e julgadas. O Conselho é composto, segundo dispõe o artigo 120 do Código, pelo gestor do estabelecimento prisional que assume a função de presidente do Conselho e dois servidores, sendo um deles técnico indicado pelo gestor da unidade. Há também a presença de um servidor para fazer os trabalhos de secretariado que também é escolhido pela gestora ou pelo gestor. A apuração do fato ocorrido é feita pelo chefe de segurança que é um dos policiais penais que trabalha na unidade como estabelece o artigo 120, § 2º do mencionado código. Há também uma Comissão Recursal da SERES, formada pelo superintendente da área de segurança e dois servidores do sistema penitenciário indicados pelo próprio secretário como disposto no artigo 122.

⁵⁰ As faltas disciplinares são divididas em três níveis: leve, média e grave e são estabelecidas nos artigos 130, 131 e 133 do Código Penitenciário de Pernambuco.

Há, portanto, uma estrutura punitiva formal, oficial e hierárquica dentro do sistema prisional que compõe os conselhos disciplinares das unidades. Cabe ao gestor ou à gestora da unidade ou à secretária ou ao secretário da SERES, dessa maneira, a responsabilidade de punir as indisciplinas cometidas pelas pessoas aprisionadas. Os artigos 143 e 144 do Código Penitenciário asseguram o direito de defesa que deve ser feito por advogada/advogado ou pela defensoria pública. Algumas das mulheres que entrevistei me explicaram que é o próprio advogado da unidade quem faz a defesa. Ou seja, há espaço para questionar a imparcialidade do julgamento realizado pelo Conselho, já que quase todas as pessoas que o compõem trabalham de forma próxima dentro do sistema prisional e respeitam a hierarquia entre suas funções.

Quando um crime acontece dentro das unidades prisionais de Pernambuco, o procedimento instaurado é o de Regime Disciplinar Diferenciado, que possui dinâmica e estrutura própria, mas segue essa mesma lógica. Dessa forma, percebe-se que há todo um aparato burocrático para que as mulheres e os *meninhos* que cometeram faltas disciplinares sejam punidas nas prisões. No cotidiano prisional, essa burocracia auxilia a fortalecer o poder dos policiais penais que fazem a segurança no dia a dia. O *castigo* é uma sanção disciplinar para faltas graves, sendo um dos últimos recursos a serem utilizados, segundo o Código Penitenciário de Pernambuco. No entanto, na prática, apesar dos conselhos disciplinares, são os policiais penais que decidem quem vai ou não para o *castigo*. Os conselhos, na maioria das vezes, reafirmam o que já foi estabelecido por eles.

Nas entrevistas e nas interlocuções que mantive com várias mulheres que sobreviveram ao cárcere ou que estavam em regime aberto, qualquer motivo bastaria para que elas fossem colocadas no *castigo*, bastavam os policiais penais estarem de mau humor. Ouvi relatos sobre mulheres que foram colocadas em isolamento porque as roupas que vestiam eram curtas ou porque queriam ficar na mesma cela que suas namoradas estavam. Quaisquer situações oriundas do cotidiano ou reclamações contra condutas abusivas da polícia penal poderiam levar as mulheres e os *meninhos* para o isolamento por 10,30,60 ou 90 dias. O Código Penitenciário também estabelece faltas disciplinares leves e médias e que muito se assemelham às penitências utilizadas pelas madres e freiras do Bom Pastor. Elas vão desde advertência verbal à suspensão de visitas e regalias, como é disposto no artigo 137 do Código Prisional. Mas, sem dúvidas, a punição que mais ouvi as mulheres falarem foi o isolamento.

Na Carta da Madre Breves, há uma parte intitulada *Das visitas*. Nela, percebe-se que a regra básica é a intervenção das Irmãs durante todos os contatos externos das mulheres aprisionadas. As visitas aconteciam aos domingos e eram as/os familiares, advogadas e advogados que tinham algum acesso às mulheres no Bom Pastor. No caso das visitas das famílias, as religiosas estariam sempre presentes e deveriam ser atenciosas com os parentes. Também caberia às Irmãs examinar tudo que fosse trazido pela família. Dessa forma, “[o]s visitantes nada poderão introduzir sem intervenção da Vice-Diretora, sob pena de serem privados, temporal ou perpetuamente, da visita”. Advogadas e/ou advogados poderiam visitar a qualquer dia nas horas estabelecidas pelas Irmãs. Todavia, há uma ressalva que diz que *no caso de incomunicabilidade judicial*, as visitas não seriam permitidas. Novamente, não há explicação sobre que casos seriam esses, mas, nessas situações, a comunicação era cortada. As mulheres ficavam em isolamento. Havia, também, censura nas correspondências.

As cartas só poderiam ser enviadas ou recebidas se houvesse permissão da diretora, sendo recolhidas e distribuídas por ela. Desta forma, para que houvesse comunicação com o mundo exterior, seja por meio de visitas ou correspondências, as Irmãs do Bom Pastor seriam intermediárias nesse processo. Sobre as visitas médicas, há uma seção específica informando como elas poderiam acontecer. O médico era chamado pelas freiras e as consultas eram realizadas no Bom Pastor. As ordens e prescrições médicas eram atendidas, mas as doentes eram tratadas na unidade. Apenas se as mulheres fossem acometidas por doenças contagiosas, elas seriam encaminhadas para o hospital.

No caso da Covid-19, eram nas unidades que as mulheres ficavam isoladas quando não eram transferidas para os hospitais. Na Colônia Penal Feminina de Buíque, as mulheres ficavam em beliches em um espaço reservado na sala de laborterapia. No Bom Pastor, elas ficaram na *cela de espera* e, em Abreu e Lima, isoladas em uma sala da escola da unidade. Esse foi a organização que fizeram durante a pandemia.

No Código Penitenciário de Pernambuco as visitas também são regulamentadas. É o gestor ou gestora que autoriza a emissão das carteiras de visitas. Pela lei, as famílias são incluídas como participantes no processo de reinserção social. Na prisão, receber visitas da família é muito importante para a sobrevivência das pessoas privadas de liberdade. Além de trazer alimentos, remédios, cigarros, roupas e diversos outros itens, trazem os afetos e notícias do *mundão*. Receber visitas é uma indicação de que a pessoa é importante para alguém lá fora. Sinaliza ao pavilhão que você não está sozinha e que há pessoas por você. Demonstra-se que a

pessoa é cuidada e que há uma rede de proteção e suporte. De uma certa forma, também se cria uma hierarquia entre mulheres já que as que recebem visitas demonstram que a família tem alguma condição financeira e que elas não são repudiadas. A mãe que visita a sua filha é muito valorizada pela população prisional e demonstra honradez e um alto nível de moralidade.

Todavia, a maioria das mulheres não recebem visitas. Nos círculos de conversas entre os movimentos sociais, o comentário que mais escuto é que as mulheres recebem menos visitas que os homens e, por isso, elas seriam mais abandonadas. Essa afirmação é constada quando se observa as filas das prisões, maiores nas unidades prisionais masculinas. Nelas, vi muitas mulheres negras e de idades variadas que participavam, semanalmente, dos circuitos de visitas que acontecem aos sábados e domingos. Não estou convencida, porém, de que as numerosas filas nas unidades masculinas sejam um indicativo suficiente para se estabelecer que as mulheres aprisionadas e *meninhos* aprisionados são mais abandonadas. A população prisional, em sua grande maioria, não recebe visitas, seja ela feminina ou masculina. Custa caro manter um familiar na prisão e, muitas vezes, o processo de encarceramento é longo e massacrante. Organizar os itens e ir visitar também requer tempo e os maus-tratos recebidos pela polícia penal são muito frequentes.

Acredito que uma das razões para que as filas nas prisões masculinas sejam mais longas é o próprio valor absoluto de homens aprisionados. Como demonstram as tabelas no capítulo anterior, a população prisional masculina é bem maior que a feminina. É preciso observar as proporções entre o número de visitas e o número de homens aprisionados e, da mesma forma, verificar a proporção entre o número de visitas e a população prisional feminina. Só assim poderíamos afirmar se o abandono das mulheres realmente acontece e/ou se existem outras formas de contato e redes de apoio além das visitas das famílias nos finais de semana. Dessa forma, poderíamos refletir com mais propriedade o possível abandono das mulheres aprisionadas e dos *meninhos* aprisionados.

Outro fator que observei com relação às visitas, é que a maioria das mulheres aprisionadas eram/são as principais responsáveis pela sobrevivência de suas crianças. Os pais muitas vezes já estavam aprisionados ou mortos por conta do comércio ilegal de substâncias consideradas ilícitas, ou já eram ausentes da convivência familiar. Dessa forma, antes de serem aprisionadas, as mulheres já eram as principais provedoras de suas famílias. Há, portanto, uma preocupação das mulheres sobre como suas crianças irão sobreviver no período em que elas estiverem no cárcere. A separação forçada de suas crianças no processo de encarceramento é

uma variável importante para compreender esse abandono tão atribuído às famílias das mulheres aprisionadas e dos *meninhos* aprisionados. Sem dúvidas, as visitas são poucas, mas, ao escutar as trajetórias de vida das mulheres que entrevistei, percebo que muitas preferem que o orçamento familiar e o tempo sejam destinados à manutenção de suas crianças ao invés de serem gastos com suas despesas no cárcere. Outras sentem vergonha e preferem que suas crianças não participem das visitas. Dessa forma, as visitas das famílias apresentam diversos nuances, mas são fundamentais para a sobrevivência das pessoas aprisionadas, assim como para a manutenção das prisões.

O Código Penitenciário também estabelece possibilidades de interrupção das visitas. E, como na Carta de Madre Breves, no Código, a interrupção também apresenta um viés disciplinar, podendo acontecer nos casos de desobediência, por razões de segurança e ordem da unidade, em casos de rebelião, motim ou resgate de pessoa privada e em qualquer falta disciplinar grave. Assim, a interrupção das visitas também faz parte da tecnologia da punição da população prisional.

As duas últimas seções da Carta são curtas e referem-se à alimentação e à prática religiosa. A seção *Alimentação* é formada por 4 linhas. Basicamente, a comida servida deveria atender a seguinte regra: “[o]s alimentos das detidas devem ser sãos, frugais e simplesmente condimentados. Não se recebem comidas temperadas fora”. Ou seja, para a preparação da comida não se destinaria muito tempo. O sabor não era um aspecto importante da comida servida que deveria ser simples e sem gosto. A alimentação também não poderia vir de fora, sendo todas obrigadas a comer o que fosse servido.

Essas informações trazidas na carta pela Madre Breves costuro com os inúmeros relatos que ouvi sobre a comida servida na prisão. Sem dúvidas, é unânime a opinião sobre a má qualidade da comida oferecida para a população prisional feminina até hoje. Durante as entrevistas, todas afirmaram que a alimentação fornecida é muito ruim: proteínas animais como a de frango são servidas quase cruas de forma constante, o feijão é servido com insetos, os pães são duros, as batatas doces cozidas são servidas na água em que foram cozinhadas, as frutas disponibilizadas para consumo estão quase podres, a comida é sem sabor e sem muita diversidade no dia a dia. Esses foram alguns pontos trazidos pelas interlocutoras.

A penitência, por meio da falta de prazer no ato de se alimentar, é uma tecnologia da punição bastante utilizada. No cotidiano prisional não há espaço para muitos prazeres garantidos pelas gestoras e gestores, inclusive, o que é proporcionado pelas refeições. Este

sempre foi um princípio seguido pelas unidades prisionais femininas, sendo a regra sobreviver de forma austera e sofrida. Viver de forma simples e sem prazeres mundanos como comer também estava entre os objetivos das Irmãs do Bom Pastor. Não é à toa que a maioria dos itens levados pelas famílias até hoje são os alimentícios: refeições completas, lanches, água, sucos e tudo mais que contribua para que se coma menos da comida servida na prisão. Não é por acaso que os/as policiais penais praticamente tentam destruir esse prazer quando examinam os alimentos cozidos, colocando em sacos ou metendo a mão na tentativa de achar algo que não seja permitido entrar na unidade. Para a entrada de alimentos, há inúmeras regras como, por exemplo, os sacos plásticos ou containers transparentes permitidos. Tudo deve estar à mostra. Quando o alimento levado é preparado com mais cuidado ou apresenta itens considerados mais sofisticados, eles são muitas vezes confiscados ou proibidos de entrar. Certa vez, ouvi um relato sobre um prato de camarão que foi barrado pelo policial penal na entrada da unidade prisional feminina. “Ele queria é comer”, disse-me a interlocutora. Vasculhar a comida e exercer o controle sobre ela são regras da prisão. Não alimentar de forma digna ou suficiente, nem deixar que as famílias levem os alimentos que preparam com antecedência são instrumentos do poder disciplinar que servem como punições extras para as mulheres aprisionadas, os *meninhos* aprisionados e suas famílias. Dificultar as visitas das famílias acrescenta doses extras de humilhação no cotidiano prisional.

Ainda sobre alimentação, outro ponto me chamou muita atenção: a classificação da comida. As refeições são preparadas de forma diferente. No capítulo quatro, falaremos um pouco mais sobre *a boia* e *a dieta* que são as refeições servidas para a população prisional, mas ressaltamos aqui que há outra distinção importante referente às refeições preparadas e servidas nas unidades prisionais. Há um tipo de alimentação servida para a população prisional e outra para as pessoas que trabalham na prisão. Elas são preparadas de forma diferente em cozinhas distintas, mas ambas por pessoas aprisionadas e com os mesmos produtos que são enviados pelo poder público. Assim, os/as policiais penais, o pessoal da administração, do psicossocial e de outros setores formados pelas pessoas que não estão aprisionadas se alimentam na unidade prisional, mas a comida preparada e servida para eles é outra.

Tive oportunidade de experimentar esse almoço servido para as trabalhadoras e os trabalhadores da unidade ao participar de algumas atividades na Cotela e em Buíque em parceria com o NECCEP da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco. Nessas situações, a equipe acabava almoçando na própria unidade. Na primeira vez, percebi que a comida era gostosa,

temperada e não encontrei nada cru. Na Cotela, almoçamos no refeitório ao lado da cozinha. Havia feijão, frango frito, farofa, arroz, legumes, estrogonofe de frango e carne bovina. Também eram servidos suco e sobremesa. Na minha última entrada, em maio de 2023, também com o NECCEP, almocei mais uma vez na unidade. Desta vez, a sobremesa me chamou atenção, pois havia um enorme bolo de chocolate com cobertura também de chocolate, que comemos, assim como todas funcionárias e todos funcionários que estavam trabalhando naquele dia. Nunca ouvi nenhuma das interlocutoras falar sobre sobremesa servida para elas. Desde o meu primeiro almoço até todos os outros que se seguiram, percebi que não era essa a comida servida para a população prisional porque em nada coincidia com as descrições feitas pelas interlocutoras.

Mais indícios vieram, quando conversei com uma das mulheres aprisionadas, concessionada, que trabalhava na cozinha. Ela confirmou que realmente acontecem dois preparos diferentes e mesmo que a cozinheira queira incrementar as refeições das mulheres aprisionadas como foi me dito por ela, era proibido. A comida das mulheres aprisionadas era outra e era preparada para ser ruim. Sem dúvidas, o modo de preparo das refeições faz parte das tecnologias de punição, podendo ser vista desde a prática das Irmãs do Bom Pastor até hoje. A penitência, o sofrer para se curar, é um dos eixos em que a disciplina se materializa durante o processo de encarceramento de mulheres e *menininhos*. No Código Penitenciário, a alimentação em quantidade suficiente é um direito da população prisional conforme o artigo 112, inciso I. Da mesma forma, o estabelecimento prisional tem obrigação de fornecer refeições adequadas à cultura do local em quantidade e qualidade suficientes, segundo o artigo 63. Apesar do disposto em lei, não é isso que acontece. Sente-se muita fome na prisão.

A carta de Madre Breves termina com a seguinte frase: “[a] assistência à Missa não é obrigatória”. Assim, mesmo que a não obrigatoriedade de ir à missa conste no esboço do regulamento do Bom Pastor, as práticas que aconteciam no cotidiano da unidade podem apontar para o contrário da regra. Encontramos, ao lado da estrutura da unidade prisional, a capela onde as missas aos domingos são realizadas até hoje. Conversei com uma das Irmãs do Bom Pastor, quando fui a uma das missas, no segundo semestre de 2022, e ela me contou que havia uma porta que ligava a unidade prisional e a capela. Ela também me mostrou onde ficava essa passagem hoje fechada com cimento e tijolo. Dessa forma, para terem acesso à capela, as Irmãs e as mulheres aprisionadas não precisavam acessar a rua. Bastava usar essa entrada privada.

Outros pontos também demonstram a conexão com a Igreja Católica e as práticas

religiosas como a própria origem das Irmãs do Bom Pastor e o sistema de recompensas e punições que era utilizado pelas religiosas no cotidiano prisional. Até hoje as Irmãs do Bom Pastor possuem laços com a unidade prisional de Recife já que continuam fazendo seu trabalho pastoral de escuta e apoio às mulheres aprisionadas na unidade e recebem o aluguel do governo pelo espaço físico utilizado. Elas continuam celebrando missas aos domingos na capela e, em dias especiais, como a missa do galo, e seguem mantendo e cuidando do convento, situado do outro lado da capela que também forma o complexo do Bom Pastor. A presença das freiras continua atual.

O Código Penitenciário de Pernambuco mantém a tradição de garantir a assistência religiosa segundo o art. 86, assim como a liberdade para professar sua crença no cárcere como o estabelecido no art. 85. Também é permitido que haja locais apropriados para os cultos religiosos. Logo, a assistência religiosa é assegurada, mas nenhuma pessoa privada de liberdade será obrigada a participar de atividades religiosas. Dessa forma, diferentes igrejas e religiões cristãs continuam transitando nas unidades prisionais de Pernambuco. Na Cotela, há inclusive um espaço ecumênico que possui três aparelhos de ar-condicionado *split* que, quando são ligados, refrigeram o local. No Bom Pastor, há uma sala onde a Assembleia de Deus realiza suas atividades semanalmente.

A Carta enviada por Madre Breves é um documento histórico útil para demonstrar as regras que serviam e/ou ainda servem de eixo para as práticas disciplinares realizadas no Bom Pastor e nas outras unidades prisionais femininas de Pernambuco. O Código Penitenciário de Pernambuco mantém muitas das regras estabelecidas na Carta e aprimora outras. A lógica disciplinar e punitivista da Carta é muito similar à do Código, sendo possível fazer uma costura entre os dois documentos. Os pontos de conexão são muitos e se tem a impressão de que a Carta poderia ter sido escrita hoje. Tanto na Carta quanto no Código é possível observar o viés moralizante e disciplinador baseado na ética cristã e na religião católica. O foco no trabalho como dever e direito também aparece como pilar fundamental no processo de encarceramento. Assim, tentou-se evidenciar as semelhanças entre os dois documentos no intuito de demonstrar a lógica que orienta o cotidiano prisional feminino. As prisões e as regras que a regem se mantêm e devem ser entendidas como processos que entrecruzam o passado e o presente. A seguir, vamos trazer as regras da cela, que são os mandamentos que regem o convívio íntimo entre as mulheres e os *meninhos* nas unidades prisionais femininas.

3.3 AS CELAS DO PAVILHÃO E SUAS REGRAS DE CONVIVÊNCIA

Muitas são as regras que regem as prisões. Observamos as generalidades e os preciosismos da lógica disciplinar nas regras trazidas pela Carta de Madre Breves e pelo Código Penitenciário de Pernambuco. No mesmo sentido, podemos observar indícios de como elas chegam, interferem e são praticadas nas vidas das mulheres e dos *meninhos* nas unidades prisionais femininas de Pernambuco por meio das regras que organizam a convivência entre elas nas celas e nos pavilhões. Cada cela rege uma ordem cotidiana, que é, ao mesmo tempo, influenciada pela lógica disciplinar estrutural da prisão, mas também adaptada às interações humanas que lá acontecem. Comecei a perceber a existência dessas regras a partir das primeiras entrevistas que realizei. Elas apareceram de forma desarticulada, misturadas às situações de conflitos que as interlocutoras me contavam. No processo de entrevistar, comecei a perguntar mais diretamente sobre essas regras. Notei também que havia princípios de conduta que ajudavam as pessoas a conviverem e resolverem seus conflitos sem precisar recorrer todo o tempo aos policiais penais. Resolver certos conflitos entre as pessoas aprisionadas poderia envolver menos violência física e mais escuta. Fui percebendo que esses princípios de convivência eram passados de forma oral e por meio de relações de confiança entre as mulheres que os construía e/ou aprofundavam durante seus processos de encarceramento. Além de relações de confiança, relacionamentos de poder também eram (re)produzidos cotidianamente, (re)criando uma hierarquia entre as mulheres nas celas e nos pavilhões. Na manutenção desse código penitenciário informal, a função das representantes de cela e das *chaveiras* são fundamentais porque são elas que corporificam o poder disciplinar, corroborando para que as regras sejam cumpridas. Todavia, cada mulher é responsável pela manutenção da ordem no pavilhão, devendo fazer o que era determinado pelas leis e pelas regras da cela e da cadeia.

Apenas, em maio de 2023, tive oportunidade de entrar em um dos pavilhões e em algumas celas na Cotela. Foi quando pude compreender um pouco mais sobre como o dia a dia da prisão é organizado. O pavilhão começa a partir de uma grade verde de ferro que vai do piso ao teto. Quando ela está aberta, temos acesso às celas. No total são 36 celas, 18 em cada pavilhão. Antes de chegar nelas, há um corredor que também nos leva à uma parte comum do pavilhão, com mesas de cimento revestidas com azulejos brancos e bancos de cimento. É um refeitório, mas que também serve como ponto de encontro para as pessoas que queiram

socializar com pessoas de outras celas quando as celas não estão *batidas*⁵¹. Quando passei, vi três mulheres sentadas, conversando. Percebi que do lado do refeitório havia um outro portão de ferro que dava para o pátio. Lá vi algumas roupas penduradas. Havia luz solar no pátio que fica aberto de 8h às 17h diariamente.

Ao andar pelos corredores dos pavilhões, observei que algumas celas possuíam ornamento na parte externa que dava para o corredor do pavilhão. Esses enfeites as diferenciavam das demais, demonstrando as singularidades do ambiente. Vi uma cela toda roxa. E outra com a oração do Pai Nosso pregada na parede. Uma terceira cela tinha, em cima da sua grade, ramos de cebola e pimenta artificiais. O verde das folhas artificiais e o vermelho da pimenta traziam alguma cor para o cinza do cimento que predominava no corredor. Vi também em outra cela um anúncio: Corte de Cabelo 15.

Ao continuar a caminhar pelo corredor, recebi o convite para entrar em algumas celas. Era de manhã, e algumas mulheres ainda estavam deitadas em suas camas. Quando entrei, percebi que a cela estava muito limpa e era dividida em dois ambientes. Na parte maior, que tinha forma de um pequeno retângulo, ficavam as camas que eram separadas por cortinas de toalhas e lençóis. Eram eles que criavam um pouco de privacidade entre as mulheres. As camas eram de cimento e em formato de beliches. Nesta cela, havia nove pessoas. Quatro das nove tinham que dividir a cama com a outra companheira de cela. A divisão se fazia com cada uma dormindo para um lado do colchão. Dentro dessa organização, cada uma construía seu espaço. As paredes da cama e o teto poderiam ser decorados da forma que fosse possível. A outra parte da cela era o banheiro. Não havia porta para fechar e tudo era feito sem muita privacidade entre as pessoas que habitavam a cela.

No banheiro, de um lado, havia *o boi* que era como o vaso sanitário no chão era chamado. Para usá-lo, a pessoa tem que ficar de cócoras e ter força nas pernas e equilíbrio. Do outro lado, havia o local para tomar banho. Não havia chuveiro. Entre os dois pontos, encostado nas paredes, havia de cinco a oito baldes de tamanho médio cheios de água. Perguntei o motivo de se guardar água. Foi-me dito que, como nem sempre havia água corrente, era necessário estocar. Pela manhã, por exemplo, a água era desligada às 8h e reaberta às 11h. Assim, a água guardada era utilizada para beber, nos banhos, nas descargas *do boi*, para lavar a cela e as roupas. Era com as águas dos baldes que se matava a sede e que a higiene era mantida. Na cela,

⁵¹ Celas batidas significam que elas estão trancadas e que os cadeados foram colocados para manter as grades fechadas.

também vi uma televisão pregada na parede e ventiladores. Cada cama tinha pelo menos um ventilador que ficava bem próximo do colchão. O vento produzido era jogado para o colchão em jato e diretamente.

Figura 37 - Baldes esperando para serem enchidos no banheiro de uma cela no Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

À convite, entrei na cela de Renatinho que estava no corredor e, ao me ver passar, perguntou se eu queria entrar. Ele me mostrou sua cama e como ela era organizada. No teto, tinha vários cabos de vassoura que davam sustentação aos lençóis-cortinas e faziam a cama parecer uma tenda. Vi os dois ventiladores que havia em cada extremidade de seu colchão bem próximos e um rádio. Ao olhar a cama, convidaram-me para sentar e, apesar de me sentir um pouco encabulada e recusar no início, sentei. Ao sentar, senti o colchão macio. A cama estava cheirosa. Ao me levantar, perguntei como as pessoas na cela faziam para namorar. De forma

rápida, todas me apontaram para o rádio de Renatinho. Para namorar, o rádio era ligado na tentativa de que as músicas tocadas pudessem camuflar os sons, proporcionando, assim, alguma privacidade entre as companheiras de cela.

Também perguntei onde estava a *perereca* e, após uma risada alta de geral, mostraram-me a ferramenta. A *perereca* é um artefato produzido nas celas que serve para esquentar água e a comida por meio do vapor produzido pela água quente. É feita com fios, pedaços de madeira e peças de ventilador. Tem forma de uma chapinha de cabelo só que mais fina e um pouco mais longa. Ao olhar a ferramenta que ouvi ser mencionada algumas vezes nas entrevistas, lembrei de uma situação que me foi relatada sobre uma mulher que foi queimada por outra na Cotela com a água fervida pela *perereca*. A água estava fervendo quando foi jogada nela que teve queimaduras graves por todo o corpo. Dessa forma, o objeto é um instrumento importante para se sobreviver na prisão, já que possibilita ferver a água para consumo, cozinhar os alimentos, muitas vezes servidos crus, podendo também ser usado como arma pelas mulheres para solucionar seus conflitos.

Nas celas em que entrei, perguntei sobre as regras de convivência. E, em uma delas, vi que elas estavam pregadas na parede. Escritas à mão, em uma folha branca de papel de caderno, as regras ficavam expostas, do lado da entrada, para que todas as pessoas pudessem ver. De forma geral, as regras da cela que apareceram neste dia e durante as entrevistas foram:

- 1) manter a higiene pessoal e do ambiente,
- 2) lavar o banheiro três vezes por dia,
- 3) não falar nomes ruins nem palavrões,
- 4) limpar a cama toda sexta-feira,
- 5) trocar as cortinas e os tapetes,
- 6) é proibida a entrada de pessoas antes das 10h,
- 7) lavar a cela às 13h,
- 8) lavar e encher os baldes,
- 9) se esquecer alguma sujeira no banheiro, é obrigada a fazer faxina,
- 10) manter o silêncio na hora da novela das 20h,
- 11) lavar as coisas que utilizou como pratos e copos e

12) se não seguir as regras, muda de cela.

Essas foram as regras com que me deparei. Podemos organizá-las em três eixos temáticos: 1) higiene e limpeza, 2) moral e 3) horários. No primeiro eixo, higiene e limpeza, vemos que oito delas podem ser compreendidas por esse viés. Nele, ressalta-se a importância da higiene pessoal e de se manter o local limpo. O banheiro deve ser lavado três vezes ao dia, a cela limpa às 13h e os baldes devem ser lavados e estar cheios de água. Essas são, portanto, tarefas diárias do cotidiano e que, à primeira vista, podem demonstrar uma obsessão pela limpeza. Todavia, a falta de estrutura hidráulica do local agravada pela falta de água demonstra que manter o banheiro limpo é uma estratégia de sobrevivência. Já que a limpeza do banheiro torna a convivência e a vida um pouco mais suportável na cela.

As outras regras como trocar as cortinas, os tapetes e limpar as camas às sextas-feiras também corroboram com o cuidado com a limpeza, mas são atividades realizadas semanalmente. Por fim, lavar copos, pratos e outros utensílios demonstra a responsabilidade mais individual nas tarefas da cela. Nesse eixo, as tarefas domésticas da cela são estabelecidas e a rotina e o cuidado com a higiene pessoal e do ambiente são responsabilidades de suas habitantes. No caso de não cumprimento das regras, poderá haver castigos. É interessante observar, por exemplo, a seguinte regra: *se esquecer alguma sujeira no banheiro, é obrigada a fazer faxina*. Nesse caso, fazer uma faxina extra é uma punição pela falta de cuidado com a limpeza pessoal e do grupo ao usar o banheiro. Não há muito a ser negociado já que a regra se aplica para todas.

Afazeres similares relativos à limpeza e ao *asseio pessoal* também podem ser encontrados na Carta de Madre Breves. Lá, é estabelecido que a limpeza é um dever das mulheres e dos *meninhos*, assim como manter o ambiente higienizado e agradável como também é disposto no Código Penitenciário. Em maio de 2023, a regra era clara: para conviver bem na cela se faz necessário manter a limpeza. Não acredito, porém, que em todas as celas essas regras sejam seguidas com igual rigor, mas, na prisão, a forma como as pessoas da cela se comportam contribui para que a cela seja qualificada como um bom local para ficar dentro do pavilhão. Logo, as pessoas, que nela estão, têm maiores chances de não serem consideradas *maloqueiras*⁵². Assim, o comportamento individual relativo à limpeza e à higiene pessoal

⁵² Maloqueiras são mulheres consideradas sujas, desorganizadas, desobedientes e de difícil convivência. No capítulo quatro, voltaremos a elas.

contribui para que a cela mantenha uma boa qualificação no pavilhão e, de uma certa forma, uma boa reputação na unidade.

O segundo bloco de regras, nomeamos de eixo moral porque trata de diretrizes sobre como as pessoas devem se comportar na convivência com outras na cela. Assim, observamos duas regras. A primeira se refere ao vocabulário usado na cela. Algumas palavras consideradas *ruins* pelas habitantes da cela são proibidas como *besta cubana*, *miséria*, *desgraça*, *besta fera e cão*. São nomes aleatórios, mas que são associados com coisas do mal na visão das pessoas da cela. A proibição de certas palavras corrobora a prática binária do bem e do mal da ética cristã, que estrutura as prisões femininas desde sua origem. As palavras *besta fera* e *cão* podem ser remetidas ao demônio cristão e às *cousas nocivas* mencionadas pela Madre Breves na carta, mas que nunca são definidas com precisão. Apenas, atesta-se que são nocivas. Certas palavras também parecem ser *cousas nocivas* e, por isso, devem ser evitadas a fim que as *boas tendências* se mantenham. Por meio dessa proibição, uma cordialidade e docilidade forçada entre as mulheres se impõem também na forma de falar. A explicação dada pelas interlocutoras foi que as palavras eram proibidas apenas porque elas traziam afetos considerados negativos e que poderiam fazer mal caso fossem repetidas. Em sua entrevista, Giovana me relatou uma briga que teve com outra mulher de sua cela, chegando, inclusive, a trocar agressões físicas com ela. O motivo do conflito foi porque ela teimava em repetir palavras proibidas na frente da sua filha recém-nascida. Ao mencionar essas palavras na frente de sua bebê, Giovana sentiu-se desrespeitada e iniciou uma briga. Assim, espera-se que as pessoas da cela procedam de uma certa forma. E não verbalizar certas palavras é também uma forma de demonstrar o respeito pela cela e por suas habitantes. Pelo mesmo motivo, palavrões são também proibidos.

A segunda regra deste bloco trata da própria validade e concordância das pessoas da cela com o conjunto de regras. Assim, caso alguém não queira seguir as regras da cela, deve se mudar para outra. Simples assim. Caso não se aceite viver sob as regras estabelecidas na cela, mude-se. Só fica na cela quem for capaz de respeitar as regras lá estabelecidas. Aí vem o papel da representante ou do representante da cela. Cabe a ela ou a ele, fazer com que as regras sejam cumpridas, fiscalizar e estabelecer as punições pelo seu descumprimento. É a representante que fala pela cela, sendo responsável em garantir a ordem. Assim sendo, a/o representante tem poder e responsabilidades. As outras pessoas da cela ficam sob seu comando.

No terceiro eixo, observamos duas regras que tratam dos horários. É proibida a entrada de pessoas na cela antes das dez horas da manhã, devendo o sono das pessoas ser respeitado.

Regra que também é trazida na Carta de Madre Breves que estabelecia que o sono não deveria ser interrompido. Até hoje, esse respeito prevalece e a entrada de pessoas que não habitam na cela só será permitido a partir do horário estabelecido. Na mesma lógica de respeito ao silêncio, na hora da novela das 20 horas, o silêncio outra vez é requerido. Muito me foi dito sobre o barulho que se fazia nos pavilhões. As conversas, as brigas, as cantorias, os choros e os ruídos cotidianos em todos os decibéis fazem com que o silêncio aparecesse em momentos raros nos pavilhões. Contudo, na hora da novela das 20h, a última a passar na programação noturna da Rede Globo, o silêncio é um dever a ser cumprido.

Essas regras foram as que mais apareceram nas interlocuções que tive. Todavia, cada cela possui certa autonomia e, a depender de suas representantes, outras normas poderiam ser (re)estabelecidas. Em uma das celas que entrei, havia uma regra que não encontrei em lugar nenhum além dali. Tratava-se de como o representante da cela deveria ser chamado. A regra estabelecia que caso alguém chamasse Pedrão de mulher, rodava⁵³. Pedrão não admitia ser chamado de mulher e, caso houvesse desobediência desse preceito, a pessoa seria punida ou até mesmo expulsa da cela. Respeitar Pedrão e como ele queria ser chamado era importante para manter a boa convivência na cela. Regras específicas, portanto, existiam e simbolizavam acordos e consensos entre as/os habitantes de cada cela.

Além das regras das celas, também havia as regras da cadeia formuladas pelas mulheres e pelos *meninhos* nas unidades. Essas eram formas simples de agir para viabilizar a sobrevivência na prisão. Não havia papel pregado na parede para anunciar, mas essas regras chegavam por meio da experiência das mulheres e dos *meninhos* que estavam a mais tempo na prisão. Catarina me explicou que, logo que chegou na prisão, pediu conselhos a uma amiga que estava a mais tempo que ela no cárcere. Essas regras compartilhadas ajudaram a evitar que ela se envolvesse em conflitos e de ser mandada ao castigo. Em resumo, as regras repassadas a Catarina por sua amiga, sinalizavam que, na prisão, era preciso ter muita discrição, autocontrole e firmeza. Assim, demonstrar fraqueza, baixar a cabeça para as pessoas ou ser *abestalhada*⁵⁴, não a ajudaria a atravessar o período de encarceramento. Entre os conselhos ou as regras de sobrevivência passadas a Catarina também foi mencionado que ela não deveria arrumar problemas com ninguém nem falar nada sobre o que via na prisão. Focar na sua vida e trabalhar

⁵³ Rodar significa ser expulso da cela, perder algo ou ser punido por algo.

⁵⁴ Ser abestalhada significa ser boba ou ingênua. Também pode ser compreendido como ser pouco inteligente.

eram as regras da cadeia que Catarina seguiu. De maneira alguma, ela deveria se meter na vida das outras.

Assim, regras não faltavam no cotidiano prisional das mulheres e dos *meninhos* das unidades de Abreu e Lima e Recife. Regras informais, da cela, do pavilhão ou da cadeia construídas por meio de uma solidariedade forjada que existia entre as pessoas que foram aprisionadas pelo Estado serviam como diretrizes para a convivência no cárcere existir. A forma de ser e de conviver eram mediadas por inúmeras normas, leis, regras e conselhos. Para sobreviver era preciso respeitar todas as regras estabelecidas pelo Estado, pelos policiais penais, pela direção, pelas funcionárias e pelas outras pessoas que formavam a população prisional. E algumas dessas pessoas, além das e dos policiais penais, faziam-se necessárias para que a ordem fosse mantida nos pavilhões e os conflitos mediados. Essas pessoas eram *as chaveiras*.

3.4 CHAVEIRAS: O CO-GOVERNO DAS PESSOAS APRISIONADAS

As *chaveiras* auxiliam a gestão da ordem cotidiana nas unidades prisionais femininas de Pernambuco, tendo cada pavilhão pelo menos uma. Elas vigiam o dia a dia e representam a segunda instância de autoridade competente na resolução de conflitos entre as pessoas do pavilhão se observarmos a lógica de poder de dentro da cela para fora. Depois das representantes de cela, quem aparece, em caso de conflitos não resolvidos, são as *chaveiras*. Durante a pesquisa, comprovei que eram realmente as pessoas privadas de liberdade que exerciam essa função. São prisioneiras que gerem outras, criando mais uma hierarquia entre as mulheres que estão no mesmo pavilhão. Dessa forma, cabe *às chaveiras*, as funções de manter o ritmo da vida cotidiana nos pavilhões, fiscalizar o dia a dia e mediar conflitos. Geralmente, elas ficam nas primeiras celas de cada pavilhão.

As *chaveiras* são escolhidas pelos policiais penais entre mulheres e *meninhos* que demonstram ter *pulso firme e que não abaixam a cabeça pra ninguém*. Para ser *chaveira*, é preciso também ser disciplinada, não se envolver em conflitos nem ter sido enviada para o *castigo*. São pessoas consideradas pela polícia penal como capazes de manter o controle e de serem firmes nas decisões. São pessoas poderosas, disse-me uma vez uma interlocutora. Segundo uma das mulheres que entrevistei e que foi *chaveira* por alguns anos no Bom Pastor, ela foi escolhida para exercer essa função porque “a polícia via que eu não tava ali aglomerando, não tava aumentando nem diminuindo, tava indo pelo certo, falando o que tava acontecendo”.

De uma certa forma, ser *chaveira* é uma premiação para quem aceita a ordem e sobrevive dentro dela. Neste sentido, é possível perceber que havia acordos de convivência entre a polícia penal e as *chaveiras*. O poder da função das *chaveiras* vem, geralmente, por meio de sua fidelidade e comprometimento com a polícia penal.

As *chaveiras* podem ser percebidas como trabalhadoras precarizadas do sistema prisional. Pelos serviços prestados na prisão, recebem o mesmo valor em dinheiro e a remição de pena por cada dia trabalhado como as outras *concessionadas*. Todavia, elas possuem alguns privilégios no cotidiano prisional. Em dia de visita, por exemplo, suas famílias podem entregar mais de oito quilos de produtos para serem consumidos ou usados na prisão, ultrapassando o limite de peso padrão dos itens que entram por pessoa na unidade. Dessa forma, as *chaveiras* conseguem, com mais facilidade, mercadorias para vender no pavilhão como cigarros e roupas, gerando uma renda extra para elas. Comprar seus produtos é uma forma de cultivar boas relações com as *chaveiras*. Algumas delas estabelecem que algumas pessoas de seu pavilhão também vendam seus produtos. Outro privilégio era a possibilidade de criar *pedágios* no pavilhão. *Pedágios* eram pagos à *chaveira* quando se demandava algo a ela. Por exemplo, quando uma pessoa tinha interesse em ficar em uma cela considerada melhor ou mais tranquila, dinheiro ou lanches eram oferecidos à *chaveira* para que ela desse a permissão para que a mudança acontecesse. Também era comum que entre as coisas trazidas pelas visitas algo fosse dado para ela. Assim, a *chaveira* recebia *pedágios* para que as demandas das pessoas do pavilhão fossem atendidas ou como uma maneira de demonstrar respeito por ela.

Segunda uma interlocutora, as *chaveiras* *sugam* o que podem das pessoas que têm melhores condições materiais ou que recebem visitas. Uma vez, no final de uma oficina da Liberta Elas, entregamos alguns kits com itens de higiene pessoal para as participantes. Na entrega, percebemos que muitas mulheres após receberem o seu kit pediam um kit extra para dar às *chaveiras*. Entregamos e, de uma certa forma, contribuímos com o *pedágio* naquele dia. As *chaveiras* possuem, portanto, poder e sabem como praticá-lo de forma estratégica ao exercer suas funções.

Na gestão do cotidiano, as *chaveiras* abrem e fecham as grades das celas e do pavilhão diariamente. São elas também que organizam a fila da *bóia*, quando três pessoas de cada cela saem para pegar o arroz, o feijão e a *mistura*⁵⁵ na hora do almoço. As *chaveiras* também abrem

⁵⁵ Mistura é parte da refeição que vem com proteína animal. Geralmente são várias partes misturadas como salsicha com pedaço de frango.

a quadra para o banho de sol, levam os nomes das pessoas que precisam ir ao médico ou para a administração. As *chaveiras* possuem autoridade para fazer com que a rotina na prisão aconteça da forma mais organizada e controlada possível. Suas responsabilidades envolvem o cotidiano do pavilhão, assim como, as das representantes envolvem o cotidiano das celas. Durante a pandemia da Covid-19, eram elas que também faziam a contagem das pessoas no pavilhão. Elas são, dessa maneira, regentes do ritmo do cotidiano prisional e de sua manutenção. Agem também como intermediárias entre a polícia penal, administração e a população do pavilhão.

Simultaneamente, além de gerenciar horários e filas cotidianas, as *chaveiras* agem como mediadoras de conflitos que surgem entre as mulheres e os *meninhos* no pavilhão. Briga de casal, desavenças criadas por fofoca, desentendimentos entre vizinhas de celas e tudo mais que surgir das interações cotidianas entre as pessoas do pavilhão, é resolvido pelas *chaveiras*. Muitas interlocutoras mencionaram que as soluções dadas por elas são parciais, sendo as disputas e as divergências resolvidas em favor de quem a *chaveira vai mais com a cara*. Todavia, ouvi relatos de que as mediações feitas por algumas *chaveiras* eram justas e que sua intervenção ajudou a forjar acordos entre as partes envolvidas sem o uso de agressões físicas. De qualquer forma, quando as pessoas no pavilhão não conseguem resolver suas discordâncias, a *chaveira* apura o que aconteceu e conversa com as partes envolvidas a fim de propor uma solução. Caso não haja acordo entre as partes, o próximo passo é a transferência de cela: *a muda*. Se mesmo assim, o problema não for resolvido, a *chaveira* aciona a polícia penal.

Observamos, assim, um procedimento no agir e uma escala de poder a ser seguida a fim de que desavenças cotidianas sejam sanadas. Quando chegamos na esfera de poder da polícia penal, vimos, anteriormente, que o isolamento é uma prática frequente e que os conselhos disciplinares da unidade são formados por pessoas da administração e/ou policiais penais. Dessa forma, tentar mediar os conflitos com a *chaveira* pode ser uma oportunidade de tornar a solução das disputas menos violenta e dentro do pavilhão.

Outro ponto que foi bastante relatado nas entrevistas sobre as *chaveiras* é que elas *fecham*⁵⁶ com a polícia penal, contando tudo o que acontece no pavilhão. Dessa forma, muitas vezes, elas não são vistas como pessoas confiáveis pela população prisional. As *chaveiras* têm fama de *cabueta*⁵⁷. Conversando com Aurora⁵⁸, ela me falou um pouco sobre isso:

⁵⁶ Neste caso, fechar com é estar de acordo com alguém ou algo, apoiar, acatar, estabelecer pactos e consensos.

⁵⁷ Cabuetar é fofocar, delatar, repassar informações para outras pessoas. Nesse caso, é repassar informações sobre o cotidiano e as pessoas para a polícia penal em troca de vantagens.

⁵⁸ Entrevistei Aurora em março de 2021.

Juliana: Quem são as mulheres que têm poder no Bom Pastor? Tem alguma?

Aurora: Tem... e muita! Tem muita poderosa!

Juliana: Me conta sobre alguma?

Aurora: A representante, a chaveira, tudo junto e misturado! Todas que trabalham na concessão... é tudo poderosa!

Juliana: Hum.. e como é que elas exercem o poder dela? O que elas fazem pra ser poderosas?

Aurora: Ahh.. cabueta!

Juliana: Cabueta, é?

Aurora: É... Cabueta... Dá informação pra polícia pra arrumar trabalho bom, porque a polícia só dá trabalho bom àquelas que fala *com as línguas nos dentes*... Eles só dá trabalho assim. E se você não é cabueta, a gente é quem vai atrás de procurar uma firma.

Cabueta pode ser compreendido como uma forma adicional de controle na prisão. Falar com *as línguas nos dentes*, repassando informações sobre como a rotina segue e como as pessoas agem no pavilhão é uma forma de negociar e garantir sobrevivência na prisão. Segundo Aurora, os trabalhos com poder e privilégio são conseguidos por meio da *cabuetagem*. Os outros trabalhos na *firma*⁵⁹, mais rotineiros e com menor espaço para privilégios e poder, elas tinham que ir atrás. Assim, trabalho, privilégios e (re)produção de diferenças entre a população prisional são elementos costurados também com as funções das *chaveiras*. Ao mesmo tempo que a *chaveira* mantém a ordem por meio de uma simbiose com a polícia penal, ao assumir essa função garante sua sobrevivência por um tempo. Por ser capaz de compreender as regras da unidade e saber como se movimentar dentro delas é que as *chaveiras* podem atuar como mediadoras. Durante esse período, as *chaveiras* transitam entre fronteiras, tendo acesso a um certo poder que contribui para que a ordem seja mantida e que ela tenha acesso a alguns privilégios. Todavia, elas não deixam de ser prisioneiras.

Esses espaços de fronteiras acessados pela *chaveira* são semelhantes aos ocupados pelas Irmãs do Bom Pastor. Eram elas que auxiliavam as Madres, diretoras da unidade, no dia a dia prisional. Apesar de não serem aprisionadas, elas estavam na cadeia e seguiam a rotina do Bom Pastor. Não saíam muito do complexo do Bom Pastor, sendo as idas ao mundo exterior raras. Suas tarefas e obrigações estavam relacionadas com sua missão religiosa e elas, na prática, ficavam presas ao cotidiano de seus afazeres. Assim, manter a rotina, a ordem, auxiliar as Madres, gerar renda extra para a Congregação e assegurar que as outras mulheres sigam seus passos e as suas ordens são algumas das funções realizadas por elas. Práticas de controle na

⁵⁹ Firma são empresas que oferecem trabalho nas unidades prisionais.

forma de cuidado e vigilância estavam presentes nas suas relações com as outras mulheres que compunham a população prisional. Elas tinham poder, mas obedeciam às Madres, suas superiores, que também exerciam autoridade sobre elas. As freiras, portanto, também estavam em espaços de fronteiras como as *chaveiras*: mandavam em alguns momentos, mas obedeciam em muitos outros. Dessa forma, acredito que tanto as freiras do Bom Pastor quanto as *chaveiras* materializaram relações de poder disciplinar, fiscalizando e contribuindo para a existência da unidade prisional. De uma certa forma, elas eram aprisionadas, mas possuíam privilégios no cotidiano prisional.

À vista disso, observando a movimentação das *chaveiras* no cotidiano prisional e suas funções, é possível notar a co-gestão das pessoas aprisionadas nas unidades femininas de Pernambuco e seus limites. Cogerir é uma prática que pode ser observada desde o período em que o Bom Pastor começou a funcionar. As *chaveiras* podem ser conectadas com as funções que as Irmãs do Bom Pastor faziam na gerência do dia a dia prisional. A simbiose que o Estado tinha com as Madres vista na carta, e que a policial penal e administração (re)produzem com as *chaveiras* parecem ter dinâmicas semelhantes. Assim, a base da ordem das prisões femininas possui a tradição de serem mantidas por mulheres aprisionadas ou *meninhos* aprisionados, mas é garantida por meio de parcerias com homens investidos de cargos e poderes públicos que mandam com uma certa distância. Às vezes mais distante, mas sempre presentes, eles gerem a prisão em pontos estratégicos e por meio de auxiliares fundamentais para que a ordem e seus poderes se mantenham. Assim, sejam secretários de justiça ou policiais penais, eles utilizam acordos e regras informais ou formais, gerindo as unidades prisionais femininas até hoje.

3.5 “SE NÃO SEGUIR AS REGRAS, MUDA DE CELA”

Celas, pavilhões, unidades prisionais, congregações religiosas e o Estado. Na cadeia, há um emaranhado de poderes e funções cotidianas que se entrecruzam para que a ordem e o funcionamento da prisão se mantenham e se expandam. As regras, leis, normas que vimos são variadas e estabelecem diretrizes que os corpos aprisionados buscam para reger suas vidas e sobreviver na prisão. Esses corpos de mulheres e *meninhos*, representantes de cela, *chaveiras*, freiras, madres, trabalhadoras *concessionadas*, policiais penais, gestoras e familiares se posicionam de forma diferente na unidade prisional, desempenhando funções de acordo com o

que o poder disciplinar estabelece e exige. Observar como cada cela e pavilhão mantém seu dia a dia, fazendo com que pessoas possam conviver durante o encarceramento revela como o sistema prisional se estabelece dentro e fora das prisões. E como as formas de organização da prisão fazem com que as pessoas disputem e negociem seu dia a dia.

As regras e as formas do poder disciplinar que regem as prisões e suas populações não são aleatórias e estão conectadas, assim como, sofrem contribuições e adaptações a partir das pessoas que lá se encontram, trabalham e/ou por lá transitam. No decorrer deste capítulo, refletimos sobre os contextos que deram forma às unidades prisionais femininas e tentou-se demonstrar a importância que a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor teve no Brasil e ainda tem em Pernambuco na lida com mulheres e *menininhos* que foram aprisionadas e aprisionados. Sua influência sobre a forma e a finalidade de como a primeira unidade prisional feminina de Pernambuco foi construída, de como a pena foi e deve ser aplicada e executada são aspectos que revelam os objetivos do encarceramento de mulheres e de *menininhos* seguidos pela Congregação e corroborados pelo Estado. Obediência, disciplina, castigos, trabalhos e higiene são aspectos que, até hoje, podem ser verificados na prisão e que são defendidos desde a carta de Madre Breves assim como no Código Penitenciário de Pernambuco quase 70 anos depois.

É, portanto, dentro desse contexto que as mulheres aprisionadas e os *menininhos* aprisionados assumem funções e passam a auxiliar seus cotidianos a serem (re)organizados. Se observarmos a questão do trabalho prisional, por exemplo, percebemos que há atividades laborais específicas do cotidiano que a população prisional das unidades femininas vem, tradicionalmente, realizando. Da mesma forma, hierarquias e prestígios são alcançados quando esses trabalhos são desempenhados, influenciando como as pessoas são tratadas e como elas passam a tratar as outras. Assim, as relações entre as autoridades formais e informais da cadeia influenciam as pessoas aprisionadas cotidianamente, sendo as interações mediadas pelos trabalhos que assumem ou não nas unidades.

As/os representantes de cela e as *chaveiras* são figuras importantes nas redes de manutenção do cotidiano da prisão já que estão na lida diária com a população prisional e fazem parte deste grupo. Elas ou eles desempenham funções de controle do próprio grupo ao qual pertencem. Ao organizar e estabelecer a ordem, mediando ou evitando conflitos em nome da estabilidade e segurança da prisão ganham *status* de autoridade dentro do pavilhão. Suas funções são fundamentais para a existência da unidade e suas raízes podem ser encontradas nas

práticas das mães e das freiras do Bom Pastor. Desde o período em que se foi estabelecido a co-gestão entre elas e o Estado, influências sobre como atuar para manter a ordem e a existência da prisão podem ser observadas.

Assim, diversos acordos são necessários para manter o sistema prisional funcionando. Eles não são de hoje e quando evidenciados revelam que eles acontecem dentro e fora do Estado, sendo disputado por atores e atrizes que também querem ter poder e influências na prisão ou simplesmente sobreviver. Para a população prisional, a regra principal é a sobrevivência, e, diante da estrutura precária da prisão, seus corpos são plataformas fundamentais de resistência (BUTLER, 2020; 2022).

Dessa forma, estratégias de como se movimentar e sobreviver são traçadas e desempenhadas a partir também da estrutura e das normas que regem e são (re)criadas nos estabelecimentos prisionais e em seus arredores. As estruturas se organizam e existem por meio de todas essas regras, leis e convivências que acontecem de fora da cela para dentro e de dentro da cela para fora. E cabe às pessoas aprisionadas, seguir em maior ou menor grau tudo aquilo que foi estabelecido e, na maioria das vezes, imposto. Traçar estratégias de sobrevivência é, portanto, criar rotas de fuga e/ou burlar o sistema pelas brechas. Nos próximos capítulos, veremos como algumas dessas estratégias acontecem nas unidades prisionais femininas de Pernambuco.

4 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

4.1 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Pensar e escrever sobre estratégias de sobrevivência é refletir sobre como as pessoas reagem a situações de violências extremas, encontrando maneiras de continuar a viver diariamente. Nas estratégias construídas nas unidades penitenciárias femininas de Pernambuco, observamos o que Veena Das (2020) menciona ser, em suas análises, formas de “solidariedade forjada” entre mulheres. São ações individuais ou coletivas tecidas por e entre mulheres na tentativa de prosseguir a vida, por meio de seu cotidiano, após vivenciar acontecimentos violentos e traumáticos como estupros, torturas e mortes de seus familiares. Veena Das (2020) traz o cotidiano como espaço onde mulheres se engajam a fim de lidar com seus afetos decorrentes de seus lutos, violências e sofrimentos gerados na guerra da Partição⁶⁰, na Índia, em 1947. Assim, no dia a dia, as mulheres que sobreviveram às violências produzidas pela Partição foram se (re)posicionando de diferentes maneiras, formando redes de solidariedade e apoio entre elas, reconstruindo seu cotidiano e suas vidas.

Além de compartilhar contextos de sofrimento comuns e violências vividas, as mulheres foram testemunhas das violências que viveram e das que viram outras mulheres, como seus familiares, amigas e vizinhas, passarem. Há, portanto, uma compreensão entre elas sobre as violências sofridas, gerando um conhecimento comum proveniente de seus sofrimentos. Veena Das (2020) descreve várias estratégias de sobrevivência, como quando as mulheres se recusaram a lavar seus corpos e cabelos, param de limpar suas casas, casam-se novamente ou reúnem-se para rezar juntas, diariamente, em um mesmo horário em uma praça.

No contexto das unidades prisionais femininas de Pernambuco, mulheres aprisionadas assim como os *meninhos* que se encontram também aprisionados passam por procedimentos similares de violência, sendo colocadas lado a lado de forma forçada e violenta pelo Estado. Todavia, é dentro desse contexto que elas também tecem momentos de solidariedade para sobreviver. Assim, solidariedades entre mulheres e *meninhos* também são forjadas no cárcere após elas/eles terem passado ou estarem passando por processos comuns e cotidianos de violência. Desde o momento em que são presas por policiais militares ou civis, durante seus

⁶⁰ Em 1947, a Guerra da Partição ocasionou a criação de dois estados independentes: Índia e Paquistão. Essa divisão provocou a morte de milhares de pessoas e foi responsável em gerar violências e violações de milhares de mulheres destes territórios. O estupro e o rapto de mulheres foram usados como uma arma de guerra.

juízos e no período em que cumprem pena em unidades prisionais ou no regime aberto, seus relatos descrevem, frequentemente, violências e violações de direitos como castigos corporais, longos períodos em celas solitárias como forma de punição, utilização de água não potável, falta de assistência médica e psicológica suficiente e adequada, alimentação fornecida em péssimo estado, superlotação, péssimas estruturas das celas, com mofo, infiltrações e a presença de ratos e cobras, pouca ventilação e luz solar, assédio sexual, violência policial, dificuldade para falar com a família, descumprimento de direitos assegurados pela constituição como o princípio da presunção de inocência e falta de informação sobre seus processos penais.

É dentro desse cotidiano, em que a precariedade de vida se torna regra e em que as formas de violência se tornam frequentes e variadas, que mulheres aprisionadas e *meninhos* aprisionados criam em seus cotidianos estratégias de sobrevivência. É na reconstrução do cotidiano, dentro e fora das prisões, que muitas mulheres e *meninhos* costumam redes interpessoais de apoio e solidariedade na tentativa de continuar suas vidas enquanto *pagam* suas penas. As experiências das mulheres e *meninhos* nas prisões também demonstram que elas/eles passam a viver sob ameaça constante de sofrerem mais violências. Assim, muitas mulheres aprisionadas e *meninhos* aprisionados se depararam com situações extremas e, para sobreviver, precisam desenvolver estratégias.

Em 2019, durante uma oficina do clube do livro na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima, uma mulher, na faixa dos seus sessenta anos, demonstrando estar muito nervosa, perguntou na nossa roda de conversa se existia um manual de como sobreviver ao encarceramento e como ela poderia fazer para aprender como se comportar na unidade prisional. Fazia poucos dias que ela tinha sido aprisionada. Chorando, ela contou sobre a péssima qualidade da comida oferecida e dos chutes que recebeu de outras mulheres e dos *meninhos* que também estavam aprisionadas com ela.

Nas minhas observações participativas e escutas, nunca encontrei um manual de sobrevivência escrito, mas ouvi muitos relatos de diversas interlocutoras que demonstravam as várias formas como elas tinham conseguido sobreviver aos conflitos e violências que lá existiam. Muitas vezes, a sobrevivência estava ligada a relações de afeto que elas mantinham com outras mulheres dentro e fora da prisão. Ouvi atentamente as mulheres falarem sobre relações amorosas, sexuais, de amizade, de trabalho, referentes à religiosidade, de diversão. Múltiplas foram, portanto, as relações interpessoais forjadas nas unidades prisionais femininas em que entrei e variados foram os afetos gerados entre mulheres e *meninhos*, assim como

suas estratégias de sobrevivência.

Por estratégias de sobrevivência na prisão, entendo ser todas as ações ou inações que mulheres e *meninhos* sob custódia do Estado realizam a fim de manter e preservar suas vidas, integridades físicas, psíquicas e emocionais durante o cumprimento de suas penas nas unidades prisionais em que se encontram. Assim, qualquer movimentação ou não ação realizada no sentido de viabilizar a própria existência diante do que Godoi (2015) nomeia de “precariedade institucional constitutiva” das prisões brasileiras, referindo-se às condições desumanas que estruturam o sistema prisional brasileiro, é aqui considerada uma estratégia de sobrevivência. Estas se apresentam de diversas formas, podendo ser, inclusive, mais coletivas ou individuais, duradouras ou pontuais.

Diversas formas de estratégias de sobrevivência vêm sendo pontuadas e/ou analisadas em várias pesquisas realizadas em unidades prisionais brasileiras femininas. Todavia, são compreendidas sob diferentes costuras. Julita Lemgruber (1999) fala sobre os “modos de adaptação à vida prisional” gerados a partir de características de personalidade e dos papéis sociais que surgem na tentativa de superar “as dores do encarceramento” provocados pelas privações pelas quais as mulheres presas na unidade prisional Talavera Bruce no Rio de Janeiro passam. Julita Lemgruber faz referência, entre outras coisas, a diferentes formas como as mulheres assumem suas relações homoafetivas na unidade, adaptando-se a papéis de gênero mais tradicionais a fim de cultivarem amor, cuidado e proteção. Nesses casos, as estratégias de sobrevivência são construídas por meio de relacionamentos amorosos e sexuais. Lemgruber analisa que muitas ao se envolverem nesses relacionamentos fazem como forma de garantir proteção no cotidiano prisional. Já que ao ficarem sozinhas se tornam mais desprotegidas no cotidiano e sem apoio caso se envolvam em conflitos. Fazer parte de um casal também auxilia a ficar mais longe dos conflitos gerados pela convivência.

Fernanda Buckeridge (2011) analisa as “formas de elaboração da experiência na prisão” construídas pelas mulheres aprisionadas em uma unidade da cidade de São Paulo. A autora observa as tentativas de atribuição de sentido do viver no cárcere. Por meio de atividades artísticas de teatro e música realizadas pela organização não governamental em que trabalhava, Fernanda Buckeridge relata as relações de amizade e companheirismo construídas entre as mulheres na prisão e a troca de cartas entre elas e as pessoas *no mundão* como formas de continuar a vida na unidade prisional. A experiência trazida por Fernanda Buckeridge (2011) demonstra algumas estratégias de sobrevivência observadas na unidade prisional, inclusive sua

participação em uma dessas estratégias quando concordou em trocar cartas com uma de suas interlocutoras. Mesmo visitando com certa regularidade a unidade por conta de seu trabalho, Fernanda Buckeridge também se comunicava por cartas com algumas mulheres. E é no vai e vem dessas correspondências que confidências e pensamentos eram revelados entre suas correspondentes de forma mais discreta, íntima e livre. Ao forjar intimidade por meio das trocas de cartas, sinaliza-se para a unidade prisional que a pessoa possui redes de apoio e suporte.

A escrita de cartas e bilhetes entre as mulheres aprisionadas/os *meninhos* aprisionados e as pessoas que estão *no mundão* é uma estratégia de sobrevivência bastante utilizada. Mesmo que, muitas vezes, as cartas não cheguem aos seus destinatários, elas são tentativas de comunicar algo para fora dos muros das unidades prisionais, fazendo, muitas vezes, denúncias de violações de direitos e violência no cotidiano prisional escaparem das grades. No caso da troca de cartas entre Fernanda Buckeridge (2011) e uma de suas interlocutoras, mencionada acima, havia conversas entre elas que não aconteciam mesmo elas se vendo com certa frequência na unidade. Trocar cartas era uma forma de burlar o controle, reagir, sobreviver ao dia a dia na prisão e driblar os muros das unidades prisionais. Muitas vezes, para chegar a seus destinos, as cartas fazem percursos que nem sempre são os oficiais.

Outras vezes, as cartas encontram caminhos oficiais, mas não são respondidas oficialmente, como demonstram Thula Pires e Felipe Freitas (2018) no projeto Cartas do Cárcere, que trabalhou com cartas enviadas para a Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais do Departamento Penitenciário Nacional por pessoas aprisionadas. Muitas dessas cartas organizadas pelo projeto foram enviadas para o presidente do Supremo Tribunal Federal e até mesmo para a presidenta da república na época, Dilma Rousseff. As cartas continham denúncias sobre as mais variadas formas de violências e violações de direitos sofridas por pessoas que cumpriam suas penas em regime fechado nas unidades prisionais. As e os remetentes relataram com detalhes a falta de infraestrutura das prisões e as torturas vividas no cotidiano prisional.

Além de ser uma forma de comunicar algo mais íntimo e denunciar violações de direitos e violências no cárcere, as cartas, que cruzam as fronteiras das prisões e chegam ao *mundão*, também criam, mantêm e comprovam relações afetivas entre as pessoas que estão dentro e fora do cárcere. Natália Padovani (2015), em sua pesquisa realizada nas unidades prisionais femininas em São Paulo e Barcelona, demonstra como as cartas são fundamentais para comprovar relações mediadas pela prisão e o poder estatal. As cartas são vasos comunicantes (Godoi, 2015) que podem ser utilizadas, estrategicamente, para comprovar e oficializar relações

afetivas entre pessoas que estão afastadas pela prisão. Desta maneira, as cartas trocadas formalizam a existência dessas relações porque têm valor de documento e deixam seus rastros por meio da burocracia estatal. As cartas podem, por conseguinte, materializar as relações afetivas, servindo como prova oficial de que os relacionamentos existem. Conseqüentemente, alguns direitos também podem ser solicitados a partir desta comprovação como, por exemplo, a possibilidade de se ter residência fixa. Assim, com o reconhecimento do domicílio, há a possibilidade de que um pedido de progressão de pena para o regime semiaberto ou aberto seja solicitado.

Outro aspecto é que, ao enviar e receber cartas, atesta-se publicamente que a remetente e/ou a destinatária das correspondências possuem redes de afeto e suporte no *mundão*. É uma maneira de demonstrar para suas companheiras e companheiros de cela, policiais penais e administração da unidade prisional que não se está sozinha, que há alguém no *mundão* que se importa. Em outras palavras, que há vínculos afetivos com pessoas que estão fora das unidades prisionais, que se é querida e cuidada por alguém. Padovani (2015) demonstra como as cartas (re)produzem redes de afeto e suporte que ultrapassam o território da prisão, expandindo-se, inclusive, para territórios transnacionais. Os usos, significados e finalidades das cartas são diversos, adaptando-se como estratégias de sobrevivência a partir das demandas do cotidiano prisional.

Karla⁶¹, uma das interlocutoras com quem conversei, escreveu muito *catatau* e cartas na Colônia Penal Feminina de Recife. Por gostar de estudar e ler, Karla se destacou na escola estadual do Bom Pastor chamada Olga Benário e logo foram chegando pedidos para escrever os *catataus*, bilhetes internos que as mulheres e os *meninhos* na prisão trocavam entre si, e cartas que eram enviadas ao *mundão*. Karla escrevia os *catataus* e cartas sob encomenda. Os *catataus* eram bilhetes escritos com o objetivo de fazer com que os casais se reconciliassem, paquerar as mulheres que chegavam na prisão ou uma forma que algumas mulheres e alguns *meninhos* utilizavam para lidar com os conflitos que surgiam da convivência. Karla ouvia o que tinha acontecido e escrevia os *catataus* que eram entregues pelas pessoas que a contratavam para a escrita. Em troca, Karla ganhava algum trocado ou agrado, como bolo ou outros itens alimentícios que as famílias traziam. Como Karla não tinha família em Recife, esses itens eram, portanto, importantes para ela. Perguntei como as cartas eram colocadas no correio e ela me explicou:

⁶¹ Entrevistei Karla em junho de 2021.

Bom, elas davam pros parentes que botava no correio. Eu, no caso, como eu não tinha [familiares que me visitavam com frequência], eu dava pros parentes das minhas colegas botar. Quando não dava, eu dava pros policiais penais. Tinha dois policiais penais que eu confiava, que eles botavam e as cartas chegavam. E como eu trabalhava na firma, aí tinha uma encarregada lá, aí eu pedia pra ela colocar. Ela colocava às vezes. Aí tinha algumas pessoas que fazia, entendeu?

As cartas são, portanto, estratégias utilizadas para (re)estabelecer relações humanas e forjar sobrevivência. Pessoas aprisionadas escrevem cartas e *catataus* por diversos motivos seja para se aproximar de alguém no mundão, gerenciar conflitos nas unidades prisionais, denunciar violências e violações de direitos, sentir-se livre ou manter relacionamentos afetivos com pessoas que se encontram extramuros. Deste modo, vários são os motivos que levam cartas a serem escritas e diversas são as formas que elas chegam ao *mundão*.

Estratégias de sobrevivência são também trazidas por Lima et al (2013) que estabeleceram, em sua pesquisa, um eixo de investigação em que observaram cinco elementos fundamentais durante o processo de encarceramento. As autoras falam sobre a importância da fé, do trabalho, da música, das companheiras de cárcere, dos filhos e filhas e da espera pela liberdade na vida das mulheres aprisionadas em uma unidade prisional feminina em João Pessoa, Paraíba. Os cinco eixos observados pelas autoras foram as formas em que as mulheres aprisionadas conseguiram se organizar dentro do cárcere para sobreviver. As relações entre as companheiras de cela é um ponto importante e se conectam com as solidariedades forjadas observadas por Veena Das (2020). Por compartilharem situações de violências vividas e testemunhadas por elas, há um conhecimento gerado pelo sofrimento que é comum entre elas, por se encontrarem em situações violentas parecidas e que podem gerar rotas de fuga a partir de suas relações. Lima et al apontam a importância das relações entre mulheres para que elas consigam atravessar e concluir o processo de encarceramento.

De forma similar, Sara Antunes (2017; 2021) chama atenção para como as mulheres e os *menininhos* reconstróem suas vidas por meio de estratégias de sobrevivência, elaboradas a partir de suas experiências em unidades prisionais femininas em São Paulo. Pereira, um dos interlocutores de Sara Antunes, recusa-se a deixar *a vida passar em branco* enquanto está preso, reconstruindo seu mundo e criando formas de viver e escolher dentro do sistema prisional. Pereira explica como conseguiu voltar a uma unidade onde criou um espaço para si que lhe

trazia alguma estabilidade emocional. Em um determinado momento, Pereira foi expulso desta unidade como uma forma de punição e, para retornar ao mesmo local, traçou estratégias. Ele percebeu que, sendo expulso das unidades prisionais por ações de indisciplina, que cometia propositalmente, com o passar do tempo, iria retornar à unidade de onde fora expulso. Assim, suas transferências das unidades eram provocadas por ele mesmo por meio de comportamentos considerados indisciplinados que praticava. Conseqüentemente, Pereira era punido, gerando inclusive muita violência da administração das unidades contra ele. A expulsão de uma unidade para outra é, geralmente, a última punição recebida. E foi assim que Pereira retornou, depois de alguns anos rodando entre unidades prisionais do estado à unidade na qual queria *pagar sua cadeia* e de onde fora expulso.

Desta maneira, percebemos que o medo, a culpa, a humilhação sofrida cotidianamente, a saudade, a solidão, a angústia e as dores no corpo são afetos comuns vivenciados e relatados por mulheres e *meninhos* durante seus anos de aprisionamento. E essas experiências (re)produzem conhecimentos compartilhados entre elas/eles que são provenientes dos sofrimentos gerados pelo encarceramento. Essa experiência e conhecimentos podem contribuir para que as mulheres e os *meninhos* se ajudem tecendo redes de solidariedade e apoio nas prisões e fora delas. As estratégias de sobrevivência são forjadas no cotidiano prisional e são essenciais para que a população prisional consiga *pagar suas penas* e sair da prisão com vida.

O processo de encarceramento é, portanto, extremamente violento e as estratégias de sobrevivência são também construídas em correspondência a essa violência, que é contínua e se inicia, na maioria das vezes, muito antes do cárcere. Todavia, é preciso estar atenta para não compreender as pessoas que estão nas unidades prisionais apenas dentro da categoria de vítimas, uma vez que limita a análise e oferece poucos subsídios para se compreender o funcionamento do cotidiano e do sistema prisional. Assim sendo, entender que as pessoas produzem relações, geram afetos e são também responsáveis por si e pelas condições ao seu redor sem desconsiderar a violência do processo de prisão é o que pretendo ressaltar quando utilizo a categoria analítica “estratégias de sobrevivência”. Compreendidas, portanto, fora de um binarismo cristão que tende a categorizar as pessoas como algozes ou vítimas. Evidenciar as estratégias que são usadas para sobreviver nas prisões é justamente a tentativa de demonstrar que elas não são apenas vítimas, nem lidam com suas vidas de forma passiva e/ou subordinada. Muito pelo contrário, elas reagem à violência estatal sofrida.

Outro motivo para o uso das estratégias de sobrevivência enquanto perspectiva é tentativa de evitar de tomar um grupo, nesse caso, mulheres e *meninhos* que se encontram em

unidades prisionais femininas de Pernambuco, como homogêneo. É verdade que muitos são os pontos comuns entre as pessoas que são aprisionadas, como é demonstrado pelas tabelas do capítulo 2, mas não se pode entender todas as pessoas posicionadas em um mesmo grupo de uma mesma maneira unívoca. O viés analítico utilizado quando se deseja observar e compreender a elaboração, produção e execução de estratégias de sobrevivência visa à tentativa de entender um pouco mais sobre a complexidade das prisões, de suas populações e do seu cotidiano.

Interessante análise faz Saba Mahmood (2019) em seus estudos sobre as práticas de um movimento pietista feminino no Egito quando defende a separação entre a noção de agência e resistência. Essa proposição muito me ajudou a refletir sobre o uso da categoria de estratégia, porque demonstra como as interlocutoras da autora transitam entre suas capacidades de fazer mudanças sociais, mas sem necessariamente transformar totalmente seus papéis na ordem social e religiosa em que vivem. Mahmood, ao se referir ao conceito de agência, diz que “..., esse modelo de agência limita a nossa capacidade para compreender e interrogar as vidas das mulheres cujo sentido de self, aspirações e projetos foram configurados no seio de tradições não liberais” (MAHMOOD, 2019, p.139).

Seguindo essa linha de reflexão, ao optar por usar a categoria de estratégias de sobrevivência, pretendo ir além do entendimento de agência como um ato de resistência individual. Busco entender as estratégias traçadas como ações e inações que se situam fora das lógicas de subversão liberal da ordem. Ser estratégica ou usar estratégias é negociar com as condições do entorno, com o contexto no qual se está situada, seja resistindo ou encontrando múltiplas maneiras de incorporar essas normas e regras para sobreviver. Nesta pluralidade de caminhos, estratégias de sobrevivência lidam com as ambivalências e as controvérsias das situações. Havendo, assim, diversas camadas entre as possibilidades de ratificar as normas e regras que já existem, subvertê-las ou incorporá-las. E é nesse caminhar que as pessoas vão estabelecendo suas práticas de convivência para sobreviver na prisão.

Estratégias de sobrevivência vão além da reação, do reagir automaticamente ou da tomada de decisão puramente racional, ultrapassando, assim, o sentido liberal burguês de ação. Fazer uso de estratégias de sobrevivência como categoria analítica demonstra uma tentativa de também ultrapassar o binarismo rígido dos conceitos de agência e de estrutura. Neste sentido, Anne McClintock (2010) também confronta esse dualismo ao tensionar a lógica colonial das diferenças entre homem versus mulher, ser colonizador versus ser colonizado e, porque não

dizer, de pessoas aprisionadas versus carcereiras, fazendo-nos lembrar da existência e das funções da chaveira que se posiciona e problematiza essa divisão.

Quando pessoas aprisionadas se utilizam de estratégias de sobrevivência assim o fazem para, muitas vezes, permanecer dentro dos espaços das regras, normas e regulamentos. Todavia, circulam por dentro e por fora das fronteiras entre resistência e manutenção do sistema. Reconhecer e se utilizar das estratégias de sobrevivência que, muitas vezes são transmitidas nas relações de confiança entre mulheres aprisionadas no cotidiano, é saber, inclusive, a hora de não fazer nada, de concordar com a administração da unidade prisional ou com policiais penais para continuar seguindo viva. Ser estratégica é ir além de simplesmente resistir, é a compreensão das estruturas e, principalmente, de suas brechas para agir diante de espaços marginais, precários e subalternos de onde só se é possível sobreviver fazendo uso de várias tecnologias, como afetos, intuições, tradições orais e aconselhamentos das mais antigas. Na prisão, essa sabedoria, que é repassada por meio da tradição oral das pessoas que chegaram primeiro no cárcere, ou que vivenciaram a prisão por meio de seus familiares, se dá por e através das relações de confiança e de acordos estabelecidos nas celas e nos pavilhões das prisões. Dessa forma, usar a categoria de estratégias de sobrevivência é buscar entender a prisão sob o ponto de vista das mulheres e dos *meninhos* que por ela passaram.

4.2 A CELA DE ESPERA: ENTRADA NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO DE PERNAMBUCO

A cela de espera da Colônia Penal Feminina de Recife é a porta de entrada do sistema prisional feminino de Pernambuco. Conhecida também como a triagem é uma das metodologias de punição herdadas da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor. É lá que as mulheres e os *meninhos* que chegam à unidade prisional ficam, isoladas, nos primeiros dez dias depois de serem aprisionadas. Geralmente, são pessoas presas em flagrante que ficam *na espera*. Sandra foi uma dessas mulheres. Ela relata que foi acolhida pelas outras mulheres que também estavam lá e que lhe entregaram pasta de dente, escova dental, lençol e sabonete. Itens do cotidiano que possibilitariam alguma dignidade naquele momento. *Na espera*, as mulheres aguardam para serem transferidas para os pavilhões. Lá, algumas interlocutoras relataram que ficaram aprisionadas com cerca de até 60 mulheres e/ou *meninhos*. *A cela da espera* é localizada fora do pavilhão e não é permitido que as mulheres e os *meninhos* saiam durante

esse período, exceto para falar com as assistentes sociais e psicólogas do setor psicossocial, que preenchem os prontuários, ou com advogadas/advogados particulares, caso tenham.

Angela⁶², interlocutora com quem conversei bastante desde 2019, relata que sentiu muito medo diante do violento ritual de iniciação da *cela de espera*. Ela conta que sentiu um *choque térmico* que a fez tomar consciência de que realmente estava sendo presa:

[Foi] um castigo, um choque térmico, porque quando a gente dorme que acorda, aí cai na realidade que tá presa realmente. Não é um sonho, é tipo um choque cerebral que a pessoa leva, aquele impacto logo da cadeia, entendeu?

A *cela de espera* é, dessa forma, um local de fronteiras e uma maneira de fazer as recém-chegadas entenderem que a situação agora é outra. Em 2023, tive oportunidade de entrar nela. E apesar de, naquele momento, ela está desativada por questões de reformas em sua estrutura, foi possível constatar as condições claustrofóbicas que a falta de luz solar, espaço e comunicação da cela podem causar nas pessoas que são colocadas lá. Não tenho dúvidas que ficar na *espera* sozinha ou acompanhada se caracteriza como uma forma de tortura institucionalizada. Todavia, é também, na *cela de espera*, que a solidariedade entre elas começa a ser forjada já que a maioria passa por esse ritual de suplício. Como Sandra disse “[são] elas mesmas que fazem, elas se juntam, chegam lá, cada uma dá um negócio e doa pra pessoa, pras mulheres que chegam lá e não tem nada. É, elas ajudam”. Foram elas, as mulheres aprisionadas na *cela de espera*, que deram um jeito de, naquele momento e local, forjarem solidariedade e acolherem Sandra mesmo sem conhecê-la. Sandra relata que, mesmo naquele momento de dor, medo e violência, conseguiu sentir afeto quando recebeu os objetos dados por suas companheiras de sofrimento, quando jogou cartas para *enganar a mente*, quando foi escutada e consolada pelas mulheres que também estavam na *espera* junto com ela enquanto chorava. Ao receber pasta de dente, escova dental, lençol e sabonete das mulheres, que provavelmente também passaram por violências pelas quais Sandra estava passando, ela se sentiu acolhida.

As mulheres e os *meninhos* nas unidades prisionais são testemunhas de um sistema violento, que marca suas vidas e exige conhecimento para elaborar estratégias de ação ou inação para continuarem vivas. O processo de encarceramento obriga as mulheres e os *meninhos* que estão nas unidades prisionais e as que estão no *mundão*, mas que mantêm vínculos afetivos com

⁶² Entrevistei Angela em maio de 2021.

as que estão aprisionadas, a traçarem estratégias para conseguirem sobreviver. Assim, mulheres e *meninhos* dentro e fora das prisões, sejam elas familiares ou sobreviventes do cárcere, se organizam interna e externamente, criando estratégias de sobrevivência para viver o cotidiano da prisão. A recusa de Pereira, interlocutor de Sara Antunes (2021) em deixar sua *vida passar em branco* por conta da prisão, demonstra a importância de construir estratégias em locais onde a ordem é ser morto ou morta diariamente em uma guerra que não cessa contra as mulheres negras e os *meninhos*, as de territórios considerados subalternos e as que reagem aos padrões de gêneros impostos. O apoio e afetos recebidos por Sandra *na espera*, materializado por alguns objetos triviais do dia a dia, ou os *catataus* e cartas escritos por Karla são exemplos de solidariedades forjadas no cotidiano nas prisões. São estratégias construídas por mulheres aprisionadas e *meninhos* aprisionados que tecem entre si formas para sobreviver aos efeitos letais do encarceramento.

4.3 ESTRATÉGIAS DE CATARINA: NÃO CABUETAR AS COMPANHEIRAS DE CELA

Na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima, há doze celas individuais destinadas ao castigo das mulheres aprisionadas e *meninhos* aprisionados que se encontram na unidade. São os/as policiais penais que decidem quem vai ou não para o *castigo*. O nome dado a cada uma dessas celas do castigo é *Pote*, local isolado e que fica fora do pavilhão. Por ser escuro, fechado e apertado tem esse nome: *Pote*. Lá, não entra muita luz do sol e as pessoas ficam isoladas por cerca de 10 dias. São as celas conhecidas como solitárias. No *Pote*, só é permitido sair rapidamente por 15 minutos por dia para o banho de sol. Cada mulher só sai para o banho de sol quando a outra retorna a cela ao lado. Não entra lanche, água sanitária, roupas, nem lâmina de barbear, apenas sabonete, pasta e escova dental. As roupas que são permitidas no *Pote* são top, cueca e babydoll. Catarina⁶³ explica que a direção da unidade não deixava entrar lâmina de barbear utilizada para a depilação porque poderia ser usada pelas mulheres no *Pote* para se cortarem, prática muito comum na unidade. É no *Pote* que as mulheres ficam por dez dias, podendo este período ser renovado por mais 10 dias sucessivamente, por meio de decisão do conselho disciplinar da unidade. Escutei relatos sobre mulheres que passaram um ano no *Pote*. Assim, vão para o *Pote* as mulheres retiradas da convivência dos pavilhões por desobedecer

⁶³ Entrevistei Catarina em março de 2021.

aos/às policiais penais, por se envolverem em conflitos não resolvidos ou quebrar alguma regra da unidade.

Catarina, 34 anos, mulher cis, negra, mãe de uma filha e dois filhos e moradora do Ibura⁶⁴, periferia da zona sul de Recife, foi aprisionada pela venda de substâncias ilegais. Seu marido também *caiu* alguns anos antes. Catarina foi presa em flagrante no dia das mães, grávida de sete meses. Ela foi condenada a sete anos de prisão em regime fechado. Antes de ser aprisionada, Catarina trabalhou como comerciante informal na praia de Boa Viagem⁶⁵, um dos bairros mais ricos de Recife, localizado também na zona sul da cidade, onde fornecia cadeiras de praia, guarda-sóis e cerveja gelada aos/às banhistas. A rotina de trabalho de Catarina era pesada. Ela fazia de tudo: “atendia, também armava, ajudava a arrumar a carroça, limpava as coisas, era pra tudo”. Trabalhava na praia desde os dezesseis anos e gostava desse ramo, apesar de ter uma rotina bastante cansativa.

A concorrência entre barraqueiros e barraqueiras era enorme, por isso tinha que correr atrás dos/das clientes. Foram “dez anos nessa pisadinha”. Além de todo corre-corre na praia, tinha que ir empurrando a carroça de três pneus cheia de cadeiras, guarda-sóis e bebidas da delegacia de Boa Viagem até a praia, cerca de 1,5 quilômetro de distância. Catarina cruzava as principais avenidas do bairro - a avenida Domingos Ferreira e a Conselheiro Aguiar - e o canal de esgoto que corta o bairro. Quando chegava lá, “desarmava as coisas tudinho, colocava a bebida pra gelar, ia chamar cliente pra barraca, pra sentar, era muita disputa, muita gente, muita barraca. Aí, se eu não corresse, eu não pegava cliente não”.

Quando se divorciou, Catarina parou de trabalhar na praia, passando um tempo em casa. Foi quando conheceu seu segundo marido que estava aprisionado. Engravidou novamente e passou a se *envolver na vida errada*. Foi por meio da vizinha, que ia visitar o marido na prisão, que Catarina conheceu seu atual marido, que pediu seu telefone à sua vizinha. Assim, eles passam a ter contato por telefone. “Aí pronto, ele ligou pra mim, a gente ficou conversando um certo tempo, aí depois ele perguntou se eu queria fazer a carteira [de visitas], aí eu disse que ia, eu fiz, engravidei”. Algumas vezes quando telefonei para Catarina, à noite, para entrevistá-la,

⁶⁴ O bairro do Ibura tem uma população com cerca de 50.617 habitantes, sendo que 65,53% se autodeclaram como negros ou pardos. A proporção de mulheres responsáveis por domicílio é de 43,72% e cerca de 49,16% têm idade entre 25 a 59 anos. Para maiores informações, acessar o site: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/ibura> Acessado em /07/2023.

⁶⁵ O bairro de Boa Viagem é considerado uma das áreas nobres de Recife. Sua população gira em torno de 122.922 habitantes e cerca de 32,46% se autodeclaram como negros e/ou pardos. A proporção de mulheres responsáveis por domicílio é 42,92%. Para maiores informações, consultar o site: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/boa-viagem> Acessado em 12/07/2023.

ela não atendia porque estava conversando com seu marido que se encontra em uma das unidades prisionais do Complexo do Curado⁶⁶ no bairro do Sancho, na zona oeste de Recife. Quando Catarina foi aprisionada, estava com sete meses de gravidez e tinha começado o trabalho na comercialização de maconha dois meses antes de engravidar.

Catarina contou que, a única vez que ficou de castigo no *Pote*, durante os três anos e meio que passou na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima, foi por conta de uma tesoura escolar sem ponta que sua companheira de cela escondia debaixo do colchão que elas dividiam na cela. Em um dos *baculejo*⁶⁷ feito pelos policiais penais na cela, a tesoura escolar sem ponta foi apreendida. A tesoura sequer estava amolada e era usada para cortar verduras como tomate e amassar alho. Catarina não quis dizer que a tesoura não era dela, pois iria incriminar automaticamente sua companheira de cela, com quem dividia o colchão. Resultado: as duas foram para *o castigo*, onde passaram dez dias isoladas e sem receber visitas. Sobre sua experiência no *Pote*, Catarina falou sobre a fome que sentia. As refeições só chegavam em três momentos do dia e não era suficiente: às seis horas da manhã, vinha o café da manhã, o almoço era servido por volta das onze e meia e, às cinco horas, vinha o jantar. “Aí era castigo de verdade, porque tirava seu comê, pronto, [a gente] ficava com fome”, relata Catarina.

Todavia, Catarina não entregou sua companheira de cela, mesmo correndo risco de ir para o *Pote*, como aconteceu. Ela agiu dessa forma porque acredita que criar fama de *cabueta* na prisão produziria um efeito negativo grande para o seu convívio na cela. Mesmo não sendo a dona da tesoura, ficou de castigo no *Pote*. A atitude de Catarina sinaliza que a *cabueta* na prisão não é uma pessoa de confiança, sendo malvista pelas mulheres. Muitas vezes escutei relatos de interlocutoras sobre o medo de ser considerada *cabueta*. Ter essa fama na prisão não é bom porque coloca a mulher no lado dos policiais penais. No caso de Catarina, percebemos o fortalecimento da solidariedade forjada entre as ocupantes da cela, já que ela preferiu manter a boa convivência que tinha com as outras moradoras a *cabuetar*.

Essa estratégia, de não *cabuetar* as companheiras para os/as policiais penais, Catarina aprendeu com uma amiga da família que também estava aprisionada na unidade há cinco anos.

⁶⁶ O complexo do Curado se localiza no bairro do Sancho. Sua população é de 11.199 habitantes e cerca de 67,12 se declaram como negros e/ou pardos. A proporção de mulheres responsáveis por domicílio é de 43,77%. Para maiores informações, acessar os sites: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/sancho> e <https://www.brasildefatope.com.br/2019/12/12/crescimento-do-sancho-em-recife-tem-ligacao-com-criacao-de-ferrovias-em-pernambuco> Acessados em 12/07/2023.

⁶⁷ Baculejo é uma forma de abordagem policial quando os/as policiais penais entram nas celas para procurar objetos que não são permitidos na prisão como celulares, objetos pontiagudos e substâncias consideradas ilícitas. As mulheres também podem ser *baculejadas*, ou seja, revistas pelos policiais penais.

Por ser mais velha e se encontrar há mais tempo na unidade, Catarina aprendeu com essa amiga algumas regras de comportamento para se manter firme durante sua prisão. Entre os ensinamentos, aprendeu a não baixar a cabeça, não demonstrar fraqueza, não arrumar problema com ninguém e a não falar o que sabia. Essas foram as estratégias usadas quando o policial penal perguntou quem era a dona da tesoura no *baculejo*. Catarina seguiu as recomendações de sua amiga mais experiente, a quem recorria quando queria desabafar, conversar ou pedir algum conselho.

Quando Catarina retornou do *Pote* para sua cela, a boa convivência entre as mulheres foi mantida. A solidariedade forjada entre elas foi preservada, apesar da punição a que Catarina foi submetida. A experiência vivida por Catarina no castigo foi também compreendida como um sinal de respeito, sacrifício e solidariedade entre elas. Ao seguir as estratégias compartilhadas por sua amiga, Catarina preservou a boa convivência na sua cela, o que para ela era mais importante para se manter firme e sobreviver durante o cumprimento de sua pena.

4.4 ESTRATÉGIA DE GIOVANA: GRAVIDEZ GERA SOLIDARIEDADE

No final do segundo dia de entrevista com Catarina, ela me passou o número de WhatsApp de Giovana⁶⁸. Catarina e Giovana se conheceram na *Cotela* e trabalharam juntas nas filiais da Indapol⁶⁹, localizadas dentro e fora da unidade prisional. Ambas falaram que a amizade entre elas foi uma das que trouxeram para o *mundão*. Entrevistar Giovana não foi fácil, a gente nunca tinha se visto e Giovana falou de forma monossilábica e sem muito entusiasmo durante a maior parte da entrevista. Apenas quando começou a falar sobre sua primeira gravidez percebi que ela mudou sua maneira de se expressar. Ao contar sobre sua gravidez, ela trouxe outro tom para entrevista. Parecia que tinha acordado, tornando-se mais eloquente. Ao escutar sua entrevista alguns dias depois, percebi que uma de suas estratégias de sobrevivência estavam relacionadas com o fato de ter passado os últimos cinco meses de sua gravidez e os seis primeiros meses de vida de sua filha na prisão. O cuidado demonstrado pelas suas companheiras de cela foi importante para que ela conseguisse sobreviver ao encarceramento.

⁶⁸ Entrevistei Giovana em março de 2021.

⁶⁹ Empresa fundada em 1977 na cidade de Olinda, Pernambuco. Produz vários tipos de forminhas de papel para doces e salgados, sacos de papel de tamanho variado, guardanapos coloridos e outros itens para festas de aniversários. Para mais informações, ver o site: <http://www.indapol.com.br/>. Acessado em 07/11/2022.

Giovana tem 33 anos, se reconhece como mulher morena e tem duas filhas com idades de 8 e 13 anos. Foi criada por sua avó no bairro da Ilha Joana Bezerra⁷⁰, perto da estação de metrô de mesmo nome, enquanto sua mãe trabalhava fazendo a limpeza nos pontos de integração do metrô. Seu companheiro foi preso quando os dois moravam juntos e se encontra aprisionado há mais de dez anos. Atualmente, ele está no Presídio de Igarassu, em Itapissuma, Pernambuco. Após sua prisão, Giovana ia visitá-lo no complexo do Curado, que, na época, se chamava Aníbal Bruno. Durante a pandemia de Covid-19, ela deixava as coisas que organizava com sua sogra na portaria da unidade prisional com nome do seu marido, nome do pavilhão, número do prontuário e o número da cela onde ele se encontrava. Começou a namorar com o pai de suas filhas quando ainda era *de menor*. O namoro desagradava muito sua mãe, porque ele era envolvido na comercialização de substâncias consideradas ilícitas.

Quando seu companheiro foi preso, Giovana começou a trabalhar no mesmo comércio de substâncias ilícitas. Foi presa quando estava com cinco meses de gravidez de sua primeira filha e *apanhou* muito da polícia. Os policiais militares usaram saco plástico para lhe sufocar e colocaram sua cabeça dentro de um tonel cheio de água. Quando perguntei o que a polícia queria, ela responde: “queria mais droga, né? Eles, quando chega pra pegar a pessoa, a pessoa pensa que não apanha, mas quando ele pega a pessoa sozinha, a pessoa apanha ... Eles bate, eles não bate na frente da família, mas por de trás eles bate, entendeu?”.

O relato de Giovana sobre a busca da polícia por maconha no momento de sua prisão reflete a política de segurança pública de Pernambuco - o Pacto pela Vida. Giovana foi espancada pela polícia mesmo grávida porque os policiais queriam encontrar mais substâncias consideradas ilícitas. Na pesquisa realizada na Central de Plantões da Capital, em Recife, Gonçalves (2017) escreve sobre os “incentivos perversos” criados pelo regime de metas do Pacto pela Vida. Nas diretrizes dessa política de segurança pública, há bonificação para as apreensões de drogas pela polícia, gerando também o aumento do encarceramento de pessoas. E, no caso de Giovana, também foi gerada muita tortura. Os policiais só pararam de torturar quando a mãe de Giovana chegou dizendo que ela estava grávida de cinco meses. Giovana foi levada à delegacia onde sofreu mais agressões físicas e, depois de cerca de dez horas, foi

⁷⁰ A população do bairro Ilha de Joana Bezerra é de 12.629 habitantes. Entre eles, 74,39% consideram-se negros ou pardos. O valor do rendimento médio mensal dos domicílios é de R\$ 705,83. As mulheres são responsáveis por 57,31% dos domicílios. Mais informações sobre o bairro, verificar os sites: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/ilha-joana-bezerra> e <https://www.brasildefatope.com.br/2019/03/28/exemplo-de-luta-urbana-historia-do-coque-tem-relacao-com-a-expansao-do-recife> Acessados em 07/11/2022.

encaminhada ao Bom Pastor.

O relato acima e outros que aparecerão no decorrer deste capítulo demonstram que a polícia militar de Pernambuco usa cotidianamente a tortura. Falcão (2021), ao realizar 37 entrevistas com juízes, promotores de justiça e defensores públicos da área criminal de Pernambuco, revela que a maioria de seus entrevistados tem conhecimento de que é a polícia militar é protagonista da tortura praticada pelo estado e que o momento mais provável para essa prática acontece durante as abordagens policiais, nas atividades de policiamento nas ruas e nas viaturas policiais. No caso de Giovana, a tortura aconteceu durante a abordagem policial no decorrer de sua prisão em flagrante e na delegacia antes de ser encaminhada para o Bom Pastor.

Quatro meses depois de ser aprisionada, Giovana dá à luz a Arlete, que nasceu no dia das mães de 2008. Mãe e filha ficaram juntas, presas, em uma cela no pavilhão no Bom Pastor por seis meses e dez dias com mais vinte mulheres. Elas dormiam juntas em uma cama, o que, diante da superlotação da unidade, era um privilégio, já que muitas mulheres dormiam no chão *de bandinha* sem poder se mexer para não acordar as outras. Era um pacto pela vida entre as mulheres: as que estavam grávidas com mais de sete meses ou com bebês não dormiam no chão. Nesse acordo, é possível perceber mais uma forma de solidariedade forjada entre elas. Como ainda não havia berçário no Bom Pastor, onde as mulheres no final da gravidez e as lactantes ficam com suas/seus bebês por até seis meses, esse acordo foi estabelecido entre as mulheres a fim de diminuir um pouco o sofrimento para as grávidas, puérperas e seus bebês recém-nascidos. Demonstrava-se, dessa forma, um cuidado e acolhimento com as gestantes e lactantes que a própria administração da unidade não tinha diante da realidade de superlotação.

Foi no sábado de manhã, véspera do dia das mães, que Giovana começou a sentir as dores do parto. Ficou preocupada em ter sua filha no domingo porque era neste dia que as visitas podiam entrar no Bom Pastor e entre elas estava sua mãe. Giovana não queria deixar de revê-la. Quando começou a sentir as dores, sua colega de cela, que ia ter um encontro conjugal no Aníbal Bruno⁷¹, mesmo local onde o marido de Giovana também *pagava sua cadeia*, percebeu que Giovana começava a sentir as dores do parto. Apesar de Giovana ter negado, sua amiga desconfia e aconselha: “menina, se tu tiver com dor, tu grita: polícia! polícia!”. Algum tempo depois, Giovana recebe uma ligação de seu companheiro, também recomendando que

⁷¹ Antes de se chamar Complexo Prisional do Curado, era denominado de Complexo Prisional Professor Aníbal Bruno. Até meados de 2013, aconteciam, semanalmente, os encontros conjugais onde as mulheres aprisionadas no Bom Pastor iam de ônibus visitar seus companheiros. Era a polícia penal que transportavam as mulheres.

ela chame a polícia caso não aguentasse mais sentir dor.

Giovana chamou a polícia, que demorou para chegar. Esperou durante todo o sábado pela chegada dos policiais penais na cela para levá-la à maternidade. Quando a dor vinha, ela “se prendia todinha”. Giovana estava triste porque queria ter alguém que estivesse ao seu lado no momento do parto. Ela ligou para sua mãe, que também lhe aconselhou a chamar a polícia para levá-la à maternidade. Tentando aliviar as dores e acelerar o parto, uma outra colega da cela lhe ofereceu café com manteiga. Giovana conta que, após beber o conteúdo, a dor aumentou ainda mais. Ela decide tomar banho e a bolsa estoura. “Chama a polícia, chama a polícia. Polícia! ... Grita assim lá: Polícia! Mulher parindo! Polícia! Mulher parindo! Polícia!”. Giovana conta que se formou um coro de mulheres, que gritavam em todo pavilhão, pedindo que ela fosse levada à maternidade. Mesmo com toda gritaria, os policiais penais demoraram a chegar. Quando finalmente decidiram levar Giovana para a maternidade e entrar no pavilhão, eles ainda tinham todos os cadeados para abrir até, finalmente, chegar nela. Giovana suportou as dores durante todo o dia e quando os policiais penais chegaram já era noite.

Já tava todo mundo trancado quando eu fui. Aí as presas gritando: Vai com Deus, Nossa Senhora do Bom Parto te dê um bom parto ... E eu fui chorando porque eu não sabia, né?, Chorando... Aí Deus é tão bom na minha vida que me botou uma Aspen bem legalzinha, rapaz, pra mim. A Aspen é a polícia, a gente chama de Aspen. Aí, [ela era] bem legalzinha, calma, [e me pergunta]: - É sua primeira vez? Você queria muito sua mãe aqui, mas vamos pensar que você é minha filha e eu sou a sua mãe, tá certo?
Aí eu digo, tá certo. Aí no meio do caminho acabou a gasolina.

No relato acima, Giovana conta que a policial penal que estava com ela na viatura ofereceu-se para ser sua mãe naquele momento. A solidariedade forjada, observada por Veena Das (2000), também aconteceu entre uma mulher aprisionada e sua carcereira. No momento do parto, Giovana encontrou acolhimento na “Aspen bem legalzinha”. No caminho, os policiais penais tiveram que colocar gasolina na viatura. Provavelmente isso aconteceu por conta da distância entre o local da maternidade escolhido para Arlete nascer e o Bom Pastor. Escolher a maternidade onde Giovana poderia ter sua filha ia depender também do território em que ela residia e trabalhava antes de sua prisão. Como morava em Joana Bezerra, não poderia ir ao Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - Imip - que ficava no bairro dos Coelhos, próximo de sua antiga residência. Ao invés de ir ao Imip, maternidade pública de referência na cidade e que também era próxima ao Bom Pastor, Giovana foi levada para

Moreno, município que fica a cerca de 30 quilômetros de Recife, só chegando lá tarde da noite. E para chegar até Moreno a viatura precisou colocar mais gasolina.

Na manhã do dia das mães, Giovana dá à luz a sua primeira filha. Todavia, seu medo de não receber a visita de sua mãe parece voltar à tona novamente. Os policiais penais não queriam deixar que sua mãe e irmã, que já estavam na maternidade, a visitassem. Giovana confronta os policiais afirmando que elas vieram de longe para encontrá-las, trazendo fraldas, roupinhas e outras coisas para a bebê. Após o confronto, o encontro aconteceu. Depois de dois dias, Giovana e Arlete retornam ao Bom Pastor. Na sua volta, suas companheiras de cela arrumaram tudo, trocando os lençóis de sua cama e os que serviam de cortina para recebê-las. Arlete morou no Bom Pastor por seis meses e dez dias. Depois sua avó foi buscá-la. Foi um momento extremamente difícil para Giovana, que se entregou ao trabalho para poder sobreviver à dor da separação de sua filha.

Fiquei quase doida, tomei remédio controlado e tudo, ia pra social direto. A social me chamava direto, eu fiquei a endoidar ali dentro. Aí comecei a trabalhar, mas chorava. A social falou comigo, viu tanto eu desesperada que abriu exceção pra minha mãe ficar levando nas quarta-feira ela pra eu ver, nas quartas-feira. Minha mãe ia, levava almoço pra mim. Minha mãe nunca deixou de me ver não, nunca deixou de me ver não, minha mãe sempre ia. Aí nas quartas, via Arlete, já sabia que ela ia, já me ajeitava, me arrumava, tudinho ... quando elas ia embora, chorava...

Quando Arlete foi embora, Giovana negociou com a administração do Bom Pastor para que sua mãe trouxesse sua filha às quartas-feiras, fazendo com que o psicossocial abrisse uma exceção para que elas pudessem se encontrar. Além desses encontros, o trabalho também foi outra estratégia usada por Giovana para superar a separação de sua filha e seguir vivendo. É possível perceber muitos exemplos de solidariedade forjada entre as mulheres trazidas pelas experiências de Giovana. Solidariedade forjada inclusive entre mulheres que não eram prisioneiras, como a policial penal que acompanhou Giovana na viatura quando ela foi levada para a maternidade; e as mulheres que trabalhavam no setor psicossocial e na administração do Bom Pastor, que criaram condições para que Giovana recebesse a visita de sua mãe e filha às quartas-feiras. A gravidez e o nascimento de sua filha fizeram com que Giovana criasse estratégias para que, após a partida de sua filha aos seis meses, ela pudesse receber as visitas dela às quartas-feiras. Estratégias essas que contaram com o fortalecimento de várias mulheres.

No decorrer do dia do nascimento de Arlete, também percebemos várias ações que

podem ser compreendidas como exemplos de solidariedade forjada entrelaçadas por afetos como medo, empatia, ansiedade, angústia e saudades, que criaram condições para Giovana sobreviver a esse momento de sua vida. O aviso levado ao companheiro de Giovana que seu parto se aproximava feito pela colega de cela que ia visitar seu companheiro que também estava no Aníbal Bruno, o café com manteiga oferecido por outra companheira de sua cela a fim de amenizar as dores do parto, o coro de mulheres chamando os policiais penais e desejando uma boa hora para Giovana, a faxina feita na cela para receber a mãe e a recém-nascida e os cuidados de sua mãe ao visitá-la, orientá-la para que os policiais penais fossem chamados além de sua ida junto com a irmã de Giovana até o município de Moreno para visitá-las demonstram uma rede de solidariedade tecida por e entre mulheres, moldadas por seus afetos.

Essa rede de solidariedade, afetos e apoio entre mulheres também continuou fora da prisão quando Arlete é entregue a sua avó que passa a ter responsabilidade de cuidar de sua neta no período que Giovana estivesse aprisionada. A prisão atravessa a maternidade de Giovana e faz com que ela compartilhe sua maternidade com sua mãe. Na prisão, observei que muitas avós cuidavam de suas netas e de seus netos em tempo integral assim como também observei que irmãs, tias, primas e até vizinhas ajudavam as mulheres e os *meninhos* que têm suas maternidades atravessadas pelo cárcere. Todas essas ações formam uma rede de solidariedade tecidas entre mulheres que tem por objetivo suas sobrevivências dentro e fora do cárcere. Dessa maneira, várias foram as situações de solidariedade que auxiliaram Giovana a vivenciar o parto de sua primeira filha e a sobreviver a sua separação. A diferença de tratamento recebido por Giovana entre as mulheres enquanto estava grávida e com sua bebê foi de cuidado e proteção.

Por outro lado, a forma como Giovana experimentou sua gestação e o dia do nascimento de Arlete também demonstram as interferências do Estado nos corpos e nas vidas das mulheres (VIANNA; LOWENKRON, 2017) e, como para muitas, as formas de ser mãe são restritas e controladas pelas decisões estatais. No caso de Giovana, a demora para ser levada à maternidade, a escolha da maternidade e a permissão sobre quais pessoas poderiam estar com ela no momento do parto e pós-parto foram mediadas pelos policiais penais. As relações entre Giovana, sua filha e sua mãe e o tempo que elas poderiam passar juntas foram estabelecidas de acordo com o funcionamento e as regras da prisão. Outro ponto importante é a forma como as mulheres procederam com Giovana que destoa do procedimento violento da polícia durante a sua prisão. Os policiais militares não deixaram de torturá-la mesmo ela estando grávida,

seguindo com as agressões físicas e verbais na tentativa de achar mais substâncias ilícitas para justificar a prisão e para que maior fossem seus bônus.

4.5 ESTRATÉGIA DE ANGELA: AMIZADES FACILITAM REDES DE TROCA E REBELDIAS

Conheci Angela na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima. Ela participou de todos os encontros organizados pela Liberta Elas na unidade, que aconteceram mensalmente durante 2019 e até março de 2020. Sempre conversávamos nos intervalos das atividades e na hora do lanche. Angela, que tem 30 anos, é mulher negra, cis, lésbica, mãe de dois filhos com idade de oito e treze anos, foi me contando sobre sua trajetória de vida durante nossos encontros dentro e depois fora da unidade prisional.

Angela foi morar na casa de seus avôs maternos, em um sítio, na mata do Ronca, em Paulista, cidade que compõe a região metropolitana de Recife, Pernambuco, quando tinha 8 meses de idade. Ficou com eles até os seus onze anos. Sua mãe morava com sua irmã e seu padrasto no bairro de Jardim São Paulo⁷², em Recife, e, após passar um carnaval na casa de sua mãe, Angela pede para morar com ela. Lá, começa a sofrer abusos físicos e sexuais de seu padrasto, gerando conflitos com sua mãe e padrasto que culminaram com sua expulsão da casa.

Sem saber para onde ir, Angela passou pela casa de parentes, amigas e pessoas que não conhecia bem. Começou a comercializar substâncias consideradas ilícitas como maconha e se envolveu no mundo do crime. Casou com um traficante influente do Ibura, mas se separou. “Eu fui morar com ele... mas não foi boa a experiência porque bandido gosta de ter muita mulê e ele bate e a pessoa tem que apanhar. E eu não gosto disso. Já cheguei até me envolver em confusão em bar por causa dele [...]”. Aos 19 anos conhece o pai do seu segundo filho e começa a fumar crack. Acaba se separando dele e vai morar na rua com seu pai, também usuário de substâncias ilícitas, em Boa Viagem, na zona sul de Recife, por um ano e seis meses. Quando seu segundo filho tinha mais ou menos dois anos, Angela quase perde a guarda da criança para

⁷² O bairro de Jardim São Paulo possui uma população com cerca de 31.648 habitantes. A renda média dos domicílios é em torno de R\$ 1.973,10. A proporção de domicílios onde mulheres são responsáveis é de 42,50%. Cerca de 56,35% da população do bairro se autodeclararam como negros e/ou pardos. Essas informações foram obtidas por meio do site: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/jardim-sao-paulo?op=NTI4Mg==>. Acessado em 07/11/2022.

o conselho tutelar. E é nesse período que acontece sua primeira *queda*.

Em 2013, Angela é presa em flagrante ao vender crack para manter seu consumo. Acaba *rodando* e vai para o Bom Pastor pela primeira vez, onde passa quinze dias na cela de espera com mais de 60 mulheres. Em 2014, Angela retorna ao Bom Pastor, permanecendo por um ano e cinco meses. Nesse período, compreende melhor a rotina da unidade prisional. Como as interlocutoras de Veena Das (2011), Angela percebe que o mundo de antes mudou e que a realidade agora era outra. Assim, ela precisava refazer seu cotidiano, suas relações de afeto e traçar suas estratégias de sobrevivência. Como não recebia visitas frequentes de sua família na prisão, precisava se virar. E é por meio das amizades na prisão que encontra apoio para se manter e reconstruir seu cotidiano. Como se considera uma pessoa extrovertida e que faz amizades rapidamente, ela utiliza essa habilidade para encontrar formas para sobreviver. Rindo, Angela diz:

Eu sou boa de fazer amizade, né, Ju? Realmente, eu tenho muitas amizades, eu acho que eu tenho mais amizade do que inimizades lá dentro. Claro que surge, né?, umas inimizades mas eu mesmo como sou comunicativa assim, eu acho, né? Aí eu fazia bastante amizade mesmo que algumas fosse de falsidade, por interesse assim nas coisas que eu fazia, não no que eu tinha porque eu não tinha nada, né? Mas se precisasse de uma ajuda eu sempre ajudava. Dizia assim ó, tô com isso aqui pra vender, vá ali vender.

Dessa forma, Angela costurava suas relações de amizade como pontos de apoio para ajudar e ser ajudada na prisão. E foi por meio do comércio informal que começou a trabalhar na prisão para *tirar um trocado*. Angela se *virava* como podia dentro da unidade:

Bom, logo no começo muita gente não ajuda não, entendeu? Mas depois a pessoa vai fazendo amizade assim, tem pessoas boas lá dentro que ajudam uma à outra. Por exemplo, eu peço um sabonete, uma pasta, um sabão em pó até alimentação. Mas muitas vezes a pessoa tem que correr atrás, né? Quem não tem visita, eu fazia assim, muita gente pegava as coisas que chegava no domingo, aí, queria vender no corredor, aí eu pegava as coisas dessas pessoas, eu ia vender no corredor e ganhava uma parte.

Angela explica uma de suas estratégias de sobrevivência: vender as coisas que entravam no Bom Pastor, trazidas pelas famílias das mulheres e dos *menininhos* que também estavam aprisionadas no dia de visita, ganhando uma porcentagem pela venda que fazia. Seu acesso aos produtos era criado por conta de suas amizades e das relações de confiança que construía. Era

nesse comércio informal que Angela tirava um trocado para seu sustento, intermediando as transações comerciais que aconteciam entre as mulheres. Ela era intermediária entre as donas das mercadorias e as compradoras, fazendo as mercadorias circularem nos pavilhões.

As meninas que me davam pra vender as coisas que as visitas trazia. Aí por exemplo trazia um vestido que ela não gostou daquele vestido ou então tá folgado, tá apertado, aí mandava vender, entendeu? As coisas era das meninas mesmo, das presas.

Era por meio de sua simpatia e facilidade em fazer amizade que Angela estabelecia relações de confiança tanto com as pessoas que eram donas das mercadorias vendidas quanto as compradoras que muitas vezes compravam fiado. Algumas vezes, conflitos aconteciam por conta das dívidas que não eram pagas. Nessas ocasiões, Angela tinha que prestar contas das mercadorias vendidas e o não pagamento a colocava em um lugar de cobrança. Sua responsabilidade era entregar o dinheiro obtido pelas vendas e, caso não houvesse pagamento, era Angela a responsável, o que muitas vezes gerava relações conflituosas. Assim, conflitos também surgiam das transações comerciais não concluídas.

Amizades eram, portanto, necessárias para se entrar no fluxo do comércio interno e ter acesso às mercadorias. Mas era também necessário ter alguém para cobrar quando a dívida pela compra não era paga. Angela era intermediária nessas interações: vendia, negociava e cobrava, sabia como fazer. Ao mediar as compras e vendas, tirava um dinheiro para seu sustento e compensava a ausência de sua família pelo menos no aspecto material. Assim, uma das estratégias de sobrevivência trazida por Angela é que as amigas geravam redes que facilitavam trocas comerciais entre as pessoas na prisão.

Todavia, as amigas também forjavam outros tipos de solidariedade. Angela testemunhou uma rebelião que aconteceu em 2014 no Bom Pastor em apoio a duas mulheres que estavam em um relacionamento amoroso. Como elas passaram um tempo separadas, porque uma delas fora transferida para outra unidade prisional, expressaram aos policiais penais seu desejo de ficarem juntas na mesma cela, já que tinham se reencontrado no Bom Pastor. Aconteceram negociações entre elas e os policiais penais que prometeram levar uma delas para conversar com a direção da unidade prisional, onde o pedido para ficarem juntas na mesma cela seria feito. No entanto, os policiais penais não cumpriram com o que havia dito e, ao invés de levarem uma delas para falar com a direção, estavam novamente transferindo uma

delas para a unidade prisional de Buíque. Ao perceber que não estava sendo levada para falar com a direção, ela reagiu, passando a ser agredida fisicamente pelos policiais penais. Ao gritar diante da violência, as mulheres que estavam no pavilhão perceberam o que estava acontecendo.

Aí quando a gente olhou pela janela, a gente viu ela gritando. Aí a gente já olhou pela janela que queriam levar ela de volta. Não teve motivo. [Era] só pra separar ela da mulher dela. Aí começaram a bater nela lá. Aí isso, todo mundo do pavilhão vendo. Foi quando a gente começou a tocar fogo, quebrar tudo pra poder eles pararem de darem nela. Mas não teve jeito porque eles levaram ela pro castigo. A gente quebrou, fez a rebelião, tudinho. Mas ela foi pro castigo e, depois em seguida, pegou o bonde do mesmo jeito. Mas aconteceu isso, até por causa disso a gente fez a rebelião e muita coisa aconteceu lá nesse dia, até eu me envolvi no meio.

É possível perceber a indignação das mulheres que observavam do pavilhão a violência dos policiais penais contra uma das mulheres que solicitava ficar na mesma cela que sua companheira. Vários pedidos foram feitos por vias informais, e foi acordada a possibilidade de falarem com a administração da unidade. Na tentativa de ter sua demanda atendida, as mulheres foram enganadas, agredidas e uma delas estava sendo encaminhada para uma outra unidade sem saber. Assim, houve reação das mulheres que testemunharam em seu cotidiano a trajetória de um casal que buscava a possibilidade de manter sua relação de afeto utilizando os caminhos formais para obter permissão. Ao ter o caminho interditado pela manobra dos policiais penais, a rebelião aconteceu. Houve gritos, fogo, quebradeira nas celas e pedras foram jogadas na tentativa de demonstrar insatisfação pelas arbitrariedades sofridas pelo casal, sentida por todas que se rebelaram. Em outras palavras, a rebelião surgiu da indignação das mulheres aprisionadas diante de uma situação de violência e arbitrariedade que o casal enfrentou ao tentar ficar junto na mesma cela. Ao observar o desfecho da história das duas companheiras, o pavilhão se revoltou, demonstrando solidariedade às companheiras.

Nas minhas interlocuções com Angela, observei que as relações de amizade entre as mulheres aprisionadas são muito importantes para a operacionalização das estratégias de sobrevivência. A solidariedade forjada entre as mulheres na prisão demonstra a importância das relações de afetos e como as estratégias de sobrevivência são articuladas. Angela conseguia tirar um trocado a partir das relações de amizade e confiança que estabelecia com as fornecedoras e compradoras dos materiais que vendia. A rebelião foi uma demonstração de indignação que as mulheres sentiram ao presenciar a demanda do casal de mulheres que

buscava ficar na mesma cela. As amizades forjadas entre as mulheres no Bom Pastor formaram redes de apoio e suporte que possibilitaram sobrevivência tanto por meio do comércio informal, que garantiu o sustento de algumas mulheres e a circulação de mercadorias, quanto pela organização orgânica de uma rebelião diante das violências realizadas pelos policiais penais.

4.6 ESTRATÉGIAS DE AURORA: DIVERTIR-SE COLETIVAMENTE E SER QUERIDA ENTRE AS MULHERES PARA EVITAR CONFLITOS

Foi em um dos encontros do Clube do Livro, na Cotela, em 2019, que conheci Aurora. Em uma das dinâmicas, Nathielly⁷³ colocou, dentro de uma caixinha, um espelho e perguntou a cada uma das participantes, cerca de 15 mulheres, o que elas achavam sobre o que viam quando abriam a caixinha. Ao abrir a caixinha, cada participante observava sua imagem refletida no espelho. Até então, todas tinham dito qualidades negativas sobre si mesmas. Foi justamente Aurora, que se encontrava sentada no meio das participantes que disse: “Maravilhosa!!! Linda!”, quebrando, assim, o fluxo de respostas em que cada uma das mulheres ia se colocando para baixo, depreciando-se individualmente e na frente do grupo de forma natural. Foi com essa lembrança que iniciei a entrevista com Aurora. Angela me passou o número dela e, foi, em algum mês do segundo semestre de 2021, que conversei com Aurora por telefone. Ao juntar a lembrança do comportamento de Aurora ao quebrar o fluxo de respostas negativas que as mulheres diziam sobre si mesmas e os relatos sobre sua trajetória de vida, é possível perceber como as estratégias de sobrevivência de Aurora conectam-se com solidariedade forjada entre mulheres e afetos provenientes da diversão.

Aurora é uma mulher negra, bissexual, cisgênera, de 32 anos, mãe de três crianças. Tem 6 irmãs e 4 irmãos. Quando conversamos, ela estava cumprindo prisão domiciliar por uma segunda *queda*⁷⁴ pelo comércio de substâncias consideradas ilícitas. Estava de *pulseira*⁷⁵.

⁷³ Nathielly Ribeiro é professora da UNIBRA e foi uma das integrantes da Liberta Elas.

⁷⁴ Queda é quando a pessoa é aprisionada pela polícia.

⁷⁵ Pulseira é como a tornozeleira eletrônica é conhecida entre as mulheres e os *meninhos* sobreviventes do cárcere. Sua função é monitorar as pessoas em prisão domiciliar, no regime semiaberto e nas medidas cautelares. O CEMER – Centro de Monitoramento Eletrônico de Pessoas – é órgão que administra as tornozeleiras em Pernambuco. Localiza-se na sede da Seres e foi implantado em 2011. Para maiores informações, verificar o site: <https://www.cemer.com.br/homeSite.html> Acessado em 11/07/2023.

Morava na casa de sua mãe na Mangueira⁷⁶, bairro de Recife localizado no sudoeste da cidade, com sua namorada e dois filhos pequenos. Sua família morou muitos anos no bairro, sendo conhecida por toda vizinhança, mas se mudou por conta da primeira *queda* de Aurora, em 2013. Sua mãe, que tem quinze netos/netas, “ficou com desgosto” e mudou-se para uma ocupação da Avenida Sul no bairro de São José, no centro de Recife. A mãe de Aurora sustentou a família como trabalhadora doméstica por muito tempo. Nos últimos anos, vendia acarajé, até um pouco antes da pandemia de Covid-19 chegar. Sobre seu pai, Aurora diz que ele “é do mundo” e que vivia “bebendo cachaça”. Ele não ligava para a família.

Dos 16 aos 20 anos, Aurora foi trabalhadora doméstica. Ao falar sobre trabalho, ela também menciona sua experiência na Cotela onde passou seis anos. Durante três anos, ela trabalhou em uma empresa que ficava dentro da unidade prisional de Abreu e Lima, a Indapol. Quando saiu em regime aberto, trabalhou na sede da mesma empresa fora da Cotela por um ano, até que teve que parar de trabalhar por conta da pandemia de Covid-19. Foi quando também descobriu que estava grávida de gêmeos.

A primeira queda de Aurora aconteceu no município de Camaragibe, em 2013. O GATI⁷⁷ entrou na casa em que ela morava com sua amiga e, por cinco horas, bateram muito nelas. Elas só pararam de *apanhar* quando Aurora entregou o que tinha em casa: “meio quilo de crack e uma 12 percussão com 3 balas”. Aurora começou a vender substâncias consideradas ilícitas com uma amiga. Foi trabalhar no mercado ilegal porque precisava de dinheiro. Após uma denúncia, o Grupo de Apoio Tático Itinerante – GATI - chegou em sua casa. As vendas de Aurora foram observadas pela vizinhança, que acionou a polícia. “Quando eles me pegaram era uma hora da tarde. Sabe de que horas eles pararam de *baculejar* nós, de *baculejar* dentro de casa? Era umas seis horas da noite quando me levaram pra delegacia”. A *queda* de Aurora foi marcada por muita violência contra ela e sua amiga. O GATI, parte especializada da polícia militar de Pernambuco, entrou em sua residência sem mandado judicial. Achar as substâncias consideradas ilícitas era a única maneira de incriminar Aurora e sua amiga, além de ganhar o bônus em dinheiro que o Pacto pela Vida concede aos policiais por cada apreensão dessas

⁷⁶Segundo o site da Prefeitura de Recife, a população do bairro da Mangueira é composta por 56,2% de pessoas que se consideram pardas e 12% que se consideram pretas. Cerca de 54% são mulheres e 48,24% possuem entre 25 e 59 anos de idade. Para maiores informações, consultar o site <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/mangueira?op=NTI4Mg==> Acessado em 10/02/2022.

⁷⁷ O GATI é um grupo especializado da polícia militar de Pernambuco. É o Grupo de Apoio Tático Itinerante. Para maiores informações acessar: <https://www.facebook.com/GatiGrupoDeApoioTaticoItinerante/> Acessado em 11/07/2023.

substâncias (GONÇALVES, 2017). Da delegacia, Aurora foi transferida para o Bom Pastor durante a madrugada. Quando chegou lá, foi colocada na *cela de espera* por dez dias junto com mais trinta mulheres.

Aurora foi sentenciada depois de cinco meses no Bom Pastor, sendo condenada a dez anos de prisão mesmo sendo ré primária e tendo confessado o crime. Foi transferida para a Cotela, onde também não recebia visitas frequentes e *precisava se virar*. No período em que estava aprisionada, dois de seus irmãos também estavam cumprindo pena de privação de liberdade e era muito difícil para sua mãe visitar com frequência ela e seus irmãos e cuidar da filha de um ano de Aurora. Algumas vezes, Aurora recebia ajuda do setor psicossocial das unidades, que fornecia alguns produtos de higiene pessoal, como pasta de dente, sabonete e roupa. Mas, na maioria do tempo em que ficou aprisionada, foi por meio das muitas amigas que fez durante a prisão que Aurora foi forjando sua sobrevivência.

Aurora conseguia circular mais facilmente entre as mulheres usando seu bom humor e simpatia. Eventualmente, também vendia algumas coisas ou fazia alguma *ôia*⁷⁸ para tirar um trocado. Quando progrediu para o regime aberto, não tinha dinheiro para pegar ônibus e chegar na casa de sua mãe. Foi a chefe de segurança que lhe deu uma carona⁷⁹ até o terminal de ônibus de Abreu e Lima e algum dinheiro para pagar sua passagem até seu destino final. Aurora se dava bem entre as mulheres aprisionadas e as/os policiais penais. E essa era umas de suas estratégias: manter a boa convivência com todas as pessoas na prisão, inclusive com os/as policiais penais.

Aurora conseguia agir dessa maneira porque recebia estímulos positivos de muitas mulheres do pavilhão. Desde o Bom Pastor, desenvolveu uma estratégia para se manter querida entre as mulheres que estavam com ela aprisionadas, afastando-se das fofocas e *barulhos*⁸⁰: Aurora cantava por duas horas todas as noites da sua cela para as mulheres e os *meninhos* que estavam no seu pavilhão. Assim, antes que a novela das 20h começasse, Aurora cantava “um bocado de brega” e pagodes e se *sentia ótima*, conseguindo também trabalhar as *raivas e*

⁷⁸ Ôia significa bico. Fazer alguma tarefa ou trabalho pontual em troca de algum dinheiro.

⁷⁹ Em 2019, eu e Clarissa estávamos no estacionamento da Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima já indo embora, depois de uma oficina realizada, quando observamos uma mulher na faixa dos 40 anos que estava saindo da unidade. Ela tinha acabado de receber seu alvará de soltura. Falamos com ela que disse que iria a pé até o Parque 13 de Maio que fica localizado no centro comercial de Recife, próximo ao bairro de Santo Amaro. Ela não tinha dinheiro para pagar transporte até lá. Segundo o google mapas o percurso entre a unidade prisional e o Parque 13 de maio é de 23 km.

⁸⁰ Barulhos significa brigas e conflitos.

tristezas de sua rotina cotidiana. Como se fosse uma estação de rádio, Aurora cantava e distraía a si mesma e as pessoas de seu pavilhão. Aurora era conhecida como a Rádio sem Sucesso:

Aurora: Eu que era a Rádio Sem Sucesso! Eu cantava. Às sete horas da noite eu começava a cantar, terminava de oito horas por causa da novela. Todo dia eu cantava. E quando eu cochilava, porque eu tomava [remédio] controlado, quando eu cochilava, elas ficavam lá gritando ~~pelas grade~~pela grade pra eu cantar.

Ju: Então a Rádio Sem Sucesso era sucesso?

Aurora: Era sucesso! E todo mundo cantava de um pavilhão a outro. Eu começava e elas terminavam ... Aí depois ia cantar os brega louco. As *mulé* tudo atacada! A fim de ir pra rua...

Ju: E como tu se sentia quando cantava?

Aurora: Oxe... Eu me sentia ótima! Eu sempre fui um tipo de pessoa que nunca tive raiva de mim não. Não tenho raiva, não tenho rancor, porque a gente só paga o que faz, né? Aí não tinha não, deixava levar. Não sabia quando ia sair. Também nunca arrumei *futrunca* com ninguém, nunca arrumei disse me disse, barulho com ninguém. Da ponta a outra, todo mundo gostava de mim.

A Rádio Sem Sucesso foi uma estratégia de sobrevivência que Aurora construiu para passar o tempo e se manter querida entre as mulheres e os *menininhos* do pavilhão. Ao cantar para as pessoas aprisionadas, Aurora também cantava para si mesma. No decorrer da entrevista, Aurora enfatizou que todas as pessoas do pavilhão se divertiam, entretendo-se. Aurora conta que não sentia raiva de si e de que não arrumava *futrunca* nem *barulho* com ninguém. Apenas cantava, esse era o barulho que fazia da sua cela. O ritual cotidiano da cantoria era um momento de solidariedade forjada entre as mulheres do pavilhão, uma trégua entre elas, uma maneira de lidar com o cotidiano prisional. Naquele momento, as mulheres já estavam com a grade de suas celas *batidas*, juntas de forma forçada e contra sua vontade, sendo punidas por seus atos considerados ilícitos, longe de sua casa e família. Com trajetórias de vida diferentes, mas, ao mesmo tempo, por partilharem trajetórias de sofrimento semelhantes, elas estavam juntas fisicamente e de alguma forma tinham que lidar com essa proximidade forçada dentro de um espaço comum de muita precariedade, violência, medo, dores, ansiedades e saudades.

Durante a noite, elas sintonizavam na Rádio sem Sucesso e cantavam juntas, em coro, sendo levadas por Aurora por meio dos bregas e pagodes que cantavam para se curarem ou, simplesmente, para fazer o tempo passar até o começo da novela. Na prisão, muitas são as demandas das mulheres por atividades. Por passarem muito tempo na ociosidade, a *cabeça fica baratinada*, gerando muita angústia e ansiedade. O remédio tarja preta é muito usado nas unidades prisionais femininas de Pernambuco para fazer as mulheres dormirem e se sentirem

mais calmas. Muitas interlocutoras relatam que tomavam tarja preta para dormir durante o dia. Por isso, ouvi muito que as atividades nas unidades prisionais são importantes para fazer o tempo passar e *distrain a mente*, quebrando a rotina da prisão. A Rádio sem Sucesso cumpria esse papel trazendo um momento de diversão e acolhimento coletivo entre as mulheres. De forma simples, mas constante, sintonizar na Rádio sem Sucesso e ouvir Aurora cantar era também um momento de alívio e relaxamento coletivo.

Outra estratégia de sobrevivência, trazida por Aurora, também sintonizada com a diversão, era a realização de um concurso de dança. O concurso acontecia e era organizado pelas mulheres aprisionadas na Cotela. O time de dança do pavilhão A e do pavilhão B da unidade prisional se enfrentavam na pista de dança em duas coreografias ensaiadas durante um mês. Todas as participantes tinham um figurino semelhante, que mostrava pertencimento a cada time, mas que exigia um esforço coletivo para ser garantido. Segundo Aurora “todo mundo ficava bem arrumadinho, todo mundo igual. Não sabia como, mas se arrumava!”. As coreografias eram tiradas de vídeos de Youtube e havia premiação: uns brindes que elas mesmas organizavam para cada uma do time das vencedoras. “A gente via no Youtube, no telefone, na televisão das negas. As negas abaixavam o som, botava no Youtube, as mulé dançando. Aí a gente dançava igual a elas”. O concurso de dança era autogerido, mobilizando a participação de várias mulheres em tarefas variadas nos dois pavilhões da Cotela. Aurora lembrou de Camila que era uma das mulheres que incentivava e se envolvia na organização do concurso de dança. Sobre ela, Aurora conta que:

Ela tinha muita roupa boa. Graças a Deus ela é boa de vida! A família dela e ela é gente boa! Porque ela tinha as coisinhas dela e nunca humilhou ninguém. Na falta de um biscoito, pede a Camila que ela dava! Gente boa! Aí ela que fazia esse negócio com nós, pra não ver nós triste, né? Aí fazia esse concurso de dança. Ela mesmo pegava as roupas dela e botava em cada uma de nós. Era bom que só! Dançava tanto.

O concurso de dança organizado por várias mulheres também é um momento de solidariedade forjada, sendo construído coletivamente para fazer passar o tempo vivido juntas além de proporcionar um momento de diversão entre elas. Todas tinham uma função e a participação era diversa, seja colocando um vídeo do Youtube para que a coreografia fosse aprendida coletivamente ou se apresentando em duas *cenar*s, como o concurso exigia. A questão do figurino também era autogestionada, organizado por Camila que, por apresentar melhores

condições materiais de vida, emprestava suas roupas para as dançarinas. Segundo Aurora, Camila *partilhava sem humilhar*. Assim, o concurso de dança entre os pavilhões também proporcionava um momento de cooperação.

Todavia, os momentos de conflitos entre as mulheres eram frequentes no cotidiano prisional. Os testes realizados entre as mulheres para sondar suas formas de (re)agir e seus limites eram práticas cotidianas. As reações aos testes demonstravam relações de poder, dominação e hierarquia entre elas. Aurora também mencionou sem contar muitos detalhes as *covardias* que aconteciam nas celas e, ao perceber essas práticas, preferia, como estratégia de sobrevivência, manter-se longe das *frutuncas* e dos *barulhos*.

Juliana: Tu se lembra de ter participado de alguma briga?

Aurora: Não. Eu não gostava não. Se tivesse barulho, folia, eu não gostava não de me meter na vida de ninguém não. Quando você arruma frutuncas com os outros na cadeia, quando vai pra rua, chegando na rua, as *mulé* fica cobrando as dívida que [você] tem na cadeia... Gosto não. Eu não gostava não das covardias não.

Juliana: Como eram essas covardias?

Aurora: Uma cela brigava com uma pessoa. Aí se juntava a cela todinha pra dale em uma só. Gostava não dessa covardia não. Gostava não. Nunca me meti em barulho de ninguém, aliás nunca arrumei problema.

Não arrumar problema foi falado muitas vezes por Aurora durante nossas conversas e convivências. Se manter fora do *barulho* e *das frutuncas* era uma forma de se manter segura mesmo quando já não estivesse mais na prisão. O barulho que Aurora gostava de participar era o que suas cantorias e danças proporcionavam. Eram entre esses momentos de confraternização, que aconteciam por meio das músicas e das danças que Aurora ia seguindo, fortalecendo seus laços de amizades e bem-querer que a ajudavam a garantir sua sobrevivência já que não recebia visitas de forma frequente. Ao construir boas relações de convivência com as pessoas, Aurora desenrolava uma *ôia* vez por outra e conseguia que algumas mulheres dividissem algo com ela. Era nos momentos de diversão que Aurora conseguia forjar sua sobrevivência por meio da solidariedade que as unia nesses momentos de diversão coletiva. Participar desses espaços de atividades coletivas, fortalecia e garantia sua habilidade de se manter fora dos *barulhos*, *frutuncas* e do *disse me disse*.

4.7 ESTRATÉGIAS DE SANDRA NO BERÇÁRIO DO BOM PASTOR: ENTRE "FICAR NA SUA", SE POSICIONAR E TROCAR CARTAS COM SUA MÃE

“Tava chovendo, [a policial penal] disse: agora vocês vão pro berçário, que lá é melhor”. Foi assim que Sandra⁸¹ começou a me contar sobre como chegou ao berçário do Bom Pastor e quais estratégias de sobrevivência usou lá. Em 2018, entrei pela primeira vez no berçário da Colônia Penal Feminina de Recife por meio de uma ação realizada pelo Liberta Elas. Foram quatro dias de oficinas e uma delas aconteceu no berçário. Em 2019, participei de uma das Rodas de Escuta que o Liberta Elas realizou ao longo do ano também no berçário. Lá, a quantidade de azulejos brancos que iam do piso até metade da parede, o silêncio das mulheres e sua localização na unidade prisional, fora do pavilhão e próximo a sala do psicossocial, chamaram a minha atenção. Apesar de também ser uma cela, o berçário não tinha conexão com o pátio nem com os pavilhões da unidade. A brancura e o brilho dos azulejos destacavam-se do cinza que predomina no resto da unidade apesar das inúmeras infiltrações e mofos nas paredes. A entrada e a saída se davam por uma grade que vivia trancada com dois cadeados grandes e a sensação que tive é que era uma prisão dentro da prisão. O berçário era composto por dois quartos com camas e berços de madeira, um banheiro, um pátio interno por onde ainda entrava a luz do sol, e uma sala com uma poltrona, com um pequeno sofá e uma tv. No pátio interno, havia um varal improvisado onde às vezes via algumas roupas de bebê penduradas, uma geladeira velha e uma mesa. Assim, o berçário me pareceu uma zona intermediária entre os pavilhões e o resto da unidade - uma zona de transição onde as mulheres presas tinham permissão para exercer, por um período, sua maternidade, ainda que controlada e atravessada pelo Estado. Assim, durante esse momento da gestação e puerpério, era permitido ser mãe, deixando de ser apenas presa por alguns meses.

Mais adiante, por meio dos relatos das interlocutoras, percebi que o berçário demonstrava mais diferenças na estrutura e na alimentação. Lá havia uma cama para cada mulher dormir e a comida servida era diferente da dos pavilhões. No berçário, as refeições servidas tinham o nome de *dieta* e no pavilhão era conhecida como *bóia*. De certa forma, por haver a possibilidade de cada mulher dormir em uma cama e não no chão, como é comum nos pavilhões, e de comer uma comida diferente da *bóia*, as condições mostravam outra realidade do resto da unidade. Talvez por isso, o acesso ao berçário tenha sido menos difícil do que a

⁸¹ Entrevistei Sandra em maio de 2021.

entrada nas celas dos pavilhões. Assim, o berçário também servia como um cartão de visitas do Bom Pastor, algo que era valorizado pela administração e que deveria ser mostrado, ao contrário das celas dos pavilhões. Era no berçário onde ficavam as mulheres grávidas e lactantes e suas/seus bebês até elas/eles completarem seis meses de vida⁸². Nas minhas interlocuções com Sandra, que passou 20 dias no berçário do Bom Pastor em 2022, essas diferenças entre o berçário e as outras celas também apareceram.

Sandra teve sua casa invadida pelo GATI, que entrou sem mandado judicial, prendendo-a, grávida de dois meses, e seu companheiro, na Bomba do Hemetério⁸³, bairro da zona norte de Recife. Sandra foi presa acusada de traficar substâncias consideradas ilícitas junto com André, seu companheiro, quando se arrumava para fazer um exame de ultrassom e, depois, ir ao trabalho. O GATI chegou gritando, chutando, revirando as coisas à procura de substâncias ilícitas e mostrando, intensivamente, as metralhadoras que os policiais carregavam. Encontraram 100g de cocaína que André tinha para uso pessoal e 4 mil reais, que Sandra e André nunca mais recuperaram. Esse dinheiro era a economia do casal, que planejava investir em um Pálio para que André começasse a rodar de Uber para aumentar a renda da família por conta da chegada do segundo filho. Sobre os 4 mil, Sandra relatou que o valor apreendido que consta no processo penal como fruto da operação policial é de 100 reais.

Até chegar ao berçário do Bom Pastor, Sandra passou pela prisão da delegacia e pela *cela de espera* do Bom Pastor, onde ficou com mais de trinta mulheres. Ficou também no local de visitas íntimas, graças ao contato que André, seu companheiro, fez do Cotel, onde estava preso. Por celular, André falou com outra mulher também aprisionada no Bom Pastor para que ela organizasse a mudança de Sandra da *cela de espera* para o local onde aconteciam as visitas íntimas.

⁸² Segundo o artigo 27 do Código Penitenciário de Pernambuco, os estabelecimentos penais femininos terão obrigatoriamente berçário equipado com toda a estrutura inclusive com atendimento de um/uma pediatra. O parágrafo único do artigo mencionado dispõe que: “Até completar seis meses de idade, a criança será encaminhada aos familiares ou responsáveis diretos e, na ausência destes, ao juiz da infância e da juventude, ou a autoridade judiciária competente, que ficará responsável pela solução do caso junto aos demais órgãos competentes”.

⁸³ A população da Bomba do Hemetério é de 8.472 habitantes. Cerca de 68.56% se consideram negros e/ou pardos. A renda mensal dos domicílios é de R\$ 1.346,55 e a proporção de mulheres responsáveis por domicílio é de 55,66%. Para informações mais detalhadas, verificar o site: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/bomba-do-hemeterio?op=NTI4Mg==>. Acesso em 03/11/2022.

Figura 38- Placa de inauguração do berçário no Bom Pastor



Fonte: Arquivo Pessoal

Sandra ficou por dois dias e dormiu em uma cama. Esse foi o percurso de Sandra até chegar ao berçário, quando se mudou após o teste de gravidez feito pela administração da unidade prisional, que confirmou sua gestação. Sobre o berçário, Sandra nos conta que:

Sandra: No berçário, tinha um bebezinho. Dei logo de cara com ele, era Pedro o nome dele. Aí a gente chamava ele de Pedrinho, ele tinha 21 dias de vida e tava lá. Ele chegou com 12 dias de vida. Ele não nasceu lá, ele chegou lá. A mãe dele foi presa de novo e levou ele, porque ele só tinha 12 dias, teve que levar ele. Me doeu tanto o coração ver aquilo.

Juliana: E tinha outras crianças?

Sandra: Não. Só buchudona. buchuda de 7 meses, buchuda de 2 meses, buchuda de 3 meses, buchuda de 9. Tinha 7 buchudas e as outras 6 [mulheres] do seguro que tavam com a gente.

Juliana: Do seguro? O que é isso?

Sandra: O seguro é a cela daqueles crimes bárbaros, [das mulheres] que praticaram crimes que teve muita comoção popular. Arrancou a cabeça de não sei quem ...

Entre as primeiras coisas que Sandra mencionou quando falou sobre o berçário foi a presença de Pedrinho, um bebê de 21 dias que não nasceu na prisão, mas que foi aprisionado junto com sua mãe porque ela não tinha com quem deixá-lo. A presença de bebês e crianças na história do Bom Pastor é bastante comum, como veremos adiante. Além de Pedrinho, havia sete grávidas em diferentes períodos de gestação e seis mulheres da *cela do seguro* onde mulheres que tinham cometido crimes considerados violentos ficavam.

Juliana: E por que as mulheres do seguro estavam lá com vocês no berçário?

Sandra: Porque elas não poderiam ir pro pavilhão e aí foram pra um lugar que acharam pra colocar elas, durante aquele tempo de pandemia. Era uma loucura, né? Porque a gente lá tudo grávida, com um monte de mulher [do seguro] presa por estupro, e crime de muita violência e tal. Foi bem ruim assim pra gente, as grávidas, porque a gente tava num momento sensível, difícil, a gente fica mais medrosa, essas coisas, né?

Juliana: E como foi esse convívio lá?

Sandra: A gente dormia em quartos separados. Tinha duas celas. A cela que ficava só as buchudas e a outra cela ficava só as do seguro, mas não batia as celas, não trancava. Elas podiam se quisessem entrar lá, elas entravam, porque ficava aberto. A relação era bem difícil.

Juliana: Tu ficava com medo delas?

Sandra: Eu ficava! Eu ficava morrendo de medo, né? Porque elas contaram o que tinha feito. Quando eu descobri o que elas tinham feito, que na maioria das vezes elas não contam, né? A gente fica sabendo por outras. Uma tinha arrancado a cabeça de um homossexual de Moreno, ela não arrancou, mas ela decepou e a outra tinha tocado fogo em uma menina. Tinha Mari e Luciana. Mari tava grávida e dormia já com a gente. E Luciana, eu achava muito financeira, mas eu tinha mais medo das outras, da mais velha que tinha, Maria, que achava que elas tavam num nível de estresse muito alto, sabe? Aí era muita briga, de manhã era muita confusão, muita gritaria. Eu ficava com medo, né, porque você fica, né? Eu tava só com 2 meses ... Eu ficava com medo de perder meu bebê e tal.

Juliana: Mas elas fizeram algo contigo?

Sandra: Não, não. Até porque eu sou muito na minha assim e também não comia muito de levar, de chegar, sabe, de falar de uma pra outra, sabe? Você tem que tá sempre atenta, ter sua voz e se impor, porque se você fica assim acuada, caladinha, aí a galera faz o que quer com você. Aí eu tentava me posicionar, de dizer que não era bem assim comigo, que tinha gente por mim, que eu conhecia essas coisas. E eu fiquei assim até eu sair. Fiquei uns 20 dias. Fiquei no total 24 dias [no Bom Pastor]. Aí no berçário fiquei 20 dias.

A presença das mulheres da cela do seguro no berçário era mais um fator de estresse, gerando medo entre as mulheres grávidas e puérperas que estavam no berçário. As primeiras estavam presas por cometer atos ilícitos considerados graves e que causaram grande comoção popular e por isso não poderiam frequentar o pátio. Sandra se sentia ameaçada inclusive sentindo medo de perder seu bebê. Todavia, ela percebeu que a estratégia de *ficar na sua* era eficaz. Ao ficar calada, permanecia longe de fofocas, intrigas e conflitos, demonstrando respeito pelas mulheres. Assim, Sandra emitia o sinal que não queria confusão. Ao mesmo tempo, em alguns momentos, tinha que se pronunciar e mostrar sua voz porque, se ficasse calada todo o tempo, passaria a impressão de que as outras mulheres poderiam fazer o que quisessem com ela.

Outra estratégia era deixar evidente que tinha pessoas no *mundão* que se preocupavam com ela, como sua mãe, André, que mesmo no Cotel seguia acompanhando o seu percurso no Bom Pastor e as advogadas que estavam trabalhando no seu caso. Assim, mesmo com medo, Sandra se posicionava e tentava se manter longe de confusões por entender que o nível de estresse entre algumas mulheres, principalmente as que estavam a mais tempo no Bom Pastor, era alto. Sandra vivia na fronteira entre *o ficar calada* e *o se pronunciar nos momentos corretos*. O medo que sentia a fez tentar permanecer nessa zona de equilíbrio entre ficar calada e falar em momentos específicos. Dessa forma, evitava emitir opiniões, mas sinalizava que também não estava sozinha e que possuía uma rede de apoio e suporte no *mundão*. Assim, Sandra foi sobrevivendo no berçário.

A rotina no berçário não era fácil. Segundo Sandra, o tempo passava devagar e não se havia muito o que fazer. As mulheres ficavam muito ociosas e isoladas. Por conta da pandemia da Covid-19, as treze mulheres não podiam sair de lá nem para pegar a *dieta* na fila da cozinha. As panelas com a comida eram deixadas no cantinho da grade do berçário onde elas pegavam, retiravam a comida, recolocando as panelas no mesmo local. Havia muito pouco contato com outras pessoas, e elas ficavam com elas mesmas na cela do berçário. Sobre a *dieta* servida, Sandra diz que:

A comida é bem ruim. Assim, não é aquela comida. É porque não tem mais amor no paladar da gente, é porque comida que a gente come é aquela coisa, né, véi? É tão bom comer, né? Mas lá não tem graça comer, né? A comida todo dia é a mesma coisa. Tinha umas frutas mas não sei nem o que era aquilo, a comida não é sempre nova, que é gostosa, as frutas são meio velhas. As comidas às vezes vinham com um bichinho dentro, cabelo. E feijão todo dia, feijão preto, feijão preto, feijão preto... Galinha, galinha, galinha, galinha.... Muito difícil porque não troca por uma carne, uma outra coisa. Mas assim, é café, almoço e janta. Aí a dieta, que é a comida da gente do berçário, que elas dizem que é a melhor. E tem a comida normal, a boia, a da gente é a dieta. Mas não é muito diferente não. E lá, eu sei que no convívio as mulheres, elas tem o fogãozinho delas na cela, e elas retemperam as comidas, né? Lá [no berçário], não tem fogão. Tinha geladeira! Tinha uma televisão. E lá era bem mais organizado. Era limpinho. Era limpo porque era a gente que faz a limpeza, né?

De acordo com Sandra, na comida também se percebiam as condições difíceis e desumanas que as demais mulheres enfrentavam na prisão. Era difícil se alimentar. Segundo Sandra, a forma de preparar a comida não era feita com cuidado devido, sendo comum aparecer bichinhos e cabelos nas refeições. As comidas não eram preparadas no sentido de agradar o paladar e as opções oferecidas não variavam muito. Muitas vezes, as frutas já estavam muito maduras para o consumo. Mesmo assim, a dieta ainda era melhor do que a *boia*.

Ademais, a falta de privacidade e espaço, a ociosidade e o pouco contato com a família contribuíam para que se desenvolvessem relações de desafeto e conflitos entre as mulheres no berçário. O nível de estresse era muito alto e havia a tendência de aumentar a cada ano que se passava na prisão. Nesse contexto, o contato com as pessoas no *mundão* é essencial para sobreviver na prisão já que:

Lá a gente perde a noção de afeto. Não existe mais isso. É só desafeto. É muito difícil! Você tem que ter a cabeça muito, muito boa pra não ter desafeto lá dentro, porque é tão desumana as condições que você é colocada que parece que não tem como mais ter, sabe? E aí, quando você tem o contato de família, da minha mãe, poxa, foi muito, muito, muito bom pra mim, conseguir uma chamada de vídeo. Me deu muita força. Minha mãe disse: “olhe, tô lutando por você, você vai sair daí... te amo, você ainda é minha filha, não deixei de te amar por causa disso”, é essencial você receber esse afeto, né, da sua família, pra você conseguir sobreviver e continuar. Quem não recebe isso fica de um jeito muito pior.

Assim, manter o contato com sua mãe foi muito importante para Sandra. Continuar sendo filha de sua mãe e receber o seu amor passavam muita força para ela continuar. O simples fato de receber videochamadas contribuiu para que sua humanidade fosse mantida. Sandra relata que as mulheres sem visitas sofriam pela ausência e distância de seus familiares, sendo mais difícil para as mulheres que não mantinham contato com pessoas no *mundão* sobreviver no cárcere. Sandra percebia a diferença entre ter alguém por você fora da prisão e não ter. Ao observar suas companheiras de cela, Sandra constatou as dificuldades que as outras mulheres também passavam. Ter alguém lá fora é valorizado por todas dentro da prisão e demonstra que a pessoa, mesmo aprisionada, tem sua importância e rede de apoio. Dessa forma, Sandra procurou manter o contato com sua mãe e acabou descobrindo uma rede clandestina de troca de cartas.

A gente descobriu um meio lá de colocar [as cartas]. A gente colocava dentro da panela. Quando a família pegava a panela, aí a carta tá lá dentro. As panelas que eles [as familiares] levam com a comida da gente no sábado. Aí botava no chão, os policiais penais pegava, levava lá pra frente. Aí ia botar no chão as panelas, e as visitas quando vai levar de novo, pega as panela que tá no chão. É, algumas vezes minha mãe conseguiu pegar, outras vezes as pessoas pegaram as panelas dela, então tinha esse risco também de não conseguir a carta chegar.

Nesse correio informal via panelas, durante a Covid-19, os policiais penais, conscientes ou não, também faziam parte desse fluxo de entrada e saída. Assim, algumas cartas conseguiram ser trocadas entre Sandra e sua mãe. A estratégia das cartas foi fundamental para Sandra manter contato com sua família e seguir a rotina na prisão. Sandra também relatou sobre a importância da fé e das conversas que aconteciam entre as mulheres que estavam aprisionadas no berçário:

A gente ficava muito tempo lembrando da rua, de como era a nossa rotina, falando dos maridos da gente, o que os marido fazia, e as coisas das mães, como era os filhos, de como era.... Aí ficava contando. Cada uma contava sua história e os planos de quando você pudesse sair de novo. Ficava muito tempo conversando, aí chegava o momento que ninguém aguentava mais olhar pra cara de ninguém, começava a se estranhar. Aí cada uma ia pro seu canto. Umas iam dormir, outras iam fazer culto. A gente ia fazer culto toda noite. Se juntava uma, duas e ia ler a bíblia, aí falava de Deus pra outra e cantava, orava. Era aquele momento de fé que a gente tinha para poder seguir.

As conversas trocadas entre as mulheres aprisionadas no berçário também constituíam estratégias de sobrevivência, assim como a leitura coletiva da Bíblia. Eram estratégias mais

coletivas, sendo útil para passar o tempo, preservar a memória da vida no *mundão*, fortalecendo subjetividades e vínculos afetivos dentro e fora da prisão. Além de também estabelecer limites de convivência entre elas de forma não violenta. Ao falar, partilhar e serem escutadas, as mulheres contam com o apoio de outras mulheres que também passaram e passam por momentos de violência e violações semelhantes. Forjar solidariedade estabelece, dessa forma, a produção de consensos e cooperação por meio de momentos de entendimento e compreensão mútua alcançados, seja por meio de rodas de conversas, partilha de itens do dia a dia ou da leitura da Bíblia.

A troca de informações sobre si por meio de conversas informais e a partilha de planos futuros eram formas coletivas de fazer o tempo passar e se manter firme. As conversas aconteciam até as mulheres não aguentarem mais, quando cada uma ia para um canto. Ao falar, mantinha-se a memória de uma vida que se tinha e se faziam planos para um futuro, costurando, assim, o passado, presente e o futuro (ROSENTHAL, 2014). Desta forma, laços são construídos entre as mulheres aprisionadas no berçário do Bom Pastor que mal se conheciam antes, mas que passaram a dividir tempo e espaço de forma intensa. Ademais, experiências comuns vividas e testemunhadas por elas na unidade prisional geravam medo, angústia, solidão, saudades, cuidado e raiva. Eram afetos sentidos no berçário do Bom Pastor por essas mulheres. Sandra era mais uma entre elas e enfrentava a precariedade da prisão, as violências, as violações de direito, o isolamento e o medo, construindo estratégias de sobrevivência a partir de seu cotidiano na prisão. Depois de 20 dias, o advogado contratado por sua mãe, conseguiu que Sandra obtivesse uma prisão domiciliar. Sandra deixou o berçário do Bom Pastor e voltou para sua casa usando a tornozeleira eletrônica onde aguardou seu julgamento ser realizado.

4.8 ESTRATÉGIAS DE TANDRA: LER E CONFIAR NAS PALAVRAS DE DEUS

Conheci Tandra⁸⁴ também pelos encontros do Clube do Livro, organizado pela Liberta Elas na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima, em 2019. Sua presença chamou minha atenção rapidamente porque, de forma muito espontânea, Tandra já chegou conversando e declarando seu amor à leitura e aos livros. No final do encontro, disse que tinha gostado bastante e que ia participar dos próximos encontros. E assim o fez. Não esqueço do cuidado

⁸⁴ Entrevistei Tandra em agosto de 2021

que Tandra demonstrou ao ir pegar, na cela em que habitava, um ventilador para colocar na biblioteca para deixar o ambiente mais arejado. A biblioteca da unidade é muito quente e cheia de poeira, mas, neste dia, o ventilador ajudou a refrescar o local.

Tandra é uma mulher cis de 36 anos, parda, lésbica, casada, religiosa e amante dos livros. É filha única de uma dona de casa que cursou até o quarto período do curso de Letras e filha mais nova de um professor universitário aposentado que ensinou português, literatura e francês na Faculdade de Vitória de Santo Antão, cidade que fica a 46 km da capital de Pernambuco. Nasceu em Olinda mas, logo depois, mudou-se para Areias⁸⁵, bairro da zona sudoeste de Recife onde até hoje seu pai e sua mãe moram. Tandra teve uma infância feliz e lembra de *um som da gradiente* e um computador que ganhou de seus pais. Fala com orgulho que foi *criada entre livros* e que *devorava* os livros paradidáticos indicados pela escola privada em que estudou. Formou-se em Letras pela Faculdade Frassinetti do Recife, em 2007. Todavia, durante o curso fez o concurso da polícia militar e, assim, passou a ser *soldado*.

Nunca exerci a profissão de professora porque apesar de eu gostar muito das letras e tal, virei soldado. Então hoje talvez você não consiga entender, mas se ponha no ano de 2004, há 16 anos atrás, né isso? 17... 17 anos atrás, você... uma pessoa com 22, 23 anos, ganhando 1500 reais. Hoje não é nada! Mas, 1500 reais, Ju, era como se hoje você ganhasse 6 mil em média... Há 19 anos atrás era ter um poder aquisitivo legal, 1.500 reais, porque um salário era quase 400 reais, pô... Entendeu? Então assim, eu não tinha motivo, acho que você vai entender, eu não tinha um motivo pra querer lecionar. Por quê? Não tinha! Porque eu ganhava bem, eu era funcionária pública, tu entende? Mas eu gostava do curso [de Letras]!

Em 2014, Tandra e outra policial militar foram acusadas de terem matado um homem, com uma arma de fogo, em um bar no centro da cidade de Recife. A repercussão do crime foi grande sendo, inclusive, noticiado em um programa de televisão local conhecido⁸⁶. O boato era que um homem teria sido morto após uma discussão com um casal de lésbicas, integrantes da polícia militar de Pernambuco. Tandra ficou sabendo do crime, do qual foi acusada, por meio deste programa de televisão. E usou a metáfora de um funil para explicar quais foram os critérios usados para que fosse incriminada pela corregedoria da polícia militar. Tandra relata

⁸⁵ O bairro de Areias tem uma população em torno de 29.894 de habitantes. Entre eles e elas, cerca de 56,96% se autodeclararam como negros e/ou pardos. A renda média do bairro é de R\$ 1.941,97 e a proporção de mulheres responsáveis por domicílios é de 48,68%. Para mais informações, verificar o site: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/areias>. Acessado em 18/11/2022.

⁸⁶ O caso de Tandra passou no Programa de Cardinot. Para saber mais sobre o programa, verificar o site: <https://www.cardinot.com.br/>. Acessado em 21/11/2022.

que foi associada como uma das autoras do crime pelo fato de ser lésbica, por ser uma policial *operacional* - que serve nas ruas - e por ser o centro da cidade o território do batalhão do qual fazia parte. Por esses três motivos, foi incriminada, julgada e condenada pelo crime de homicídio. Da mesma forma, Tandra relata que outra policial militar também foi incriminada pelo mesmo funil. A outra policial militar também acusada é lésbica, era *operacional* e era lotada no batalhão do Derby, bairro localizado próximo do centro de Recife. Esse foi o funil que a polícia militar usou para solucionar o crime.

A polícia militar não é ruim, entendeu? Agora é uma instituição muito, muito preconceituosa. Inclusive, eu acho que aconteceu tudo isso que me aconteceu, apenas pela minha... É que não é uma opção na verdade porque ninguém escolhe... Pela minha orientação, a palavra é essa. Porque ninguém escolhe, não é opção. Pela minha orientação sexual, foi que aconteceu tudo isso. Porque eu creio que se eu gostasse de homem, ficaria na polícia até hoje. Seria, aliás, nem soldado. Hoje eu seria sargento.

(...)

Por mais que a pessoa seja gente boa, seja uma pessoa digna, eles sabiam e sabem quem eu sou... Qualquer uma, qualquer um que chegar, chega lá no batalhão onde eu servi ... Foram dois batalhões onde eu servi, pode chegar lá e perguntar: quem era a soldado X? Duvido alguém dizer assim: era envolvida com tráfico. Duvido! Era envolvida com milícia. Não! Era envolvida com assalto? Não! Duvido! O que eles podem dizer é? Ah, era sapatão! Pode falar isso pra você.

Nos trechos acima, Tandra reflete sobre os motivos pelos quais foi acusada de ter cometido homicídio e ressalta sua conduta ilibada na corporação. Relaciona sua *orientação sexual* como o único fato que poderia ter sido usado contra ela pela corporação de forma negativa. Quando Tandra saiu da polícia militar, teve três empregos com carteira assinada. Em um deles, fazia segurança em um shopping center de Recife. Em 2018, foi julgada e condenada pelo tribunal do júri.

No júri, o promotor me acusou e eu perdi por 4 [votos] a 3. Foi muito azar perder o júri de 4 a 3. Perdi baseado no seguinte: na Corregedoria [da polícia militar], a mulher disse que era eu e, chegou diante do juiz, que é o mais importante e disse a mesma coisa. Na audiência que é feita diante do juiz, você tem direito a ampla defesa, você tem um advogado porque na Corregedoria, não tô dizendo que são [em] todos os estados, mas na Corregedoria, eles fazem como eles querem, né? As Ouvidas, né? Inclusive, [são feitas] de forma tendenciosa, mostrando 3 fotos. Foi essa aqui? Apontando pra foto. Assim é fácil, né, véi? Aí é bem fácil, né? Você acusar alguém, dizendo que é a pessoa, né? Bem mais fácil. Então, assim, como eu tô te falando, a coisa transcorreu dessa maneira. Infelizmente foi assim, mas... eu boto a vida... Eu entrego na mão de Deus! E até hoje tá aí.

Tandra relata, portanto, como a corregedoria da polícia militar agiu ao acusá-la. O procedimento das Ouvidas é colocado em questão por ela, que também era *soldado* na época. A forma tendenciosa e a impossibilidade de defesa parecem ser o *modus operandi* da polícia militar de Pernambuco. Além do mais, a lógica do funil demonstra como a polícia militar agiu na investigação de um crime, incriminando duas mulheres integrantes da própria corporação que mal se conheciam. Outro ponto importante é o fato de o exame residuográfico na arma de Tandra nunca ter sido realizado. Dessa forma, Tandra foi condenada pelo tribunal do júri pela narrativa criada pela polícia militar, que precisava solucionar o crime que ganhou repercussão na mídia. Tandra apelou ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, mas também foi considerada culpada, sendo aprisionada em 2019. Foi encaminhada para Cotela em janeiro do mesmo ano.

Quando chegou na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima, onde as mulheres sentenciadas cumprem sua pena em regime fechado ou semiaberto, Tandra foi falar com a chefe de segurança que a encaminhou para a cela 18 onde ficavam as *idosas*. Lá, estavam algumas mulheres com idade entre 60 e 65 anos, sendo a maioria na faixa etária de 45 anos. Nessa cela, as pessoas não fumavam maconha, sendo considerada uma cela mais tranquila e organizada para ficar. Tandra trabalhou com a chefe de segurança por cerca de seis meses quando, por conta de um boato na unidade prisional, foi afastada do trabalho. Tandra apelou ao Supremo Tribunal Federal quando saiu da Cotela para aguardar a decisão em liberdade⁸⁷. Passou 9 meses e 17 dias na unidade prisional em Abreu e Lima.

Sobre sua rotina, Tandra fala que não era fácil viver na unidade prisional porque sentia que a sua vida estava *estacionada*. Como a cela onde estava ficava no começo do pavilhão, Tandra acordava, diariamente, com o barulho das grades *batendo*. Era assim que as celas eram despertadas e, logo depois, começavam a se organizar. Uma dupla saía de cada cela para pegar a *bóia*. Em seguida, a limpeza da cela começava. A faxina terminava por volta das 9h e, a partir daí, cada pessoa seguia para fazer seus *corres* diários.

Tandra se encontrava com um grupo de mulheres evangélicas e relata que sentia seu coração acalentado a cada reunião. Em círculo, liam a palavra de Deus e oravam juntas. Cerca de 10 mulheres se reuniam diariamente. Depois de mais ou menos uma hora quando as orações encerravam, Tandra se sentava em um banquinho, pegava seus livros e ia ler. Lia até a hora do

⁸⁷ Efeito do pedido concedido ao presidente Lula durante a Lava-Jato para aguardar em liberdade o resultado do processo já que a sentença ainda não tinha transitado em julgado no Supremo Tribunal de Justiça.

almoço. Almoçava, organizava tudo e tomava banho. Quando esse ritual terminava, já era quase uma hora da tarde. Nos dias em que tinha permissão, Tandra ia à quadra onde ficava olhando o céu. Era o que ela chamava de *teatrinho de liberdade*, pois nesse momento sentia-se livre ao observar algo que não fosse as paredes e grades da unidade prisional. Tandra preferia esses momentos de solidão e silêncio. Assim, sempre recorria à leitura já que assistir à televisão era mais difícil porque sempre havia a necessidade de um consenso entre 11 pessoas sobre o que seria visto no aparelho de tv. A leitura para Tandra era uma forma de transcender a unidade prisional assim como as orações que fazia coletivamente. Lendo e orando, Tandra se fortalecia internamente para continuar *pagando sua pena*.

Tandra recebia a visita de sua família frequentemente. Seu pai sempre levava livros e o jornal de domingo. Foi na prisão, que ela começou a ler *romances espíritas* de Zíbia Gasparetto. Sua companheira também a visitava. Elas tinham direito às visitas íntimas que aconteciam duas vezes por mês. Essas visitas eram muito importantes para Tandra. Todavia, ela ficava *arrasada* no final porque sentia que sua vida passava sem ela. Sua companheira também sofria, emagrecendo bastante por conta de sua prisão. Por conta de tudo que estava vivendo, Tandra *se apegava muito a Deus para não enlouquecer*, mas não compreendia como estava passando por tudo isso porque nunca tinha sido *maloqueira* na vida nem tinha feito nada de errado. Tandra não entendia como poderia estar aprisionada e *entregava na mão de Deus* sua vida.

Tandra também conversava com a psicóloga da unidade quando, às vezes, sentia-se *aperreada*. Considerava a psicóloga *uma pessoa cem por cento*, porque elas conversavam de *igual pra igual*, como amigas. As idas ao local onde a psicóloga atendia aumentou quando Tandra deixou de trabalhar com a chefe de segurança, passando a ir quinzenalmente às sessões. Ela não me tratava como presa não, me tratava como amiga. Chegava e conversava, ela dizia: “Tenha fé! Vamos pra frente... Entregue a Deus, continue orando! Era gente boa essa psicóloga”.

Sentir-se como uma pessoa que não era uma presa típica era importante para Tandra que deixava evidente que ela fora presa por um erro, por um funil metodológico elaborado pela corregedoria da polícia militar e corroborado pelo poder judiciário. O entendimento sobre o que estava acontecendo com ela e sua família só poderiam ser compreendidos por meio de reflexões religiosas, em que só Deus poderia entender totalmente e intervir. A justiça dos homens aprisionou Tandra e apenas a justiça divina poderia lhe tirar dali. Ela tinha entregado a Deus e seguia sobrevivendo na prisão graças às leituras que fazia e a sua fé. Resumindo o que sentia,

Tandra disse: “as Letras eram a minha salvação mesmo. Como era!”. Neste sentido, era nos livros de Zíbia Gasparetto, no jornal de domingo, na Bíblia e em todos os livros que *devorava* que Tandra criava suas estratégias para sobreviver ao encarceramento. Sobrevivia se situando entre o que tinha acontecido em sua vida e a fé na justiça divina. As leituras, sua fé em Deus e nos seus ensinamentos e as orações que realizava diariamente de forma coletiva eram suas estratégias de sobrevivência.

Tandra também possuía redes de apoio e suporte que lhe fortaleciam como sua família, a psicóloga da unidade e suas companheiras de oração. Sobre as amizades que fez na Cotela, Tandra lembrou de Jussara que foi a pessoa que lhe ensinou sobre os *procedimentos* cotidianos da unidade prisional. Por meio da trajetória de sua vida, Jussara transmitiu *todo o funcionamento da engrenagem* já que tinha passado pelo Bom Pastor e *já tinha tirado um tempo na Cotela*. Tandra também contou que fez amizade com *as coroas* da sua cela, entre elas, dona Sônia, “uma senhora até distinta, [e que] não era maloqueira não. Gostava só de fumar muito cigarro, era uma caipora!” e que tinha sido aprisionada por estelionato. Dessa forma, Tandra aprendeu por meio da experiência de vida de Jussara o funcionamento das unidades prisionais e mantinha uma convivência pacífica com *as coroas* de sua cela.

Quando Tandra saiu da Cotela, passou a esperar em liberdade o julgamento do recurso impetrado por seu advogado no Supremo Tribunal Federal. Sobre a data de sua saída, Tandra considera como um segundo dia de nascimento, comemorando esta data como se fosse também seu aniversário. No *mundão*, foi retomando aos poucos sua vida e, atualmente, mora com sua companheira no terreno ao lado da casa de sua madrinha. Trabalhou em alguns empregos temporários como entregadora da Amazon e ajuda no cuidado diário de sua madrinha.

Sobre o tempo que passou na prisão, Tandra o compreende sob o viés religioso e explica que Deus sempre faz o melhor para as pessoas. No seu caso, ela acredita que talvez tenha sido colocada nessa situação para evoluir de alguma forma. Atualmente, após ter passado pelo cárcere, Tandra se percebe como uma pessoa mais reflexiva, que escuta mais as outras e que amadureceu muito no período que passou na prisão. No decorrer da entrevista, Tandra menciona que, ainda *soldado*, trabalhou na guarda externa do Bom Pastor onde fazia a vigilância, posicionada *em cima do muro* onde tinha uma visão melhor do lado externo da unidade. Alguns anos depois, ela se via dentro de uma unidade prisional. E sobre isso, ela mesmo reflete:

São as ironias da vida, né? Mas, eu acho que isso só dá mais força a pessoa de uma certa forma, né? Porque antes você via em cima do muro. Você, naquele momento, tava vendo debaixo do muro. Muitas vezes ali eu pedi a Deus ... Eu procurava força dentro de mim mesma para superar aquilo ali porque olhando de fora, antigamente era fácil, mas se você se colocar no meu lugar, talvez, muita gente não teria estrutura pra suportar. Inclusive até minha própria chefe [na unidade prisional] disse: você não gosta de ladrão, né? Ela sabia que eu não gostava de negócio de ladrão, não gosto muito de ladrão, e ela disse: e hoje em dia tá do lado delas. Ironia, né? Realmente. Eu convivia lado a lado, não só com ladra, [mas com] traficante, homicida, latrocida, gente da pior espécie, né? Realmente é é... tudo de ruim da sociedade. A maior parte ali é, outras não são não.

Tandra consegue ver como *ironias da vida* o fato de ter ultrapassado as fronteiras da legalidade, deslocando-se de *cima do muro* para dentro do muro. Desenvolveu estratégias de sobrevivência mais individuais e introspectivas, compreendendo a mudança de fronteiras que atravessou como uma forma de evolução estabelecida por Deus. Também, sobreviveu na prisão por conta das redes de suporte e apoio que já possuía antes de ser aprisionada e que passa a desenvolver durante seu encarceramento. Ex-policial militar, foi incriminada pela própria corregedoria da polícia militar de Pernambuco por meio de um funil punitivista que conseguiu perceber. Tandra mergulhou nas leituras e nas orações que fazia ao lado de outras mulheres que encontrou na prisão.

4.9 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: UMA CATEGORIA ANALÍTICA

Ser mulher e sobreviver nesse mundo não é tarefa fácil devido às diversas formas de controle, violência e punição direcionadas aos corpos considerados socialmente femininos e os que transgridem as regras impostas pelos padrões hegemônicos de gênero e raça (ADORNO, 1995;1996; CARRARA, VIANNA, 2006; DAVIS, 2018; FERREIRA, 2014; FLAUZINA, 2006; RAZACK, 1998; 2002; BOITEUX et al, 2018; BUTLER, 2019). As violências na esfera privada e as praticadas pelo Estado são cada vez mais denunciadas e combatidas pelos movimentos sociais como os feministas, os negros, os LGBTQIAPN+, os abolicionistas, os quilombolas, os rurais, os dos povos originários, os latino-americanos entre outros.

A partir da década de 60, os movimentos feministas abrem espaços para uma maior sistematização e circulação de seus conhecimentos, contribuindo para dar maior visibilidade às violências sofridas pelas mulheres nos mais diversos locais. Sob o viés norteador do conhecimento forjado por e entre mulheres de que o “pessoal é político”, é possível perceber

outras formas de reação, resistências e estratégias de sobrevivência construídas ao longo do tempo e a partir de seus territórios e corpos (HOOKS, 2015; COLLINS, 2019; GONZALEZ, 2020).

Sobreviver é, portanto, um verbo conjugado cotidianamente pelas mulheres. E ser estratégica é fundamental já que as formas de ser mulher no mundo são variadas e entrelaçadas aos vieses da raça, dos territórios, das classes, das sexualidades e de tantos outros marcadores sociais que engendram os corpos femininos (ALMEIDA, 2001; COLLINS e BILGE, 2016; ANZALDÚA, 2019; COLLINS, 2019; DAS, 2020; GONZALEZ, 2020). Estratégias são pensadas e experimentadas nas situações práticas do dia a dia e compartilhadas entre as mulheres que se relacionam no decorrer de suas vidas para que elas e mais mulheres também sobrevivam.

Na prisão, sobreviver às situações violentas como as relatadas por Catarina, Giovana, Angela, Aurora, Sandra e Tandra exige que as mulheres aprisionadas e os *meninhos* aprisionados construam suas estratégias que são executadas de diversas formas. Algumas vezes as estratégias são mais duradouras, pontuais, coletivas e/ou individuais. Em outros momentos, é preciso ter mais de uma estratégia. Refletindo a partir das conversas com as interlocutoras, sinto que ter estratégias é saber como transitar na prisão, percebendo seu funcionamento, suas regras e seu cotidiano e, ao mesmo tempo, estabelecendo relações interpessoais nas unidades prisionais e fora delas. Ter estratégias é lidar com as situações de cada dia, escolhendo as formas de como resistir ao cotidiano violento da prisão, seja escutando conselhos e conhecimentos compartilhados, participando de rebeliões, cantando, lendo, orando, organizando e participando de concursos de danças ou escrevendo cartas e *catataus*.

Dessa maneira, as ações e inações cotidianas construídas por mulheres aprisionadas são fundamentais para que elas *paguem suas penas* com vida, escapando dos efeitos letais do encarceramento. As experiências vividas e testemunhadas pelas interlocutoras no decorrer deste capítulo trazem vários momentos de “solidariedade forjada” fundamentais para suportar momentos de dor, medo, solidão, violências e violações de direito cometidas pelo Estado. Assim, enfrentar uma punição severa por conta de uma tesoura sem ponta ao invés de *cabuetar*, limpar e organizar uma cela para receber e acolher uma companheira com sua bebê recém-nascida, ser intermediária nas vendas dos objetos trazidos pelas visitas aos domingos, rebelar-se coletivamente diante da violência contra mulheres, dividir produtos de higiene pessoal,

cantar, dançar, ler, orar, enviar cartas e conversar são estratégias de sobrevivência intersubjetivamente construídas no e costuradas pelo cotidiano violento das prisões.

Ao compreender a importância das estratégias de sobrevivência construídas e vividas pelas mulheres nas unidades prisionais de Pernambuco, é também possível refletir sobre as formas que as feminilidades na prisão são construídas e experimentadas. Muitas vezes não é suficiente ter estratégias, surgindo a necessidade de também ser estratégica por meio da utilização de seus corpos e das possíveis maneiras de (re)produzir feminilidades. Durante as entradas nas unidades prisionais, nas entrevistas e nas observações participativas que realizei, percebi que para algumas mulheres era muito importante comunicar que elas seguiam certos padrões hegemônicos de gênero, afastando-se de comportamentos não aprovados socialmente. Deixar evidente que elas eram boas mães, boas filhas, mulheres religiosas, trabalhadoras, empreendedoras e amantes apaixonadas as elevariam a patamares de respeitabilidade e virtude. Em suas constantes tentativas de demonstrar que elas eram mulheres respeitáveis e que estavam arrependidas de suas ações do passado ou que sofreram injustiças, percebi que, determinadas feminilidades também poderiam ser consideradas formas de estratégias de sobrevivência. Assumir e viver certos papéis de gêneros, como o da boa mãe, por exemplo, sinalizava que elas também poderiam ser consideradas boas pessoas e não criminosas ou *maloqueiras*. No capítulo que se segue, vamos analisar as feminilidades relacionadas com a maternidade, o trabalho e a religião, que foram os padrões de gênero que mais se destacaram. Também refletiremos sobre a *maloqueira* que significa a não mulher, figura repudiada por muitas mulheres com quem conversei na caminhada desta pesquisa. Por fim, além de ter estratégias de sobrevivências, muitas vezes se faz necessário ser estratégica para sobreviver.

5 FEMINILIDADES ESTRATÉGICAS

5.1 FEMINILIDADES COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NA PRISÃO

Conheci Melissa⁸⁸ por meio de Angela em 2020. E desde então, mantivemos interlocuções por WhatsApp, telefone e de forma presencial. Melissa tem 29 anos, mulher negra, cisgênera, heterossexual, mãe de três crianças, moradora de Ouro Preto⁸⁹ em Olinda e criada por sua avó materna até os 9 anos, no bairro de Santo Amaro⁹⁰ em Recife. Foi presa em flagrante pela comercialização de substâncias consideradas ilícitas, aos 18 anos, no Parque 13 de Maio no centro de Recife em 2013. Em 2015, *caiu* novamente pelo mesmo crime. Descobriu que estava grávida de quatro meses no Bom Pastor na sua primeira *queda*. Foi encaminhada para a cela das gestantes, ficando com mais 9 mulheres, onde presenciou um parto de uma delas, na cela, feito por uma companheira que também estava gestante e aprisionada. Conversando com Melissa por WhatsApp, depois de entrevistá-la, após alguns meses de interlocução, pedi que ela me enviasse uma foto, frente e verso da sua carteira de identidade porque estávamos organizando uma atividade da Liberta Elas na qual ela iria participar e precisávamos dessa informação.

Fazendo um trocadilho sobre o termo que usei para sinalizar que precisava da foto da identidade dos dois lados, Melissa me mandou quatro fotos dizendo que ali estava ela de frente e verso. Na primeira foto, ela estava vestida como Maicon: usava uma touca na cabeça, dessas feitas com partes de meia calça de nylon, prendendo todo o cabelo, três colares de prata no pescoço: um no estilo cordão e dois no estilo corrente; uma blusa sem manga, preta, com uma gravura nas cores azul, verde, preta e branca onde havia o desenho de umas pedras em verde, um mar e a palavra surf escrita em branco; bermuda folgada de listras horizontais nas cores verde e amarelos cintilantes, lilás claro e roxo clarinho; calçava sandálias estilo havaianas de cor preta e tinha algumas pulseiras de prata no braço. Sem sorrir, ela estava séria na foto que

⁸⁸ Entrevistei Melissa em setembro de 2021.

⁸⁹ Ouro Preto é um bairro da cidade de Olinda, Pernambuco, e que, segundo uma reportagem do Brasil de Fato, surgiu após uma desapropriação de uma fazenda improdutiva nos anos 60. Para mais informações, verificar o site <https://www.brasildefatope.com.br/2019/04/04/em-olinda-ouro-preto-surgiu-apos-desapropriacao-de-fazenda-improdutiva-nos-anos-1960> Acessado em 16/07/2023.

⁹⁰ O bairro de Santo Amaro é localizado a dois quilômetros do Marco Zero da cidade de Recife. Possui uma população de 27.939 habitantes, sendo que 63,91% se autodeclararam como pessoas negras e pardas. Cerca de 55,32% dos domicílios são comandados por mulheres. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios é de R\$ 1.892,10 segundo o site da prefeitura de Recife: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/santo-amaro> Acessado em 16/07/2023.

ela mesma tirou.

A segunda foto, enviada pelo WhatsApp, era da parte da carteira de identidade onde encontramos o nome completo, data de nascimento e nome da mãe e do pai. A terceira foto enviada era o lado da carteira de identidade onde a foto de Melissa 3X4 aparecia. A quarta foto enviada por Melissa foi tirada por uma outra pessoa. Nesta foto, Melissa aparece sorrindo e, com a mão esquerda pousada levemente sobre o queixo. Ela mostra o sorriso largo, os três anéis de prata que usava no dedo e duas pulseiras de prata no antebraço. Vestia um short jeans curto e justo ao corpo e, em um dos bolsos, havia pequenas pedras brilhosas costuradas. Melissa vestia blusa amarela colada, no modelo tomara-que-caia, e usava sandálias amarelas. Seu cabelo estava liso, penteado no estilo Chanel e ela estava maquiada discretamente: sobrancelhas feitas, sombra e batom. Ela sorria levemente. Nas fotos enviadas por Melissa, dados oficiais e imagens de si tiradas na prisão se misturavam.

Por áudios e textos enviados por meio de WhatsApp, Melissa explica que era assim que se vestia quando recebia a visita de seu filho mais velho no Bom Pastor. O encontro com ele era uma ocasião especial, já que não era sempre que seu filho lhe visitava. Apesar de sentir muitas saudades, Melissa preferia que suas visitas não fossem frequentes porque ele sempre chorava muito na hora da despedida. Todavia, nas poucas vezes que recebia a visita dele, Melissa se vestia de forma considerada mais feminina como na última foto em que enviou, deixando Maicon para os domingos em que estava de mau humor ou quando tinha que passar pelos corredores dos pavilhões e no pátio cobrando as dívidas feitas pelas mulheres aprisionadas. Maicon aproveitava a presença das famílias que visitavam a unidade aos sábados e domingos para cobrar as dívidas feitas durante a semana. Na conversa de WhatsApp, Melissa diz:

Ju, tá aí a minha foto frente e verso. Eu te mandei essas duas fotos aí porque era pra mostrar como é que eu me vestia lá. Tinha domingo que eu tava de mau humor que eu tava atacada, todo mundo me devendo. [Eu] botava a roupa de boy e ia pro corredor cobrar, ia pro corredor pro bagulho doido. E quando eu tava no bom ânimo quando meu filho vinha, como era uma vez perdida, eu me vestia assim. Tinha domingo que eu tinha que colocar roupa de boy e tinha domingo que eu tinha que me vestir de mulher. [Ela ri]

Mas, era normal, entendesse? Como é cadeia, aí é normal. Aí depois eu me relacionei com as meninas lá também. Mas, às vezes. Só era às vezes mesmo, mas eu não era menininho, tá? Acho que era só pra variar...

Mas tudo é uma luta, visse? O povo fala que vai pra lá [prisão] comer do governo e tal, mas só pros maloqueiros mesmo porque pra quem tem compromisso, os domingos, pra mim, era pesados, mas nada que a gente não

pudesse contornar, às quatro horas, às cinco horas todo mundo se trancava, pronto acabava o domingo.

Ao se mostrar de frente e verso, Melissa traz questões interessantes sobre gênero, corpo, sexualidade e feminilidades praticadas nas prisões, apresentando como usava seu corpo de forma estratégica. Para sobreviver, Melissa faz sua existência estratégica. Nos raros domingos que recebia a visita de seu filho, usava seu corpo para demonstrar características dentro de padrões considerados mais femininos e, agia de forma mais dura e violenta, quando colocava roupa de boy ou de *menininho* nos domingos mais frequentes em que precisava trabalhar. A diferença entre as fotos enviadas por Melissa é enorme. Como Maicon, aparece muito séria como se estivesse pronta para lutar sem ceder. Na foto em que aparece vestida para receber seu filho, apresenta-se delicada, serena e sorridente. Assim, as transformações de Melissa ocorriam com a finalidade de se adequar da melhor maneira às situações de encarceramento em que vivia. Além de ter que se virar na prisão, Melissa precisava garantir o sustento de seu filho no *mundão*. Dessa maneira, precisava enviar dinheiro para que seu filho fosse cuidado e acolhido. Era aí que Maicon entrava.

Desse modo, Melissa cruzava fronteiras estabelecidas pelo sistema binário estruturado a partir de uma matriz heteronormativa (BUTLER, 2019; 2022), sendo essa prática considerada *normal* no seu cotidiano na prisão. Melissa também ressalta que, mesmo tendo se relacionado com outras mulheres na prisão e ter *colocado roupa de boy*, ela não era *menininho*. Nesse sentido, vestir-se de Maicon e ter relações sexuais com outras mulheres não a fazia se sentir menos mulher heterossexual, maneira de como se descreveu ao ser perguntada sobre sua sexualidade. Compreendi, portanto, que suas ações de transgeneridade momentâneas, embora constantes, estavam relacionadas a determinadas funções e objetivos, sendo usadas como uma de suas estratégias de sobrevivência na prisão. Nesse caso, utilizar-se de padrões de gênero hegemônicos ao seu favor é uma forma de circular de maneira mais eficiente na prisão a fim de se manter viva e de sustentar seu filho.

Neste capítulo, as estratégias de sobrevivência de mulheres no cotidiano prisional apresentadas se entrelaçam com as formas que o corpo é compreendido e com o conceito de performatividade de gênero de Butler (2019; 2022). Seja como Maicon ou vestida de mãe, Melissa buscava afetos, prazeres, assim como, a manutenção de seu trabalho e de sua renda. Melissa cruzava as fronteiras estabelecidas pelas normas regulatórias de gênero, mas sinalizava

como queria ser compreendida nos espaços sociais em que se movimentava aos domingos. Essa movimentação nos faz pensar sobre a importância de entender o corpo como uma construção coletiva. Segundo Judith Butler,

o corpo é um fenômeno social: ele está exposto aos outros, é vulnerável por definição. Sua mera sobrevivência depende de condições e instituições sociais, o que significa que, para “ser” no sentido de “sobreviver”, o corpo tem que contar com o que está fora dele (2015, p. 56).

Assim, Melissa usou seu corpo como um artefato estratégico para sua sobrevivência, emitindo sinais de como queria ser compreendida aos domingos. Percebemos, portanto, uma dimensão pública do corpo (BUTLER, 2020) que estabelece um diálogo entre o corpo que é meu e de como ele é visto pelas outras pessoas. Ao usá-lo, o corpo possibilita travessias e estabelece formas de comunicação entre mim e o outro, além de mediar diálogos com as normas regulatórias acordadas anteriormente a mim. A partir das costuras com essas normas em nossos cotidianos, é que vamos reconhecendo e sendo reconhecidas, repetindo e vivenciando formas de ser mulher no mundo. Sendo percebido no mundo, “[o] corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência (BUTLER, 2022)”. O corpo, dessa forma, também nos expõe a graus de vulnerabilidades e violências que dependem dos contextos históricos, sociais, raciais e territoriais em que nos encontramos. Logo, dentro de uma prisão, as vulnerabilidades e as violências a que os corpos estão submetidos, aumentam, exponencialmente, assim como as condições de precariedade a qual a vida lá é submetida. Vestir-se e/ou comportar-se como uma mãe ou como Maicon eram estratégias de sobrevivência que Melissa utilizava para enfrentar e resistir a essas vulnerabilidades pelas quais estava exposta cotidianamente no sistema prisional. Portanto, é sofisticada a maneira como Melissa atravessa as fronteiras do gênero e usa as normas regulatórias, demonstrando agência e compreensão da estrutura quando utiliza seu corpo para sobreviver na prisão.

Outro aspecto importante que podemos observar por meio do conceito de corpo é trazido também por Judith Butler quando a autora analisa alguns exemplos de “bodily actions” (2013; 2015) como as greves de fome realizadas por pessoas aprisionadas ou quando manifestantes atearam fogo no próprio corpo em protestos contra o governo. Nessas situações, o corpo é usado como um dos últimos recursos que as pessoas dispõem, tendo entre seus objetivos clamar publicamente por uma “moral humanitária” e pela atenção da opinião pública.

Percebe-se que, nesses exemplos, os corpos são usados para protestar e/ou (re)estabelecer formas políticas de poder e resistência em situações de grande opressão e violência. Desta maneira, os corpos são utilizados de forma direta e são centrais para que as ações sejam executadas. Butler chama atenção para o fato de que essas ações possam gerar possibilidades para que se (re)estabeleça o que ela denomina o “desejo da resistência”⁹¹ (BUTLER, 2013). Ao mesmo tempo, as “bodily actions” também se entrelaçam com a maneira que gênero e suas regulações normativas são trazidas por Butler (2019; 2022).

Quando observamos os relatos de Melissa, percebemos que ao se utilizar de “bodily actions”, ela também tenta alcançar o que Butler chama de “reconhecimento de sobrevivência”⁹² (2013). Ou seja, Melissa busca que seu reconhecimento como ser humano seja assegurado por meio de repetições das normas regulatórias de gênero. Assim, ao emitir sinais, por meio de seu corpo e suas práticas, Melissa demonstra que está agindo de acordo com o que é entendido como o ideal e o desejável socialmente. Logo, Melissa age, aos domingos em que seu filho vai lhe visitar, de acordo com o que é estabelecido como inteligível socialmente com a imagem de boa mãe. Nessa direção, sua vida pode, portanto, ser compreendida como possível de ser vivida, ganhando um pouco mais de camadas de proteção diante da vulnerabilidade e da precariedade ao qual está submetida pelo encarceramento. Esse reconhecimento é muito importante para sua sobrevivência na prisão porque a distingue da imagem difundida pelo senso comum de que as pessoas na prisão são descartáveis⁹³. Por outro lado, a existência de Maicon também é justificada pela necessidade que Melissa/mãe tem de manter seu filho financeiramente.

Neste sentido, feminilidades reconhecidas pelas normas sociais quando performatizadas por mulheres aprisionadas, que são criminalizadas constantemente, podem gerar respeito a quem as pratica, demonstrando que sua vida deve ser entendida como digna e possível de serem vividas diferentes das vidas precárias que não são passíveis de luto (BUTLER, 2020). Assim, por meio das interlocuções e observações nas unidades prisionais de Pernambuco, observamos que a boa mãe, a boa filha, a mulher trabalhadora, a religiosa ou a empreendedora são compreendidas como “vivíveis”. Nesse sentido, ser considerada uma boa mãe é um padrão de gênero hegemônico importante que traz respeitabilidade para a mulher que assume essas

⁹¹ Tradução livre para “will of resistance”.

⁹² Tradução livre para surviving recognition.

⁹³ Basta lembrarmos da frase “bandido bom é bandido morto” que é bastante difundida no senso comum nas últimas décadas.

características, assim como a mulher religiosa ou trabalhadora. Nas práticas dessas alegorias, essas mulheres, também adquirem algum respeito de suas companheiras de cela, das/dos representantes, das *chaveiras*, da administração da unidade prisional e até mesmo de alguns policiais penais.

Ao ser respeitada na prisão, as chances de sobreviver podem aumentar porque passa-se a ser reconhecida como uma mulher capaz de reproduzir valores e de serem reinseridas e reintegradas na sociedade após cumprirem suas penas. De uma certa forma, ao demonstrar que é capaz de se comportar dentro das alegorias de boa mãe, a mulher criminalizada, julgada e condenada mais severamente por também romper, na ocasião do crime, com padrões de docilidade e passividade, estabelecidos pelas normas regulatórias de gênero, raça e sexualidade (RAZACK, 1998, 2002; SOARES, ILGENFRITZ, 2002; CARRARA, VIANNA, 2006; PRIORI, 2011; SÁ, 2017; ANDRADE, 2018; BOITEUX, MAGNO, BENEVIDES, 2018; VIANA, CARDOSO, 2018; MARQUES, 2019; TREVAS, 2022) readquire a possibilidade de ser vista como um ser humano.

Por outro lado, também observamos que era muito importante para as mulheres se diferenciarem das que eram consideradas *maloqueiras*. Essas eram bastante citadas e repudiadas durante as interlocuções que mantivemos. Depois de algum tempo, percebemos que as *maloqueiras* eram mulheres que não apresentavam comportamentos em consonância com as normas regulatórias de gênero, e por isso, não mereciam ser percebidas como vidas possíveis de serem vividas. Ninguém queria ser *maloqueira*. No trecho acima, Melissa relata que *os maloqueiros comem do governo*. O fato dela usar a palavra no masculino, e ela não foi a única, retira a própria possibilidade da *maloqueira* ser mulher. *Maloqueira* foi surgindo como uma não mulher como veremos mais adiante. E, elas também mereciam os castigos estabelecidos pela administração, pelos policiais penais e, muitas vezes, pelas próprias companheiras de prisão, já que elas não se comportavam de forma adequada.

As possibilidades de ser mulher na prisão estão, portanto, também em disputa, e recebem diferentes formas de tratamento, inclusive podem sofrer ainda mais violências e punições, caso as normas regulatórias de gênero não sejam obedecidas. Nesse sentido, há feminilidades mais aceitas socialmente na prisão. E essa aceitação vai depender de suas posições diante das normas sociais impostas pela divisão sexual do trabalho, pela heteronormatividade, pela cisnormatividade, pelo racismo e pela ética cristã que operam juntos, enquanto se retroalimentam. Gênero não é, por conseguinte, uma categoria social isolada, é

perpassada e alimentada por diferentes práticas de classificação, hierarquização e desigualdades sociais.

Deste modo, os sistemas punitivos da família, do trabalho, da justiça e da prisão funcionam como ferramentas para castigar e recolocar as mulheres, que se desviam do que representa ser ideais de feminilidades, nos caminhos estabelecidos pelas normas regulatórias. Não é por coincidência que as primeiras unidades prisionais femininas no Brasil foram articuladas e administradas pela Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor⁹⁴ (ARTUR, 2017; ANGOTTI, 2018), braço da igreja católica. A punição moral e a penitência sempre foram instrumentos utilizados e difundidos pela igreja católica para resgatar a mulher a fim que ela cumpra seus deveres e demonstre agir dentro dos comportamentos aceitáveis socialmente. Punir para educar e sofrer para se redimir de um erro, falta ou crime são pilares da estrutura do Estado brasileiro operacionalizados com maestria pelo sistema prisional que crê que, por meio da penitência, a mulher pode ser resgatada e reeducada como observamos na carta da Irmã Breves de 1946 analisada no segundo capítulo. Aliás, *reeducanda* é como as assistentes sociais, psicólogas, policiais penais e as diretoras das unidades prisionais chamam as mulheres aprisionadas.

As unidades prisionais femininas também são, portanto, espaços de correção moral onde diversas igrejas como a católica e as neopentecostais, as últimas mais recentemente, encontram a possibilidade de recrutar fiéis seguidoras difundindo as feminilidades que defendem. Essas maneiras de ser mulher na prisão e no mundo são construídas ao longo do processo histórico-social, sendo atreladas aos conceitos coloniais e patriarcais de território, raça, classe e outras formas de marcadores sociais. Assim, as traidoras das normas regulatórias devem ser punidas violentamente e reeducadas para que passem a desempenhar aquilo que é esperado da mulher. Todavia, é interessante notar que para algumas mulheres que estão aprisionadas a utilização dessas normas regulatórias de gênero podem ser usadas como estratégias de sobrevivência, pois podem demonstrar formas de se comportar dentro do que se é esperado de uma não *maloqueira* e, assim, podem se diferenciar e conseguir, mesmo por alguns momentos, camadas de proteção contra a precariedade e vulnerabilidades a que estão submetidas na prisão.

⁹⁴ Mais informações sobre as ações da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor na atualidade, verificar matéria feita pelo Vatican News de 09/08/2020 no site: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-08/4-mil-irmas-do-bom-pastor-atuam-em-70-paises.html>. Acessado em 10/10/2022.

5.2 FEMINILIDADES APRECIADAS OU ODE ÀS MÃES

As feminilidades não existem por si só, são diversas e praticadas em diferentes espaços sociais onde (re)produzem distinções e hierarquias entre mulheres. As feminilidades hegemônicas, que são aquelas formadas por qualidades e características aceitas como naturais e legítimas, são conectadas aos contextos sociais, históricos, raciais e territoriais e sinalizam práticas mais desejáveis ao senso comum sobre o que significa ser mulher. Ou seja, há comportamentos padrões de gênero desejáveis e aceitáveis que devem ser seguidos enquanto outros são repudiados e punidos. Essas normas regulatórias de gênero não são, portanto, as mesmas para todas as mulheres.

Judith Butler diz entender o gênero como performativo e que entendê-lo desta forma “não é apenas insistir no direito de produzir um espetáculo prazeroso e subversivo, mas alegorizar maneiras espetaculares e consequentes por meio dos quais a realidade é reproduzida e contestada” (2022, p. 57). Desta forma, gênero se relaciona com o fazer e com as práticas cotidianas que são fundamentais para que as situações que formam a realidade sejam compreendidas ou contestadas pelas diversas pessoas que estão envolvidas nela. Assim, gênero é uma maneira de se tornar inteligível para o outro e requer entendimento e domínio sobre formas de existir. Todavia, além de reproduzir e contestar a realidade, há casos como o de Melissa e os seguintes que veremos que um dos objetivos na reprodução dessas normas regulatórias também é sobreviver às condições de extrema violência e precariedade como as apresentadas nas unidades prisionais brasileiras.

Assim, as feminilidades em disputas, também nas prisões, seguem normas regulatórias de gênero mais amplas que “podem ou não ser explícitas e quando operam como o princípio normalizador em práticas sociais, elas em geral permanecem implícitas, difíceis de ler, discerníveis de forma mais clara e dramática nos efeitos que produzem” (BUTLER, 2022, p.75). Todavia, ao situar as mulheres aprisionadas em Pernambuco, Brasil, temos alguns sinais onde essas normas podem encontrar suas matrizes já que “gênero é uma norma regulatória, mas também uma norma que se produz a serviço de outros tipos de regulações” (Butler, 2022, p. 95). Por serem performatizadas, as normas regulatórias de gênero precisam se conectar com conteúdos a serem praticados que advêm de valores estabelecidos e mantidos socialmente. Performatizar ações, portanto, não pode ser confundido com individualismos, voluntarismos ou

consumismos porque são práticas coletivas materializadas ao longo do tempo pelos sujeitos como também por instituições sociais.

Lélia Gonzalez (1984; 1986; 1988; 2011; 2014; e 2020) e Gilberto Freyre (1981, 2004), sob distintos espaços epistemológicos e objetivos (Anita Pequeno, 2022) trazem diferentes noções de mulheres e demonstram características e práticas que estão entrelaçadas com os espaços sociais que as mulheres ocupam. Suas contribuições sobre as famílias patriarcais e coloniais e as funções atribuídas/assumidas por diversas mulheres dentro delas são úteis para usarmos como lentes para enxergar princípios e valores normatizadores de gênero e raça que se retroalimentam até hoje. Ressaltamos dentre as inúmeras contribuições de Lélia Gonzalez, as figuras da “mãe preta” e da “mucama” e como elas eram e são compreendidas no contexto brasileiro. Já Gilberto Freyre ressalta características ainda atuais de mulheres brancas e pertencentes à classe sociais mais abastadas nas figuras da *sinhá*, *sinhazinha* e *moradoras de sobrados*.

Lélia Gonzalez analisa que ser mulher negra⁹⁵ no Brasil “é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocaram no nível mais alto da opressão” (Gonzales, 2020, p 58), sendo destinado a elas a prestação de serviços domésticos nas casas das famílias de classe média e alta. Ao trazer, em seus artigos, um antigo ditado *popular* brasileiro, Lélia Gonzalez chama atenção para as hierarquias entre mulheres e como a raça estabelece posições sociais das mulheres na família e sociedade brasileira. Assim, o ditado:

[b]ranca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar’ é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é super explorado economicamente, ela é faxineira, arrumadeira e cozinheira, a ‘mula de carga’ de seus empregadores brancos; [...] (Gonzalez, 2020, p. 170).

Dessa forma, Lélia Gonzalez demonstra os locais sociais nos quais as mulheres negras são aceitas e que são ratificados pelas normas regulatórias de gênero e raça que se entrelaçam. As noções de “mãe preta” e da “mucama” trazidas pela autora ajudam a demonstrar que para as mulheres negras são destinados, historicamente, os trabalhos domésticos e os de cuidado das

⁹⁵ Segundo o Infopen/2018, cerca de 88% das mulheres aprisionadas no sistema prisional de Pernambuco são negras. https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf Acessado em 27/02/2023.

Segundo o SISDEPEN -2022, 85,2% das mulheres aprisionadas no Brasil são negras.

famílias. A figura da “mãe preta” vincula a mulher negra ao papel de mãe e aos trabalhos e cuidados que se entrelaçam a essa função. A “mãe preta” revela o imaginário da mãe boa, cuidadora e que possui uma sabedoria natural além de uma experiência no cuidar. E, é dentro dessa personificação de bondade, que a mulher negra pode ser considerada “gente” (Gonzalez, 2022). Nessa linha de pensamento, Cláudia Cardoso (2014), sinaliza que dentro das análises de Lélia Gonzalez:

A ‘mãe preta’ representa o esperado da mulher negra pela sociedade branca e classe média: resignação, passividade diante das situações de violência e opressão. A figura simpática, amorosa e inofensiva da mãe preta realiza a aceitação sem resistência do poder instituído, da escravidão, dissimulando, inclusive, os horrores do período escravista para as mulheres negras e escravizadas e/ou libertas (Cardoso, 2014. p. 976).

Logo, o papel da “mãe preta” é um papel social permitido e esperado, podendo ser praticado pelas mulheres negras sem gerar conflitos estruturais. *A resignação e a passividade diante das situações de violência e opressão* combinam com as características que são apreciadas nas mulheres. Dessa forma, juntar essas características com os trabalhos domésticos é a combinação das normas regulatórias de gênero e raça que são bases para a sociedade brasileira. Em alguns domingos, Melissa utiliza-se desse papel para sinalizar que é uma mãe cuidadosa, boa e trabalhadora, podendo ser, portanto, reconhecida como um ser humano com direito a ter sua vida *vivível* e respeitada porque fortalece esse lugar social. E, não realmente interessa se Melissa é ou não de fato essa mãe, mas, se faz necessário que ela demonstre ser por meio de suas ações e práticas na prisão.

Além da “mãe preta”, a noção de “mucama” trazida por Lélia Gonzalez emite sinais que ecoam normas regulatórias de gênero e raça. Historicamente, são as mulheres negras e não as brancas que executam os trabalhos domésticos mais penosos do cotidiano referentes à manutenção da vida das famílias das quais não pertencem. Seu trabalho, porém, é entendido como necessário para a manutenção da ordem na esfera privada e das funções relativas aos cuidados diários na família. A “mucama” precisa existir para que o pai e a mãe exerçam suas funções na esfera pública. Logo, ao se vincular a essas atividades, a vida das mulheres é justificada e compreendida como possível de ser vivida e mantida, já que as mulheres existem para servir. O trabalho doméstico garante, dessa forma, seu reconhecimento como pessoa. Assim, sobre a “mucama” Lélia Gonzalez explica que:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação, porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível às “brancas” ou “clarinhas” (1984, p. 230).

Dessa maneira, tanto as noções de “mãe preta” quanto de “mucama” estabelecem quais as práticas e os comportamentos os quais para a classe dominante branca da sociedade brasileira as mulheres negras são inteligíveis. Essas ações praticadas de forma repetitiva ao longo da história não causam instabilidades na estrutura da família e da sociedade brasileira. Pelo contrário, corrobora com sua manutenção. No trecho acima, Lélia Gonzalez (1984) também fala sobre a ideologia da “boa aparência” como uma política estética racista velada, mas que contribuiu, ao longo da história, para manter hierarquias entre mulheres no mundo do trabalho. Essa ideologia em conjunto com a do branqueamento também trazida pela autora (1984) se retroalimentam, limitando as possibilidades de existência das mulheres negras no campo do trabalho que não seja o doméstico ou os mais precarizados.

Todavia, ao estarem nesses lugares de “mãe preta” e “mucama”, Lélia Gonzalez (2020) analisa o importante papel de resistência que as mulheres negras construíram ao longo da história. A autora ressalta que muitas foram às formas de “resistência passiva” que as “mães pretas” realizaram dentro da estrutura patriarcal e colonial das famílias brasileiras. Cláudia Cardoso evidencia essa resistência quando diz que:

Lélia Gonzalez, ao valorizar a resistência desenvolvida pela “mãe preta”, no período escravista, muitas vezes, realiza através da negociação, assegurando com ação sua sobrevivência, a de sua prole e a de seus parceiros, evidencia o movimento do sujeito resistindo à objetificação que lhe é imposta. Dito em outras formas, a autora ilumina as estratégias desenvolvidas pelas mulheres negras escravizadas para enfrentar o processo de dominação/exploração que procurava mantê-las como outro/escravo/objeto (2014, p. 976).

Essa resistência pode ser considerada como uma estratégia de sobrevivência. A “mãe preta” e, aqui também incluo as “mucamas” e as mulheres que exercem, historicamente, funções consideradas subalternas, reagem, cotidianamente, ao seu aniquilamento, assim como ao de suas famílias, agindo, estrategicamente, diante do que é estabelecido pelas normas regulatórias

de gênero e raça. Tecem, portanto, sobrevivências por dentro de sistemas de normatização, violência e punição a fim de sobreviver. Essa capacidade de resistir de forma indireta ou passiva como diz Lélia Gonzalez criam rotas de fugas e mecanismos de sobrevivência diversos nos mais variados espaços sociais.

Freyre (1981) ao trazer características que destacam as mulheres relacionadas aos senhores de engenho, grandes comerciantes, latifundiários e/ou moradores de sobrados, mulheres brancas em geral, também demonstra o conteúdo das práticas que corroboram as normas regulatórias de gênero, raça e classe. A aparência assumida por essas mulheres são fatores importantes de diferenciação em relação a outras mulheres. Por distinções estéticas no vestir, por exemplo, podemos compreender uma forma de se apresentar no mundo que visa ressaltar a raça branca e a classe social elevada. Assim, a mulher que quer ser compreendida como branca e rica, deve se apresentar como *bela, enfeitada, magra, católica e com capacidade de produzir herdeiros para seus senhores*. São valores que exigem práticas cotidianas. Além disso, deve também ser *afetuosa, sentimental, boa, delicada, paciente e resignada*. Características apresentadas por Freyre ao longo de suas análises do cotidiano da família patriarcal colonial (Freyre, 1981), mas que são perceptíveis e valorizadas ainda hoje. Ao apresentar tais características, essas mulheres poderão ser inteligíveis para as outras mulheres e homens nos espaços sociais que frequentam. Assim, “[o] certo é que o traje da senhora de sobrado ou de casa-grande chegou aos maiores exageros de ornamentação para se distinguir do trajo da mulher de mucambo onde casa térrea, e, principalmente, do trajo do homem...” (Freyre, 1981, p. 198). Assim, as mulheres brancas apresentam características de docilidade, passividade e na estética, mas permanecem longe dos afazeres domésticos do cotidiano apesar de terem obrigação de serem mães. As mulheres brancas de classe social elevada possuem outra forma de exercer suas maternidades. Parir os herdeiros é sua principal função, mas muito pouco lhes cabe nos afazeres domésticos e da maternidade.

Buscou-se, desse modo, demonstrar que as noções de mulher trazidas por Gonzalez e Freyre são atuais e estão conectadas com as normas regulatórias de gênero que não podem ser compreendidas como categorias isoladas. Os entendimentos sociais são materializados pelas ações corpóreas e as formas que as mulheres são compreendidas ao viverem por meio de seus cotidianos. Assim, as considerações sobre características de como ser mulher analisadas servem para estabelecer os valores e os conteúdos que estão entrelaçados com as maneiras que as normas regulatórias se (re)produzem. Nas situações a seguir, as estratégias de sobrevivência

utilizadas por mulheres aprisionadas se entrelaçam com as normas regulatórias de gênero e raça que, por meio de práticas, buscam garantir um reconhecimento que assegurem um pouco mais suas vidas no cárcere.

5.2.1 Estratégias de Heloísa: ser boa mãe e faxinar

Como Aurora, conheci Heloísa⁹⁶ nas oficinas do clube do livro da Liberta Elas, em 2019, na Cotela. Mulher negra, heterossexual, cisgênera, 29 anos e mãe de quatro crianças, Heloísa sempre estava presente nos encontros da oficina. Na maioria do tempo, ficava calada, mas atenta. Era tão quieta que, às vezes, esquecia que ela estava na roda de conversas até virar meu corpo e sentir sua presença próxima ao meu lado. Heloísa não gostava de ler, mas escutava as conversas e os textos que líamos em voz alta. Lembro de um dia, quando ela chegou toda produzida na sala da biblioteca onde as oficinas aconteciam. Cabelos escovados, unhas pintadas, um pouco de maquiagem, chegou confiante, entrando na biblioteca de forma diferente. Disse que tinha vindo de um encontro organizado pela Rhema⁹⁷ que tratava sobre “a palavra de Jesus, é da Bíblia” e onde também tinha aulas de costura. Quando ela entrou na biblioteca a elogiei, dizendo que estava bonita. Ela riu e sentou na cadeira que compunha a roda. A última vez que a vi estava com Clarissa, em janeiro de 2020, na oficina Nós e a Justiça. E foi lá que Heloísa começou a falar um pouco sobre sua trajetória de vida.

Moradora de Goiana⁹⁸, cidade que fica a 62 km de Recife, era para lá que ia quando saía da Cotela, onde estava cumprindo pena em regime semiaberto pelo comércio de substâncias consideradas ilícitas. Mesmo sendo ré primária, foi condenada a nove anos de prisão. Heloísa tinha saído *de Gep* quatro vezes desde que chegou na unidade. Nessas saídas permitidas que aconteciam a cada dois meses, ela ia para casa e passava uma semana com seus filhos e filha,

⁹⁶ Entrevistei Heloísa em agosto de 2021.

⁹⁷ Segundo o site oficial da Rhema, podemos verificar que “O centro de treinamento bíblico Rhema visa capacitar homens e mulheres para uma propagação eficiente do Evangelho pregado por Jesus Cristo”. A Rhema está ligada à Igreja Verbo da Vida e seu curso tem duração de 2 anos. Quatro livros são oferecidos durante a formação e há uma matéria prática conclusiva que “Nela, cada aluno deve pregar ou ensinar a Palavra de Deus para os colegas, por um período de 15 minutos”. Na grade curricular, vemos disciplinas como: Autoridade do Crente, Caráter de Deus, Escatologia, Família Cristã, Justiça de Deus, Submissão e Autoridade entre outras. Informações obtidas pelo site: <https://rhema.org.br/> Acessado em 23/07/2023.

⁹⁸ De acordo com o site oficial da prefeitura de Goiana, o município é localizado no norte da Região Metropolitana de Recife na divisa com João Pessoa, Paraíba. Situa-se a 62 km de Recife. Em 2019, a população de Goiana era de 79.758 habitantes. Segundo o IBGE/2010, 64,20% da população é formada por pessoas pardas e negras. Site: <https://goiana.pe.gov.br/> Acessado em 23/07/2023.

retornando à unidade prisional onde ficava mais um período até a próxima saída. Esse era o ciclo de saídas *de Gep*. Quando saía, Heloísa ficava perto de seu pai e primos. Há muitos anos não tinha contato com sua mãe e seus dois irmãos foram mortos na guerra às drogas. Heloísa fala pouco sobre sua mãe. Sobre seu pai menciona alguns momentos em que ele a ajudou como quando o viu na porta da delegacia quando estava sendo levada para a unidade prisional, do dinheiro que ele lhe deu logo que ela chegou ao Bom Pastor e quando ele a ajudou a construir o local onde mora atualmente, “é tipo um quartinho, um hotel, que é bem pequenininho, [tem] o fogão, o bujão, a geladeira, uma mesinha pequena, a cama, um multiuso, que eu chamo de guarda-roupa e tem aqui um banheirinho, somente. É bem pequenininho”. Mas é o local onde Heloísa podia ir quando saía da Cotela *de Gep*. Era lá que ela cuidava de seus filhos e filha:

O que eu queria muito era uma [prisão] domiciliar pra eu tá em casa de tornozeleira, tomando conta dos meus 4 filhos. Eu queria a oportunidade de sair daqui porque eu estudo, tenho boa conduta, já estou no semiaberto, com quatro saídas, indo e voltando, cumprindo direitinho. A gente só passa sete dias, vai na quarta e volta na outra quarta. Meus filhos estão com meu pai, meu pai é doente e tem seis filhos pequenos. E para completar, apareceu um menino, de menor, na rua em que eu moro, se infiltrou na minha casa e tá influenciando meus filhos a fumar cigarro, sair de noite, ensinando a fazer coisa erradas. Eu peguei nove anos e seis meses e como não fui presa antes, baixou para oito anos no semiaberto. Eu quero domiciliar pra cuidar dos meus filhos, levar pro colégio, que eles não tão saindo pro colégio e a renda que a gente tem é do bolsa família.

Em Pernambuco, não há uma unidade prisional específica para as mulheres que estão cumprindo pena no regime semiaberto, quando elas podem sair de dia para estudar ou trabalhar, retornando à unidade à noite. É no Pavilhão A da Cotela que elas ficam. No outro pavilhão, o B, estão as mulheres que cumprem pena em regime fechado. Há, portanto, uma distinção de espaço entre as mulheres aprisionadas e os *menininhos* aprisionados na Cotela que é baseada no tipo de regime de cumprimento de pena. Essa distinção espacial também cria hierarquias entre as pessoas aprisionadas na unidade. É no pavilhão B que as *maloqueiras* ficam. Certa vez, quando pedimos que as mulheres e os *menininhos* do pavilhão B também fossem convidadas para participar de nossas oficinas, Heloísa demonstrou insatisfação diante do nosso convite. Ela não queria que chamássemos as mulheres e os *menininhos* do pavilhão B porque não desejava se misturar com as *maloqueiras*. Heloísa queria se manter afastada porque tinha boa conduta, participava dos encontros da Rhema e da Liberta Elas e já tinha saído quatro vezes *de Gep*, retornando à unidade no tempo estabelecido pela administração. Tudo isso a diferenciava das

outras mulheres, contribuindo para referendar seu bom comportamento como mulher obediente sendo capaz de cumprir as ordens no sistema de justiça criminal.

Heloísa se distanciava das *maloqueiras* por suas práticas e como vinha *cumprindo direitinho* as regras da unidade, poderia ser identificada como uma mulher cumpridora da ordem e do bom costume. Por isso, Heloísa acreditava que era, inclusive, merecedora da prisão domiciliar como se este tipo de prisão fosse algo a ser alcançado por mérito e obediência a comportamentos específicos estabelecidos pela unidade prisional. Argumentava que, na prisão domiciliar, poderia cuidar melhor de seus filhos e filha.

A lei federal 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, estabelece que as mulheres aprisionadas têm direito à prisão domiciliar caso sejam gestantes ou mães de crianças com até 12 anos ou de filhas e filhos com deficiência e precisem de cuidados especiais por parte das/dos responsáveis, sejam eles mães ou pais. Nunca vi Heloísa mencionar o Marco Legal da Primeira Infância apesar de possuir três filhos menores de doze anos. Todavia, ela sabia sobre a possibilidade de prisão domiciliar assim como muitas outras mulheres com quem conversei. A prisão domiciliar era sempre um assunto trazido por várias mulheres como se a maternidade fosse um ponto comum de concordância entre as mães aprisionadas e os elaboradores e aplicadores da lei. Era muito comum ouvir sobre a prisão domiciliar e sempre havia mulheres que perguntavam ou afirmavam que tinha direito à prisão domiciliar. E elas, realmente, tinham. Na prisão, o direito a domiciliar se espalhou, sendo sempre um assunto mencionado. Assim, Heloísa desejava muito uma domiciliar, mas, seguia, cumprindo sua pena na Cotela, passando mais tempo em regime fechado apesar de ter sido sentenciada ao regime semiaberto.

Outras possibilidades para as mulheres que estão em semiaberto é conseguir trabalho fora da unidade. Nesse caso, elas poderiam sair para trabalhar retornando à unidade diariamente após o horário de trabalho. Por via judicial, também se pode obter o *regime harmonizado*, quando é possível permanecer em casa ao acabar o expediente de trabalho. Percebi que o *regime harmonizado* tinha status de um prêmio recebido por bom comportamento como a domiciliar. Assim, eram concedidos para as boas mães e as trabalhadoras desde que fosse comprovada residência. Heloísa era mãe de quatro crianças, tinha seu quatinho e recebia bolsa-família. Todavia, muitas mulheres não tinham casa, outras tantas moravam em outras cidades antes de terem sido aprisionadas. Tudo isso tornava inviável essa locomoção entre casa-trabalho-unidade prisional por conta do valor da passagem de ônibus e da distância. Muitas outras

mulheres não tinham famílias que pudessem recebê-las ou que tinham condições para mantê-las. Dessa forma, as saídas *de Gep* são para muitas mulheres que estão em regime semiaberto inexecutável. Muitas mulheres condenadas ao regime semiaberto, portanto, acabam cumprindo sua pena em regime fechado dentro do pavilhão A da Cotela. Heloísa ainda conseguia sair de tempos em tempos e, para ela, isso era uma grande vitória já que tinha condições de cuidar melhor de suas crianças.

Sobre sua mãe, Heloísa fala pouco. As lembranças dela são trazidas quando pergunto diretamente sobre sua existência. Heloísa diz que faz tempo que já não pensa em sua mãe e que só pensa nela em maio, no dia das mães, quando se permite sentir saudades. Afeto que também ressurte quando não está perto de seus filhos e filha. Heloísa conta que seus pais se separaram e que foi sua mãe a culpada pelo término do relacionamento. Antes de sua mãe ir embora, elas viveram um conflito violento:

Eu vivia presa. Meu pai trabalhava, minha mãe ficava em casa. Quando meu pai saía pra trabalhar minha mãe saía pra botar gaia. Aí um certo dia, ela deixou eu no berço dormindo, meus dois primos me atucando pra eu não me acordar e meus dois irmãos dormindo na cama. Eu pulei a janela e fui bater lá na rua, seguindo ela sem [ela] me ver. Aí quando eu peguei, eu descobri e disse ao meu pai. Aí ela antes de ir embora deu uma pisa em mim. Ralou minha cara no calçamento na porta de casa e até hoje não sei se é viva ou se é morta. Tô com 29 anos e ela nunca mais apareceu. E eu já dei como morta, todo mundo diz a mesma coisa. Porque ela era usuária de maconha, gostava muito de roubar pé de planta, o principal dela era a [planta] espada de São Jorge, pé de palmeira, tá entendendo?

Presa em casa e atucada pelos primos, é assim que Heloísa relembra de si mesma e do dia em que, supostamente, flagrou sua mãe traindo seu pai. Conta que saiu do berço, pulou a janela, flagrou sua mãe e a *cabuetou* para seu pai. Nessa memória, Heloísa partilha a responsabilidade pela separação de seus pais porque foi, ao que parece, a pessoa que contou a situação para seu pai, levando o casal a se separar. Mas, antes de sua mãe ir embora, elas tiveram um conflito violento, gerando um rompimento traumático entre elas. A mãe *deu uma pisa* nela e *ralou seu rosto* na calçada. Desde esse dia, elas não se reencontraram mais. Outra lembrança de Heloísa sobre sua mãe é que ela gostava de plantas e era usuária de maconha. De forma similar, muitas vezes, Heloísa referiu-se a si mesma também como usuária. Após a partida de

sua mãe, seu pai casou novamente “com uma mulher [que] já tinha um filho de cinco anos” que ele ajudou a criar.

Sobre sua infância, Heloísa contou que trabalhou em *casa de família*. Tornou-se trabalhadora doméstica aos sete anos. Aos quatorze anos, engravidou, pela primeira vez. Durante nossas conversas, Heloísa sempre demonstrou sentir orgulho pelo fato de ser mãe, ressaltando sempre a importância de sua presença no cuidado dos seus filhos e nas tarefas domésticas durante suas saídas *de Gep*:

Eu vim presa dia 05/09/2019. Faz 1 ano e 4 meses que estou na unidade. Tenho 4 filhos. Minha menina mora com a avó, meu caçula mora com a madrinha e meus gêmeos, a guarda tá com meu pai. A felicidade que tenho dentro de mim é que estou no semiaberto e saio para passar 7 dias em casa. Quando saio daqui, encontro tudo bagunçado em casa. Lavo minha casa, lavo a roupa dos meus filhos, dou banho neles, eles dizem para mim: mainha, tô com fome. Eu dou comida a eles, boto para dormir. Sempre a mesma rotina. Eu penso muito em sair desse lugar e ir morar com meus filhos. Meus filhos já sabem o que é crack e maconha. Pra lá os usuários fumam na frente deles. Eu já fui internada 3 vezes na Tamarineira.

Uma das estratégias de sobrevivência forjada por Heloísa na prisão foi o exercício da maternidade como uma prática cotidiana e como seu argumento de defesa para sair de vez da Cotela. Em janeiro de 2020, Heloísa, com apoio de Clarissa, construiu uma carta como atividade final da oficina Nós e a Justiça⁹⁹ no qual o trecho acima faz parte. A atividade do dia era escrever uma carta ou mensagem para algum/alguma operador/operadora do direito penal que as participantes escolhessem. Esse registro escrito teria como conteúdo os argumentos de defesa e/ou seus pontos de vista sobre as razões para solicitar seu desencarceramento. Heloísa construiu sua argumentação baseada na sua rotina doméstica durante suas saídas *de Gep*. Para ela, estar próxima de suas crianças e cuidar delas para que elas estejam limpas, alimentadas e protegidas eram pontos relevantes para a sua defesa, assumindo as atribuições da “mãe preta” analisada por Lélia Gonzalez (1984; 2020). No documento, que seria supostamente enviado ao juiz, operador do direito penal, a quem Heloísa endereçou sua carta de defesa, o ato de cuidar expresso por meio da execução dos trabalhos domésticos cotidianos era a base de sua argumentação pela liberdade. Ela queria e precisava ser mãe para suas crianças.

⁹⁹ A oficina Nós e a Justiça foi organizada por mim e Clarissa Trevas e aconteceu nos dias 28,29,30 e 31 de janeiro de 2020 na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima. Todas as participantes foram avisadas e permitiram que o conteúdo produzido durante a oficina fosse usado diretamente nesta pesquisa.

Heloísa também trouxe muitos relatos, durante nossas interlocuções, a fim de demonstrar que ela era uma boa mãe e, logo, uma mulher obediente e honrada. Ela não era *maloqueira* e sim uma mãe cuidadosa. As tarefas domésticas executadas por Heloísa eram, portanto, trazidas como uma forma de evidenciar sua dedicação às suas crianças, seu caráter e sua boa conduta. Essas tarefas domésticas foram impostas e repassadas a ela desde criança, quando tinha apenas sete anos e trabalhava realizando tarefas domésticas de forma ilegal na casa de uma família que não era sua. Aprendeu a limpar, cozinhar e cuidar da casa dos outros ainda enquanto criança. Cuidar, arrumar e fazer faxina, foi algo imposto desde cedo a Heloísa, que aprendeu as tarefas domésticas como uma forma de garantir sua própria sobrevivência e ser útil, assumindo as obrigações da “mucama” (Lélia Gonzalez, 1984, 2022). E, na Cotela, não foi diferente.

Sobre sua queda, Heloísa conta que aconteceu quando estava voltando do Centro de Apoio Psicossocial - Caps, onde fazia seu *tratamento*. Estava indo para a casa de sua amiga para tirar as tranças que tinha colocado em seu cabelo. Lá, ficou sabendo que tinha *uns homens* procurando por ela. Heloísa conhecia o policial militar que perguntava por ela e tinha o apelidado de *coração de gelo*. Heloísa o conhecia por conta das brigas domésticas violentas que aconteciam entre ela e seu ex-companheiro quando, muitas vezes, acabava sendo agredida fisicamente por ele. Por conta das agressões físicas que sofria, Heloísa denunciou seu companheiro, que foi preso por conta da Lei Maria da Penha.

Sua *queda* também tem relação com a prisão de seu companheiro porque ocorreu logo depois de Heloísa dizer que iria parar de levar maconha nas visitas de pernoite que fazia na unidade em que ele estava preso, aos sábados. Heloísa estava grávida e não queria mais levar maconha para que os dois fumassem juntos na cadeia. Era um momento de relaxamento entre eles. Ela conta que os dois eram usuários e argumenta que sua entrada na prisão com maconha, quando ia visitá-lo, não era tráfico. E, quando se recusou a entrar com maconha, *caiu*. Um policial civil chegou em sua casa com uma intimação. Heloísa foi à delegacia, grávida, mas foi liberada. Compareceu à audiência de seu julgamento, que aconteceu em 2014, e lá:

O juiz me fez perguntas. Vossa Excelência, eu tenho quatro filhos. Nunca me envolvi com drogas. Dependendo do bolsa família e essa droga era de outra pessoa. Eu não falei muito na audiência. Aí o juiz me liberou, e não deu sentença, nem disse que era para eu ficar assinando, nem serviço comunitário. Aí quando eu cheguei na assistente social no Bom Pastor. Minha prima disse que o advogado disse que era para eu tá assinando. Como? Se eu não tava

fazendo nada de errado. Tava fazendo meu tratamento no Caps de segunda à sexta e levando meus filhos para escola.

Na audiência, Heloísa explicou ao juiz que não tinha relação com o comércio ilegal de maconha. Reafirmou que sua renda era proveniente do Bolsa Família e iniciou sua defesa utilizando o fato de ser mãe de quatro filhos. Em nossas conversas, demonstrou que não entendeu que deveria se apresentar mensalmente no Fórum para assinar sua pasta referente ao seu processo, como estabelecido pelo juiz na sentença. E por isso, acabou sendo presa. A maternidade e o seu *tratamento* no Caps são sempre ressaltados por ela como uma forma de defender-se das acusações e demonstrar sua boa conduta. Assim, tecia a ideia de que não era traficante nem *maloqueira*, sendo apenas uma usuária e mãe de quatro filhos.

Ao chegar no Bom Pastor, Heloísa passou oito dias na cela de espera com mais 14 mulheres. Depois, foi encaminhada para o pavilhão, ficando na cela de Dona Galega. Cinco dias depois de chegar na cela, Dona Galega perguntou:

Heloísa, você vai ter visita?”. Aí eu disse: “Olhe, Dona Galega, não sei”. Aí eu contei a situação todinha a ela. Aí ela disse: “Pronto, aqui a faxina é 25 reais, tem 38 baldes. Aí você vai fazer o quê: já que você não vai ter visita, toda quinta-feira você vai ajudar a faxineira a lavar os balde”. Eu disse: “Tá certo”. Aí ela comprava, ela vendia roupa de marca, sabe qual, né? Aí ela vendia roupa, bolo de pote, picolé, tinha altos celular lá, mais de 10, pra ligação, pra alugar, tá entendendo? Pra passar a noite, vender. Dona Galega botou pra, toda quinta-feira, eu limpar os balde com a faxineira. Aí nisso ela comprava lanche pra mim, material de limpeza pra eu lavar minha roupa, pra eu tomar banho, sabonete, esses negócio, vendia roupa, me deu ainda um conjunto, me deu um vestido. Aí no dia que bateram meu bonde, que eu tô indo pra o salão escovar meu cabelo, que ela trabalhava lá dentro, aí tinha acesso, tá entendendo? Pra escovar o cabelo, isso aquilo outro, aí quando eu recebesse descontava. Pronto, aí bateu meu bonde em dezembro e eu fui nas carreiras sem ajeitar o cabelo, sem nada. Aí foi quando eu cheguei lá na Cotela.

No período em que ficou no Bom Pastor, Heloísa tinha que se virar para se manter. E foi Dona Galega que estabeleceu como ela iria sobreviver. Se Heloísa iria receber visitas foi a primeira pergunta que Dona Galega fez para verificar as redes de suporte e apoio que Heloísa teria. Com base na informação de que não haveria visitas, Heloísa ficou responsável pelas faxinas de cela às quintas-feiras e foi incorporada nas redes de suporte, influência e poder de Dona Galega. A faxina é considerada uma das funções de trabalho mais desvalorizadas simbolicamente e menos rentáveis na prisão, mas é o que muitas mulheres, que não possuem

uma rede de suporte proporcionada pelas visitas de familiares ou trabalho na prisão, acabam desempenhando em algum momento.

Fazer faxina também é uma forma de punição entre as mulheres que estão na mesma cela. Quando alguma regra da cela não é cumprida, a punição é fazer a faxina do dia, podendo, a depender do ato cometido, haver uma acumulação de dias de faxina pela pessoa que desobedeceu às regras da cela. *Faxinar* também indicava que a pessoa não era preguiçosa e sim trabalhadora. É uma prática que atesta que a mulher é responsável, esforçada e que dá duro na vida, diferente das *maloqueiras* - que *comem do governo*. Faxinar demonstra humildade e trabalho duro, contribuindo também para certificar para as outras pessoas na unidade prisional que não se tem medo de trabalho e que, algum dia, receberá reconhecimento por seus sacrifícios diários. Trabalhar na faxina das celas expressa humildade para servir, desempenhando os trabalhos pesados e cotidianos, mas fundamentais para a manutenção da ordem e bem-estar na cela. Dessa forma, a faxina se conecta com os trabalhos realizados pela “mucama” e podendo, por isso, garantir algumas camadas de proteção na cadeia. Por meio da faxina, também se obtém o “reconhecimento de sobrevivência” (BUTLER, 2013).

Heloísa, não recebia visitas, ficando, dessa forma, sob a proteção de Dona Galega, que gerenciava um comércio informal e variado no Bom Pastor como veremos mais adiante. Essa proteção cotidiana exercida por Dona Galega também fazia ela ser compreendida como uma mãe. Heloísa relata que recebia dela lanche, material de limpeza como sabonete, sabão para lavar roupa e, vez por outra, roupas. O poder que Dona Galega desempenhava também fazia ela ter a obrigação de cuidar e proteger as pessoas de sua rede. Heloísa se refere a Dona Galega com gratidão. Ouvi de algumas interlocutoras que relações maternais entre mulheres na prisão são comuns. Geralmente, mulheres, mais velhas, com mais tempo na prisão ou que desempenham algum papel de liderança como Dona Galega e as *chaveiras*, por exemplo, tecem relações de poder e cuidado com mulheres mais jovens ou que acabaram de chegar na prisão. O cuidado e o poder dessas mães do cárcere se confundem e se retroalimentam. Muitas vezes, ações, como essa de Dona Galega ao fornecer alguns de seus produtos a Heloísa, são aceitas como demonstração de carinho mesmo que suas protegidas no cárcere tenham que pagar por elas ou fazer algum serviço em troca. Há lealdade entre elas e suas relações envolvem proteção, cuidado, poder e obediência no cotidiano da prisão. São poucas as mulheres que recebem visitas com frequência. É, portanto, relações entre mulheres, como essa de Heloísa e Dona Galega, que preenchem as demandas de afeto e material essenciais para sobreviver na cadeia.

Como já tinha sido sentenciada, Heloísa não ficou muito tempo no Bom Pastor. Mas lá encontrou as três irmãs de seu companheiro que também estava preso. As três irmãs estavam presas pelo comércio de substâncias consideradas ilícitas. Inicialmente, elas ajudaram Heloísa com algumas coisas como copo, roupas, lençol e toalha. Heloísa também conseguiu falar com seu pai logo quando saiu da *cela de espera* por meio de seu vizinho que estava visitando a filha:

Heloísa: Num domingo, na visita, eu encontrei um vizinho meu. [Heloísa pergunta:] Tá fazendo o que aqui? [Ele responde:] Minha filha num tá aqui. [Ela continua:] E tu sabia que eu tava aqui? [Ele responde:] Sabia. Aí eu: Faz um favor pra mim? Quando acabar aqui tu vai direto pra casa? Aí ele disse vou, aí eu disse: vai passar lá na rua de casa? Ele: vou. Aí eu disse leva o celular lá, pra mim falar com painho, tu liga pra tua filha e eu falo com ele. Aí ele levou, eu falei com painho, tudinho, tá entendendo? Aí painho fez o quê? Chegou ainda a depositar pra mim, 100 real. Lá, Dona Galega comprava tudo pra mim, que ela, ela trabalhava ainda lá na [assistência] penal, tinha os corre dela, como eu disse a tu, tá entendendo? Aí pronto, é material de limpeza pra lavar minhas roupas, quando eu fazia faxina que eu ajudava a menina a lavar os balde toda quinta feira.

Ju: Entendi, mas, tu já conhecia Dona Galega antes?

Heloísa: Não, ela tá presa, ela e a mãe porque matou o marido. A mãe tá em Buíque, parece que ela tá lá ainda, ela tava pra ir em Buíque.

Heloísa conseguiu falar com seu pai por intermédio do seu vizinho que ia visitar a filha no Bom Pastor aos domingos. A ligação por meio dos celulares de seu vizinho e de sua filha que também estava aprisionada possibilitou que Heloísa se comunicasse com seu pai. Os telefones celulares são importantes vasos comunicantes (GODOI, 2015) e são muito usados pelas mulheres no Bom Pastor e na Cotela para se conectar com suas famílias, filhas, filhos, amigas, namorados e companheiros, gerando, inclusive, um comércio de aluguel de celulares como o que Dona Galega fazia. Aluga-se celular por ligação, por horas ou pelo período de uma noite. O preço varia de acordo com o tempo de utilização. É muito difícil o acesso por meio do telefone viabilizado pelo setor de psicossocial e não há telefones públicos nas unidades. Então os celulares são úteis para não deixar as mulheres em completo isolamento. Além da renda do aluguel de telefones celulares, o armazenamento desses equipamentos eletrônicos é também pago.

Nas conversas que tive com Melissa, ela me explicou que é na vagina que os celulares são escondidos quando os policiais penais fazem o *baculejo* nas celas procurando objetos que não são permitidos, como os celulares por exemplo. Algumas mulheres ganham para esconder os celulares em suas vaginas por um período de tempo. A técnica para que os aparelhos não

sejam denunciados pelos detectores de metais dos/das policiais penais envolve embrulhar os celulares em várias camadas com materiais diferentes antes de serem introduzidos na vagina.

Melissa explicou o processo:

Melissa: Eu vi mulher passar o celular na vagina, da gente tocar na barriga dela e sentir o celular dentro dela. Um celular desse de linha, uns assim, desses que era bem pequenininho, safadinho. Era uns LG, uns bem pequenininho... As mulher lá dentro, quando dizia assim “baculejo”, aí as meninas cobrava... cada vez que encaixava, era 80 reais... Aí quando dizia baculejo... era duas vezes camisinha num saco de bola e botava no papel... no... como é o nome daquele papel... que...que você escreve e sai do outro lado...

Juliana: Papel carbono?

Melissa: Pronto! Aí a gente pegava aquele carbono, botava uma folha em cima da outra e passava fita, aí fazia uma capa de celular. Uma capinha mesmo, de botar o celular dentro, uma capinha de botar o celular. Aí aquilo ali as menina lá, quando ia ter o baculejo de verdade, eles [policiais penais] bota ... a maquinazinha, ele passa assim, passa pelas perna da gente, pra saber se tem coisa... passa no corpo, pra saber se tem alguma coisa, só que quando botava o carbono, não apitava.

Juliana: O detector de metais?

Melissa: É! Aí a gente enrolava no carbono, passava na camisinha, botava na bola e as meninas encaixava mesmo, ela botava do lado do útero. Eu não sei como fazia aquilo! Eu mesmo nunca fiz não, porque sempre tive medo. Na minha família sempre teve câncer de útero, eu sempre tive medo dessas coisas. Assim. Partiu pras minhas partes íntimas, eu nunca queria, nunca topava. Eu preferia pagar! Pagava as meninas, as meninas faziam...

A presença de celulares é uma realidade no Bom Pastor e na Cotela. Os aparelhos são fundamentais para a comunicação¹⁰⁰ entre as mulheres aprisionadas nas unidades e o mundo lá fora. A ausência de uma forma oficial eficaz que possibilite a comunicação gera um mercado informal e ilícito para algumas mulheres aprisionadas como Dona Galega e as companheiras de cela de Melissa que escondiam em suas vaginas os celulares em caso de *baculejo*. E foi com um desses celulares que Heloísa conseguiu falar com seu pai e pedir que ele mandasse algum dinheiro para ela. Foi o celular da filha de seu vizinho, que estava aprisionada no mesmo local,

¹⁰⁰ Durante a pandemia da Covid-19, com a proibição das entradas das famílias, a comunicação passou a ser feita por videoconferências. As mulheres aprisionadas e os *menininhos* aprisionados tinham cerca de três minutos para falar com seus familiares. As videochamadas eram realizadas na frente de policiais penais, sem privacidade. Audiências de custódias, durante esse período, eram também realizadas virtualmente. Em julho de 2023, no Bom Pastor, as audiências de custódia e as de instrução de algumas varas criminais ainda estavam sendo realizadas desta forma.

que Heloísa usou como vaso comunicante para entrar em contato com sua família desde que tinha sido encaminhada para o Bom Pastor. Usar o corpo para esconder celulares e, com isso, gerar uma renda extra também pode ser compreendido como exemplo de “bodily actions” que Butler (2013) menciona. Em situações de extrema vigilância e controle, o corpo é uma das últimas plataformas de resistência e usá-lo pode também ser compreendido como formas de estratégias de sobrevivência.

Outra ajuda também recebida por Heloísa, no Bom Pastor, veio por meio de suas cunhadas que a apoiaram até seu irmão *arrumar* uma outra companheira. Dessa forma, Heloísa encontrou suporte por meio de suas relações de vizinhança e familiares, pessoas conectadas com o seu território, sua família e o comércio de substâncias consideradas ilícitas. Esse comércio representava uma fonte de renda e de trabalho no seu território, mas também gerava um grande número de aprisionamentos entre suas moradoras e seus moradores. Essas conexões entre território, família e trabalho contribuíram para que Heloísa fosse aprisionada e que também se virasse nos primeiros dias de sua prisão, encontrando algum apoio para começar a *pagar a sua prisão*. Mas, foi com Dona Galega, alguém que não pertencia ao seu território nem à sua família que Heloísa encontrou direções sobre o que deveria fazer para sobreviver na prisão. O território agora era o Bom Pastor e, foi por meio da faxina da cela, que Heloísa, mais uma vez, garantiu sua sobrevivência. Foram aos trabalhos domésticos que Heloísa mais uma vez foi encaminhada.

Assim, Heloísa sobrevivia por meio das faxinas realizadas e de sua maternidade. Como Lélia Gonzalez analisou Heloísa era a “mãe preta” e a “mucama”, funções sociais e históricas que eram vistas como possíveis para a mulher negra. Por meio de suas práticas e da constante reafirmação de sua maternidade, Heloísa poderia ser vista como uma vida possível de ser vivida e seu reconhecimento como tal garantia sua sobrevivência. Sobrevivia para servir e ser mãe. Como ela escreveu ao juiz, a felicidade que sentia era quando ia para sua casa para cuidar de seus filhos. Queria a prisão domiciliar para cuidar de seus filhos e filha com ainda mais cuidado e constância. É, portanto, interessante perceber que ao corroborar com as normas regulatórias de gênero e raça, Heloísa pode se diferenciar das mulheres que estão com ela na prisão, podendo ser reconduzida à vida *no mundo* para cuidar de seus filhos. Ser mãe para Heloísa garantia sua sobrevivência na prisão.

5.2.2 A presença de bebês e crianças no Bom Pastor e a construção do berçário

Maternidade é um tema difícil de se deixar de lado quando se busca compreender as unidades prisionais femininas. Muitos são os relatos das mães aprisionadas que contam com as avós, irmãs, tias, primas, vizinhas, amigas e alguns poucos avôs para cuidar de suas crianças que estão no *mundão* sem elas. Como a maioria das mulheres que se encontram em unidades prisionais no Brasil são mães (SISDEPEN, 2022), suas maternidades acabam sendo compartilhadas. No Bom Pastor, a presença de crianças é muito frequente. Nunca esqueço de uma festa que aconteceu lá no dia 13 de outubro de 2019 para celebrar o dia das crianças. A administração, o setor psicossocial, voluntárias¹⁰¹ e voluntários organizaram o evento que levou brinquedos, lanches e atrações culturais para a unidade. A quantidade de crianças saltava aos olhos. Elas eram muitas e diversas, assim como as mulheres que as levaram para que visitassem suas mães na prisão. O pátio do Bom Pastor ficou lotado de gente e o som das crianças brincando era inconfundível e alto. A impressão que tive ao observar o vai e vem das crianças e das mulheres que visitavam ou que eram visitadas é de que a população prisional tinha dobrado.

No dia 29 de junho de 2020, recebemos pelo *Instagram* da Liberta Elas uma foto do Bom Pastor de 1958. A foto foi postada no perfil da mesma rede social chamado de @pernambuco_arcaico no mesmo dia em que a recebemos. Em preto e branco, é possível ver, na foto, cerca de 25 mulheres vestidas com o que parece ser uma farda onde praticamente todo o corpo está coberto por saias longas até o pé e blusas de mangas compridas até os pulsos. Essa vestimenta se assemelha ao hábito religioso usado pelas Irmãs do Bom Pastor e com o que vi na estátua de Madre Eufrásia na praça perto do Bom Pastor que mencionei no capítulo dois.

¹⁰¹ Neste ano, a Liberta Elas contribuiu com uma campanha para arrecadar brinquedos para as crianças que visitam suas mães no Bom Pastor.

Figura 39 - Bom Pastor em 1958



Fonte: Instagram. @pernambuco_arcaico

As mulheres da foto do *Instagram* estão posicionadas em quatro filas horizontais numa horta. Na primeira fila, algumas mulheres estão segurando ferramentas como carrinho de mão, regador e pás. Entre elas, vemos uma criança em pé no que parece ser uma caixa de madeira. Ao fundo, é possível ver um homem segurando uma criança enquanto ele acena com um chapéu. No texto abaixo da foto estava escrito: “Reeducandas da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor trabalhando na horta da unidade. Em 1958. Foto enviada por André Cavalcanti”. Por meio dessa postagem, consegui falar com André Cavalcanti que trabalhou como assistente social por cerca de cinco anos no Bom Pastor no começo dos anos 2000. Conversamos por e-mail, WhatsApp e telefone. André me entregou uma caixa onde guardou vários recortes de jornais de Pernambuco e notícias oficiais divulgadas pela assessoria de imprensa da Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco - SERES. Nesses recortes achei algumas reportagens que, como na foto mencionada, evidenciam a presença de crianças no Bom Pastor.

Em 23/11/1993, no Diário Oficial de Pernambuco, saiu a matéria “Bebês convivem com mães detentas no Bom Pastor” (Anexo I). A reportagem traz uma fala do secretário da justiça à época, Marcos Cabral, dizendo que “a Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, no Engenho do Meio, está abrigando quatro crianças de zero a três meses de idade em companhia das mães,

duas detentas condenadas pela justiça estadual”. No dia 23 de julho de 2000, o Jornal do Comércio publicou na parte intitulada de Cidades matéria cujo título é “Encontros maternos minimizam sofrimento” (Anexo J). A reportagem traz a história de uma criança de um ano e seis meses que se encontrava no Bom Pastor cumprindo pena com sua mãe que foi condenada a 20 anos de prisão por tráfico de drogas. Ao longo da matéria fala-se sobre uma pesquisa chamada de Censo de Mães e Filhos de iniciativa do então secretário da justiça de Pernambuco, Humberto Vieira de Melo, cujo objetivo era saber o quantitativo de mães que se encontravam no Bom Pastor. Assim, das 170 mulheres que participaram do censo, 47 disseram ser mães de filhos menores de cinco anos, totalizando 63 crianças. “Desse universo, somente 29 moram no grande Recife. O restante está espalhado em cidades como Maceió, Fortaleza e São Paulo”. Também se lê na matéria que as mães falam da saudade que sentem de suas filhas e filhos, do medo da perda de contato e de suas preocupações com as crianças no *mundão* onde muitas delas ficam sob os cuidados das avós. “Os dados mais contundentes mostram a ausência da figura paterna nas relações da grande maioria dessas crianças. Apenas oito estão morando com os pais, 34 foram entregues às avós maternas e 15 passaram a viver com primas, tias e amigas”. Evidencia-se uma maternidade compartilhada pelas avós e outras mulheres que passam a assumir o cuidado das crianças enquanto suas mães se encontravam aprisionadas. No Jornal do Comércio de janeiro de 2004, com o título “Na Prisão” (Anexo L) lemos que:

As detentas da Colônia Penal Feminina do Recife produziram fraldas descartáveis para serem usadas, a princípio, pelos bebês que irão nascer na prisão (pela lei, a criança fica com a mãe enquanto estiver amamentando). As detentas, porém, iriam comercializar o excedente com outras unidades ou instituições. A diretora Ana Moura já comprou até uma máquina, capaz de produzir 200 unidades por dia.

No dia 22/08/2007, na matéria intitulada “Humanização é tema de Encontro na Colônia Penal Feminina do Recife” (Anexo M) divulgado pela assessoria de imprensa da Seres, é demonstrada uma parceria entre a SERES, a Pastoral da Criança e a Pastoral Carcerária. Em conjunto foi realizado um dia de atividades com “temas relativos à saúde, nutrição, educação e cidadania das gestantes, parturientes e dos recém-nascidos, abordando principalmente, a importância do aleitamento materno para o desenvolvimento saudável da criança”. No decorrer do texto em seu quinto parágrafo, destaca-se:

(...) a implementação em parceria com a iniciativa privada do Projeto Neon, orçado em cerca de R\$ 150 mil e que consistirá na construção de berçário na Colônia Penal Feminina do Recife, beneficiando as parturientes que têm filhos recém-nascidos e de até seis meses de vida.

Segundo a reportagem, a construção do berçário na unidade aconteceria no final de 2007. Ao final da matéria, ainda aparece o número total de mulheres presas, 458, sendo 16 grávidas, e o número de bebês: 4. Dessa forma, a foto que nos foi enviada pelo *Instagram* e as matérias de jornais e da assessoria de imprensa da SERES evidenciam a presença constante de bebês e crianças no Bom Pastor e o reconhecimento dessa existência pelas autoridades responsáveis como os secretários de justiça e a diretora da unidade. Ademais, a última matéria estabelece um marco temporal para a construção do berçário. A SERES por meio de sua assessoria de imprensa explica que o berçário do Bom Pastor seria construído por meio de uma parceria com a iniciativa privada que se propôs a investir R\$ 150 mil na construção. Na mesma matéria, ficamos sabendo que aconteceu no Bom Pastor um encontro cujo tema foi Humanização e, em um dia de atividades, foram debatidos assuntos referentes à saúde da mulher como “temas relativos à saúde, nutrição, educação e cidadania das gestantes, parturientes e dos recém-nascidos, abordando principalmente, a importância do aleitamento materno para o desenvolvimento saudável da criança”. Logo, percebemos que a maternidade das mulheres aprisionadas era observada e pensada pelas autoridades.

Todavia, o berçário apenas foi inaugurado em 08 de maio de 2009, ou seja, 63 anos depois da abertura da unidade. Descobrir a história da construção do berçário não foi fácil. A cada entrevista tentei situar o ano em que o berçário passou a existir, sem muito sucesso. Mas foi Dra. Ana Moura, defensora pública de Pernambuco e diretora do Bom Pastor, no período entre 2000 e 2010, que me explicou como o berçário foi construído:

O berçário foi o seguinte. Pedi, pedi, implorei, levei as questões [dos bebês e das mães] pro secretário que dizia que não podia, que não tinha condições. Aí eu fiquei muito chateada, porque eu tinha já me demorado mais do que eu deveria [na direção da unidade]. Eu não ia conseguir, mas tem um empresário que faz um trabalho social muito importante junto à Pastoral Carcerária e ele é dono de uma construtora, a construtora Hábil. Aí ele me procurou, sabendo que eu tava muito chateada. Aí contei detalhes, aí ele disse: Doutora, a construtora Hábil vai fazer, vai construir seu berçário. Eu quase caio pra trás! Eu disse, o senhor vai construir? Ele disse, vou! Eu só não vou fazer o acabamento. Aí eu disse, não tem importância. Chamei, acho que nessa época eu tinha uns 12 empresários lá comigo, perdi até a conta de quantos eu tinha. Marquei uma reunião com eles e disse que uma das coisas mais importantes

pra mim era o berçário, que eu queria tirar os bebês lá do pavilhão. E que eu tinha arranjado uma pessoa, um empresário que iria construir o berçário, agora o acabamento eu queria todo de cerâmica e inclusive cerâmica na área do piso ao teto, o banheiro com cerâmica também do piso ao teto, tudo direitinho... Aí eles disseram, Doutora, pode contar com a gente! Pode contar com a gente! Aí teve um arquiteto e um engenheiro da Secretaria [SERES] que projetaram tudo e disseram os quantitativos de material que ia precisar, pra fazer os revestimentos e eles iam doar. Então, eles doaram. Eles doaram e eu consegui construir o berçário. A inauguração foi belíssima! Eu tenho tudo com filme... Tudo, tudo, tudo! E, inclusive, eu botei um fogãozinho, uma geladeira pra elas guardarem as coisinhas dos bebês, tinha bercinho. Todos os bercinhos com aqueles mosquiteiros, entendeu? Tinha cercadinho, tinha os brinquedinhos. As camas eram de madeira de lei com colchão de boa qualidade, entendeu? Não sei como é que tá hoje, mas quando inaugurou, eu inaugurei nos trinque.

Dra. Ana Moura nos explica no trecho acima toda articulação que fez com empresas da iniciativa privada, a SERES e a Pastoral Carcerária para ter recursos para construir o berçário no Bom Pastor com cerâmica do piso até a metade da parede. Uma articulação que foi divulgada, em parte, em 2007 pela própria SERES ao descrever o Projeto Neon (Anexo N), mas que foi materializado apenas dois anos depois, em 2009, com a ajuda financeira dos donos das empresas que utilizavam o trabalho das pessoas aprisionadas na unidade. No final de sua gestão, Dra. Ana Moura queria fechar com *chave de ouro* com a construção do berçário, demonstrando, assim, todas as melhorias que realizou naquela unidade onde trouxe trabalho e profissionalização às mulheres aprisionadas com a presença de mais de dez empresas que funcionavam, e muito lucravam, nos galpões do complexo do Bom Pastor. “Marquei uma reunião com eles e disse que uma das coisas mais importantes pra mim era o berçário, que eu queria tirar os bebês lá do pavilhão”. Até hoje, percebo que o berçário é um dos cartões de visita do Bom Pastor, porque é uma das poucas unidades prisionais femininas do Brasil que possui um espaço específico para as mulheres e suas crianças no período de puerpério (INFOPEN-MULHERES, 2018)¹⁰². Como uma luz neon, o berçário sinalizava as melhorias feitas por Dra. Ana Moura, durante sua administração. Em entrevista, ela também externalizou o medo e o pavor que sentia só ao imaginar que uma bebê pudesse morrer sufocada por sua própria mãe que, com sorte, dividiria uma cama com sua criança nas celas dos pavilhões. Giovana foi uma dessas mães que, por seis meses e alguns dias, dormiu com sua filha recém-nascida em uma cela do pavilhão. O berçário era a obra final de Dra. Ana Moura que fez questão de colocar

¹⁰² Segundo o Infopen Mulher 2018, apenas 14% das unidades femininas ou mistas contam com berçário e/ou centro de referência materno-infantil. Para mais informações, verificar o site: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf Acessado em 27/02/2023.

azulejos brancos que tanto chamaram minha atenção desde a primeira vez que entrei no berçário em 2018 justamente por contrastar com o cinza do resto da unidade.

5.2.3 Roda de Escuta no berçário do Bom Pastor

Em 2019, participei de uma Roda de Escuta, oficina organizada pelo Liberta Elas para as mulheres grávidas ou lactantes que se encontravam no berçário do Bom Pastor. As Rodas de Escuta foram construídas pela integrante da coletiva, Fernanda¹⁰³, que ficou à frente da elaboração e condução dessas oficinas. No dia 22/05/2019, participei da Roda de Escuta intitulada “Cartas das Emoções: pra quem você gostaria de escrever uma carta?”, auxiliando na operacionalização da oficina. Esse encontro aconteceu na sala de estar do berçário cujo formato é retangular. Na sala, onde as paredes e o chão são de azulejo branco, havia um pequeno sofá, uma poltrona e uma prancha de madeira onde a televisão, depois um rádio, e o ventilador ficavam. Cerca de 13 mulheres e dois bebês estavam no berçário nesse dia, a maioria delas eram jovens, negras e pobres e já tinham filhas e filhos fora da prisão. Após nossas apresentações, Fernanda colocou um pouco de música para nos preparar para a oficina. Em seguida, começou a explicar a atividade, perguntando se alguém queria escrever uma carta que poderia ser endereçada para si mesma, para as filhas e os filhos ou para alguém fora da prisão. Fernanda trouxe canetas, papéis, cola e envelopes, dizendo que se alguém quisesse ela ou eu poderia escrever as cartas e que ela as colocaria nos correios. Ajudei a escrever três cartas.

A carta de Jaqueline foi a primeira que escrevi. De forma bastante tímida, ela começou me dizendo que não sabia o que escrever. Mas, logo em seguida, ditou uma carta de agradecimento endereçada à sua tia que se encontrava no interior do estado de Pernambuco. Jaqueline pedia desculpas e agradecia ao mesmo tempo. Assim, culpa e gratidão eram os sentimentos trazidos por ela que chorou muito à medida que dizia o que eu deveria escrever. Seu choro era pesado como se estivesse guardando esses afetos dentro de si há muito tempo. Jaqueline chorava meio se escondendo, envergonhada, como se fosse proibido chorar. Eu ouvia seu choro forte de perto, mas seguia escrevendo o que ela me dizia, concentrada e engolindo meu próprio choro. Alguns minutos depois, repentinamente, ela

¹⁰³ Fernanda Trevas é psicóloga e integrante da Liberta Elas desde 2018. Em 2019, aconteceram seis Rodas de Escuta, sendo duas no mês de abril, uma em maio, junho, agosto e novembro.

parou de falar. Olhei para ela que, serenamente, disse que era isso. A segunda carta foi a de Janaína, que parecia um pouco mais velha que Jaqueline. Ela segurava um bebê com poucos meses de vida e disse que tinha cinco filhos/filhas no mundão. A carta de Janaína tinha um tom religioso. Na carta, ela dizia que confiava em Deus e que as coisas iriam melhorar, abençoava suas crianças e pedia para que todas se comportassem. Preocupação, cuidado e esperança eram os sentimentos que Janaína enviava em sua carta na tentativa de continuar ser mãe mesmo longe e dentro da prisão. A terceira foi Mariana, sua carta foi endereçada para uma bebê que parecia ser sua irmã mais nova, mas o cuidado, a saudade e as lembranças que Mariana ia demonstrando detalhadamente na sua carta me fez pensar sobre o amor e o cuidado maternal que ela demonstrava. Foi uma carta cheia de recordações do que elas tinham vividos juntas e saudades daquilo que elas não puderam viver. Mariana lamentava por estar longe e não poder comemorar mensalmente a data de nascimento da bebê por conta de sua prisão. Já perto do final da carta, Mariana também chorou. Saudades, amor, cuidado, alegria e uma melancolia apareceram enquanto Mariana ditava o conteúdo de sua carta.

Mais uma vez, as cartas eram tentativas de comunicação que conseguiram sair da prisão por meio de vasos comunicantes. Os afetos escritos nas cartas demonstravam pedidos de desculpa, a possibilidade de ser mãe novamente dos filhos e das filhas que se encontravam no mundão, lembranças de momentos vividos antes da prisão, muita culpa e angústia. Ao terminar as cartas das três mulheres com quem interagi, perguntei se elas tinham o endereço para colocarmos no envelope e enviar. Todas disseram que sim. Dobrei, escrevi o endereço, coloquei a carta dentro e coleí. Elas observaram silenciosas. Depois de escrever seus nomes na parte da remetente, uma dúvida surgiu em relação ao endereço do remetente que poderíamos colocar. Perguntei à assistente social, que nos acompanhou durante toda a oficina, se poderia colocar o endereço do Bom Pastor, ela disse que não. Alguns dias depois, Fernanda colocou treze cartas no correio.

O berçário se situa, portanto, em um espaço intermediário entre as funcionárias do Estado e as mulheres que se encontram nos dois pavilhões do Bom Pastor¹⁰⁴. Sua existência evidencia aspectos do cotidiano prisional, a existência de crianças na unidade, estratégias de sobrevivência, relações de afeto entre mulheres e o fato de que mulheres aprisionadas exercem

¹⁰⁴ Os pavilhões se chamam Favela e Boa Viagem. O segundo faz referência ao bairro de Boa Viagem onde se localiza a praia com o mesmo nome, sendo um dos bairros mais ricos da cidade. Em uma entrada que fiz em maio de 2023, no Bom Pastor, observei que também existia um terceiro pavilhão chamado Pavilhão Trabalho onde as pessoas que exerciam trabalho prisional na unidade ficavam.

suas maternidades perpassadas pelas regras e pelos recursos materiais e simbólicos gerenciados pelo Estado (VIANNA e LOWENKRON, 2017, CARDOSO e GONZAGA, 2019). Nessa zona intermediária, a maternidade, em tempo integral, é concedida por um tempo, sendo, inclusive, fomentada durante este período em prol da saúde das crianças e da manutenção de feminilidades permitidas pelo Estado como a de mãe. No berçário, o Estado controla ainda mais os corpos femininos, estabelecendo o tempo de maternidade que as mulheres no Bom Pastor podem experimentar e como elas devem se comportar nesse período: distante das outras mulheres e cuidando de suas crianças 24h por dia, por exemplo. Compreender o berçário sob diferentes costuras nos faz, portanto, pensar sobre como as mulheres são tratadas pelo sistema de justiça criminal brasileiro e como a maternidade pode ser forjada dentro de uma unidade prisional que teve a construção de seu berçário estruturada por meio das relações entre o Estado, a Igreja Católica e empresas privadas.

Ser mãe sem dúvidas pode trazer camadas de proteção para vidas consideradas precárias pelo menos por um intervalo limitado de tempo. Principalmente dentro dos moldes de feminilidades trazidos e analisados por Lélia Gonzalez. Por outro lado, as formas de controle e as regras regulatórias de gênero se fortalecem por meio da repetição e valorização dessas práticas. De qualquer forma, são, entre essas disputas de feminilidades, que mulheres aprisionadas vão construindo sua sobrevivência estrategicamente. Ser mãe dentro dos parâmetros que contribuem para a manutenção da ordem é uma forma de continuar viva na prisão e ser reconhecida como ser humano. Nem que esse reconhecimento dure apenas o período entre a gestação e os seis meses de vida da criança.

5.3 PARA PRISIONEIRAS, FREIRAS, ADMINISTRADORAS E/OU EMPRESÁRIAS, UMA COISA É CERTA: O TRABALHO DIGNIFICA A MULHER

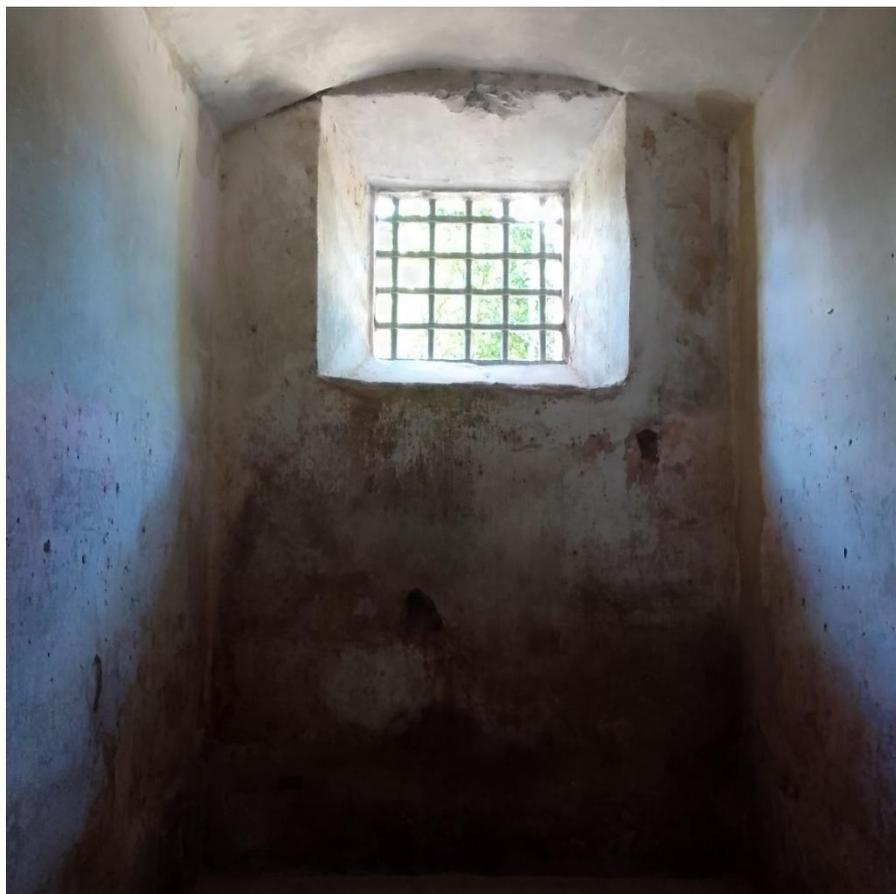
Em março de 2020, visitamos¹⁰⁵ dois locais de trabalho na Cotela. Um deles foi a empresa Rochele/Narciso, que produzia lençóis de cama, toalhas, entre outras coisas. Era um

¹⁰⁵ Perto das unidades prisionais em Pernambuco serem fechadas para visitantes e familiares de pessoas privadas de liberdade por conta da pandemia da Covid-19, no final de março de 2020, entrei na Cotela em 04 de março de 2020. Nessa entrada, fui como integrante da pesquisa nacional intitulada “Impactos Psicossociais do Encarceramento no Cotidiano das Famílias e em sua Relação com Preso/as e Egressos/as” financiada pelo Departamento Penitenciário Nacional - Depen - e a Escola Nacional de Serviços Penais realizada pelo Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais sob a coordenação, em Pernambuco, da pesquisadora e professora Dra. Marília Montenegro. Pela primeira vez, não tive que me preocupar como e se a entrada nas unidades prisionais iria acontecer.

galpão calorento, escuro, fechado e com quase nenhuma ventilação onde havia cerca de 10 mesas individuais com máquinas de costura. Lá, as mulheres trabalhavam em completo silêncio. Quando entramos, demos bom dia, mas ninguém respondeu. Elas apenas nos olharam. E logo, a responsável pelo trabalho, que não era uma mulher privada de liberdade, gritou: Ninguém para de trabalhar!

Segundo a historiadora Clarissa Maia, “[n]o Brasil, a prisão com trabalho foi adotada com a promulgação do Código Criminal de 1830, primeiro na América Latina a prescrever o labor penal como importante mecanismo de disciplina e correção moral” (2011, p. 188). Ainda segundo Maia, “[a]lém da prisão com trabalho, o código criminal de 1830 previa outra forma de trabalho punitivo, que era a pena de galés, que condenava o criminoso ao trabalho compulsório em obras públicas” (MAIA, 2011, p. 191). Em Recife, a Casa de Detenção, atual Casa da Cultura de Pernambuco, e o Teatro Santa Isabel foram construídos por pessoas aprisionadas (MAIA, 2011).

Figura 40 - Casa de Detenção de Recife



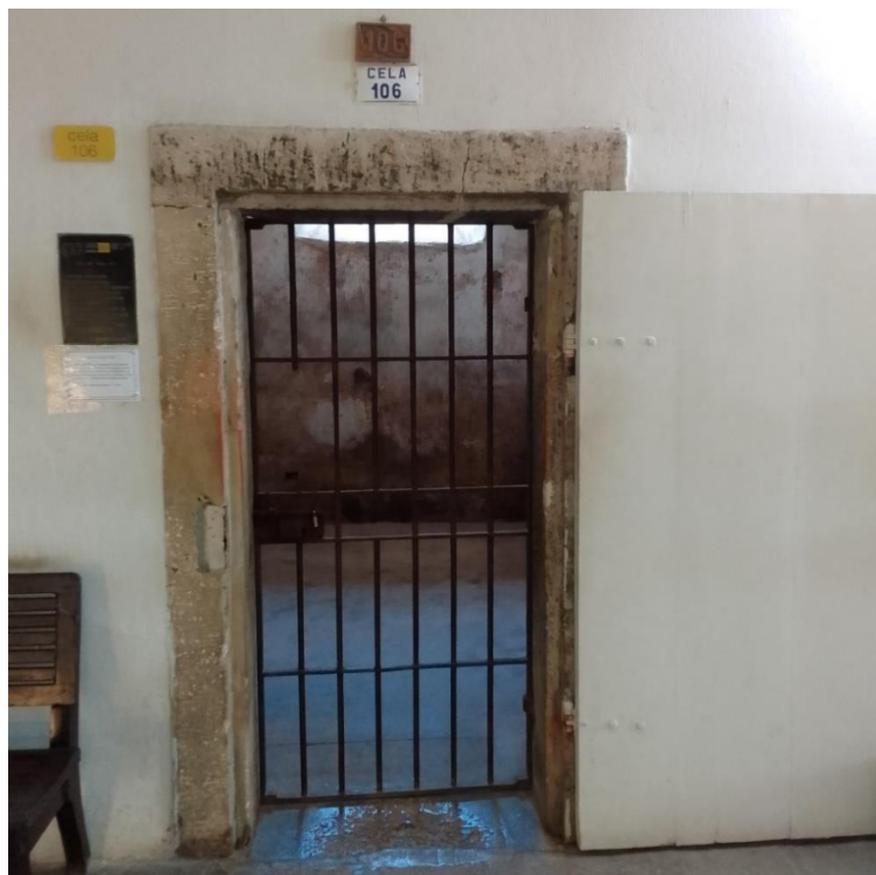
Fonte: Arquivo Privado

Figura 41 - Casa de Detenção de Recife



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 42 - Casa de Detenção de Recife



Fonte: Arquivo Pessoal

Na Casa de Detenção de Recife, prisão para homens, mas que, por não existir unidades prisionais femininas¹⁰⁶, muitas mulheres foram também lá aprisionadas, os ofícios de sapateiro, ferreiro e carpinteiro eram os mais comuns. A fabricação de sapatos era uma das atividades mais rentáveis da Casa de Detenção. “Essas oficinas fabricavam sapatos de boa qualidade e a preços bastante reduzidos, os quais eram vendidos às lojas e a atravessadores que as revendiam ao Exército estacionado em Pernambuco” (MAIA, 2011, p. 198). Dessa maneira, além de gerar dinheiro e fornecer mão de obra gratuita para a construção de prédios públicos, “[o] labor penal, no caso do Brasil, adquiriu um duplo sentido de correção e de punição, de castigo, como reza a tradição católica” (MAIA, 2011, p. 191).

Atualmente, em vigor, o art. 28, da lei federal nº 7210 de 1984, estabelece que o trabalho prisional é “dever social e condição de dignidade humana” cuja finalidade é “educativa e produtiva”. O segundo parágrafo do artigo dispõe que “[o] trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho”. Observa-se, por meio da legislação, que o trabalho prisional é precário, deve contribuir para a educação das pessoas aprisionadas e, ao mesmo tempo, ser produtivo. Verifica-se que há um conteúdo pedagógico que o trabalho prisional deve proporcionar nas prisões.

Nos cotidianos das unidades prisionais femininas, o trabalho também cumpre a função de (re)produzir a mulher trabalhadora. Nesse caso, uma das formas da mulher aprisionada se tornar digna no seu dia a dia e ter sua vida considerada *vivível*, é trabalhando. Por meio do labor penal, suas chances de sobrevivência aumentam e seu lugar, longe das *maloqueiras que comem do governo*, vai sendo demarcado. Assim, não é qualquer uma que pode trabalhar. Como são muitas as mulheres que querem trabalhar nas unidades, mas poucos são os trabalhos oferecidos (SISDEPEN/2022), decisões administrativas para se preencher as vagas são feitas. As *maloqueiras* estão fora do mercado de trabalho prisional e apenas as mulheres com bom comportamento merecem ser escolhidas pela administração da unidade prisional. Aline Marques, que analisou as atividades laborais e educacionais desempenhadas por mulheres aprisionadas em unidades mistas em Santa Catarina observa que:

¹⁰⁶ Em agosto de 2019, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco, constatei nomes de várias mulheres nos primeiros livros de registro oficiais da Casa de Detenção de Recife que começou a funcionar em 1835.

Falando do trabalho realizado por mulheres em situação de cárcere, indica-se a reafirmação de um modelo esperado socialmente, a reabilitação do estigma sensível do ser mulher. Isso é especialmente necessário para mulheres presas, visto que já romperam uma barreira intransponível, flertaram com o ambiente da agressividade que seria característica da criminalidade, desafiando características e padrões considerados femininos (2019, p. 91).

Então as mulheres que menos romperam com *esse modelo esperado socialmente* têm maiores possibilidades de serem contratadas. E a *reabilitação do estigma sensível do ser mulher* pode ser efetuada nelas pelas vias do trabalho. No entanto, não é qualquer atividade laboral que atende a essa *reabilitação*. As atividades devem buscar resgatar e promover feminilidades entrelaçadas com as normas regulatórias de gênero e raça. Não é à toa que as vagas disponibilizadas na prisão se conectam com atividades consideradas naturalmente femininas como costurar, cozinhar, plantar, limpar, lavar e passar roupa, reafirmando, por outras vias, as funções da “mucama” e da “mãe preta”. Por outro lado, as mulheres aprisionadas, ao serem consideradas trabalhadoras, podem adquirir algumas camadas de proteção durante seus processos de encarceramento. As normas regulatórias de gênero e de raça também podem respaldá-las já que seguem o modelo da mulher trabalhadeira.

Nas entrevistas que realizei, três interlocutoras chamaram minha atenção por apresentarem cotidianos parecidos em relação a uma de suas principais estratégias de sobrevivência na prisão: o trabalho prisional. Elas trabalharam intensamente durante a maior parte do tempo em que ficaram aprisionadas e relataram que o trabalho era onde colocavam suas energias para suportar o encarceramento. Com trajetórias de vida semelhantes no *mundão* e na prisão, elas sempre trabalharam muito para se manter e manter suas crianças. Na cadeia não seria diferente. Todavia, outro aspecto em comum que demonstraram era o arrependimento por terem se envolvido com o mercado ilegal de substâncias consideradas ilícitas. Esse forte arrependimento era entrelaçado com o discurso religioso de renascimento e redenção. Elas eram muito religiosas, sendo comum a demonstração de sua fé e confiança em Deus durante todas as nossas interlocuções.

Dessa maneira, é possível perceber a conexão entre trabalho, religião e feminilidades. Histórias de arrependimento, culpa e redenção se costuram com a presença das igrejas no cotidiano prisional das mulheres. Com a igreja católica, o cárcere feminino se entrelaça desde sua gênese (VASCONCELOS, 2012; ARTUR, 2017; ANGOTTI, 2018). E, até hoje, as Irmãs do Bom Pastor mantêm suas visitas regulares na Colônia Penal Feminina de Recife. Com o

boom do crescimento evangélico, no Brasil, na década de 1990 (CORTÊS, 2014), outras igrejas com diversos vieses, inclusive neopentecostais, também passaram a transitar nas unidades prisionais, durante as semanas e aos sábados. Os principais nomes de igrejas que surgiram nos relatos foram a Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus, Igreja Batista e a Igreja Verbo da Vida. Essa última realiza estudos bíblicos com as mulheres aprisionadas na Cotela duas vezes por semana. Os trabalhos de acolhimento que as igrejas prestam nas unidades são muito apreciados pelas mulheres com quem conversei. Conversas, escutas, conselhos espirituais, entrega de materiais de higiene e assistência jurídica são algumas das ações que as igrejas realizam dentro das prisões.

Esses encontros frequentes são espaços que, por meio das práticas religiosas, normas regulatórias de gênero e de raça são também (re)passadas enquanto novas fiéis são engajadas. Não esqueço da entrada triunfante que Heloísa fez quando tinha acabado de sair de uma reunião de estudos bíblicos organizados pela Rhema. Esse grupo religioso é ligado à igreja Verbo da Vida, que construiu, em poucos meses, ao lado da biblioteca da Cotela, em 2019, uma sala particular para suas atividades acontecerem, já que o antigo espaço da unidade utilizado por elas se transformou no local de trabalho descrito acima. Em 23 de dezembro de 2022, estive nesta sala. Apesar de muito empoeirada e com algumas cadeiras empilhadas, notei que possui um bom tamanho, sendo maior que a biblioteca. Lá também havia dois ar-condicionados splits. No centro havia um pequeno púlpito e cerca de 12 cadeiras organizadas em três fileiras. Imaginei que os estudos bíblicos aconteciam ali.

A gramática religiosa e o discurso de demonstração de fé em Deus apareceram constantemente durante toda minha trajetória nas unidades prisionais e nas interlocuções que mantive com as mulheres aprisionadas e que sobreviveram ao encarceramento. Ter fé é, sem dúvidas, uma das maiores estratégias de sobrevivência que observei na prisão. Mesmo que nem sempre estejam vinculadas a igrejas específicas, as mulheres sempre mencionam sua própria fé, sua confiança em Deus e o entendimento de que a punição sofrida no cárcere é necessária para se redimir das condutas erradas que realizaram no passado. A fé também traz resignação, sendo encarada como uma provação durante o período na prisão. As práticas religiosas são variadas e pulverizadas e acontecem muitas vezes de forma espontânea como observamos anteriormente, nos relatos de Sandra e Tandra no capítulo anterior. Sentar juntas para rezar, ler a Bíblia, ser ouvida, dar seu testemunho e conversar são atividades diárias no cotidiano prisional.

Todavia, a presença e a assistência realizada pelas igrejas fortalecem as práticas religiosas e o discurso da importância de se cultivar boas condutas. As mulheres precisam demonstrar bom comportamento para sobreviver ao cárcere de maneira menos violenta. E o trabalho é um elemento muito importante pois evidencia o bom comportamento e o esforço da mulher aprisionada cotidianamente além de testemunhar seu arrependimento e as mudanças que aconteceram em sua vida durante o aprisionamento. A dignidade que o trabalho traz é muito bem vista pelas mulheres que o exercem e pelas outras pessoas que estão no cotidiano da unidade prisional. É, portanto, uma forma de redenção, testemunho prático de seu arrependimento e uma estratégia de sobrevivência.

5.3.1 Estratégia de Angélica: trabalhar para não ficar na cela

Angélica¹⁰⁷, mulher negra, cisgênera, 46 anos, mãe de 7 filhos/filhas com idades que variam de 6 a 26 anos, foi aprisionada em 2017. Durante sua infância e juventude, morou no bairro da Torre¹⁰⁸, zona norte de Recife. Filha mais nova, tinha dois irmãos. Um deles foi morto aos 14 anos porque “vivia na vida errada”. Seu pai também foi morto durante um assalto. Ela lembra que ele “era tudo pra gente dentro de casa. Ele que ajudava a família, né?, botava as coisas dentro de casa, né?”. Por medo¹⁰⁹ de também perder um dos seus filhos, que se envolveu com a venda de crack, Angélica se mudou para Marcos Freire, bairro de Jaboatão dos Guararapes, onde uma de suas filhas já morava.

Com a morte de seu pai, Angélica e sua mãe começaram a trabalhar. “Minha mãe ficou fazendo faxina, [e] eu, não vou mentir, entrei logo para o tráfico pra traficar”. Ela tinha 29 anos e se arrepende muito por ter ido por esse caminho. Entrou porque queria *comprar as coisas* e suas amigadas *tronchas* facilitaram sua entrada no comércio de crack. Angélica relata que o tráfico “dá dinheiro, mas depois só prejuízo porque nem compensa, quando a pessoa tá lá dentro [na prisão], o dinheiro que a pessoa ganha. Ganha e gasta tão rápido”.

¹⁰⁷ Entrevistei Angélica em abril de 2021.

¹⁰⁸ De acordo com o site da prefeitura de Recife, o bairro da Torre possui cerca de 17.903 habitantes. Entre eles, cerca de 43,21% são formados por pessoas pardas ou negras. O valor do rendimento dos domicílios do bairro gira em torno de R\$ 4.827,09 e cerca de 48,56% dos domicílios são mantidos por mulheres. Site: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/torre> Acessado em 31/01/2023

¹⁰⁹ Angélica tinha medo de que seu filho fosse morto porque ele *perdeu uma bolsa com crack para a polícia* quando tentava comercializá-la. Ele não foi preso, mas teve que pagar aos seus fornecedores o valor da mercadoria que não vendeu. Foi Adriana quem pagou e, quando quitou a dívida, ela e sua família se mudaram de bairro para que seu filho não se envolvesse mais com o comércio ilegal que existia por lá.

Angélica trabalhou nesse comércio por cinco anos. Foi presa, em flagrante, no Recife Antigo¹¹⁰, local de lazer e turismo da cidade, após realizar algumas vendas. Durante sua prisão, foi avisada pelos policiais militares que estava sob investigação¹¹¹ e que eles já estavam de olho nela. Angélica levou um murro no estômago dos policiais e uma rasteira que a derrubou. Quando se levantou, eles colocaram algemas e a levaram para delegacia. De lá, foi encaminhada para o Bom Pastor, onde passou pouco mais de um ano. Ela lembra dos gritos das mulheres quando chegou lá: “bota água na sopa! bota água na sopa! Chegou mais uma!”.

Trabalhar foi uma das estratégias de sobrevivência utilizadas por Angélica. O trabalho prisional a ajudava a *ocupar a mente*¹¹² além de fazê-la sentir o tempo passar na prisão. Angélica preferia trabalhar a ficar na cela, “eu fazia de tudo pra não ficar dentro da cela, né? Pro que me chamasse, eu ia, né?”. Ela dividia a cela com cerca de 30 mulheres. Muitas inclusive dormiam no chão, de ladinho, *no quadrado pequeno*¹¹³. Dormir na cela não era fácil por falta de espaço e pela quantidade de pessoas. Dessa forma, ter uma cama foi outro motivo que fez Angélica querer trabalhar. As trabalhadoras podiam dormir nas poucas camas que a cela dispunha. Assim, “depois que eu fiquei trabalhando, eu passei pra cama, porque quem trabalhava lá [nos] negócio de costura, pra passar roupa, aí passava pra cama. Era por isso que era bom a pessoa trabalhar, né?”. Além de uma melhor possibilidade de dormida, a alimentação era diferenciada. O almoço para as trabalhadoras era *melhorzinho*, não era *a boia* servida para as outras mulheres na unidade. Dessa forma, além de gerar dinheiro, as trabalhadoras eram tratadas de forma diferenciada no cotidiano prisional. Angélica trabalhou na costura e na lavanderia.

No Bom Pastor, havia diversas firmas, nome dado às empresas que utilizam a mão de obra das mulheres aprisionadas sob custódia do Estado. A lavanderia era uma delas. As roupas chegavam do *mundão*, de lugares diversos, como hospitais, hotéis e também eram enviadas pela escola de samba recifense GRES Unidos da Mangueira. Angélica conta que muitas mulheres trabalhavam, mas várias outras não queriam trabalhar porque eram *preguiçosas*. Ela usou,

¹¹⁰ O Bairro do Recife é conhecido como Recife Antigo. É um importante espaço de lazer e turismo. O marco zero da cidade se encontra neste bairro. Sua população é formada por cerca de 602 pessoas. Entre elas, cerca de 65,11% são pessoas pardas ou negras. A renda mensal por domicílio é de R\$ 567,00. Entre os domicílios cerca de 66,83% são mantidos por mulheres. Para mais informações, acessar <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/bairro-do-recife> Acessado em 31/01/23.

¹¹¹ Segundo o art. 144, §5º, da Constituição Federal de 1988, a investigação não é competência da polícia militar.

¹¹² Ocupar a mente é pensar em outras coisas além da prisão e de suas condições. Tem como objetivo colocar o pensamento em outras atividades e realidades.

¹¹³ Quadrado pequeno é a menor parte da cela que fica próximo ao boi que é como o vaso sanitário é chamado. As mulheres que dormiam no quadrado pequeno ficavam com a cabeça perto do vaso quando se deitavam no chão para dormir.

algumas vezes, a palavra preguiçosa como uma forma de também distinguir as mulheres na prisão. Esse adjetivo aparece novamente quando ela explica como era feita a escolha das mulheres que seriam chamadas para trabalhar. O anúncio era feito pelas funcionárias da unidade responsáveis pela contratação da mão de obra e o convite de trabalho não chegava para qualquer uma. Alguns requisitos eram necessários, como não ser preguiçosa como *as maloqueiras* eram descritas e aprender o serviço rápido.

Na firma de costura e na de pintura de tecidos, Angélica aprendeu o serviço rapidamente. Ela explica que nunca faltavam roupas para lavar e costurar, “[...] tinha muita firma só não trabalhava quem não quisesse”. Angélica passou pouco mais de um ano no Bom Pastor. Depois, seguiu para Cotela onde continuou trabalhando nas firmas que existiam lá. Conheceu Catarina e Giovana nos galpões de trabalho. Quando estava entrevistando Angélica por telefone, ela pediu uma pausa. Alguns minutos depois, contou que parou para entregar uma calça na qual tinha feito uma bainha para uma vizinha. Angélica colocou um pequeno anúncio na porta de sua casa, oferecendo serviços de costura. Às vezes, fazia uma bainha ou colocava um *fecho-éclair* na calça de alguém. Angélica seguia costurando para obter algum dinheiro e *ocupar a mente*.

Na prisão, além de trabalhar, Angélica também tinha fé e participava de todos os encontros religiosos que podia. Arrependimento foi um dos afetos que Angélica expressou bastante em vários momentos durante nossas interlocuções. Sobre o dinheiro ganho no tráfico, ela comentou que tinha sido muito pouco comparado ao sacrifício pelo qual passou durante os quatro anos de encarceramento. Hoje ela é da Assembleia do Reino de Deus, tornou-se *crente* um ano depois que saiu da prisão. Perto de encerrar a entrevista, perguntei a Angélica se ela queria falar sobre algo que não tivesse sido abordado. Mais uma vez, ela falou sobre seu arrependimento. “Não desejo essa vida pra ninguém, me arrependo até hoje, né?”. Poucos minutos depois, comentou se referindo ao tempo que passou aprisionada: “eu acho que tem coisa que você tem que passar pra pessoa aprender, se num passar não aprende, né?”. Na entrevista, Angélica testemunha que aprendeu e que, atualmente, frequenta, aos domingos, os cultos de sua igreja. Ela trabalhou muito para se regenerar, suportou as provações na prisão e aceitou a *palavra*. Sofreu bastante, como ela mesmo analisou, mas encontrou os caminhos *em nome de Jesus* e segue cuidando de seus filhos e filhas.

5.3.2 Trabalhadoras da fé e da lei

Além das mulheres aprisionadas, outras trabalhadoras também passaram pelas unidades prisionais de Pernambuco. As Irmãs do Bom Pastor e as diretoras das unidades estão entre elas. Em 2021, entrevistei Irmã Carmelita¹¹⁴, integrante da Congregação da Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor e Dra. Ana Moura, defensora pública de Pernambuco que foi diretora do Bom Pastor por dez anos (2000-2010). Durante nossas interlocuções, percebi entrelaços que o trabalho prisional mantinha ou mantém com as igrejas, a gestão pública e a iniciativa privada nas unidades prisionais femininas. Para entender um pouco mais sobre as Irmãs do Bom Pastor e suas atividades, também entrevistei Cris¹¹⁵, por telefone, amiga de longa data e vizinha do Bom Pastor há mais de 52 anos.

Irmã Carmelita nasceu no Ceará, mas estava morando em Recife há 9 anos. Ela me explicou que a congregação das Irmãs do Bom Pastor tem o caráter missionário e itinerante, fazendo com que as Irmãs sempre estejam se movimentando territorialmente. “Recentemente, [d]aqui foi transferida duas irmãs, uma pra Salvador e outra para Juazeiro da Bahia. E chegou outra de São Paulo também, que morou lá 12 anos e chegou aqui recentemente. Então, é assim, viu?”. Até hoje, as Irmãs do Bom Pastor trabalham, em rede, evangelizando, escutando e atendendo as mulheres aprisionadas. Sobre as mulheres com quem conversa no Bom Pastor, Irmã Carmelita relata que elas são “mulheres muito sofridas, né? Elas tão lá, tão pagando as suas penas, mas são gentes, né?”. Sobre a administração do Bom Pastor, Irmã Carmelita é lacônica e apenas diz que “[a]s funções burocráticas ... sempre foi com as Irmãs do Bom Pastor, sempre foi com as Irmãs do Bom Pastor. Aí depois que começou já essa questão da... da... da...da droga e tudo, né? Aí as Irmãs entregaram para o Estado. Agora tem anos, viu? Mas de cor assim eu não sei te dizer [o ano]”.

Cris e sua família moram em uma casa bem perto do Bom Pastor há mais de cinquenta anos. Quando criança, Cris costumava brincar, passear de bicicleta e comprar doces e refrigerante na barraca de Seu João que se localiza na praça que fica em frente à entrada do complexo do Bom Pastor. Cris também frequentava o jardim do convento e assistia às missas realizadas na capela do Bom Pastor. Suas lembranças estão ligadas de alguma forma a esses lugares:

¹¹⁴ Entrevistei Irmã Carmelita em setembro de 2021.

¹¹⁵ Entrevistei Cris em agosto de 2021.

Quando eu era criança, eu lembro de um jardim dentro do Bom Pastor? É um quadrado, dentro da área do Convento, certo? E nesse quadrado tinha flores belíssimas. Era um colorido lindo! A gente frequentava muito a igreja do Bom Pastor, quando era criança, porque a gente ia pras missas, que a gente mora aqui bem pertinho, né? Então, o que me chamava atenção era uma freira que tocava órgão que tinha uns cabelinhos ruivos. (...) O nome dela era Irmã Lourdinha, eu lembro. Então, quando eu olhava pro altar eu via... o Bom Pastor, tu já entrasse na igreja, ela é em formato de Cruz, né?”

Até essa conversa com Cris, eu nunca tinha entrado na Capela do Bom Pastor que fica entre o local onde as mulheres estão aprisionadas e o convento onde as Irmãs do Bom Pastor moravam. Mas, em um domingo de 2022, eu entrei e percebi seu formato de cruz. A capela é bem ventilada, iluminada, limpa e possui várias janelas e entradas. O vento circula por lá. Ao passar pela porta da entrada principal, caminha-se pelo eixo mais longo e vertical da cruz. No altar, percebe-se que o eixo mais curto e horizontal da cruz começa e se expande para os lados direito e esquerdo. O altar é o ponto de encontro dos dois eixos, é a parte central da cruz e da capela. Cris me explicou como era a ocupação dos bancos na capela pelas diversas mulheres:

A capela é linda. Ela é no formato de cruz e tinha a ocupação dos bancos de frente pro altar, atrás do altar, lado direito e do lado esquerdo do altar. Então, (...) as freiras ficavam ou atrás do altar ou do lado direito, o público ficava de frente pro altar, nos bancos de frente pro altar, e as presas ficavam do lado esquerdo do altar.

Como cheguei antes da missa começar, caminhei um pouco pela capela e observei essa divisão de espaço que Cris comentou. Na capela, também vi algumas imagens na parede como a de Santa Maria Eufrásia Pelletier, fundadora da congregação. Segundo a descrição de Cris sobre a ocupação da capela, percebe-se uma distinção entre as mulheres que também é estabelecida pela ocupação dos bancos. Apesar de todas as mulheres estarem ali para assistir à missa, as mulheres aprisionadas, as da comunidade e as freiras sentavam em locais diversos. Essa diferenciação entre mulheres é bastante atual e comum no cotidiano prisional e reflete também diferentes feminilidades. De forma similar, os pavilhões do Bom Pastor e da Cotela também demonstram essa diferença entre mulheres e suas feminilidades. Apesar de todas estarem cumprindo pena, as mulheres são também hierarquizadas a partir dos espaços que ocupam. Uma mulher que se encontra no pavilhão *Boa Viagem* do Bom Pastor não é compreendida da mesma

forma que uma mulher que está no pavilhão *Favela*. De forma similar, na Cotela, muitas *maloqueiras* estavam no Pavilhão B como Heloísa nos relatou. Assim, na capela do Bom Pastor, mulheres sentavam-se em locais diferentes, mas todas assistiam a mesma missa realizadas por padres. Lá, elas também observavam as imagens nas paredes de Santa Maria Eufrásia Pelletier, modelo de mulher a ser seguido, que além de fundar a Congregação da Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor demonstrou ser uma empreendedora e articuladora de sucesso. Graças a sua fé e a muito trabalho, contribuiu para que as Irmãs do Bom Pastor se tornassem especialistas no ramo de edificação e gerenciamento das unidades prisionais femininas por um bom tempo em Pernambuco, no Brasil e no mundo (ARTUR, 2017; ANGOTTI, 2018).

Outro ponto que também chamou minha atenção sobre os trabalhos realizados na prisão veio por meio de uma conversa que tive com minha mãe sobre o Bom Pastor. Ela lembrou de ter comprado um licor de jenipapo produzido pelas Irmãs nos anos 80. Nunca esqueci do tal licor. Durante a entrevista, Cris comenta que as Irmãs tinham um pequeno comércio perto da Capela onde “vendiam bolos e bolinhos de ‘quero mais’, [esse] era o nome do bolinho. Era bolo de quero mais, de goma e de macaxeira ... e vendiam picolé”. Quando perguntei sobre o licor de jenipapo, Cris respondeu:

Licor, licor de Jenipapo. Eu ia comprar muito licor, que minha tia gostava muito de licor, então elas vendiam muito licor nesse balcão que tinha. Você de frente pra igreja, do lado direito do estacionamento tem uma porta assim de frente, as freiras ficavam ali. Então, ali elas vendiam bolo, suspiro licor, quero mais, que era o bolinho mais gostoso que eu já comi na minha vida. Parecia um bolinho de goma, mas num era bolinho de goma. Eram deliciosos. E licor de jenipapo, eu odeio jenipapo (risos) mas quem gosta, adorava os licores que elas vendiam, né?

Cris era freguesa das Irmãs do Bom Pastor e lembra com carinho do cuidado com que elas embalavam os produtos que produziam e vendiam. “Então ... era singular. Elas embrulhavam o bolo num papel de seda, esse papel branquinho ... e ... botavam num papel de seda, não era sacola. Eu trazia embrulhado no papel de seda”. Vender esses produtos era uma atividade que as Irmãs do Bom Pastor realizavam, informalmente, para aumentar a receita da congregação, além de transmitir conhecimentos sobre culinária para as mulheres aprisionadas. Cozinhar, produzir e vender produtos alimentícios são atividades consideradas femininas, e que eram empreendidas pelas Irmãs. Por um período, as Irmãs também alugaram um espaço para um mercadinho no terreno do complexo do Bom Pastor, aumentando a receita da congregação.

Desta forma, é possível perceber que as Irmãs também trabalharam, empreenderam e alugaram espaços a fim de gerarem algum recurso no período que administraram a unidade. Sobre essas vendas que aconteciam, Irmã Carmelita refere-se a elas como algo do passado, mas ressalta o nome da congregação como uma marca que indica qualidade e a procedência do produto. Assim, segundo ela “(...) as Irmãs faziam o licor, faziam um biscoitinho que até hoje vai gente atrás desse biscoitinho. O que as Irmãs do Bom Pastor fazem, realmente, é famoso”.

Irmã Carmelita também ressalta que elas nunca tiveram dificuldade de entrar onde as mulheres aprisionadas ficam. Sempre tiveram acesso mesmo depois de terem deixado a administração da unidade e, até hoje, o governo de Pernambuco paga um aluguel para a Congregação. Segundo Irmã Carmelita,

É, o dinheiro do aluguel vai pra Congregação. Mas é um valor muito miúdo mesmo, viu? Você sabe disso que o estado reduziu. As Irmãs... Aí a Congregação foi envelhecendo, as Irmãs idosas, né, fazemos esse trabalho no amor e na gratuidade, né? Não recebemos nenhum centavo nem de estado nem da arquidiocese não, de jeito nenhum! As pessoas sempre perguntam: Irmã, a senhora recebe salário da ... da... da... da... paróquia? Do PIS? Não. De jeito nenhum! Nós somos autônomas, o que nos mantém é a nossa congregação”.

Autonomia, empreendedorismo, amor e fé se entrelaçam com a questão do trabalho realizados nas prisões femininas. As Irmãs não recebiam salário do governo de Pernambuco para administrar o Bom Pastor. Eram autônomas, produzindo e vendendo seus produtos para gerarem recursos para sua congregação em nome da fé. Por cerca de 40 anos, as Irmãs administraram a unidade prisional feminina de Recife e até hoje permanecem ligadas ao Bom Pastor.

Dra. Ana Moura também foi uma das trabalhadoras do Bom Pastor. Foi convidada pelo então secretário de justiça¹¹⁶, em 2000, para administrar a unidade. Ela se orgulha de dizer que era cumpridora da lei e que tinha, em sua mesa, uma cópia da constituição estadual e da federal, o estatuto do idoso e o da criança e do adolescente. Logo, quando começou a trabalhar, havia

¹¹⁶ O secretário de justiça que convidou Dra. Ana foi Humberto Vieira de Melo. Ela foi a última gestora da unidade prisional que não era policial penal. Depois dela, as outras gestoras que passaram pelo Bom Pastor eram da polícia penal.

uma criança de 3 anos na unidade. Segundo Dra. Ana, a criança “estava totalmente ambientada com o cárcere. E, se por acaso, os policiais, à noite, quando eles faziam a contagem, não chamasse o nome dela, ela ficava chorando”. Como Pedrinho, o recém-nascido que Sandra viu no berçário do Bom Pastor, essa criança de três anos também estava aprisionada com sua mãe. Dra Ana¹¹⁷, logo, se articulou para resolver a situação:

Eu não concordava com aquilo. Aí foi quando eu procurei os juízes e a gente é ... normatizou que a mãe é ... ficaria com o bebê até o sexto mês [após o parto]. Mesmo assim, isso me preocupava muito porque as crianças dormiam na mesma cama com a mãe. E elas poderiam virar à noite e até matar as crianças. Isso me perturbava muito.

Essa preocupação e as articulações feitas por Dra. Ana foram responsáveis pela construção do berçário no Bom Pastor em 2009. Articular e criar redes foram pontos centrais no período de sua administração. Para implementar suas ideias, ela foi atrás de recursos e encontrou apoio nas empresas da iniciativa privada e não no governo do Estado já que “[a] verba da colônia era apenas para serviço, né, era uma quantia destinada a pequenas compras e tudo mais”. Além disso, ela acreditava no trabalho e no empreendedorismo:

É... então em primeiro lugar é... entendia que apesar da superlotação, se a gente oferecesse à comunidade trabalho àquelas mulheres, eu tinha certeza que a... a mudança ia ser assim uma coisa certa, não é? Não havia é... atividade profissional das detentas, a não ser uma pessoa que fazia um trabalho lá de cinzeiros, de palitos, né, de picolé. Então eu disse, olhe, é... eu quero começar de um trabalho. Primeiro a remuneração tem que ser de acordo com a lei, um salário mínimo. As reeducandas assinavam um termo que foi trazido por nós, né? As reeducandas, elas vão ter uma conta, o dinheiro será depositado, 30% ficará retido para o momento da saída delas, pra elas terem alguma coisa... algum dinheiro para começar alguma atividade ...

E assim, Dra. Ana saiu em busca de empresas e projetos que gerassem qualificação e trabalho para as mulheres. Nessa empreitada, ela conseguiu transformar a unidade prisional em uma grande e variada fábrica onde várias empresas possuíam filiais. Um dos empresários, que antes tinha *pavor de presídios*, proprietário de uma fábrica de bicicletas, reconhecia a iniciativa de Dra. Ana:

¹¹⁷ Entrevistei Dra Ana Moura em julho de 2021.

[a] senhora não imagina o quanto eu estou satisfeito. A melhor coisa que eu já fiz foi ter aceito seu convite, sabe por quê? Eu disse não. Elas produzem muito mais do que meu pessoal da fábrica. Eu disse, tá vendo? Eu não lhe disse! Ele disse, doutora a senhora vai sair quando do estado? Eu disse, vai demorar um pouquinho! Por quê? Porque eu queria a senhora como vice-presidente da minha fábrica!

Outras empresas do ramo da costura, como a Armazém Narciso, também utilizavam o trabalho prisional. Da mesma forma, o Hospital São Marco empregou as mulheres do Bom Pastor para costurarem *todo enxoval* do hospital. No Tribunal de Justiça de Pernambuco, Dra. Ana também encontrou apoio e as *reeducandas* foram contratadas para costurarem as togas dos juízes (Anexo O). Um convênio entre o tribunal e o Bom Pastor foi firmado e a notícia saiu no diário oficial. O cônsul da Alemanha e a Cruzada da Ação Social doaram máquinas industriais de costura. As fantasias da escola de samba Galeria do Ritmo também foram costuradas no galpão de costura do Bom Pastor (Anexo P). Os trabalhos de costura cresceram tanto que foi preciso mais espaço. Dra. Ana foi conversar com as Irmãs do Bom Pastor a fim de utilizar um prédio anexo, que ficava fora do local da prisão, mas dentro da propriedade da Congregação, para que ele fosse usado como local de trabalho. As Irmãs permitiram e fortaleceram Dra. Ana ao dizer que “se for pra senhora dar emprego a essas presas pode entrar aqui no prédio vizinho ...”.

Dessa forma, Dra. Ana contava com a satisfação dos empresários e o apoio das Irmãs, “tive muito apoio, tive muita reza, porque as Irmãzinhas do Bom Pastor, toda noite, seis horas, na hora do anjo, elas iam pra capela rezar e rezava muito por mim, viu?”. Pelas mulheres aprisionadas, Dra. Ana conta que era considerada uma *mãe* e menciona que muitas mulheres lhe faziam confidências e estabeleciam com ela relações de confiança. Certa vez, Dra. Ana compareceu a um tribunal do júri para apoiar uma *reeducanda* por acreditar na sua inocência. A presença de Dra. Ana na audiência não passou despercebida pelo promotor que comentou que em seus 25 anos de Ministério Público nunca tinha visto *um diretor de unidade prisional* comparecer a um júri. Todavia, pelos policiais penais, Dra. Ana não era bem-vista, sendo chamada de *a dama de ferro* por sua postura legalista. Além disso, o fato de ela ser uma diretora que não era policial fez com que ela fosse considerada uma *intrusa*. Segundo Dra. Ana, eles a *detestavam*.

Mas, apesar da difícil relação com os policiais penais, Dra. Ana foi reconhecida por sua atuação e ganhou prêmios como *a medalha de mérito no sistema penitenciário e a medalha Heroína de Tejucupapo*. Foi também convidada pela ONG *Champions of Live*, localizada em

Dallas, Texas, USA para fazer uma capacitação durante dez dias. Ela também foi homenageada pela Ordem de Advogados de Pernambuco e comentou que:

[o]s advogados particulares iam lá é ... dar os parabéns. Sabe, que as meninas até podiam pagar, né? Porque tinha um certo dinheirinho. Dizia, doutora, a gente não vê isso em lugar nenhum, aqui parece ... a gente entra, parece mais uma ... é ... uma fábrica com vários setores.”

É possível perceber que a administração de Dra. Ana trouxe muitas mudanças para o Bom Pastor. Seu legalismo e sua fé no trabalho prisional, foram sem dúvidas eixos importantes de sua gestão. Para finalizar, ressalto um dos projetos realizados por ela que revela, mais uma vez, os laços entre trabalho prisional e feminilidades no Bom Pastor. Dra. Ana criou, com apoio da Associação de Servidores do Banco do Brasil, o *Buffet Colonial*. O objetivo do projeto era a profissionalização das mulheres que foram treinadas para produzir e servir *doces finos*. Quatro mulheres foram selecionadas e o *Buffet Colonial* estreou em um evento da secretaria de administração do Estado. Dra. Ana nos conta que:

Dra Ana: As... as quatro meninas que se sobressaíram foram, prepararam tudo e foram... é... servir, coisa que encantou a todos, né? Elas muito bem vestidas. Eu fui pro comércio, comprei roupa. As costureiras fizeram um blazer preto muito bonito, uma blusa branca, fina, por dentro, salto alto.

Juliana: super chique, né? Super chique e organizado.

Dra Ana: Muito! Comigo era assim, né?.

A palavra chique foi utilizada por Dra. Ana algumas vezes durante a entrevista. O fato dela associar essa palavra a si mesma reflete um tipo de feminilidade que demonstra a importância da aparência na execução do trabalho e nas formas de ser das mulheres trabalhadoras: a mulher empoderada. Ao treinar *as reeducandas*, Dra Ana ensinava: “(...) como sentar, como receber as pessoas. Não pode falar alto, (...)”, dando diretrizes de como agir. Desse modo, sua competência e liderança ao gerenciar a unidade não interferiram na sua feminilidade. Pelo contrário, ela era respeitada pelos empresários, advogados particulares, juízes, membros do Ministério Públicos e do poder executivo, pelas mulheres aprisionadas e Irmãs do Bom Pastor. A feminilidade de Dra. Ana era possível, aceitável e bem-vista por todas e todos exceto pelos policiais penais. A forma de ser de Dra. Ana era produtiva e rentável. As roupas das trabalhadoras não eram apenas detalhes, mas faziam com que as *reeducandas* exibissem qualidades que a própria Dra. Ana

praticava durante sua administração: uma mulher profissional, competente e chique, distante das formas de ser *da maloqueira*, por exemplo. *Blazer preto, blusa branca, fina e saltos altos* são adereços que evidenciam feminilidades comportadas, profissionais e dóceis de mulheres que eram responsáveis e exerciam seu trabalho de forma competente. Os saltos altos sempre me chamaram atenção nas unidades prisionais em que entrei porque as administradoras e algumas funcionárias do psicossocial os utilizavam com frequência. A forma de se vestir estabelecia, portanto, distinções entre mulheres já que com aqueles saltos altos e outros adereços eram sinais para que elas não fossem confundidas com as mulheres que estavam aprisionadas nas unidades. Se vestir bem é, dessa forma, uma forma de causar uma boa impressão e estabelecer diferenças entre mulheres. Freyre (1981) percebeu que era necessário para as mulheres da elite ostentar suas riquezas por meio das roupas ao analisar os vestuários que as mulheres dos sobrados e as senhoras de engenho usavam.

O *Buffet Colonial*, que por meio de seu nome relembra a herança colonial tão presente em Pernambuco, demonstra como as mulheres trabalhadoras do Bom Pastor, em sua maioria negras e pardas, poderiam ser inseridas no mercado de trabalho. Servir com elegância *doce finos* em momentos de celebração da elite burocrática do estado e de quem mais as contratassem era uma forma de trabalho aceitável o qual poderiam desempenhar. As mulheres aprisionadas buscavam reconhecimento e formas de sobreviver durante o encarceramento. Por isso, dedicavam-se a servir com competência e elegância, colocando em prática os ensinamentos de Dra. Ana. Ao sair da prisão, *as reeducandas* poderiam buscar oportunidades de trabalho, reafirmando feminilidades possíveis e aceitáveis. Dra. Ana cumpria sua função ao proporcionar oportunidades de trabalho prisional produtivo e com um viés pedagógico. Tudo dentro da lei.

5.3.3 Estratégia de Melissa: empreender com a bênção de Deus

Desde cedo, a trajetória de Melissa é entrelaçada com as práticas de comércio e empreendedorismo informais. Integrante de uma família atuante no comércio de substâncias consideradas ilegais como o crack e maconha, Melissa cresceu observando sua mãe e seu tio gerenciarem uma grande empresa informal, familiar, lucrativa e arriscada. Melissa passou rapidamente pelo camelódromo¹¹⁸ onde trabalhou vendendo bolsas e roupas com o marido de

¹¹⁸ Espaço público com diversas lojas populares situado ao longo da Avenida Dantas Barreto no bairro de São José. Local onde acontece comércio popular formal e informal.

sua tia por dois anos logo que se separou do seu primeiro companheiro. Depois, com o apoio da família, abriu seu negócio no mesmo ramo em que sua mãe trabalhava e cresceu rapidamente.

Como observou Bruna do Monte (2022), em sua investigação bibliográfica, a inserção feminina nos mercados de substâncias consideradas ilícitas também ocorre, além das motivações socioeconômicas, por meio das relações familiares. A autora explica que:

De acordo com boa parte dos trabalhos, existem pelo menos duas possibilidades principais de inserção feminina por meio da família sendo elas: 1. Através da venda de drogas assumida como um negócio familiar, por vezes servindo a própria residência de local de armazenamento da mercadoria ou de ponto de vendas; e 2. Através da tentativa de proteção de familiares envolvidos nas redes dos mercados, reforçada pelo papel de cuidadora imposto por sua socialização de gênero (Monte, 2022, p. 31).

Melissa começou vendendo mercadoria de outras pessoas nos arredores do bairro da Boa Vista¹¹⁹ mas, aos poucos, foi disputando territórios e ficando conhecida. Aí, não se contentou *botando só pros outros*¹²⁰, e foi vender a mercadoria que adquiria com sua mãe e seu tio. Nos seus *corres*, Melissa também vendia produtos da Natura e Avon. Depois que saiu da prisão, resultado de sua primeira queda, o negócio ficou ainda mais intenso e lucrativo. Chegou a fazer cem mil reais por semana em 2014. Mas, apesar de ter feito muito dinheiro, gastou bastante comprando roupas de marca, carros, moto, casa e adquirindo tudo *do bom e do melhor*. No aniversário de seu filho, gastou na festa cerca de 8 mil reais. Também perdeu muito dinheiro para a polícia militar que sempre cobrava sua parte para não a prender. Mas Melissa foi aumentando seu negócio e diversificando seus fornecedores. Na sua segunda queda, em 2015, sua situação se complicou mais porque agora era reincidente.

No Bom Pastor, continuou a empreender. Tinha um filho *no mundão* que precisava sustentar. Para sobreviver, *colocou seu negócio pra dentro*. Como tinha conexões, pediu permissão e passou a vender crack, Rohypnol¹²¹ e maconha na unidade. Perguntei se os policiais penais permitiam esse comércio e Melissa respondeu que geralmente *eles não estavam nem aí*, mas que, em certos dias, eles *acordavam inspirados* e entravam na cela para fazer *baculejo*.

¹¹⁹ De acordo com o site da prefeitura de Recife, o bairro da Boa Vista tem uma população de 14.778. Em relação à raça, cerca de 38,59% se consideram pardas ou negras. Os domicílios mantidos por mulheres são 54,43% e a renda mensal média por domicílio é de R\$ 3.618,45. <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/boa-vista> Acessado em 23/07/2023.

¹²⁰ Botando só pros outros significa você vender a mercadoria que outras pessoas compraram. Você é apenas a pessoa que vende e não a proprietária da mercadoria.

¹²¹ Medicamento utilizado para o tratamento de insônia e ansiedade, conhecido popularmente como Rupinol.

Nesses dias, eles vão direto para as *celas miradas* que são onde os *traficantes, os cabeças e aqueles que tá gerando mais* ficam.

O negócio de Melissa prosperava no Bom Pastor e foi percebido pelos policiais penais. Um deles a chamou para conversar e a aconselhou a parar. Melissa ouviu atenta a advertência e assistiu calada as imagens das câmeras internas que mostravam ela vendendo e batendo nas mulheres que não pagavam suas dívidas. Foi pedido por uma das mulheres do pavilhão que Melissa fosse colocada *no seguro*¹²². Todavia, o policial penal chamou Melissa para dar a ela uma chance porque a considerava uma *boa menina*. Sobre essa oportunidade concedida, Melissa relaciona com as intervenções de Deus já que dois dias antes, no domingo, conversou com uma *irmã* sobre uma promessa que fez:

(...) tu lembra que eu tinha prometido a Deus que eu ia deixar essa vida? Quando eu caí, aí eu prometi pra Deus e esqueci. Aí fui tudinho lá dentro, quando... eu comecei a botar pra dentro, minha mãe foi presa. Aí uma irmã veio da rua e disse a mim no culto o seguinte, que tava dizendo, que eu sempre criei meu irmão, meu irmão é como um filho pra mim, ele tem 21 anos agora... mas quem sempre criou ele foi eu, porque minha mãe depois que ficou doida nessa vida dela, ela não quis saber... Já não queria muito saber da gente, que pariu tudo nova e depois disso, ela não quis mesmo saber. Aí sempre criei ele. Aí Deus pegou, usou a irmã e disse a mim que se eu não saísse dessa vida ele aqui fora ia levar quem eu mais amo... Como eu e minha mãe tava lá dentro, eu pensei logo em quem? Meu filho e meu irmão. Aí ele disse, ele disse: “Sou eu lhe dizendo que até hoje e, não mais adiante, que você vai ficar nessa vida... você não pega mais nada!”. Aí ela como assim... como se ele tivesse dizendo que eu pegasse o que eu botei pra dentro, vendesse, desse o dinheiro e dali pra frente eu não pegasse mais, que eu tinha feito uma promessa a Deus... tudinho... tudinho. Ela falou e eu acreditei porque essa conversa foi minha e de Deus. Eu não prometi pra a e b, prometeu eu e ele. Aí ela pegou e disse isso a mim.

Essa promessa que Melissa fez a Deus antes de ser presa foi trazida por uma *Irmã* no dia de visitas no Bom Pastor. No culto, ela e Melissa conversaram. A *Irmã* trouxe a lembrança da promessa feita e Melissa ficou com medo porque seu não cumprimento colocava em risco as pessoas que mais amava no mundo. Melissa estava na vida errada há um tempo e agora sentia que precisava parar de traficar. Estava presa e sua mãe também tinha sido aprisionada fazia pouco tempo e as próximas pessoas a serem prejudicadas por suas ações ilegais poderiam ser

¹²² Cela em que as mulheres consideradas mais perigosas deveriam ficar.

seu filho e o irmão que ela criou. Ao conversar com a *Irmã*, Melissa ficou impressionada com o fato de ela saber sobre a promessa que fez com Deus de forma íntima. Resolveu então parar de traficar.

Mariana Côrtes (2014), ao analisar o “mercado pentecostal de bens e serviços e o submercado de pregações e testemunhos”, demonstra a importância da redenção de pessoas que tenham passado por uma vida ligada ao crime e à violência. Ao ser lembrada pela *Irmã* da promessa que fez a Deus, Melissa agora passa a ter motivos para deixar a *vida errada*. Sua promessa ao ser revelada tornou-se pública, criando uma justificativa para a mudança de vida. Antes o acordo era entre Melissa e Deus, mas a *Irmã* chega para revalidar o combinado. Assim, o testemunho e a promessa simbolizam etapas de um ritual de passagem no qual muitas pessoas ligadas ao crime fazem a fim de sinalizar para o mundo os novos rumos de sua vida. Nesse sentido,

(...), o testemunho tem como trunfo justamente o espaço intermediário entre o que a pessoa foi e o que a pessoa diz ser agora, espaço liminar no qual duas identidades, a identidade mundana e a identidade de crente, trocam constantemente de lugar num jogo em que é agenciada, como mercadoria simbólica, a condição bastarda dos “ex-tudo” (CORTÊS, 2014, p. 205).

Patrícia Birman (2019) demonstra que as narrativas religiosas trazem a questão do sofrimento e das faltas morais que são purgadas quando os “novos cristãos” ressignificam suas vidas. Assim, as pessoas dispostas a entrecruzarem as fronteiras do mundo das atividades ilícitas, legais e dos ilegalismos (FOUCAULT, 2007; TELLES, 2010, 2017) são resgatadas duplamente pela fé e igrejas pentecostais, tornando-se, de agora em diante, “cidadãos cristãos”. Como uma marca que passa a ser incorporada, há práticas que passam a caracterizar e validar essas pessoas como a publicização da fé em Deus, a ida aos cultos, a participação em grupos e os seus testemunhos. É interessante perceber que elas não renegam seu passado ao se tornarem “cidadãos cristãos”. Pelo contrário, reafirmam que passaram a ser ex-traficantes ou ex-criminosos e, que agora, seguem o caminho de Deus e da fé. Seu testemunho é, portanto, constituído e reforçado pelo seu passado e novas identidades são geradas e assumidas.

No caso de Melissa, ao ter sua promessa revelada, ela se torna uma cidadã cristã e, ao abandonar o tráfico, passa a ser uma ex-traficante e uma ex-criminosa. Melissa não esconde sua história e faz esse sacrifício a fim de proteger seu filho e seu irmão que ama como filho. A narrativa de redenção é criada e usada simbolicamente como justificativa para sua mudança.

Assim, Melissa termina de vender sua mercadoria e passa, cerca de um mês e meio, refletindo sobre como poderia trabalhar para garantir a sobrevivência de seu filho no *mundão*. Como uma cidadã cristã, Melissa decide se manter no ramo das vendas e do empreendedorismo e passa a vender lanches e a alugar celulares. Com o poder que adquiriu por meio do tráfico, Melissa tinha se tornado representante de cela. Com sua mudança, Melissa continua, mas estabelece novas regras e acordos que passam a vigorar. Ela conta que:

(...) depois que eu saí do tráfico, eu obriguei todo mundo da cela a sair, entendesse? Que as meninas [disseram]: ‘eu não entendo tu, Melissa, tu saiu e quer que todo mundo saia’. Aí eu disse a menina que agora meu dinheiro era suado, eu comprava celular, o celular lá dentro era mil, mil e duzentos, já comprei um celular por mil e seiscentos lá dentro. E... agora meu dinheiro era suado, então eu não tinha dinheiro pra tá perdendo. Você dá 1600 hoje, a polícia vim amanhã fazer um baculejo, pegar, leva ... Perdeu 1600... Aí eu peguei, obriguei todo mundo a sair.

Dessa forma, Melissa reestrutura a ordem na cela, tirando-a da mira dos policiais penais. O *dinheiro agora era suado*, sendo mais difícil de ganhar. Assim, ela não poderia arriscar de perdê-lo nos *baculejos* realizados pela polícia penal. Melissa pede autorização a segurança para *guardar os lanches* e a cela se transforma em uma lanchonete que passa a oferecer cachorro quente, hambúrguer, *mingau de cachorro*, caldinho, cuscuz, *pizza brotinho*, entre outros produtos alimentícios. A comida entrava na prisão por meio de negociações com os policiais penais que variavam a cada plantão. Todavia, Melissa disse que nunca pagava nada para que a comida entrasse. Suas tias, que estavam no *mundão*, levavam a comida que ela esquentava usando uma *perereca*. Depois, os lanches eram montados na cela enquanto uma outra mulher saía no pavilhão pegando os pedidos. Melissa vendia cerca de 80 cachorros quentes por semana. A procura era grande já que a *bóia* é constantemente relatada como de péssima qualidade. E os lanches feitos por Melissa eram caprichados:

Aí eu vendia aqueles cachorro quente bem completão, bem bonitão e hambúrguer também. Hambúrguer, ovo, queijo, presunto ... é ... salsichinha ... milho, ervilha, batatinha, tomate, cebola e ... alface, bem recheado mermo ... aí eu vendia, 8 reais...

Esse era o *x-tudo* de Melissa que era vendido com sucesso no pavilhão. Dessa maneira, Melissa virou trabalhadora e *tirou sua cadeia*. Ao sair do Bom Pastor, foi vender água no metrô.

Atualmente, vende roupas que vêm de Toritama¹²³ e produtos da Avon e Natura. Melissa é uma cidadã cristã, mãe e empreendedora. Deixou *a vida errada* para trás e *faz seus corres* na informalidade, mas tudo dentro da lei. Tornou-se crente, mas não segue nenhuma Igreja, apenas os ensinamentos de Deus. Ao ser chamada pelo policial penal, dois dias depois que conversou com a Irmã e teve sua promessa revelada, acredita que Deus lhe deu uma chance. Desse modo, passa a vender lanches, muda sua vida e, até hoje, *age no certo*. Melissa não é *maloqueira*.

5.4 NÃO SE NASCE MALOQUEIRA, TORNA-SE

Durante as interlocuções que mantive com as mulheres aprisionadas e com as que sobreviveram ao cárcere, a figura da *maloqueira* sempre apareceu. Ela estava presente como alguém que não deveria ser seguida e era muito repudiada. Ao ser citada sempre de forma muito depreciativa, as distinções e hierarquias entre mulheres se evidenciavam. As mulheres com quem interagi não se consideravam *maloqueiras*. E faziam questão de demonstrar isso para mim. Sentia que era como se elas quisessem que entendêssemos que elas não eram *maloqueiras* apesar de estarem aprisionadas nas unidades com muitas delas. Por isso, sempre que queriam dizer algo negativo sobre os comportamentos das mulheres aprisionadas no cárcere, se referiam às ações das *maloqueiras*. Sobre elas, era permitido falar mal, sem pudor, já que suas ações não deveriam ser seguidas. Elas eram exemplos do que não ser. As *maloqueiras* eram desobedientes, preguiçosas e eram uma ameaça para a manutenção da ordem. Elas não eram consideradas produtivas e úteis, elas representavam a outra que não deveríamos ser. Logo, elas precisavam ser mais controladas e punidas para também aprenderem como se comportar de forma adequada na prisão e na vida. As feminilidades para existirem exigem práticas, além de vigilância e punição e a prisão é um local onde as normas regulatórias de gênero e de raça são também possíveis de serem observadas e (re)produzidas no cotidiano. Se livrar das *más tendências* e praticar as boas práticas, faz parte do suplício de ser uma mulher *reeducada* pela prisão.

A *maloqueira* era, portanto, uma não mulher, a outra, a que não deveria existir, sendo, por consequência, uma vida que não precisava ser vivida. Por isso não era digna de empatia de ninguém, inclusive de outras mulheres. Pelo contrário, ela pedia para ser maltratada, ela merecia

¹²³ Segundo o site da prefeitura de Toritama, o município localiza-se no agreste de Pernambuco a 170 km de Recife. Em 2016, a população era de 43.174 km. Para outras informações, acessar o site: <https://toritama.pe.gov.br/#> Acesso em 12/02/2023.

o sofrimento. Só sendo punida, poderia se tornar uma *vida vivível*. Assim, as punições extras que recebiam na prisão dos/das policiais penais eram necessárias para ressocializá-la e serviam de exemplo de como as mulheres iriam ser tratadas caso se tornassem *maloqueiras*. Aurora mencionada como a chefe de segurança se relacionava com as *maloqueiras*:

Aurora: ... ela [a chefe de segurança] é preocupada com quem vive no certo, tá entendendo? Quem *vive* com *maloqueiragem*, porque tem muita nega que é maloqueira, minha senhora. Tem muitas menina que pede pra polícia ser ruim, porque elas quer, tá entendendo?

Juliana: Como assim, Aurora? Me explica aí direito.

Aurora: Tem muitas... Ela é essa, ela é perversa mermo, mas só que muitas presas pede pra ela ser desse jeito, tá entendendo?

Juliana: Tô. E como é pedir... como pedia pra ela ser ruim? Me explica.

Aurora: Deixa eu dizer a senhora. Ela como chefe de segurança, então ela manda na cadeia, né? Aí ela não quer *maloqueragem*, as nega quer tomar *rupinol*, quer tá brigando, tá entendendo? E isso tudo vai pra cima dela. O que acontecer com elas, uma overdose de droga, o que tiver, vai cair pra cima da chefe de segurança. Por isso, como ela chegava no pavilhão, ela chegava tirando onda, botando spray de pimenta. Mas ela, quem era boazinha com ela, que não vivia arrumando confusão, que tinha nega que tomava comprimido minha fia pra tá arrumando barulho com gente que não tem nada a ver. Tá entendendo? Arrumava barulho, agitava o pavilhão, um tumulto só! Uma zoada. Aí as polícias chegava, ela chegava já naquele modelo, tá entendendo? Daquele modelo, jogando spray de pimenta, dando, dando umas tapas também.

Juliana: Era?

Aurora: O que? Oxe! Dando, botando o bonde sem direito a nada. Dando o bonde sem direito a nada!

Juliana: E mandava pra onde a galera nesse bonde?

Aurora: Oxe! Mandava pra cpfal, outra mandava pra colônia, aí mandava pra Buíque, pra Verdejante¹²⁴, pra um bocado de cadeia!

Aurora traz o discurso utilizado pela chefe de segurança para manter a ordem na prisão. O comportamento violento e perverso da polícia penal com as mulheres aprisionadas era justificado como uma forma de preservar o funcionamento no cotidiano prisional. Nesse sentido, a chefe de segurança age porque tem responsabilidade *com quem vive no certo*, sendo a violência física utilizada como um dos instrumentos para controlar os comportamentos das mulheres. Ao dizer que “*tem muitas meninas que pedem para a polícia ser ruim*”, atribui-se a

¹²⁴ Há uma cadeia pública feminina no município de Verdejante, município do sertão central de Pernambuco.

essas mulheres a responsabilidade de serem agredidas. É pela sua ruindade que a polícia penal age. São elas que pedem punição porque agem de uma forma que não agrada a polícia penal. Assim, usar spray de pimenta e transferir as pessoas para outras unidades prisionais, localizadas mais longe de Recife, sem aviso prévio, são castigos comuns para punir e conter a população prisional. Esses castigos foram naturalizados, transformando-se em normas nas unidades femininas. Se as mulheres se tornam *maloqueiras*, possuem uma grande possibilidade de sofrerem violência física e moral. Segundo muitas interlocutoras, o alvo da punição extra eram *as maloqueiras*, ou seja, mulheres que não eram *boazinhas* com a chefe de segurança e as/os policiais penais ou aquelas que viviam arrumando confusão. Todas as mulheres que se comportavam de maneira que não agradavam a chefe de segurança eram consideradas desordeiras e poderiam receber spray de pimenta na cara. Essa era uma das consequências de quem vivia na *maloqueiragem*.

Assim, o significado do que seria ser *maloqueira* na prisão é muito intrigante. Comecei a enxergá-las, principalmente, após a entrevista com Tandra. Em muitos momentos, ela tentava deixar evidente para mim que ela não era uma presa comum, sendo diferente da população prisional feminina regular. Ao se diferenciar, Tandra me apresentava a feminilidade da *maloqueira* que era considerada repugnante na prisão. Dessa forma, no dia 30/07/2021, resolvi perguntar no grupo de WhatsApp¹²⁵, formado pela Liberta Elas, que reúne cerca de 50 mulheres que sobreviveram ao cárcere e/ou são familiares de pessoas privadas de liberdade, o que significava ser *maloqueira* na prisão. Poucos minutos depois, quatro mulheres me responderam. Catarina foi a primeira a escrever dizendo que a *maloqueira* era um termo polissêmico. Em seguida, Roberta e Joana também se pronunciaram e mandaram mensagens em áudios que transcrevo abaixo. Melissa também escreve uma mensagem sobre o significado de ser *maloqueira* na prisão. Respectivamente, suas respostas foram:

Roberta: Sei lá... Maloqueira pra mim é uma pessoa que num tem educação, uma pessoa que num, num raciocina que o comportamento dela gira, o modo de se expressar. Uma pessoa que num tem amor a ninguém, amor a nada ... o que deu, deu pra ela. Num num... não compreende as coisas. Oa isso, isso vai

¹²⁵ Grupo de WhatsApp criado pela Liberta Elas em 18/12/2020 com o objetivo de facilitar a comunicação entre as mulheres sobreviventes do cárcere e familiares que nos procuravam durante a pandemia do Covid-19. Por meio desse grupo, conversávamos e combinávamos as atividades realizadas pela coletiva. O grupo também serve para tirar dúvidas e perguntar. Até hoje o grupo existe e muitas informações sobre serviços, auxílios e outros assuntos com temáticas variadas são trocadas. Nesse caso, eu avisei ao grupo que estava com uma dúvida que surgiu por conta da pesquisa de doutoramento. Perguntei se elas poderiam me ajudar. Algumas integrantes do grupo tinham sido também entrevistadas por mim. Foi aí que coloquei a pergunta sobre o que significava ser *maloqueira* e as respostas surgiram no grupo de conversa do WhatsApp. Pedi permissão para usar as respostas.

fazer mal, tu não faz isso ou aquilo, ela não quer saber, mete a cara e faz, pessoas que não tem sentimento. Maloqueira que gosta de de de virar a cadeia, querer fazer rebelião, de vez de ajudar pra amenizar fica envenenando mais ainda. Sei lá, eu acho que é isso.

Joana: Maloqueira, no meu entender, ela não serve pra nada, entendeu? Não tem consciência do que fala, pra ela tanto vez, entendeu? Pra mim então, entendo também com quem ... é ... na maloqueira ela tá disponível a fazer qualquer tipo de coisa de preferência maldades e não tá nem aí para o próximo. É maloqueiro não só pra polícia, mas pra muitos não tem valor, entendeu? Não tem credibilidade pra nada, tá entendendo.

Melissa: Maloqueira é aquela que gosta de perturbar, não tem compromisso com nada, não liga pra nada e não faz nada na vida, gosta de tudo fácil, pega marido das outras é tipo um pessoa jogada. No sistema, quando a chaveira falava: deixa de maloqueiragem, era porque as meninas tava fazendo barulho, bagunça, briga. Maloqueira é aquela que só faz merda.

Diante dos relatos mencionados acima, Roberta, Joana e Melissa trazem algumas características das *maloqueiras*. Geralmente, elas são pessoas más que não raciocinam, não sentem amor por ninguém e por nada, não possuem educação, não sabem se expressar, são incompetentes em tudo que fazem, geram conflitos e desentendimentos, *envenenam* as pessoas, estão disponíveis a fazer qualquer tipo de coisa, gostam de perturbar, gostam de tudo fácil, *pegam marido* das outras, fazem desordem e brigam muito. No último trecho, Melissa resume: “maloqueira é aquela que só faz merda”, ou seja, não adianta muito o que elas façam, vai acabar dando errado. As *maloqueiras* já foram condenadas e continuam sendo.

Desse modo, no cotidiano das unidades prisionais, *as maloqueiras* precisam receber uma intervenção policial baseada muitas vezes na hierarquização de mulheres, na humilhação e na violência física e moral. Percebe-se que a violência policial contra elas também possui um viés pedagógico perverso que reflete as relações interpessoais de poder e controle na prisão. Ninguém quer, portanto, ser *maloqueira*, mas todas vivem sob a ameaça de que, caso se tornem uma, haverá punições extras. Assim sendo, o conceito de maloqueira pode ser compreendido como um molde flexível, podendo ser adaptado a situações diversas enfrentadas pelas mulheres aprisionadas. Sua maleabilidade otimiza seu uso e demonstra que a depender da situação em que a pessoa esteja envolvida, ela será tratada como uma *maloqueira* sofrendo graus de violência diferentes. Como a *maloqueira* é alguém que sempre merece ser punida, sua presença também funciona para que a ordem seja mantida sob ameaça. Agiu errado ou desagradou a chefe de segurança, a punição vem, seja por meio de spray de pimenta, agressões físicas ou castigos. Dessa forma, não reproduzir comportamentos de *maloqueira* é uma forma de

sobreviver na prisão, assim como, reconhecer que a outra seja *maloqueira* também é. Esse reconhecimento da outra como *maloqueira* contribui para que a pessoa que reconhece se afaste, diferenciando-se e se mantendo longe da *maloqueiragem*. Talvez seja isso que Tandra tenha desejado sinalizar ao demonstrar pelo seu comportamento que ela estava distante das *maloqueiras*. Distinguir-se dela e viver afastada da *maloqueiragem* é também se aproximar de feminilidades mais aceitas pelas normas regulatórias de gênero e de raça como a trabalhadora, a religiosa e a mãe. Essas são capazes de gerar algumas camadas de proteção na precariedade que a prisão produz, enquanto a *maloqueira* aumenta as possibilidades de sofrer mais punições e violências.

Assim, as *maloqueiras* fazem parte do grupo de seres humanos considerados abjetos. Ao serem consideradas como tal, elas perdem seus status de seres humanos. Sua existência é ameaçada, mas, ao mesmo tempo, evidencia práticas e comportamentos que não são aceitáveis na prisão. Nas respostas de Roberta, Joana e Melissa, percebemos que as definições do que é ser *maloqueira* estão relacionadas geralmente às práticas e às ações. Judith Butler menciona que os seres humanos considerados abjetos são aqueles e aquelas que:

ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘não-vivíveis’ e ‘inabitáveis’ da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para circunscrever o domínio do sujeito (BUTLER, 2019, p. 18).

Dessa forma, as *maloqueiras* estão nas zonas das não-vivíveis e fazem parte do exterior constitutivo que contribui para (re)produzir as feminilidades aceitas na prisão. Sua existência como não mulher é fundamental para que as mulheres que são aceitas saibam o que não devem fazer e as consequências caso reproduzam esses comportamentos. Assim, a presença da *maloqueira* na prisão é essencial porque é uma forma de manutenção do controle e da ordem entre a população nas unidades prisionais femininas. Sua presença e punição são constitutivas do ser porque demonstram, praticamente, exemplos do que se deve ou não fazer na prisão. Só existem as trabalhadoras porque há as *maloqueiras* que são preguiçosas, não raciocinam, não gostam de trabalhar e *porque comem do governo*. Só existem as mães, porque as *maloqueiras não amam ninguém, não têm sentimentos*. Só existem religiosas, porque a *maloqueira está disponível para fazer qualquer tipo de coisa, de preferência maldades*. Dessa forma, a *maloqueira* revalida as feminilidades aceitáveis na prisão.

Dessa forma, as próprias pessoas que estão sob vigilância internalizam essas formas de ser e de não ser, direcionando sua existência de acordo com as práticas que são consideradas positivas nos espaços sociais nos quais seus corpos se situam. A forma de não ser é coletiva e é apresentada publicamente para que todas as pessoas possam se afastar de tudo aquilo que a *maloqueira* representa e/ou reconhecer a *maloqueira* quando ela age. Sua presença e suas práticas circunscrevem e direcionam as outras mulheres, estabelecendo o que se deve ser: trabalhadoras, mães e religiosas.

Para finalizar, outro ponto interessante é trazido por Catarina logo após ela ter escrito que havia várias respostas para a pergunta que fiz no *WhatsApp* sobre o que significa ser *maloqueira*. Como Aurora, ele também explica mais um significado da *maloqueira* com base nas interações que acontecem entre as mulheres aprisionadas e a polícia penal. Assim, Catarina explica que a “*maloqueira* pra eles [policiais penais] é quem vive enfrentando eles, né? No caso, né, batendo de frente com eles”. Dessa forma, as pessoas que buscam seus direitos são consideradas *maloqueiras*, logo, passível de punição. Ela continua: “as pessoas também que sabem seus direitos e corre atrás deles termina batendo de frente com eles, tá entendendo?”. Essas reivindicações por direitos podem ser, por exemplo, não aceitar um castigo sem motivo ou muito severo para um falta não tão grave, questionar o não cumprimento das normas estabelecidas, muitas vezes, pelos próprios policiais penais ou tramar atos de resistência e rebeliões. Assim as mulheres que reagem às atitudes das e dos policiais penais e/ou que “vivem fazendo moitinho” a fim de protestar contra as precariedades e violências que acontecem no cárcere são também *maloqueiras*. E, por isso, elas também trafegam nas fronteiras das *não-vivíveis* junto com as não mães, as mães más, as não religiosas, as não trabalhadoras, as não empresárias, as não trabalhadoras da lei e da fé e com qualquer uma que ainda não seja *maloqueira*, mas que possa vir a ser. Assim, não se nasce *maloqueira*, torna-se. E ao se tornar, punições e violências são direcionadas a esses corpos desviantes de forma mais frequente. Ser *maloqueira* na prisão, portanto, é aumentar as chances de ser mais punida e vigiada pela polícia penal ou pelas próprias companheiras de prisão. Dessa forma, ser *maloqueira* é uma estratégia de sobrevivência às avessas já que quando não se é *maloqueira* há mais possibilidades de se manter viva na prisão.

5.5 MULHERES NAS PRISÕES

Começamos este capítulo com a revelação de Melissa sobre as feminilidades que nela habitavam no período em que passou no Bom Pastor. Nas fotos que me enviou pelo *WhatsApp*, Melissa se mostrou de frente e verso. E, nessa sua movimentação, conhecemos diferentes costuras referentes às suas formas de ser mulher às quais usava estrategicamente. Aos domingos, quando as visitas aconteciam, Melissa trabalhava seu corpo, podendo moldá-lo na mãe que se arrumava para receber seu filho ou em Maicon que cobrava as dívidas das mulheres no pavilhão e de suas famílias. Ser mãe na prisão, além de ser uma realidade compartilhada pela maioria das mulheres aprisionadas, pode ser uma identidade de resistência, proteção, refúgio e regozijo para algumas mulheres. As práticas cotidianas das mães são também (re)produzidas na prisão e seguem os padrões de gênero e de raça hegemônicos operacionalizados pelo Estado por meio de suas instituições e leis e que, historicamente, são atribuídos às mulheres negras por meio das feminilidades de mãe preta, mucama (GONZALEZ, 1984;1986; 1988; 2011; 2014 e 2020) e de sinhazinhas, sinhás e moradoras de sobrados (FREYRE, 1981).

Desse modo e, por não existir mães sem filhas e filhos, a presença de crianças de diferentes idades é uma constante até hoje nas unidades prisionais femininas que também se mantém graças a uma rede de ilegalismos e resistências (Vera Telles, 2010,2017). Assim, seja quando o setor psicossocial da unidade concede visitas fora do dia oficial ou quando celulares são escondidos em vaginas para que haja formas de comunicação entre as mulheres aprisionadas e o mundão, relações interpessoais e seus afetos são (re)produzidos, gerando sobrevivências. Em 2009, o berçário do Bom Pastor passa a existir e vem funcionando como uma zona intermediária onde mulheres podem ficar com suas crianças por até seis meses quando, por lei, devem entregar suas crianças para as outras mulheres de suas redes de afeto e que estão *no mundão*, compartilhando maternidades.

Berçários não são comuns na maioria das unidades prisionais femininas brasileiras e sua ausência contribui para aumentar as camadas de precariedade das mães e de suas crianças. Todavia, essa zona intermediária do Bom Pastor onde se tem permissão para ser mãe momentaneamente também contribui para que o berçário possa ser utilizado como um cartão postal da unidade. Como uma luz neon artificial nas vitrines das lojas, o berçário do Bom Pastor

brilha para disfarçar como as outras mães que estão nos pavilhões e nas celas de castigo e as crianças que vão visitá-las são tratadas.

Além das mães pretas, também encontramos as trabalhadoras. Elas se situam nas esferas mais precárias do mundo do trabalho onde exercem atividades que as mucamas realizavam sem pagamento nos tempos coloniais ou como trabalhadoras domésticas, recebendo muito menos por seu trabalho do que homens e mulheres brancas que trabalham em outros setores da economia (SAFFIOTI, 1984). Plantar, cozinhar, limpar, costurar, lavar e passar são atividades que ainda são muito presentes nas unidades prisionais femininas e que se conectam com atividades relacionadas com a divisão sexual do trabalho onde trabalhos domésticos mais precarizados são feitos pelas mulheres negras e pobres. Dessa maneira, as mulheres acabam se engajando em algumas atividades como essas e, a depender de seus recursos e de suas redes de apoio, precisam gerar recursos para que elas possam sobreviver na prisão. Seja como *concessionadas* que são aquelas que trabalham de forma oficial para a unidade prisional, trabalhadoras sem direitos trabalhistas em empresas privadas como a Indapol, Zume, Rochelle e Narciso, como missionárias, religiosas, administradoras e/ou empreendedoras as mulheres trabalham em atividades legais ou ilegais dentro da prisão. Diversos são *os corres* que se fazem dentro das unidades já que os trabalhos formais oferecidos são poucos, contribuindo, dessa maneira, para que *os corres por fora* sejam tão necessários quanto comuns no vai e vem das prisões. Trabalhar é uma forma de sobreviver material e mentalmente porque faz o tempo da pena passar mais rápido. Assim, ao contrário das *maloqueiras que comem do estado*, as trabalhadoras se viram para sobreviver e são, em alguns casos, dignificadas perante a população prisional e seus familiares pelo trabalho duro que realizam.

Dessa forma, ao assumir e demonstrar por meio do uso de seus corpos, práticas que (re)produzem feminilidades, as mulheres constroem camadas de proteção contra a precariedade das prisões. Ao corporificar essas feminilidades, maior é a probabilidade de que as mulheres aprisionadas possam sobreviver. Cotidianamente, portanto, mulheres cruzam as fronteiras entre as vidas vivíveis e os corpos abjetos que são descartáveis, mas úteis para a constituição de feminilidades apreciadas dentro e fora das prisões. Reagir com seus corpos, utilizando padrões de gênero hegemônicos que são estabelecidos por consensos sobre o que significa ser uma mulher respeitável, honrada e que tenha permissão para viver são estratégias sofisticadas e eficazes para sobreviver na prisão.

6. ENFIM, AS CONCLUSÕES

Sobreviver é um verbo conjugado pelas mulheres e pelos homens trans cotidianamente neste país. Corpos considerados femininos são vigiados, punidos, violentados, mortos, criminalizados e aprisionados. Quanto mais esses corpos se afastam dos padrões hegemônicos de gênero, classe, território e raça, mais eles são entendidos como vidas precárias e descartáveis (BUTLER, 2015; 2019). Nas unidades prisionais femininas de Pernambuco, a probabilidade de as pessoas aprisionadas não serem compreendidas como vidas possíveis de serem vividas são altas, sendo acrescentado a esses corpos ainda mais camadas de vulnerabilidade e precariedade. Tentar compreender como as pessoas aprisionadas conseguem sobreviver nas unidades prisionais de Pernambuco diante das situações desumanas que enfrentam, do alto nível de insalubridade e precariedade estrutural me guiou no processo dessa pesquisa.

Dessa forma, a luta pela sobrevivência nas unidades prisionais é disputada diariamente. Até mesmo para entrar nas prisões é preciso saber como agir, ter estratégias e redes de apoio e suporte. Assim, após algumas reflexões e tentativas para se ter acesso às unidades prisionais femininas demonstradas no capítulo 2, observo que a forma de como a pesquisadora entra no seu campo afeta sua pesquisa grandemente. Nesse sentido, entrar nas prisões como integrante de uma coletiva feminista fez toda diferença para mim porque contribuiu para que eu refletisse sobre a metodologia que poderia utilizar para dialogar com as pessoas que estavam lá dentro e nas fronteiras entre as prisões e *o mundão*.

Outro ponto importante é a compreensão das prisões enquanto um território dinâmico, poroso e complexo. Dessa maneira, entendo o cotidiano prisional como espaços formados por um emaranhado de relações intersubjetivas que influenciam como os fluxos da vida das pessoas aprisionadas se darão e quais as estratégias de sobrevivência que serão por elas utilizadas. As prisões (re)produzem afetos, vínculos e conflitos variados entre as pessoas aprisionadas, entre as que entram e saem da prisão e entre as pessoas aprisionadas e as funcionárias e os funcionários que lá trabalham, sendo essas relações regidas por regras, leis e normas que estabelecem as ordens e mediam essas convivências. As rotinas prisionais são construídas por essas práticas e muito do sistema prisional pode ser compreendido por meio delas.

Dentro desse contexto, busquei aprofundar os debates em torno da estrutura que tece o viés da ordem, do cotidiano e do normativo das unidades prisionais femininas de Pernambuco e como essas teias de regras e regulamentos reconfiguravam a vida das pessoas aprisionadas e como eram por elas reconfiguradas. Por isso, tentei compreender esse aparato regulatório e

normativo nas celas, nos pavilhões, nas unidades e nas esferas estatais de dentro para fora e de fora para dentro. No capítulo 3, a carta da Madre Breves, que estabeleceu os princípios e as regras de convivência do Bom Pastor, me ajudou a transitar por essas dinâmicas por meio das relações de poder que acontecem entre as mulheres aprisionadas e suas carcereiras já que revela como a rotina deveria ser organizada no período em que a unidade era administrada pelas Irmãs do Bom Pastor. Por meio dessa linha genealógica costurada entre a Carta, o Código Penitenciário de Pernambuco, as regras da cela, do pavilhão e das unidades é possível perceber variados elementos das tecnologias de punição (FOUCAULT, 2007; 2015) usadas pelas mães e freiras do Bom Pastor que permanecem até hoje como a manutenção da cela de espera e dos castigos de isolamento, a forma como a alimentação é feita, o uso do uniforme e a utilização do trabalho prisional relacionado com o doméstico.

Além desses pontos, a figura da *chaveira* e as funções realizadas por ela evidenciam como as relações de poder entre as pessoas aprisionadas acontecem e como elas são contraditórias. Ser *chaveira* é ser prisioneira e desempenhar, ao mesmo tempo, um trabalho prisional de manutenção da ordem e de mediação de conflitos, exercendo poderes sobre outras pessoas aprisionadas que habitam o mesmo pavilhão que ela. A existência da *chaveira* demonstra as hierarquias entre as mulheres aprisionadas e os *meninhos* aprisionados e, ao mesmo tempo, seus nós e laços com a polícia penal que é responsável por manter a segurança e a ordem nas unidades. Ser *chaveira* é também ter privilégios no cotidiano prisional, sendo possível a geração de uma renda extra a partir de cobrança de favores e *pedágios*. Ao mesmo tempo, a *chaveira* é respeitada e temida e o exercício de suas funções pode ser considerada uma estratégia de sobrevivência pelas pessoas que as assumem. Acredito que as obrigações das *chaveiras* se relacionam com as das freiras do Bom Pastor já que as freiras, em alguma medida, foram elas mesmas *chaveiras*, isto é, as responsáveis pela manutenção e pela ordem da unidade, auxiliando as diretoras nas tarefas cotidianas nas celas e nos pavilhões. As freiras obedeciam às mães e exerciam poderes diretamente sobre as mulheres aprisionadas. As *chaveiras* cruzam fronteiras, mas obedecem à polícia penal, auxiliando na manutenção da ordem na prisão na qual se encontra. As Irmãs também transitavam pelas fronteiras entre a prisão, a capela e o convento no complexo do Bom Pastor, mas estavam diariamente na prisão onde realizavam sua missão religiosa, sendo submetidas as regras da Congregação. As freiras e as *chaveiras* faziam e fazem parte da administração e manutenção da prisão.

Os capítulos 4 e 5 tratam das estratégias de sobrevivência de forma mais direta. Apesar de terem pontos em comuns, as estratégias são situacionais e dependem da trajetória de vida de

cada pessoa e de suas redes de apoio e suporte desenvolvidas dentro e fora da prisão. As estratégias de sobrevivência demonstram como as pessoas reagem aos desafios do dia a dia prisional e como seus afetos são entrelaçados com relações de confiança e solidariedade forjadas na prisão. Assim, as estratégias assumem diversas formas, podendo ser individuais ou coletivas, pontuais ou com duração mais longa. Podem, inclusive, ser compostas por feminilidades baseadas em padrões hegemônicos de gênero. Assim, compreender como as mulheres aprisionadas e os *meninhos* aprisionados conseguem chegar vivas e vivos ao final de suas penas nas unidades prisionais de Pernambuco foi o que me guiou durante esta caminhada. Por se depararem com diversas formas de violências, violações de direitos e as condições de insalubridade das prisões é preciso ter estratégias e ser estratégica.

Diana, Catarina, Giovana, Angela, Aurora, Sandra, Tandra, Heloísa, Angélica, Melissa e outras interlocutoras apresentadas ao longo deste percurso trazem exemplos de como as estratégias de sobrevivência podem ser utilizadas. Ter estratégias é lidar com as situações de cada dia, escolhendo as formas de como resistir ao cotidiano violento da prisão, seja escutando conselhos e conhecimentos compartilhados, participando de rebeliões, cantando, lendo, orando, organizando e participando de concursos de danças ou escrevendo cartas e *catataus*. Assim, enfrentar uma punição severa por conta de ter sido pega com uma tesoura sem ponta por um policial penal ao invés de *cabuetar*, limpar e organizar uma cela para receber e acolher uma companheira com sua bebê recém-nascida, ser intermediária nas vendas dos objetos trazidos pelas visitas aos domingos, esconder celulares na vagina, planejar greves de fome, fazer denúncias, rebelar-se coletivamente diante da violência contra mulheres, dividir produtos de higiene pessoal, cantar, dançar, ler, orar, enviar cartas e conversar são estratégias de sobrevivência intersubjetivamente construídas no e costuradas pelo cotidiano violento das prisões. Ter estratégia e ser estratégica se faz, portanto, necessário para que a vida considerada subalternizada prossiga.

Estratégias de sobrevivências também estão relacionadas com as feminilidades aceitáveis e possíveis de se viver nas prisões. Ao assumir e demonstrar por meio do uso de seus corpos, práticas que (re)produzem padrões do que representa ser mulher na prisão, estratégias de sobrevivência são construídas. Assim, ao agir dessa forma, as mulheres constroem camadas de proteção contra a precariedade das prisões. Ao corporificar e performatizar feminilidades estratégicas, as probabilidades de que as mulheres aprisionadas possam sobreviver por mais tempo aumentam. Dessa maneira, cotidianamente, mulheres cruzam as fronteiras entre as vidas possíveis de serem mantidas e as que são consideradas descartáveis, corroborando com suas

práticas a constituição de feminilidades apreciadas dentro e fora das prisões. Ao utilizar os padrões de gênero hegemônicos estabelecidos por consensos sobre o que significa ser uma mulher respeitável, honrada e que tenha permissão para viver, as mulheres aprisionadas utilizam estratégias sofisticadas e eficazes para sobreviver na prisão.

Observamos algumas dessas feminilidades estratégicas no decorrer do capítulo 5 como a de boa mãe, a da trabalhadora, a da religiosa e a da empreendedora. Dessa forma, as práticas cotidianas dessas feminilidades estratégicas seguem os padrões de gênero e de raça hegemônicos operacionalizados pelo Estado por meio de suas instituições e leis e que, historicamente, são atribuídos às mulheres negras, maioria da população prisional (SISDEPEN, 2022) por meio das feminilidades de “mãe preta”, “mucama” (GONZALEZ, 1984;1986; 1988; 2011; 2014 e 2020). Dessa maneira, reagir com seus corpos, utilizando padrões de gênero hegemônicos que são estabelecidos por consensos sobre o que significa ser uma mulher respeitável, honrada e que tenha permissão para viver são estratégias eficazes para sobreviver na prisão. Seguindo essas estratégias de sobrevivência, as mulheres aprisionadas e *os menininhos* aprisionados se afastam da figura da *maloqueira* que representa tudo aquilo que não se deve ser.

Assim, podemos destacar duas feminilidades estratégicas que se localizam em lados opostos de comportamentos observados nas prisões femininas de Pernambuco. De um lado temos a figura da *chaveira* que representa a ordem, a obediência à polícia penal e à administração, a disciplina e a pessoa aprisionada que coopera na operacionalização do pavilhão em que habita. É a mulher que exerce a função de mediadora uma vez confiada às freiras por elas serem capazes de entender sua missão, suas responsabilidades e as regras do pavilhão. Do outro lado, temos a figura da *maloqueira* que representa a desordem, a desobediência, a rebeldia e tudo mais que não se encaixa na lógica disciplinar e punitivista que mantém a ordem e a manutenção da prisão. Ela é a pessoa aprisionada que causa *barulho*, confusão, que não merece confiança e que precisa ser contida violentamente. Aliás, ela pede para ser punida pela polícia penal.

Entre a *chaveira* e a *maloqueira*, outras feminilidades estratégicas aparecem no cotidiano prisional e, a partir delas, mulheres e *menininhos* vão se posicionando, reproduzindo suas próprias estratégias de sobrevivência. Observamos algumas dessas feminilidades como a boa mãe, dedicada às suas crianças e que querem retornar às suas casas para continuar a cuidar de suas filhas e de seus filhos; a trabalhadora que disponibiliza seu tempo e seu corpo útil e produtivo para *as firmas*, sendo capaz de sustentar a si mesma e a sua família sem fazer *corpo*

mole na prisão; a religiosa que embora não esqueça o que fez de errado, arrepende-se e encara o período na unidade prisional como uma provação divina ao qual deve passar já que tem o amor de Deus e fé; e, por fim, a empreendedora que faz seus *corres* com as condições que são possíveis na prisão e desenrola uma *ôia* aqui e outra acolá.

Assim, assumir e viver essas e outras feminilidades estratégicas são maneiras de se localizar diante das hierarquias das prisões e negociar sua existência. Para sobreviver, portanto, na prisão “tem que ter conhecimento” como me disse Melissa. As estratégias geradas pela população prisional nas unidades femininas de Pernambuco são (re)criadas com base nas experiências geradas no decorrer de suas trajetórias de vida, na sabedoria coletiva que constroem, na ancestralidade das que foram aprisionadas antes e na observação e compreensão do sistema criminal e prisional. Esse conhecimento construído, aplicado e vivido são formas sofisticada das pessoas, que são constantemente criminalizadas, subalternizadas, aprisionadas e que vivem em uma sociedade racista, classista, misógina e extremamente violenta como a pernambucana, sobreviverem e chegarem vivas no final do processo de encarceramento que enfrentam.

6.1 Liberdade cantou, e agora?

No dia 25 de julho de 2023, dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha e, no Brasil, dia nacional de Tereza de Benguela e da mulher negra, a Liberta Elas foi convidada para participar de um encontro com mulheres organizado pelo Grupo Mulher Maravilha e a Associação Pernambucana de Mães Solteiras – APEMAS, que aconteceu, entre 18h e 21h, em uma sala da Escola Municipal Santa Maria Giretti, localizada no bairro de Vasco da Gama¹²⁶, zona norte de Recife. O encontro faz parte do projeto intitulado ‘Direito das Mulheres e Acesso à Justiça’ lançado pela Secretaria da Mulher de Pernambuco por meio de edital público. O encontro aconteceu no formato de roda de diálogos onde nós e cerca de 18 mulheres do bairro, formado em sua maioria por mulheres negras e de idades variadas, conversamos sobre nossas entradas e saídas do cárcere e nossa incidência política mais atual: a formação da Rede de Luta pela Não Violência contra as Mulheres no Cárcere. Nesse encontro,

¹²⁶ Segundo o site da prefeitura de Recife, o bairro do Vasco da Gama possui cerca de 31.025 habitantes e entre eles e elas, 65,61% são pessoas negras e pardas. A proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio é de 49,51% e R\$ 1.1665,90 é o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios. <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/vasco-da-gama?op=NTI4Mg==> Acessado em 30/07/2023.

éramos, eu, Clarissa Trevas, Maria da Penha dos Santos e Grace Kelly Negromonte as pessoas que representavam a Liberta Elas.

Figura 43 – Card de divulgação do evento



Fonte: Arquivo Pessoal

Dessa forma, continuávamos a ser vasos comunicantes (Godoi, 2015) ao compartilhar o que vimos e ouvimos desde nossa primeira entrada nas unidades prisionais femininas em 2018. Relatávamos como entramos, o que encontramos e o que poderíamos fazer, juntas, para que as situações de violências, ao menos, se reduzissem nas unidades prisionais femininas de Pernambuco. Na ocasião, utilizamos metodologia semelhante a que usamos nas oficinas-encruzilhadas tantas vezes nas prisões. Mulheres de diferentes espaços sociais, diversas trajetórias de vida e que passaram por diferentes fronteiras se encontravam. Naquele momento, uma rede de apoio e suporte entre as mulheres na roda de diálogos e as pessoas aprisionadas nas unidades femininas forjavam solidariedade como as interlocutoras de Veena Das (2020) fizeram. No encontro que acontecia em Vasco da Gama, partilhamos experiências de como as mulheres e *os menininhos* conseguiam sobreviver lá dentro. Muitas das que nos ouviam também falaram que tinha familiares aprisionadas: filhas, mães, pais, irmãos, irmãs, tios, tias, sobrinhas, primas, primos e sobrinhos. A prisão atravessa a vida de muitas mulheres de forma direta ou indireta.

Além de mim e Clarissa que falávamos mais sobre as entradas que fizemos e a Rede de Luta, Penha e Grace também participavam. Penha adotou uma postura mais observadora, enquanto que Grace era mais agitada e falante. Depois de muitas formações que a Liberta Elas construiu também fora do cárcere, desde 2020, com elas e com outras mulheres e *menininhos* sobreviventes, começamos a participar de mais encontros com mulheres organizadas em outros grupos, coletivos, movimentos e ONGs. Com as mulheres do Grupo Mulher Maravilha e do APEMAS, a roda de diálogos girava com falas e perguntas que surgiam sobre as condições e o cotidiano das unidades prisionais. Era um momento de troca, fortalecimento e, pelo menos para mim, um momento de cura já que falar sobre a nossa caminhada, as prisões e as estratégias de sobrevivência das interlocutoras auxilia a *colocar o veneno pra fora*¹²⁷ de mim. Entre as perguntas que surgiram, algumas eram referentes aos objetivos da prisão e sobre nossas propostas já que pelo menos eu e Clarissa nos colocávamos contra a existência das prisões. As falas de Grace sobre como ela conseguiu sobreviver na prisão e sobre as violências que lá aconteciam eram também colocados na roda para a reflexão de todas. Assim, a rotina da coletiva agora incluía conversar sobre as prisões femininas de Pernambuco com outras mulheres. Na roda, havia ativistas integrantes de grupos feministas, como Sheila, Marli e Elizete, moradoras do Vasco da Gama como Conceição, pesquisadoras e sobreviventes do cárcere, mulheres com variadas profissões, raças, idades e ocupações, algumas mães, outras filhas, e algumas sem filhas ou filhos. Naquele encontro, conversamos sobre o sistema prisional de Pernambuco. Dessa forma, quero acreditar que esta pesquisa e seus resultados ultrapassaram os muros da universidade e das prisões, sendo essa uma conclusão importante para mim.

Para finalizar, pretendo continuar nessa caminha de pesquisa a fim de prosseguir observando e estudando o cotidiano prisional e seus arredores, as ordens nas celas e nos pavilhões, as relações interpessoais que acontecem nas e a partir das unidades prisionais sejam elas femininas ou masculinas, os afetos, a vida após o cárcere, as feminilidades estratégicas e outras temáticas que o campo me proporcione. Espero continuar a (re)aprender sobre as feminilidades assim como as masculinidades experimentadas e (re)produzidas nas prisões pelos *menininhos* aprisionados, além de compreender por meio das estratégias de sobrevivências das pessoas aprisionadas como podemos gerar argumentos, fatos e propostas de políticas públicas que sejam capazes de denunciar e acabar com as violências cometidas lá dentro, lutando pelo fim das prisões.

¹²⁷ Colocar o veneno pra fora significa falar das dores causadas por algo. No caso, contar o que foi vivido ao se deparar com o sistema prisional.

Figura 44 – Foto coletiva no final do evento – 25/07/2023



Fonte: Arquivo Pessoal

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal. *Novos estudos*, Cebrap, n° 43, p. 45-63, 1995.
- ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em Perspectiva Comparativa. *Estudos Históricos*, vol. 18, p. 283-300, 1996.
- AKOTIRENE, Carla. *Ó pa é, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas*. São Paulo: Pólen, 2020.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam: um universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ALVES, Dina. Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulista. *Revista CS*, vol. 21, p. 97-120, Universidade Icesi, 2017.
- ANDRADE, Camila Damasceno de. Mulheres Infames: criminalização e aprisionamento feminino em Santa Catarina (1950-1979). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, p. 91-127, 2018.
- ANGOTTI, Bruna. *Entre as leis da ciência, do estado e de deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018.
- ANTUNES, Sara Vieira. Para habitar entre grades: táticas de [sobre]vida na prisão. *Aracê: Direitos Humanos em Revista*, p. 116-135, 2017.
- ANTUNES, Sara Vieira. “Eu tô vivo e isso aqui é minha vida agora”: produção de territórios e condições de existência no cotidiano de uma prisão. *Revista de Antropologia*, Universidade de São Paulo, vol. 64, n° 1, 2021.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência. In *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*, Hollanda, Heloísa Buarque (org.), Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 323-339, 2019.
- ARAÚJO, Nathielly Darcy Ribeiro. Quando a batida da tranca embala o romance: Notas sobre relações afetivo-amorosas no contexto penitenciário da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor. Dissertação. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Programa, Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- ARTUR, Angela Teixeira. Práticas do Encarceramento Feminino: presas, presídios e freiras. Tese. *Universidade de São Paulo*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017.
- BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída de invisibilidade social feminina. *Contextos Clínicos*, vol. 5, p. 52-61, 2012.

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BIRMAN, Patrícia. Narrativas seculares e religiosas sobre a violência: as fronteiras do humano no governo dos pobres. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, vol. 09, 2019.

BOITEUX, Luciana; MAGNO, Patrícia Carlos; BENEVIDES, Laize (orgs.). *Gênero, feminismos e sistemas de justiça: discussões interseccionais de gênero, raça e classe*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Editora Bertrand, 1992.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Criminologia e prisão: caminhos e desafios da pesquisa empírica no campo prisional. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, vol. 1, nº 1, p. 46-62, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017

BRASIL. Lei no 13.257, de 8 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347/DF. Partido Socialismo e Liberdade – PSOL X União. Relator: Ministro Marco Aurélio de Mello. Acórdão de 09 set. 2015.

BUCKERIDGE, Fernanda. Por entre as grades: Um estudo sobre o cotidiano de uma prisão feminina. Dissertação. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BURITY, Joanildo; VAINSENER, Semira Adler. *Escurecimento no fim do túnel: o cotidiano das famílias de presos no estado de Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 2005.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: the performative in the political*. Polity: UK, 2013.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Tradução: Sérgio Tadeu de Nicmeyer e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Françoli. São Paulo: n-1 edições e crocodilo edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Tradução: Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. Coordenação da tradução: Carla Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CARDOSO, Cláudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22 (3), p. 965-986, 2014.

CARDOSO, Fernando da Silva; GONZAGA, Maria Simone. Sentidos da maternidade na prisão: um estudo empírico na Colônia Penal Feminina de Buíque. *Revista Jurídica*, vol. 02, nº 55, Curitiba, p. 342-363, 2019.

CARVALHO, Salo de. *O papel dos atores do sistema penal na era do punitivismo (O exemplo privilegiado da aplicação da pena)*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

CAMARA, Helena Figueira. *Além dos muros e das grades (discursos prisionais)*. São Paulo: EDUC, 2001.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 16, nº 2, p. 233-249, 2006.

CASTRO, Helena Rocha Coutinho de. O dito pelo não dito: uma análise da criminalização secundária das traficantes na cidade do Recife. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime: a caminho dos Gulags em estilo ocidental*. Tradução: Luís Leiria. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução: Juliana Galvão. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, nº 1, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jammille Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORTÊS, Mariana. O mercado pentecostal de pregações e testemunhos: formas de gestão do sofrimento. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. 34, nº 2, p. 184-209, 2014.

COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betania; SILVA, Rosane; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica (orgs). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

DALY, Kathleen. Criminal law and justice system practices as racist, white, and racialized. *Washington and Lee Law Review*, vol.51, 1994;

D´ANGELO, Luisa Bertrami; COSTA, Vanessa de Andrade; Rocha, Bárbara Silva da et al. Performatividade de gênero em unidades prisionais femininas do Rio de Janeiro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, p. 44-59, 2018
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/vjYskbfzPH7mkKNcXmR8Tyc/> Acessado em 30/07/2023.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. In *Cadernos Pagu*, vol. 37, p. 9-41, 2011.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao cotidiano*. Tradução: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DAVIS, Angela. *Incarcerated Women: Transformative Strategies*. *Black Renaissance*, vol. 1, p. 1-21, New York: Institute of African American Affairs, 1996.

DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. *Rev. Estudos Feministas*, vol. 11, nº 2. Florianópolis, 2003.

DAVIS, Angela. *A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura*. Tradução: Artur Neves Teixeira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução: Marina Vargas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.

DAVIS, Angela. *Uma autobiografia*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

DINIZ, Débora. *Cadeia: relatos sobre mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. Tradução: Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, nº 13, p. 155-161, 2005.

FALCÃO, Lara Maria Alves. “Um crime que a gente não trabalha”: o sistema de justiça criminal e as lógicas organizacionais da tortura policial em Pernambuco. Dissertação. Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

FELTRAN, Gabriel; MOTTA, Luana. Polícia e ladrão: uma abordagem etnográfica em pesquisa multimétodos. *Runa*, vol. 42, nº 1, p.43-64, 2021. <http://www.scielo.org.ar/pdf/runa/v42n1/1851-9628-run-42-01-43.pdf> Acessado em 30/07/2023.

FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: Uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. *Temporalis*, Brasília, vol. 14, nº 27, 99-117, 2014.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula. Supremo Tribunal Federal e a naturalização da barbárie. *Rev. Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 02, p. 1211-1237, 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Dissertação de mestrado em direito. *Universidade de Brasília, Brasília*, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva. Curso no Collège de France (1972-1973)*. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, vol. 14, nº 2, p. 11-33, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, vol. 1 e 2, 1981.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global editora, 2019.

GIAMBERARDINO, André; Roig, Rodrigo Duque Estrada; Carvalho, Salo de (orgs). *Cárcere em fábrica: escritos em homenagem a Massimo Pavarini*. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

GODOI, Rafael. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. *Vivência Revista de Antropologia*, nº 46, p. 131-142, 2015.

GODOI, Rafael. Penar em São Paulo: Sofrimento e mobilização na prisão contemporânea. *RBCS*, vol.31, nº 92, p. 1-18, 2016.

GODOI, Rafael. A prisão fora e acima da lei. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, vol. 31, nº3, 2019.

GÓES, Luciano. Pátria exterminadora: o projeto genocida brasileiro. *Revista Transgressões: Ciências Criminais em debate*, vol. 5, nº 2, p. 1-27, 2017.

GONÇALVES, Cristhovão Fonseca. Nas redes da proibição: crack, polícia e segurança pública na grande Recife. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol.129, ano 25, p.107-136. São Paulo: 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In *Revista Ciências Sociais*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. *Revista Ipeafro*, Afrodiáspora, nº 6-7, p. 94-106, 1986.

GONZALEZ, Lélia. A categoria política-cultural de Amefricanidade. In *Tempo Brasileiro*, nº 92/93, 69-82, Rio de Janeiro, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, nº 1, Batalha de Ideia, Brasil, p. 12-20, 2011.

GONZALEZ, Lélia. 2020. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOSTINSKI, Aline; BISPO, Caroline; MARTINS, Fernanda. Estudos Feministas por um direito menos machista. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2019.

HELPEES, Sintia Soares. Mulheres na prisão: uma reflexão sobre a relação do Estado brasileiro com a criminalidade feminina. *Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, vol. 2, nº 3, 2013.

HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese. *Universidade de São Paulo*. 2010.

HOOKS, Bell. Sisterhood: Political solidarity between women. In *Dangerous Liaisons: Gender, Nation, and Postcolonial Perspectives*. McClintock, A; Mufti, A; Shohat, E. (Orgs), Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 96-411, 1997.

HOOKS, Bell. *Feminist Theory: from margin to center*. New York and London: Routledge, Taylor and Francis Group, 2015.

INFOPEN, 2018. https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf Acessado em 27/02/2023.

Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC). *Maternidade Sem Prisão: diagnóstico da aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres* [recurso eletrônico]”, 2019. Site: <https://ittc.org.br/maternidadesemprisao/> Acessado em 06/04/2023.

JESUS, Maria Gorete Marques; RUOTTI, Caren; ALVES, Renato. “ A gente prende, a audiência de custódia solta”: narrativas policiais sobre as audiências de custódia e a crença na prisão. *Rev. Bras. Segurança Pública*, São Paulo, vol. 12, nº 1, 152-17, 2018.

KHAN, Aisha. The Carceral State: An American History. *Annual Review of Anthropology*, p. 49-66, 2022.

KOERMER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. *Lua Nova*, São Paulo, vol. 68, p. 205-242, 2006.

LAGO, Natália Bouças do. Dias e noites em Tamara: prisões e tensões de gênero em conversas com ‘mulheres de preso’. *Cadernos Pagu*, vol.55, 2019.

LAGO, Natália; Zamboni, Marcio. Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em tempos de encarceramento em massa. In *BR111: A rota das prisões brasileiras*. Organização de Fabio Mallart e Rafael Godoi. São Paulo: Veneta, 2017.

LARRAURI, Elena. É neutro o direito penal? O mau-trato às mulheres no sistema penal. Tradução: Odone Sanguiné. *Fascículos de Ciências Penais*, vol. 6, nº 1, p. 8-22, Porto Alegre, 1993.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de; PEREIRA NETO, André de Faria; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho; DIAS, Maria Djair, FERREIRA FILHA, Maria de Oliveira. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, vol. 37, nº 98, p. 446-456, 2013.

LINS, Valéria Maria Cavalcanti. *Mulheres encarceradas, vínculos e relacionamentos: articulações com dispositivos de saber e poder*. Recife: Editora Bagaço, 2015.

MAHMOOD, Saba. Teoria Feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, nº 23, p. 135-175, 2019.

MAIA, Clarissa Nunes. Quando a liberdade não é um bem que pertence a todos: a condição de vida dos escravos na Casa de Detenção da cidade do Recife. *Clio - Revista de Pesquisa História*, nº 17, p. 19-27, 1998.

MAIA, Clarissa Nunes, ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de. *O trabalho prisional na Casa de Detenção do Recife no século XIV*. Passagens Revista Internacional de História e Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 2, p. 187-202, 2011.

MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). *História das prisões no Brasil*. Vol 1 e 2, Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial*. Tradução: Plínio Dentzien. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2010.

MONTE, Bruna Neves Lumanck do. Morte ou Cadeia, dessa dor não se distrai: mapeamentos do Gênero na bibliografia sobre mercados ilegais de drogas. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2022.

MARQUES, Aline Fernandes. *Têm mulheres na prisão, tem prisão nas mulheres: uma análise das atividades laborais e educacionais desempenhadas por mulheres presas em estabelecimentos prisionais mistos de Santa Catarina*. Dissertação, Pós-Graduação em direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2019.

MOREIRA, Adilson José. *Pensando como um negro: Ensaio de hermenêutica jurídica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de. Crime é “coisa de mulher”: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife – Pernambuco. Tese, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

PADOVANI, Natália Corazza. *Sobre casos e casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese. *Universidade Estadual de Campinas*. Campinas, São Paulo, 2015.

PADOVANI, Natália Corazza. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. *Cadernos Pagu*, Dossiê Gênero e Estado: Formas de gestão, práticas e representações, vol.51, 2017a.

PADOVANI, Natália Corazza. Luana Barbosa dos Reis, Presente!: Entrelaçamentos entre dispositivos de gênero e feminismos ocidentais humanitários diante das violências de Estado. *In BR111: A rota das prisões brasileiras*. Organização de Fabio Mallart e Rafael Godoi. São Paulo: Veneta, 2017b.

PADOVANI, Natália Corazza. Nós por Nós: Teias de solidariedade, políticas de desencarceramento e abolicionismo penal no mundo em pandemia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*. Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia, p. 1-17, 2020.

PASSETTI, Edson (org.). *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro, 2004.

PASSOS, Maria Clara dos. *Pedagogias das travestilidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PEQUENO, Anita Maria Soares. Entre o mito e a memória: atravessamentos históricos, políticos e teóricos entre Gilberto Freyre e Lélia Gonzalez. *Temáticas*, Campinas, vol. 30, nº 59, p. 57-91, 2022.

PERNAMBUCO (2016). Lei nº 15.755. Código Penitenciário do Estado de Pernambuco.

PIRES, Thula; FREITAS, Felipe (orgs). *Vozes do Cárcere: ecos da resistência política*. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

PRIORI, Cláudia. A construção social da identidade de gênero e as mulheres na prisão. *Revista Nupem*, Campo Mourão, vol. 3, nº 4, 2011.

RAZACK, Sherene. *Looking white people in the eye: gender, race, and culture in courtrooms and classrooms*. University of Toronto Press, 1998.

RAZACK, Sherene. Gendered racial violence and spatialized justice: the murder of Pamela George. In *Race, Space, and the Law*. Razack, Sherene (org.), Canada: Between the Lines, 2002.

RODRIGUES, Fernando de Jesus; Silva, Ada Rízia Barbosa da; Santos, Alana de Barros. Notas sobre redes de proteção: facção, família e crime em periferias urbanas de Alagoas. *Diversitas Journal*. Santana do Ipanema/AL. vol. 5,n.3, p.2297-2316, 2020.

ROSENTHAL, Gabriele. 2014. História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, nº 2, p. 227-49, 2014.

SÁ, Natália Regina Borba de. Subjetividade e sujeição criminal no discurso judiciário: o processo de atribuição de características psicossociais aos réus condenados por latrocínio em Recife- Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. *Mulher brasileira: opressão e exploração*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTOS, Charisma Cristina Alves Tomé dos. *Um olhar sobre a Colônia Penal Feminina do Recife: dinâmica e compreensão do perfil da mulher no cárcere*. Monografia, Faculdade Integrada do Recife, 2009. www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5475 Acessado em 16/03/2023.

SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen> Acessado em 030/08/2023.

SMART, Carol. *A mulher do discurso jurídico*. Tradução: Alessandra Harden e Fernanda Garcia. *Revista Direito Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 11, nº02, 2020.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TELLES, Vera da Silva. *Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade*. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social - Edição Especial*, vol. 2, nº5-6, p. 97-126, 2010.

TELLES, Vera da Silva. *Resistências, sublevações, o ‘rumor das batalhas’*. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social - Edição Especial*, nº2, p. 11-28, 2017.

TREVAS, Clarissa Torres Y Plá. *Impacto da Recomendação Nº 62 do CNJ no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Análise de decisões de Habeas Corpus em face de Mulheres*. Monografia. Universidade Católica de Pernambuco, 2022.

VASCONCELOS, Karina Nogueira (Org). *O Bom Pastor: as histórias e os afetos*. Recife: Instituto Brasileiro Pró-Criança, 2012.

VIANA, Priscylla Kethellen; CARDOSO, Franciele Silva. *Encarceramento feminino por tráfico de drogas no Brasil: a estratégica neoliberal de exclusão das mulheres à margem do sistema capitalista*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 146, p. 613-647, 2018.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. *O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens*. *Cadernos Pagu*, vol. 51, 2017.

WORLD FEMALE IMPRISONMENT LIST, 5a edição, 2022. https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf Acessado em 06/06/2023.

ANEXOS

Anexo A - Muriçoca Fugiu da Colônia Penal (Diário de Pernambuco.07 de abril de 1968)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO — DOMINGO, 7 DE ABRIL DE 1968

POLÍCIA DESBARATOU "GANG" SULISTA DE

"Muriçoca" fugiu da Colônia Penal

Forçando a porta de sua cela, a detenta Maria Angelita da Silva, vulgo "Muriçoca", fugiu na madrugada de ontem, da Colônia Penal do Bom Pastor. "Muriçoca" havia sido condenada à dois anos e dois meses de reclusão, incurso nas penas do artigo 155, parágrafo 11, do Código Penal. Estava há três dias recolhida na Colônia.

A irmã Benigna, ao tomar conhecimento da fuga da prisioneira, comunicou o fato ao delegado Edson Moury Fernandes que se encontrava de plantão na Secretaria da Segurança Pública.

Diversas mulheres recolhidas na Colônia Penal do Bom Pastor são criminosas, arrombedoras, ladras, infanticidas e macocheiras algumas das quais consideradas altamente perigosas.

Na sexta-feira passada, o secretário do Interior e Justiça, ara. Evandro Ochofe fez uma visita à Colônia e prometeu tomar providências no sentido de melhorar e ampliar as celas, reforçando seis para as detentas mais perigosas.

ESCOLA DE ARTES

No dia 5 do corrente foi inau-

Os investigadores Aderbil Carnalha e Sívio Serafin, lotados no Departamento de Investigações da SSP, sob a orientação do titular daquela órgão, sr. José Bartolomeu Gibson, estabeleceram na madrugada de ontem a prisão de quatro integrantes de uma "gang" sulista de ladrões de automóveis.

Ao que presunse a polícia, os referidos elementos pertencem à quadrilha que, ultimamente, em apenas 24 horas, furtaram nove automóveis no Recife, e seis na capital parabiána.

As diligências se processam sob o mais rigoroso sigilo, razão por que o sr. Bartolomeu Gibson não quis fornecer à imprensa os nomes dos ladrões capturados.

OS FATOS

Logo que foi informado do desbaratamento de uma quadrilha de ladrões de carros na cidade de Salvador, e de que alguns de seus membros teriam fugido para o Recife, o diretor do Departamento de Investigações mobilizou seu pessoal para localizar os remanescentes da "gang".

Estavam as coisas nesse pé, quando, em tempo "record", nove carros foram furtados.

Iniciada uma série de investigações, durante as quais os mais leves indícios eram considerados importantes, as autoridades chegaram à conclusão de que alguns elementos recentemente chegados ao Recife, egressos do Sul do país, estavam implicados na transação dos carros furtados.

Armado e pôto em prática o esquema para a captura dos membros da "gang", na madrugada de anteontem foram presos quatro dos seus integrantes.

CONTINUAM AS DILIGÊNCIAS

Os marginais que se encontram custodiados em lugar não revelados pela polícia, até as 12 horas de ontem não haviam sido interrogados.

Enquanto isso, o cerco policial em vários pontos da cidade, visando a captura de outros elementos, foi intensificado a partir das 18 horas, quando esperavam os policiais encarregados das investigações localizar o restante dos fugitivos.

APREENDIDO UM AUTOMÓVEL

No decorrer das investigações apreendido um aut.-el DKW Vomag, furtado pela "gang" num Estado sulino.

Trânsito não concede licença

"Muriçoca" fugiu da Colônia Penal

Forçando a porta de sua cela, a detenta Maria Angelita da Silva, vulgo "Muriçoca", fugiu na madrugada de ontem, da Colônia Penal do Bom Pastor. "Muriçoca" havia sido condenada à dois anos e dois meses de reclusão, incurso nas penas do artigo 155, parágrafo 11, do Código Penal. Estava há três dias recolhida na Colônia.

A irmã Benigna, ao tomar conhecimento da fuga da prisioneira, comunicou o fato ao delegado Edson Moury Fernandes que se encontrava de plantão na Secretaria da Segurança Pública.

CELAS FRACAS

A irmã Benigna, disse que as portas das celas da Colônia são de compensados e não oferecem garantia. Alegou ainda, que "muriçoca", após forçar a porta de sua cela, arrombou uma janela e em seguida ganhou a liberdade.

Diversas mulheres recolhidas na Colônia Penal do Bom Pastor são criminosas, arrombedoras, ladras, infanticidas e macocheiras algumas das quais consideradas altamente perigosas.

Na sexta-feira passada, o secretário do Interior e Justiça, ara. Evandro Ochofe fez uma visita à Colônia e prometeu tomar providências no sentido de melhorar e ampliar as celas, reforçando seis para as detentas mais perigosas.

ESCOLA DE ARTES

No dia 5 do corrente foi inaugurada a Escola de Artes e as aulas são ministradas por professoras da Fundação Guararapes. Trinta e duas detentas participam do curso de tecelagem, tapeçaria, cestaria, corte e costura, decoração do lar e cerâmica, devendo concluir o curso em maio, ocasião em que entrarão em funcionamento íbricas dessas especialidades.

Anexo B – Detentas driblam a guarda (Jornal do Comércio. 26 de fevereiro de 1994)

► Cidades

Jornal do Comercio

► Fuga no Bom Pastor

Detentas driblam a guarda

As detentas Michelle e Roselândia eram novatas mas apresentavam bom comportamento

A primeira fuga bem-sucedida na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, no Engenho do Meio, ocorreu ontem pela madrugada, quando as detentas Michelle Maria da Silva, 20 anos, e Roselândia Antônia de Santana, 21, escaparam pelo telhado e, em seguida, pularam o muro que cerca a área. O coronel Jeroham Gonzaga da Silva, diretor da Diretoria do Sistema Penitenciário (Disipe), admite ainda não ter pistas das mulheres. "É bem provável que elas não tenham ido para casa", supõe o diretor, que não revela os endereços, muito menos divulga fotos das duas fugitivas. Ele disse que uma sindicância foi instaurada para apurar se houve falha da guarda penitenciária. "Do local onde ficam os policiais militares responsáveis pela guarda externa, daria para ter visto tudo", acredita.

De acordo com o coronel Jeroham Gonzaga, a falta das detentas Michelle e Roselândia

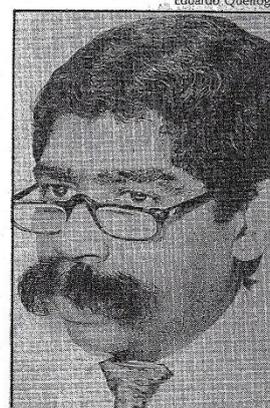


FACILIDADE — O diretor do Disipe acha que a guarda poderia ver a fuga do local onde se encontrava

estavam presas há três meses, chegaram juntas à Colônia Penal, e aguardavam julgamento por furto. "Como aparentavam ter bom comportamento, foram colocadas numa cela simples, sem laje, onde dormiam sozinhas", diz. Ele explica que as mulheres utilizaram a armação da cama como escada para ter acesso ao teto e retiraram duas telhas. O diretor não revela, porém, quantos são, nem os nomes dos policiais que fazem a guarda.

brinca.

TENTATIVAS FRUSTRADAS — A Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, com capacidade para 65 mulheres, tinha até ontem uma população de 85 (incluindo-se as duas foragidas). Segundo o coronel Jeroham Gonzaga, existem 50 celas individuais e duas coletivas e esta é a primeira vez que alguma das detentas leva a termo um plano de fuga. Há três anos,



SINDICÂNCIA — O coronel Jeroham mandou instaurar inquérito

estava na rua foi flagrada pela guarda. No ano passado, a tentativa de fuga de uma outra presa terminou sendo frustrada por uma queda que levou do telhado.

A sindicância instaurada pela Secretaria da Justiça será presidida pelo major Dickson Franklin Alves de Lima. Paralelamente à sindicância, o Comando Geral da Polícia Militar também vai apurar se houve negligência da guarda, atra-

Anexo C – Detentas entram em greve de fome no Bom Pastor (Jornal do Comércio. 10 de novembro de 2000)



PROTESTO Mulheres do Bom Pastor decidiram se organizar para fazer pressão e conseguir mais agilidade da Justiça

Detentas entram em greve de fome no Bom Pastor

As detentas do Bom Pastor entraram em greve de fome, ontem, reivindicando revisão de suas penas. Elas protestam contra as condições precárias da unidade e reclamam da lentidão da Justiça. Muitas acreditam que já passaram do tempo para receber liberdade condicional e alvará de soltura definitiva.

■ CIDADES 1 e 2

Anexo D – Detentas denunciam espancamento (Jornal do Comércio - 13 de novembro de 2000)

PENITENCIÁRIA Advogada da OAB colheu depoimentos durante visita ao Hospital de Custódia, para onde as 27 presas foram levadas após prote-

Detentas denunciam espancamento

As 27 presas da Colônia Penal Feminina que participaram da greve de fome, ocorrida na semana passada, foram espancadas por policiais militares do Batalhão de Choque. A denúncia é das advogadas Maria José do Amaral e Marleide Nunes, que fazem parte da Comissão Seccional da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

As visitaram as detentas na última sexta-feira e constataram, ao conversar com as presas, que a maioria delas apresentava náuseas de cacetetes e machucados.

Segundo Maria José, as mulheres também foram dopadas com doses dos medicamentos Amplictil e Diazepam, quando chegaram ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), em Jariacá. A advogada deverá entregar hoje um relatório ao presidente da OAB, Aluizio Xa-

vier, contando o fato. O documento também será entregue ao Ministério Público Estadual e às Procuradorias Regional e Federal dos Direitos do Cidadão. "Vou solicitar à direção do hospital cópias das perícias médicas, além de uma explicação sobre a medicação utilizada. Esse tipo de atitude viola os direitos humanos e merece o repúdio da sociedade", afirmou a advogada.

Advogadas afirmam que presas foram dopadas com doses de Amplictil e Diazepam

"Os policiais entraram na unidade com cães, bombas e revólveres. Algumas das presas guardaram cartuchos de balas que foram disparadas por eles. As mulheres têm condições, inclusive, de identificar os agressores", disse Maria José do Amaral. A advogada não soube informar se as detentas vão mover uma ação contra o Governo do Estado. Ainda de acordo com Maria José, a diretora do HCTP, Ana Maria de Carvalho Bezerra, determinou que o médico de plantão

realizasse perícias traumatológicas nas detentas.

O secretário estadual de Justiça, Humberto Vieira de Melo, afirmou desconhecer o fato de as presas terem sido espancadas, mas se comprometeu a averiguar as informações ainda hoje. "As detentas foram transferidas para o hospital psiquiátrico temporariamente. Não sabemos ainda para onde elas serão encaminhadas", informou o secretário de Justiça.

Conforme Maria José do Amaral, a Comissão Parlamentar de Defesa da Cidadania e Justiça da Assembleia Legislativa deverá marcar uma audiência, esta semana, para discutir o assunto. "Haverá também uma reunião amanhã (hoje) às 9h, no HCTP para definir o destino das presas. Elas estão com medo do que poderá acontecer daqui pra frente, principalmente depois dos espancamentos", enfatizou a advogada. "Elas não são loucas para estarem em um hospital psiquiátrico. Queremos que alguém explique o porquê disso ter acontecido, pois houve desrespeito à Constituição", comentou a advogada.



PROTESTO Detentas da Colônia Penal se rebelaram, na última quinta-feira, para exigir benef

Anexo E – Governo quer transformar um presídio em pólo de confecções (Diário Oficial de Pernambuco. 29 de abril de 2004)

~

Governo quer transformar um presídio em pólo de confecções

Transformar a Colônia Penal Feminina do Recife num grande pólo de confecções é uma das metas da Secretaria de Defesa Social, segundo antecipou ontem o secretário João Braga, ao assinar três convênios para a produção de fardamentos e enxovais hospitalares na unidade prisional.



O secretário salientou a importância da utilização da mão-de-obra carcerária, sobretudo das mulheres no trabalho de costura. “Além de ocupar o tempo livre das reeducandas, a costura oferece uma alternativa de renda

para a família e significa uma profissão a ser exercida quando da conclusão da pena”. De acordo com João Braga, 45% das 325 internas da Colônia Penal Feminina do Recife cumprem pena por tráfico de drogas e ingressaram no crime através

dos maridos ou companheiros. Ele citou casos de maridos que estão detidos em presídio masculino, e a mulher

cumpe pena em unidades femininas, enquanto os filhos ficam sob a

responsabilidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac). “Em resumo,

o ônus para manutenção de toda a família acaba ficando com o Estado”, sintetizou o secretário. Somente para o Hospital São Marcos, está prevista a produção de cinco mil peças por mês, entre lençóis, fronhas, jalecos para médicos de blocos cirúrgicos. Esse trabalho vai utilizar a mão-de-obra de 50 costureiras, outras duas internas para a pintura da logomarca da empresa, além de uma cortadeira.

Outro convênio foi assinado com a Coopvita (uma cooperativa de trabalho que fornece mão-de-obra para a área hospitalar), e o terceiro, com a empresa “Braga e Filhos”, também para confecções de fronhas e lençóis.

Encomendas garantem às internas renda superior a um salário mínimo

No início deste mês, o secretário João Braga assinou outros quatro convênios com empresas pernambucanas para a utilização de mão-de-obra de 60 internas da Colônia Penal Feminina.

Cada interna é remunerada de acordo com o número de peças produzidas. De acordo com a gerente da unidade, Ana Moura, o valor é sempre superior a um salário mínimo.

A GG Fardamentos, do setor de confecções; a Trade Center Comercial Ltda e Lateral Mercantil Ltda, que fazem embalagens de preservativos e luvas de látex, renovaram os

contratos de prestação de serviço com a unidade prisional, enquanto a Floricultura Pernambucana deverá iniciar as encomendas a partir do mês de agosto. A Colônia Penal Feminina recebeu também pedidos do Tribunal de Justiça, para a produção de 600 togas, com um valor total de R\$ 7,2 mil, enquanto o Ministério Público de Pernambuco encomendou uma remessa de 260 camisas sociais, para o uniforme dos motoristas, no valor total de R\$ 7,8 mil. Já a Polícia Civil tem uma encomenda de camisetas, bonés, coletes, entre outras peças de fardamento.

COM OS TRÊS convênios assinados ontem, sobe para sete o número de empresas que este ano vão utilizar peças produzidas pelas internas da Colônia Penal Feminina do Recife



INTERNAS garantem renda para a família com o tra... no pólo de costura da Colônia Penal

Anexo F – Brasil é o 3º país com mais mulheres presas no mundo (Folha de São Paulo. 26 de outubro de 2022)

Brasil é o 3º país com mais mulheres presas no mundo

Estudo mostra que número de brasileiras encarceradas quadruplicou desde 2000

Fernanda Mena

SÃO PAULO Desde o ano 2000, o número de mulheres presas no Brasil quadruplicou enquanto, no mundo, a população prisional feminina cresceu 60%, somando 740 mil mulheres.

Com o aumento desproporcional, o Brasil bateu a marca das 42 mil presas, ultrapassou a Rússia (37 mil) e assumiu a terceira posição no ranking dos países com mais mulheres atrás das grades. A lista é encabeçada por EUA (211 mil) e China (145 mil).

Os dados são da quinta edição do World Female Imprisonment List, levantamento global sobre mulheres presas realizado pelo ICPR (sigla em inglês para Instituto de Pesquisa em Políticas Criminal e de Justiça) de Birkbeck College (Universidade de Londres), no Reino Unido.

Para comparação, considerando homens presos, o Brasil ocupa desde 2017 a mesma terceira posição no ranking global, também atrás de EUA e China. Desde 2000, essa população aumentou 22% no globo — quase um terço do crescimento entre mulheres.

A taxa de encarceramento feminino no Brasil, que em 2000 era de 6 presas para cada 100 mil mulheres, agora é de 20, o que coloca o país em 15º lugar no ranking proporcional — liderado por EUA (64), Tailândia (47), El Salvador (42), Turcomenistão (38), Brunei (36), Macau, na China, (32), Belarus (30), Uruguai (29), Rússia (27) e Coreia do Norte, Somália e Uzbequistão.

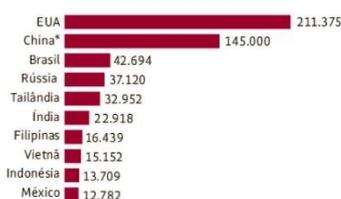
Os dados consideram tanto presas provisórias (que ainda não foram julgadas) quanto condenadas. No Brasil, 45% das mulheres encarceradas são presas provisórias.

Para Catherine Heard, diretora do projeto do ICPR, é preocupante o aumento de mulheres presas porque as evidências mostram que a prisão é particularmente prejudicial para elas. "Seus impactos adversos continuam por muito mais tempo e podem causar danos irreparáveis, não apenas às

Brasil é o terceiro país com mais mulheres presas

740.000 mulheres e meninas estão presas em todo o mundo 60% foi o aumento desde 2000

Onde há mais mulheres encarceradas

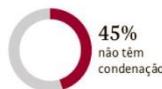


*números incompletos

No Brasil, o número de mulheres presas é pelo menos quatro vezes o de 2000



Estados com mais presas



Maiores taxas de presas sem condenação



Fonte: World Female Imprisonment List - World Prison Brief, Institute for Crime and Justice Policy Research e Infopen Mulheres 2018

mulheres, individualmente, mas também a seus filhos."

No Brasil, 74% das mulheres presas são mães e 56% têm dois ou mais filhos, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública de 2018. "Muitas mulheres presas são mães que têm sido a principal ou a única cuidadora de seus filhos. Portanto, as con-

sequências de cada vez mais mulheres serem presas são sérias para famílias, comunidades e para a sociedade como um todo", afirma Heard. Segundo ela, observar o sistema prisional através de um recorte de gênero é importante porque "mulheres presas, em geral, vêm de um contexto de privação e desigualdade".

Entre as presas brasileiras, 63,5% são mulheres negras, 47,3% são jovens e 51,9% têm apenas o ensino fundamental incompleto. Além disso, dados de 2018 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) a partir do registro no CadÚnico mostram que a mediana da renda familiar mensal per capita de mulheres presas era de R\$ 40 enquanto a de mulheres não presas era de R\$ 100.

Para Karine Vieira, que passou pelo sistema carcerário de São Paulo antes de criar a ONG Resposta, em que auxilia egressas de presídios numa nova jornada fora do crime, as mulheres entram na criminalidade por fatores diversos, mas uma parte considerável é por questão de sobrevivência e de autonomia.

"Há um crescimento enorme de mulheres que buscam gerar renda para manter sua vida, seus lares, seus filhos e, por falta de oportunidade, encontram na criminalidade uma maneira de sobrevivência", avalia ela.

"São mães solas, mulheres que rompem relacionamentos, entre outras. É importante enxergarmos que boa parte delas são mulheres periféricas, com baixa escolaridade e pouco acesso", afirma.

Heard, a diretora do programa de dados prisionais do ICPR, aponta que o aumento exponencial de mulheres presas no Brasil teve como motores o "uso praticamente automático da prisão preventiva nos casos de acusação de crimes ligados a drogas e as altas penas aplicadas a esses casos".

No Brasil, 3 a cada 5 mulheres presas respondem por crimes relacionados à Lei de Drogas (11.343), de acordo com o Infopen 2018.

"Os países que apresentaram os maiores crescimentos [de mulheres presas] tiveram 'guerra às drogas' muito duras nos anos recentes, o que envolve políticas de tolerância zero até para práticas menores, como posse para uso pessoal", afirma Heard. "Essas são políticas exportadas dos EUA para a América Latina e também para alguns países da Ásia, como a Tailândia", explica.

Para a pesquisadora britânica, é importante observar que as presas "têm histórias anteriores de traumas, problemas de saúde mental, desamparo, abuso de drogas ou álcool e violência sexual ou doméstica".

Anexo G – Mulheres encarceradas do Bom Pastor recebem projeto da DPU e da Liberta Elas (Site DPPU. 29 de abril de 2019)

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO RECIFE /PE

[Início](#) | [DPU](#) | [Projetos](#) | [Defensores](#) | [Cartilhas](#) | [Legislação](#) | [Estágio](#) | [Imprensa](#) | [Contato](#)

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2019

Mulheres encarceradas do Bom Pastor recebem projeto da DPU no Recife



A Defensoria Pública da União (DPU) no Recife realizou nova edição de projeto para tirar dúvidas jurídicas das mulheres em situação de cárcere na Colônia Penal Feminina do Recife (PE), mais conhecida como Bom Pastor. A ação aconteceu na tarde da terça-feira (23) e durou cerca de duas horas. O projeto é uma parceria da área criminal da DPU no Recife e do coletivo Liberta Elas.

A visita começou com a defensora pública federal Tarcila Maia Lopes falando para cerca de 20 mulheres sobre o trabalho da DPU, explicando quais são os procedimentos da área criminal e a diferença de atuação da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública do Estado. Ao final da explanação, as presas puderam tirar suas dúvidas.

"Esses encontros têm sido muito importantes, tanto para a DPU como para as mulheres que estão presas e participam da reunião. É uma oportunidade que elas têm de receber informações sobre os procedimentos legais e de tirar dúvidas, como por exemplo se têm direito à prisão domiciliar. E para a DPU é também muito importante ter projetos em educação em direitos para pessoas em situação tão vulnerável, pois nos coloca frente a frente com a realidade tão dura das pessoas em situação em prisão. Isso certamente fará com que nossa atuação se aprimore", destacou a defensora, que estava acompanhada dos estagiários Gustavo Pires e Ana Luíza Leal.



Segundo Juliana Trevas, representante do Coletivo Liberta Elas, as explicações estão sendo muito positivas. "Tarcila explicou o processo penal em termos gerais de maneira direta, clara e sem usar um discurso esnobe e técnico que muitos operadores do direito utilizam. Explicou com delicadeza e firmeza todas as dúvidas que as mulheres trouxeram sobre seus processos. Muitas se interessaram e confiaram nela", enfatizou.

O Coletivo Liberta Elas acredita que a participação da DPU nesse projeto é importante, pois gera uma oportunidade de democratizar o direito e possibilita a troca de informações com as mulheres em situação de cárcere. "Além da parte técnica, elas têm a oportunidade de serem escutadas e também desabafarem. Ter alguém do direito, uma autoridade, traz dignidade para as mulheres que se encontram no sistema prisional. Além do mais, Tarcila leva estagiários e contribui para a formação de futuros operadores do direito. Os operadores do direito não podem ficar restritos aos escritórios e aos fóruns e tribunais. Ir ao cárcere e observar as condições e todo o sofrimento são pontos importantes para se ter mais responsabilidade social e se pensar e repensar todo o sistema de justiça criminal e prisional", finalizou Juliana Trevas.

Ainda sem data fechada, o projeto volta a acontecer no mês de maio com uma novidade. "A ideia é levar, na próxima visita, as informações sobre o andamento processual para elas, ou seja, fazer consultas dos processos das mulheres que tiveram dúvidas", contou a defensora Tarcila Maia Lopes.

Liberta Elas

O Liberta Elas é um projeto voltado para as mulheres encarceradas de Pernambuco, criado em 2018 após uma ação na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor. A proposta é estabelecer contato com mulheres em situação de cárcere por meio de atividades coletivas e oficinas. "Nosso objetivo é a liberdade de todas as pessoas que se encontram no sistema prisional. Entretanto, até que isso aconteça, buscamos a prática da liberdade por meio da realização de oficinas que proporcionem trocas de afetos, momentos de acolhimento e diálogos entre mulheres. Simultaneamente, buscamos defender os direitos das mulheres que se encontram sob custódia do Estado por meio da advocacia popular", disse Juliana Trevas.

Até o mês de junho, o coletivo realizará sua segunda grande ação na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor e na Colônia Prisional Feminina de Abreu e Lima. Serão seis encontros com mulheres em situação de cárcere para trabalhar textos de autoras negras em um livreto confeccionado por elas; um cine-debate chamado AfroCINergia, em parceria com o Coletivo Filhas do Vento; uma oficina de autoestima, cuidado e acolhimento em dois encontros com aulas de tranças, em parceria com o Coletivo Fala Alto, e de turbante; uma oficina de introdução ao processo penal em parceria com a Defensoria Pública da União; uma oficina sobre arte de rua, caligrafia e identidade, em parceria com o Coletivo Pixegirls; além de três rodas de escuta com as mães encarceradas, grávidas e lactantes.

Anexo H – Carta de Madre Breves (9 de novembro de 1946)

Coleção: *Doc. Arquivo IV (35)*

N.º :

Conteúdo: *Regulamento da Colônia*
Genal de Mulheres Soli-
quêntes
"Bom Pastor"
09.11.1946

COLONIA - PENAL
 ASILO - BOM - PASTOR
 IPATINGA - RECIFE
 FONE - 25922

2465

Recife, 9 de novembro de 1946

Exc^{mo} Sr. Dr. Amaro Gomes Pedrosa,
 D. D. Secretário do Interior e Justiça.

76 80
 76 30

Tenho a honra de encaminhar a V. Excia. o esboço do regulamento da Colônia Penal de Mulheres Delinquentes submetendo-o às luzes de V. Excia. para fazer as alterações necessárias, de modo a corresponder à expectativa do Governo do Estado.

Aproveito o ensejo para lembrar as providências no sentido de serem forradas algumas celas das presas para evitar repetição da fuga que contei verbalmente a V. Excia.

Respeitosas saudações.

Madre Pereira,
 diretora

COLONIA - PENAL
E
AZILO - BOM - PASTOR
IPATINGA - RECIFE
FONE - 25922

Regulamento das presas.

Da entrada: Não se admitirão reclusas sem ordem escrita de autoridade competente.

Serão cuidadosamente revistadas para que não introduzam, na Colônia, cousas nocivas.

O uso do uniforme é obrigatório nos primeiros dias separar-se-á a detida das outras até que se conheçam suas tendências.

As detidas apresentarão, em listas, as suas compras e gastos à Vice-Diretora.

Deveres das detidas: Observar com exatidão o Regulamento em todos os pontos.

Guardar o respeito e obediência devidos à Diretora, à Vice Diretora e suas auxiliares.

Tratar-se umas às outras com polidez e cordialidade.

Não ofender a pessoa alguma com atos e palavras. (As presas de conduta publicamente imoral nunca serão admitidas à companhia das outras.)

Não interromper o silêncio ou sono de suas companheiras.

Manter cuidadosamente a ordem, limpeza e asseio em sua pessoa, roupas, moveis e utensílios.

2

COLONIA - PENAL
E
ASILO - BOM - PASTOR
IPATINGA - RECIFE
FONE - 28922

Obedecer, sem vacilação, e dar pronto cumprimento a qualquer ordem de suas Diretoras.

Tomar parte na limpeza e serviços domésticos, conforme o que está determinado no regulamento interno.

É absolutamente proibido falar às companheiras do motivo de sua entrada.

Qualquer detida que não possa justificar sua presença em tal ou qual lugar, será anotada em falta.

Não deixarão suas ocupações nem sairão de seu lugar assinalado sem a devida licença.

São responsáveis pelos trabalhos que lhes são confiados, como também pelos utensílios e instrumentos para o desempenho de seu trabalho; devem apresentá-los cada vez que a Diretora e suas auxiliares o exigirem.

Trabalho e instrução: O trabalho será obrigatório para todas as detidas, principalmente o trabalho manual e doméstico de utilidade prática para as mesmas quando obtiverem liberdade.

Estarão dispensadas de trabalhar as detidas que se acharem impossibilitadas por seu estado físico ou moral.

Durante a instrução ou trabalho não se consentirão que conversem entre si nem usem de sinais convencionais.

COLONIA - PENAL
E
AZILO - BOM - PASTOR
IPATINGA - RECIFE
FONE - 25922

Ló se permitem cantos e leitura em voz alta que amenisem os exercícius e ofereçam tema e explicações de conceitos proveitosos.

Recompensas: Felicitação e elogio da parte da Diretora em reunião especial.

Premios de objetos uteis.

Premios especiais em dinheiro (de Cr. \$2,00 a Cr. \$10,00.)

Penitências: As faltas de disciplina ou de qualquer outra natureza, serão reprimidas pela Vice Diretora, com as penitências que seguem, tendo-se em conta a transcendência da infração, a reincidência nela, a idade e estado físico da pessoa:

Admoestação privada ou pública feita pela Diretora ou Vice Diretora.

Perda parcial das recompensas obtidas.

Reclusão, na cela, segundo o caso.

Dos passeios: Os passeios se farão alternadamente, nos dias e horas determinados pela Diretora, atendendo-se o comportamento.

Ochar-se-á sempre presente uma Religiosa encarregada de manter a ordem.

Das visitas: Os detidas poderão receber visitas de seus

4

COLONIA - PENAL
E
AZILO - BOM - PASTOR
IIUTINGA - RECIFE
FONE - 25922

parentes aos domingos. As estas visitas que receberão no parlatório, achar-se-ão presentes as religiosas que serão atenciosas com os parentes das detidas.

Os visitantes nada poderão introduzir sem intervenção da Vice Diretora, sob pena de serem privados, temporal ou perpetuamente, da visita.

Os defensores poderão conferenciar com suas defendidas em qualquer dia, nas horas regulamentares, salvo no caso de incomunicabilidade judicial.

A Direção informar-se-á da correspondência das presas com o exterior e a permitirá se achar conveniente.

O processo de recolher e distribuir a correspondência será feito pela Diretora.

Do médico: - O médico terá a seu cargo a atenção das doentes do Estabelecimento. Visita-ls-á quando for chamado. Suas ordens e prescrições relativas ao serviço de enfermagem e regime de alimentação, serão fielmente cumpridas.

Os doentes serão atendidas e tratadas no Estabelecimento, com exceção das que estiverem atacadas de doenças contagiosas ou das que requerem uma assistência proibida às Religiosas. Em tais

5

COLONIA - PENAL
E
AGILO - BOM - PASTOR
IPATINGA - RECIFE
FONE - 25922

casos recorrer-se-á à autoridade competente, acompanhando o certificado médico, afim de que seja feita a transferência da paciente para um lugar que convenha.

Alimentação: — Os alimentos das detidas devem ser sãos, fugais e simplesmente condimentados. Não se recebem comidas temperadas fora.

São proibidas as bebidas alcoólicas.

Vestuário: — O uniforme será de cor azul, com seu número de ordem, como sua roupa interna.

A Diretora velará para que a qualidade do pano seja duravel e o vestuário de modelo simples.

A detida que rasgar sua roupa por um ato de violência deverá consertá-la às custas de seu pecúlio.

A assistência à Missa não é obrigatória.

Anexo I – Bebês convivem com mães detentas no Bom Pastor (Diário Oficial de Pernambuco. 23 de novembro de 1993.)

Bebês convivem com mães detentas no Bom Pastor

O secretário da Justiça, Marcos Cabral, revelou ontem que a Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, no Engenho do Meio, está abrigando quatro crianças de zero a três meses de idade em companhia das mães, duas detentas condenadas pela Justiça estadual. A Constituição de 1988 assegura aos recém-nascidos o direito de ficar por um período de seis meses, ao lado das mães que cumprem pena. Findo esse tempo eles são entregues às famílias das detentas.

O tratamento especial é para que as crianças possam receber alimentação e cuidados maternos. Segundo o secretário, a atenção é reforçada "de modo que mães e filhos disponham de um ambiente adequado aos afazeres cotidianos". Os menores recebem enxoval, alimentação e, duas vezes por semana, a visita de uma pediatra para acompanhamento de saúde.

De acordo com Marcos Cabral, as detentas que se encontram em período de gestação também fazem exames pré-natal, incluindo o emprego de aparelhos modernos de ultra-sonografia. Todo o enxoval — fraldas, banheiras, lençóis, roupas — é doado por entidades religiosas e os serviços de parto são realizados na maternidade do Hospital Barão de Lucena, da rede de saúde pública estadual, acrescentou a diretora da Colônia Penal, Maura Barbosa.

Ao nascer, os bebês recebem Registro de Nascimento e outros papéis que vão atestar a sua filiação e cidadania. "Não tenho do que me queixar, nunca faltou nada para o meu bebê", disse M.G.G.L., de 27 anos, mãe de J.G.S., três meses. Ela cumpre pena de 18 anos por assassinato e prefere esquecer o passado. "Tudo o que penso é no futuro do meu filho". Depois dos seis meses permitidos por lei para ficar com as mães, as crianças voltam a ter contatos com elas nas visitas dominicais feitas pelas famílias ao presídio.

Anexo J – Encontros maternos minimizam sofrimento (Jornal do Comércio. 23 de julho de 2000)

4 CIDADES

JORNAL DO COMÉRCIO

RECIFE, 23 de Julho de 2000 - DOMINGO

Secretaria de Justiça se sensibiliza com drama de detentas

MARCADOS PELO Destino

Novo projeto pretende garantir o elo das famílias

ENCONTROS MATERNAIS MINIMIZAM SOFRIMENTO

No final de uma tarde chuvosa, T. acaba de manar e sat correndo entre as árvores e bancos de cimento. Com um ano e seis meses de idade, a criança brinca e grita, sempre às vistas da mãe, L.M.S., 31 anos. T. seria apenas mais uma criança descobrindo o mundo, caso L. não estivesse condenada a passar 20 anos atrás das grades por tráfico de drogas e o pálio onde costuma brincar não se localizasse na Colônia Penal Feminina, no bairro de Engenho do Meio. A alegria da mãe-coruja e da menina, entretanto, está prestes a acabar. Até o final do ano, a garotinha ultrapassará o limite de idade previsto pela lei para permanecer com a mãe no presídio e será obrigada a ir morar com a avó materna e seus três irmãos mais velhos, no Coque, no Recife.

A separação de T. da mãe já vem provocando comoção entre as outras detentas, funcionários e reeducadores da colônia. Mais do que um drama para L., a situação de T., na verdade, traz à tona um grande problema social ainda sem perspectivas de solução por parte das autoridades governamentais. O que fazer com os filhos menores de cinco anos das detentas? Como privar as mães de verem as crianças sem condições de comparecerem às visitas semanais?

A Lei do Execução Penais, em seu artigo 83, prevê esse tipo de problema e estabelece a obrigatoriedade da instalação de berçários nas penitenciárias femininas, permitindo a presença de crianças até o fim do período de aleitamento. A realidade, no entanto, revela a necessidade de mudanças na legislação. Atualmente, onze menores moram com as mães dentro da colônia, sendo que três delas já deveriam ter deixado a unidade carcerária. Na tentativa de encontrar uma solução para o problema, a Secretaria de Justiça de Pernambuco acabou de finalizar uma pesquisa que pode ser decisiva para a elaboração de um projeto inédito sobre o relacionamento entre mães detentas e suas crianças.

O censo de mães e filhos menores na colônia penal, iniciativa do secretário Humberto Vieira de Melo, revelou números preocupantes. Das 170 mulheres pesquisadas, 47 disseram ser mães de filhos menores de cinco anos, totalizando 63 crianças. Desse universo, somente 29 moram no Grande Recife. O restante está espalhado em cidades como Maceió, Fortaleza e São Paulo.

O dado mais contundente mostra a ausência da figura paterna nas relações de grande maioria dessas crianças. Apenas oito estão morando com os pais, 34 foram entregues às avós maternas e 15 passaram a viver com primas, tias e amigas. "Essas crianças precisam ter um contato mínimo com as mães. Normalmente, os pais saem de casa quando a mulher é presa ou, então, também se encontram encarcerados", afirma o secretário.

Depois de analisar a pesquisa, finalizada há menos de 20 dias, Humberto Vieira passou a elaborar alternativas de projetos para manter detentas e filhos menores de cinco anos próximos. Uma delas seria a instituição do encontro materno, inspirado nas visitas conjuntas. A ideia é reunir os menores residentes no Grande Recife e nas cidades vizinhas, uma vez por mês, para passarem um dia inteiro com as mães. "Assim, o programa se adequaria aos direitos de maternidade da presa, além de manter o relacionamento entre mãe e filho", acredita o secretário. "Vamos convocar integrantes do Conselho da Criança e do Adolescente e os juizes da Infância e Juventude para estabelecermos, juntos, qual será a melhor opção e se esses projetos são viáveis e não ferem as leis", declarou.

JUNTA - O projeto ainda não foi elaborado e já começa a provocar discus-



FOTOS: JOÃO CARLOS LACERDA/JC

Atualmente, 11 crianças vivem na Colônia Penal Feminina. Durante o dia, permanecem ao lado das mães e, à noite, são levadas para o berçário da unidade carcerária



BANCO DE IMAGEM/JC

"Ao realizar o encontro maternal, estaremos garantindo o direito de maternidade às detentas e daríamos às crianças a possibilidade de manter uma relação estreita num período importante da vida", afirma o secretário de Justiça, Humberto Vieira de Melo.



ALUIZIO ARRUDA/JC

"Devemos pensar nessa proposta com cautela. Acredito na importância da formação de uma junta multidisciplinar para avaliar os casos isoladamente e levar em conta questões específicas", declara o juiz da Infância e Juventude Humberto Vasconcelos

"Não vou suportar ficar longe da minha filha"

Relatos de vida levam assistente social a defender encontros

Só de imaginar em ficar longe de T., L.M.S. pensa em fazer besteira. Confessa que já passou até pela sua cabeça a possibilidade de fugir. Pudera. A dor da separação dos seus outros três filhos a deixou traumatizada e ela não admite a hipótese de ficar longe da filha mais nova.

A experiência mais dura de separação veio com o terceiro filho, retirado do convívio da detenta dentro da prisão. E, de 5 anos, passou poucos meses com a mãe na Colônia Penal Feminina. Tempo suficiente apenas para que ela pudesse amamentar. Os dois primeiros filhos, hoje com 7 e 11 anos, também sofrem com a distância da mãe. M., o mais velho, hoje é o responsável pelos outros irmãos.

Nas visitas semanais, L. consegue encontrar apenas os mais velhos. Dona Helena, a mãe da detenta, doente, não tem forças para levar o filho mais novo de ônibus do Coque até o presídio. "Eu liguei para eles há poucos dias e falei pelo ouvido da esquina da casa da minha mãe", conta, revelando que a distância das crianças está deixando marcas profundas. "O pai abandonou a casa quando eu vim para cá. Meu filho de 5 anos disse até que iria falar com a polícia para me soltar. Meu afastamento está prejudicando minhas crianças", desabafou.

Enquanto L. ainda chega a ver alguns dos filhos, R.S.A., 21, perdeu totalmente o contato com suas duas crianças, desde que foi presa há oito meses. E, 8 me-



O censo de filhos menores de cinco anos das detentas da Colônia Penal Feminina colocou as funcionárias da unidade em contato com histórias de tristeza, medo e verdadeiras lições de vida. Depois de ouvir os relatos das mães, a assistente social Sandra Costa passou a acreditar na importância dos encontros periódicos entre as detentas e as crianças. Para ela, é importantíssimo a mãe marcar presença na vida do filho enquanto estiver presa para evitar problemas no futuro, após ela receber o alvará de soltura e voltar para casa.

Responsável pela coleta dos dados, Sandra escutou relatos que vão muito além da pobreza e dificuldades de relacionamento. Ela conta que uma das presas, que teve o nome preservado, mudou de vida radicalmente dentro da prisão depois que começou a se encontrar com o filho de oito anos. "A detenta relatou que o garoto a levou a largar as drogas e passou a ser seu conselheiro", afirma. A assistente social ressalta, entretanto, que nem todas as presas conseguem assimilar bem a presença das crianças. Os filhos, por sua vez, refletem dentro do presídio as atitudes das mães. "Uma criança com atitudes agressivas é um forte indicio do mau comportamento da mãe", relaciona.

A psicóloga da colônia, Elaine Xime-

Anexo L – Na prisão (Jornal do Comércio. Janeiro de 2004)

Na prisão

As detentas da Colônia Penal Feminina do Recife produzirão fraldas descartáveis para serem usadas, a princípio, pelos bebês que irão nascer na prisão (pela lei, a criança fica com a mãe enquanto estiver amamentando). As detentas, porém, comercializarão o excedente com outras unidades ou instituições. A diretora Ana Moura já comprou até uma máquina, capaz de produzir 200 unidades por dia.

Anexo M – Humanização é tema de Encontro na Colônia Penal Feminina de Recife
(SERES. 22 de agosto de 2007)

Humanização é tema de Encontro na Colônia Penal Feminina do Recife

22/08/2007



Visando promover a humanização dos apenados do Sistema Penitenciário de Pernambuco, a Secretaria de Ressocialização em parceria com a Pastoral da Criança e a Pastoral Carcerária promoveu um dia de atividades na Colônia Penal Feminina do Recife, no Engenho do Meio.

Pelo cronograma de trabalho, serão discutidos temas relativos à saúde, nutrição, educação e cidadania das gestantes, parturientes e dos recém-nascidos, abordando principalmente, a importância do aleitamento materno para o desenvolvimento saudável da criança.

Na oportunidade, representantes de setes Estados – Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (Sudeste), Distrito Federal e Goiás (Centro-Oeste), Bahia e Sergipe (Nordeste) estarão apresentando experiências bem-sucedidas realizadas com reeducandas de unidades prisionais dessas localidades.

Humberto Vianna, secretário de Ressocialização, fala da importância da troca de experiências para o fortalecimento da dignidade de qualquer pessoa. "O nosso intuito é garantir às detentas, que já estão privadas de liberdade, melhores condições buscando a reabilitação das mesmas".

Inclusive, há de se destacar a implantação em parceria com a iniciativa privada do Projeto Neon, orçado em cerca de R\$ 150 mil e que consistirá na construção de berçário na Colônia Penal Feminina do Recife, beneficiando as parturientes que têm filhos recém-nascidos e de até seis meses de vida.

Segundo planejamento de execução da obra, o local estará em funcionamento até o final do ano, com capacidade para abrigar 20 reeducandas com suas crianças – hoje existem 16 grávidas e quatro com filhos. As celas terão camas de cimento e bercinhos, além de fraudário e local específico para banho de sol.

A Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR) – conhecida também como Bom Pastor, tem hoje em seu reduto 458 presas. A unidade prisional funciona em regime fechado e semi-aberto, sendo as visitas familiares realizadas aos domingos.

Fonte: Assessoria de Imprensa - SERES

Anexo N – Colônia Penal Feminina do Recife contará com berçário (SERES. 8 de novembro 2007)

Colônia Penal Feminina do Recife contará com berçário

8/11/2007

Numa parceria entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Ressocialização e a iniciativa privada, será investido dentro do Projeto Néon, R\$ 150 mil, na construção de um berçário na Colônia Penal Feminina do Recife, localizado no bairro do Engenho do Meio.

Para isso, 6 reeducandos coordenados por técnicos da Gerência de Arquitetura e Engenharia da SERES, começaram a edificação do berçário que terá equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social e advogado), beneficiando as parturientes que tiverem seus filhos naquela unidade prisional – hoje existem 32 grávidas e 18 bebês.

Segundo planejamento de execução da obra, que tem previsão de estar concluída em 90 dias, o estabelecimento terá capacidade para abrigar 35 reeducandas com suas crianças. As celas terão camas normais de cimento e bercinhos, além de fraudário e local específico para banho de sol.

O secretário Humberto Vianna fala da importância de instalar o berçário na CPFR. ***"Nada mais necessário para tranquilidade de qualquer mãe ter condições básicas de alojamento para seus filhos, conseguindo assim, evitar riscos à saúde dos recém-nascidos por estarem em local inadequado"***.

Vale destacar que visando a recuperação das apenadas através da busca da cidadania, atualmente, 180 mulheres já sentenciadas trabalham nas dez empresas inseridas no projeto de reinserção social desenvolvido pela SERES, através da Colônia Penal Feminina.

São parcerias com empresas privadas e públicas podendo citar: Bicycletas ZUMMI (montagem de rodas); Trade Center (embalagens de luvas de multiuso); Imprimar (montagem de caixas); Indapol (embalagens de formas para doces e salgados e brinquedos).

Mas, o grande sucesso é a Oficina de Costura Industrial – parceria com o Governo da Alemanha, onde detentas trabalham na produção de togas para Juízes do Tribunal de Justiça, de fardas dos promotores do Ministério Público, além de enxovais para o Hospital São Marcos e clínicas municipais de Olinda, macacões do Samu, fardas da TW Uniformes e da Bio Cosmética e roupas indianas para boutique Shekinah Moda Maior.

A Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR) – conhecida também como Bom Pastor, tem hoje em seu reduto 514 presas. A unidade prisional funciona em regime fechado e semi-aberto, sendo as visitas familiares realizadas aos domingos.

Fonte: Assessoria de Imprensa - SERES

Anexo O – Novas togas (Diário Oficial de Pernambuco. 08 de fevereiro de 2002)**NOVAS TOGAS**

Foto: Alcides Felfosa



As togas de gala dos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco estão sendo confeccionadas por detentas da Colônia Penal Feminina, que já tiraram medidas para produção das roupas. O novo traje oficial será usado durante as sessões solenes.

Anexo P – Detentas confeccionam fantasias para escola de samba do Recife (Diário Oficial de Pernambuco. 08 de fevereiro de 2002)

24

Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Executivo

Recife, 08 de fevereiro de 2002

CARNAVAL 2002



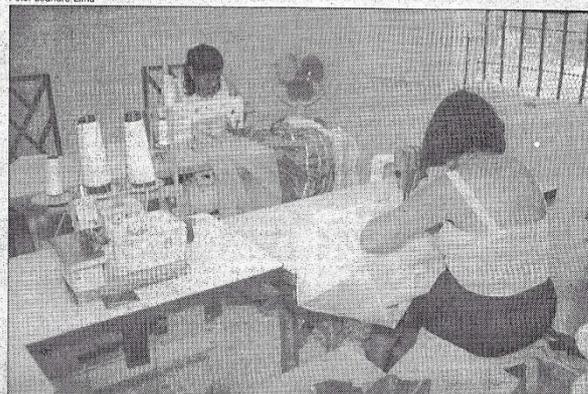
Detentas confeccionam fantasias para escola de samba do Recife

Fantasias de quatro alas da Escola de Samba Galeria do Ritmo, uma das agremiações mais tradicionais do Carnaval pernambucano, foram produzidas pelas detentas da Colônia Penal Feminina. Este é o quarto ano consecutivo que as vestimentas da escola são confeccionadas pelas detentas.

A Galeria do Ritmo tem aproximadamente 2000 componentes. Sete apenas trabalharam na confecção das roupas, que segundo o presidente da escola de samba, Rinaldo Santos, tem uma qualidade impecável. "A cada ano elas conseguem desenvolver o trabalho melhor, por isso não quero que outras pessoas façam as

roupas" assegura. Além da ocupação, o trabalho é importante para as detentas, uma vez que, para cada três dias trabalhados elas têm um dia de redução na pena. Cada uma das costureiras recebe um salário mínimo por mês. Dentre as roupas produzidas pelas detentas estão as das baianas adultas e mirins, dos batuqueiros e dos mestres-salas.

Foto: Leandro Lima



ESTE É o quarto ano em que detentas produzem fantasias da Escola Galeria do Ritmo